

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELMER AGOSTINHO CARLOS DE MATOS

DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DAS
COMUNIDADES ATINGIDAS PELA EXPLORAÇÃO DO CARVÃO
MINERAL EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE

PORTO ALEGRE

2016

ELMER AGOSTINHO CARLOS DE MATOS

**DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DAS
COMUNIDADES ATINGIDAS PELA EXPLORAÇÃO DO CARVÃO
MINERAL EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

PORTO ALEGRE

2016

ELMER AGOSTINHO CARLOS DE MATOS

**DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DAS
COMUNIDADES ATINGIDAS PELA EXPLORAÇÃO DO CARVÃO
MINERAL EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert (PPG em Geografia – UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi (PGDR – UFRGS)

Profa. Dr. Christiane Senhorinha Soares Campos (Departamento de Economia – UFS)

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (PPG em Geografia – UNESP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DOSUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Diretor: André Sampaio Mexias

Vice-Diretor: Nelson Luiz Sambaqui Gruber

Matos, Elmer Agostinho Carlosde

Deterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique . /Elmer Agostinho Carlos de Matos. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS,2016.
[295 f.] il.

Tese (Doutorado).- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR,2016.

Orientador(es):Rosa Maria VieiraMedeiros

1. Território 2. Territorialização-Desterritorialização-Re 3. Escalas4. Moçambique I.Título.

CDU911

Catálogo na Publicação

Biblioteca Instituto de Geociências -UFRGS

Sônia Teresinha Duarte de Oliveira

CRB10/2310

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -Campus do Vale Av. Bento Gonçalves, 9500 - Porto Alegre - RS -Brasil
CEP: 91501-970 / Caixa Postal:15001.

Fone: +55 51 3308-6329 Fax: +55 513308-6337

E-mail:bibgeo@ufrgs.br

Aos meus pais que me incentivaram a continuar os estudos, mesmo sabendo dos desafios que enfrentaria nessa nova aventura.

Aos meus irmãos, especialmente Amemarlita, por aceitar a minha ausência no momento em que mais precisou de mim.

Ao Kevin e à Deoclíciana por me oferecerem um novo ar nesta vida turbulenta.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é resultado de um processo longo, complexo, complicado e desafiador para o pesquisador. Chegados ao final desse processo, compreendemos que na verdade temos o mérito de colocarmos neste texto as vivências dos pesquisados e de termos nos apropriado da formação para compreendermos as transformações que as comunidades atingidas pela mineração em Moatize atravessaram e estão atravessando. Os "verdadeiros autores" dessa pesquisa foram todos aqueles que contribuíram, incansavelmente, para que o pesquisador obtivesse as condições necessárias para efetuar as análises aqui registradas. Não foram só os pesquisados que contribuíram, mas também amigos de longa data e conhecidos que ofereceram as condições necessárias à recolha de informação, desde a hospedagem na cidade de Tete, o apoio em transporte para visitar as áreas de reassentamento e os territórios das mineradoras, a disponibilização de relatórios não liberados ao público e a indicação e recomendação de personalidades importantes para a obtenção de informação.

Foram todos vocês que permitiram concluir esta pesquisa, mesmo quando fui impedido de entrar em determinadas áreas do reassentamento; quando me bateram com a porta na cara; quando quase fui agredido na unidade 6 do bairro 25 de Setembro; e quando me disseram que não deveria pesquisar reassentamentos, porque não conseguiria terminar o trabalho. Vocês me ofereceram a força necessária para não desistir. A todos vocês, os "verdadeiros autores", o meu *Kinnathamala*.

Em especial, gostaria de registrar os meus agradecimentos:

- À minha orientadora, Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros, pela paciência e acompanhamento deste trabalho. Como também por me dar a oportunidade, de mais uma vez, ser um membro da sua família;
- Aos professores e corpo técnico e administrativo do Programa de Pós-graduação em Geografia pelos ensinamentos e acolhimento;
- Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos;
- Ao Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique pela possibilidade aberta para a obtenção da bolsa de estudos;
- À Universidade Eduardo Mondlane (UEM) por me ter liberado para formação no exterior;
- Ao Prof. Dr. Manuel G. M. de Araújo, pelas portas abertas ao mundo da ciência.

- À todos que fizeram possível a realização desta pesquisa, especialmente: Bruno Ferraz, José Vasques Ferraz, Denis Semedo, David Malauene, Artur Segredo, Borges Mafigo, Camir Givá, Fátima Mimbire, Abdulai Dade, Stélio Napica, Carlos Tungadza, David Selemene, José Manuel Pinto, Bernardino Feliciano, Anselmo Chizenga;
- Ao NEAG pelo apoio material concedido durante a produção da tese.

RESUMO

O presente estudo procura entender as transformações socioespaciais resultantes da introdução da atividade mineira no distrito de Moatize, em Moçambique. Para a compreensão dessas dinâmicas, a recorrência às transformações político-econômicas atravessadas pelo país permitiu compreender como o capital internacional se apossou dos territórios das comunidades locais. A partir da alteração constitucional e de revisões legislativas, o país abriu as portas ao capital internacional, tendo aprovado vários projetos de exploração de recursos minerais e energéticos com implicações ao nível do território das comunidades locais. As alterações e revisões providenciaram as condições necessárias para a introdução de políticas neoliberais (inicialmente introduzidas em 1987, com a aplicação dos Programas de Reabilitação Econômica), responsáveis por destruir o papel interventivo do Estado e colocado a economia nas mãos dos agentes econômicos. Para facilitar a sua implementação, as revisões das leis de Terras e de Minas tornaram-se os membros superiores da desterritorialização dos territórios das comunidades locais a favor das empresas mineiras. As legislações, que se apresentaram como defensoras dos interesses das comunidades locais, escondiam por detrás a troca de território por terra. Nos novos espaços, garantidos pelas legislações, são introduzidos novos objetos, com a finalidade de (re)produzirem dinâmicas necessárias à construção de espaços de vida e de produção. Para compreender essa dinâmica, expressa no processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização, escolheu-se o distrito de Moatize, na província de Tete, rico em jazidas de carvão mineral, onde foram selecionadas as comunidades atingidas pelos projetos mineiros da Vale e da Rio Tinto. Recorrendo à metodologia de escalas geográficas de poder e gestão foi possível compreender como os atores localizados a escalas superiores materializaram as suas vontades nos territórios das comunidades locais, onde perto de duas mil e quinhentas famílias foram atingidas diretamente pelos projetos mineiros e compulsoriamente deslocadas para novos locais de reassentamento. As condições encontradas nas áreas de reassentamento estão dificultando a inserção dessas comunidades, deteriorando a qualidade de suas vidas.

Palavras-chave: Território, Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização, Escalas, Moçambique

ABSTRACT

This study aimed to understand the socio-spatial transformations resulting from the introduction of the mining activity in the Moatize district, in Mozambique. For understanding these dynamics, the historical of political and economic transformations traversed by the country allowed us to understand how the international capital seized the territories of local communities. Starting from the constitutional and legislative reviews, the country opened its doors to international capital, and approved several exploration projects in mineral and energy resources with implications for the territory of local communities. Amendments or revisions have provided the necessary conditions for the introduction of neoliberal policies (first introduced in 1987 with the implementation of the Economic Rehabilitation Program), responsible for destroying the active role of the state and placed the economy in the hands of economic agents. To facilitate its implementation, revisions to the laws of Lands and Mines become senior members of the dispossession of territories of local communities to benefit mining companies. The legislation, which presented themselves as defenders of the interests of local communities, hid behind the exchange of territory by land. In the new space, guaranteed by law, they are introduced new objects, in order to (re)produce dynamic needed to build spaces of living and production. To understand this dynamic expressed in the process of Territorialization-Deterritorialization-Reterritorialization, was chosen the Moatize district, in Tete province, rich in coal mines, where it was selected communities affected by mining projects of Vale and Rio Tinto. Using the methodology of geographical scales was possible to understand how actors located at higher scales materialize their wishes in the territories of local communities, where nearly two thousand five hundred families were directly affected by mining projects and forcibly displaced to new resettlement sites. The conditions found in the resettlement areas are hindering the inclusion of these communities, deteriorating the quality of their lives.

Key words: Territory, Territorialization-Deterritorialization-Reterritorialization, Scales, Mozambique

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Exemplos de palhota e casa mista	87
Figura 2. Exemplos de um fontanário público e de um furo	92
Figura 3. Organização espacial das aldeias comunais e a relação espaço residencial e produtivo	155
Figura 4. Habitações recebidas pelos reassentados em Cateme	226
Figura 5. Habitações recebidas com problemas de drenagem das águas claras	237
Figura 6. Construção de novas casas na Unidade 6 do bairro 25 de Setembro	240
Figura 7. Habitações recebidas pelos reassentados em Mwaladzi	241
Figura 8. Mapa de densidade institucional	254

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Principais línguas faladas pela população (%)	82
Gráfico 2. Condições de alfabetização da população com 5 e mais anos	84
Gráfico 3. Tipos de habitação por Agregado Familiar	88
Gráfico 4. Tipo de saneamento básico por AF (%)	94
Gráfico 5. Principais fontes de iluminação	95
Gráfico 6. População de 15 e mais anos por ocupação (%)	96
Gráfico 7. População de 15 e mais anos por ocupação e por sexo ao nível da Área de Estudo	97

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização Geográfica de Moçambique	20
Mapa 2. Localização Geográfica da Área de Estudo	75
Mapa 3. Distribuição Espacial das Aldeias em Moatize	81
Mapa 4. Localização Geográfica das Concessões Mineiras	185
Mapa 5. Áreas do Distrito Ocupadas por Licenças e Concessões	189

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Níveis de densidade institucional	32
Quadro 2. Empresas mineiras em Moatize	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1a. Evolução e distribuição espacial da população na cidade de Tete	77
Tabela 1b. Distribuição e evolução da população por Postos Administrativos e localidades	79
Tabela 2. Acesso a fontes de abastecimento de água por AF (%)	90
Tabela 3. Principais atividades econômicas ao nível da província (%)	98
Tabela 4. Principais atividades econômicas ao nível da província, por sexo (%)	101
Tabela 5. Evolução da população vivendo em aldeias comunais por província (%)	146
Tabela 6. Origem da formação das aldeias comunais por província em 1982 (%)	147
Tabela 7. Anatomia de um colapso econômico 1973 - 1986 (Índice 1973 = 100)	158
Tabela 8. Indicadores econômicos selecionados	164

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAAJC - Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades
AF - Agregado Familiar
BM - Banco Mundial
CEA - Centro de Estudos Africanos
COMECON - Conselho para Assistência Econômica Mútua
CR - Comissão de Reassentamento
DPA - Direção Provincial de Agricultura
DPCA - Direção Provincial para a Coordenação e Ação Ambiental
DPOPH - Direção Provincial de Obras Públicas e Habitação
DPRME - Direção Provincial dos Recursos Minerais e Energia
DUAT - Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EN7 - Estrada Nacional nº 7
EP1 - Escola Primário do Primeiro Grau
EPC - Escola Primária Completa
FIPAG - Fundo de Investimento e Patrimônio do Abastecimento de Água
FMI - Fundo Monetário Internacional
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique (Partido político)
IBW - Instituições de Bretton Woods
ICE - Imposto sobre Consumos Específicos
IDE - Investimento Direto Estrangeiro
INE - Instituto Nacional de Estatísticas
IRPC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRPS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
JA - Justiça Ambiental
MCRN - Maneio Comunitário dos Recursos Naturais
MdE - Memorando de Entendimento
MICOA - Ministério para a Coordenação e Ação Ambiental
MIREME - Ministério dos Recursos Minerais e Energia
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG - Organização Não Governamental
PA - Posto Administrativo

PAE - Programas de Ajustamento Estrutural
PPI - Plano Prospectivo Indicativo
PRE - Programa de Reabilitação Económica
PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social
PSAA - Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água
RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique (Partido político)
RTCM - Rio Tinto Coal Mozambique
SDAE - Serviços Distritais de Atividades Económicas
SDPI - Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas
TDR - Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização
UPC - União Provincial dos Camponeses

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. O TERRITÓRIO EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES	37
1.1. Uso do território	37
1.2. Dinâmica territorial	43
1.3. Território e Identidade.....	49
1.4. Desterritorialização como parte dos resultados das políticas neoliberais	53
1.5. Reterritorialização como precarização das condições de vida das populações.....	66
2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	72
2.1. Localização e características de Moçambique	72
2.2. Localização e características do distrito de Moatize e cidade de Tete	73
2.2.1. <i>Localização e divisão administrativa</i>	73
2.2.2. <i>Evolução e distribuição espacial da população</i>	76
2.2.3. <i>Características sociais</i>	82
2.2.4. <i>Características econômicas</i>	95
3. EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS E LEGISLAÇÃO MOÇAMBICANA.....	103
3.1. As bases para a exploração mineira no período da socialização do campo	103
3.1.1. <i>A legislação de terras</i>	103
3.1.2. <i>A legislação mineira</i>	109
3.2. Mudanças na legislação de terras e de minas no final do século XX e início do século XXI	111
3.3. Exploração mineira e atração de investimentos estrangeiros	128
4. TERRITÓRIO MOÇAMBICANO E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS.....	135
4.1. A herança colonial.....	135
4.2. A socialização do campo	143
4.3. A falência do projeto socialista	156
4.4. As transformações do meio rural com a introdução das reformas econômicas	165
5. A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO CARVÃO EM MOATIZE	175
5.1. O papel da exploração dos recursos minerais na economia moçambicana.....	175
5.2. A exploração do carvão mineral em Moatize	178
5.3. A expropriação dos territórios das comunidades locais e a produção dos territórios das companhias mineiras em Moatize e na cidade de Tete	191
5.3.1. <i>A Vale Moçambique e a construção do seu território</i>	191
5.3.2. <i>A Riversdale Moçambique e a construção do seu território</i>	198

6. AS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CONTEXTO DA ATIVIDADE MINEIRA EM MOATIZE.....	206
6.1. Os territórios das comunidades atingidas pelos projetos mineiros.....	206
6.1.1. <i>A Organização sociocultural</i>	206
6.1.2. <i>A Organização espacial das comunidades</i>	208
6.1.3. <i>Acesso aos recursos naturais e principais atividades econômicas</i>	213
6.1.4. <i>Acesso a infra-estruturas</i>	214
6.2. Destruindo territórios e construindo espaços de reassentamento.....	216
6.3. Reconstruindo a vida nos espaços de reassentamento.....	225
6.3.1. <i>A vida em Cateme</i>	225
6.3.2. <i>A vida na unidade 6 do bairro 25 de setembro</i>	234
6.3.3. <i>A vida em Mwaladzi</i>	240
7. ATORES E ESCALAS NAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM MOATIZE....	246
7.1. Território de governança versus territórios locais.....	246
7.2. Atores e escalas nas transformações dos territórios comunitários em territórios do carvão	251
7.3. Do território aos espaços de reassentamento (e destes ao território?)	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
REFERÊNCIAS	274
APÊNDICE1: Roteiro de entrevista para os líderes comunitários.....	287
APÊNDICE2: Roteiro de entrevista para os membros da comunidade	289
APÊNDICE3: Roteiro de entrevista para os responsáveis dos projetos de exploração mineira	291
APÊNDICE 4: Roteiro de entrevista para as ONG's	292
APÊNDICE 5: Roteiro de entrevista para pesquisadores da área.....	293
APÊNDICE 6: Roteiro de entrevista para os membros da Comissão de Reassentamento.....	294
APÊNDICE7: Roteiro de entrevista para governo distrital.....	295

INTRODUÇÃO

Os territórios são dinâmicos, apresentando movimentos que podem evidenciar progressos ou retrocessos dos processos socioespaciais, econômicos, culturais e ambientais que ocorrem nele. As mudanças de uso de solo no tempo e no espaço evidenciam esse movimento, com resultados diferentes, dependendo das territorialidades implantadas. As alterações que ocorrem no espaço nem sempre são negativas para o conjunto da população que reside nele, sendo, por vezes, um fator importante para o alcance do desenvolvimento socioespacial.

Nos tempos atuais, onde os ditames do mundo estão sendo cada vez mais definidos por interesses alheios aos locais de ocorrência dos fenômenos, as transformações do território tendem a ser mais draconianas para as áreas de acolhida das investidas do capital internacional. A procura por áreas geradoras de processos de acumulação de capitais que sustentem o sistema capitalista, tem tornado as áreas periféricas mais dependentes das estratégias adotadas pelos países do centro, que em regra, definem as políticas econômicas, sociais, ambientais e até culturais que as áreas periféricas devem adotar, em favor de interesses do capital¹.

Desde a descoberta do novo mundo, que não se restringia apenas à Europa, o capital (re)descobriu que a conquista do espaço era a varinha mágica de perpetuação desse sistema. Desde então, os novos espaços passaram a ser fontes de apropriação de mais-valia. As lutas pela conquista da emancipação desses espaços criaram barreiras à varinha mágica do sistema e, novas formas de submissão desses espaços ao capital deveriam ser (re)inventadas.

A busca por espaços onde, segundo Harvey (2012a), sirvam de adiamento das crises do sistema capitalista permitiu a introdução do neoliberalismo, como uma ferramenta que possibilitou a corrida pelos recursos naturais da periferia, através da privatização de bens e serviços públicos. Essa ferramenta criou as bases para a introdução de novas territorialidades, muitas vezes, geradoras de exclusão, tanto geográfica como socioeconômica, ambiental e cultural. A sua materialização foi legitimada pelo poder do Estado, que através das reformas legais e institucionais

¹ Macamo (2003) considera o ajustamento econômico como uma medida usada pelos países centrais para normalizarem o funcionamento dos países da periferia, evitando que esses países ameacem a estabilidade dos países centrais. O ajustamento pode ser considerado como uma nova forma de submissão da periferia aos interesses do centro.

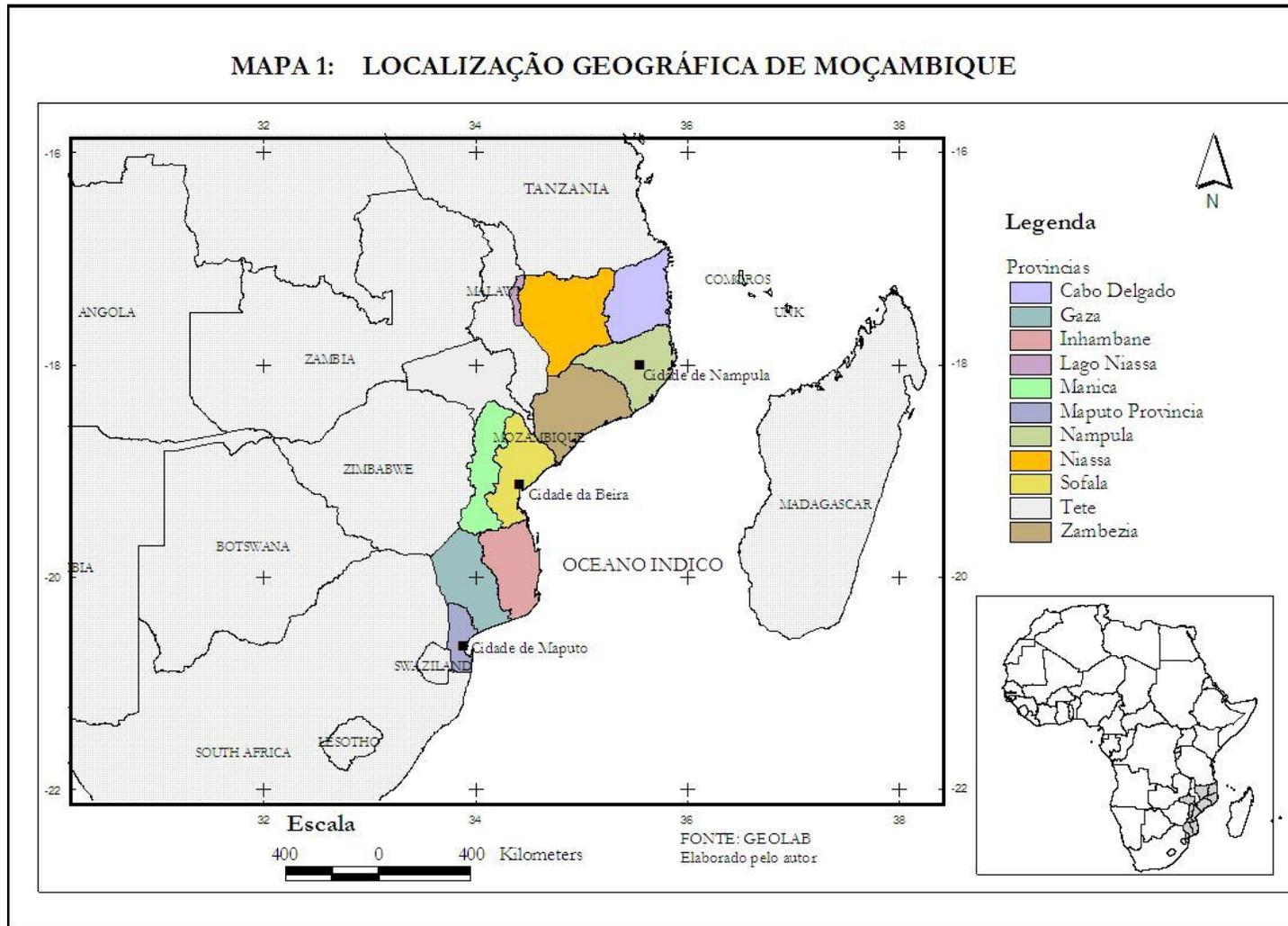
embasaram as condições para a precarização das condições de vida da maior parte da população dessas áreas.

Durante o processo histórico de evolução desigual das economias dos diferentes países, alguns foram forçados a serem, quase exclusivamente, fornecedores de matéria prima para os países centrais, que transformavam essa matéria prima em produtos acabados e, posteriormente, exportados, a preços elevados, à periferia. Essa característica tornou os países da periferia dependentes dos países centrais. Essa é, em geral, a posição de Moçambique na divisão internacional do trabalho: um fornecedor de matéria prima. O país, localizado na costa oriental da África, foi colonizado por Portugal e só tornou-se independente em meados da década de 70 (mapa 1). Durante todo esse período, Moçambique foi organizado para atender as demandas de Portugal.

Castel-Branco (2010) analisando a evolução da economia moçambicana caracteriza-a como sendo uma economia extrativa, isto é, que está baseada na exploração dos recursos naturais. Apesar de durante a colonização portuguesa Moçambique assentar a sua base econômica na prestação de serviços, onde o território nacional foi organizado para prestar os serviços de transporte de mercadorias e fornecimento de mão de obra barata para os países vizinhos, constata-se que a exploração de recursos naturais, especialmente de culturas de exportação, teve um papel de destaque.

O alcance da independência, associado à implementação de políticas sociais e econômicas pró-socialistas, não agradou aos países vizinhos e nem ao Ocidente. A África do Sul respondeu com um boicote político-econômico, forçando o governo a rever as suas bases de sustentação econômica. Para financiar o seus projetos desenvolvimentistas, através de divisas, o governo apostou na exploração dos recursos minerais, com enfoque para a exploração do carvão mineral.

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE



A resposta do governo não ofereceu condições suficientes para sustentar o projeto socialista. O governo foi forçado a rever a sua política econômica e a providenciar alterações legislativas que culminaram com a implementação de políticas neoliberais. O país abriu-se ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para a exploração dos recursos naturais e apostou nos megaprojetos². Esta inclinação, principalmente para a exploração mineral, reforça a necessidade de o governo moçambicano olhar para as riquezas naturais que possui como um trampolim para o alcance do desenvolvimento territorial³.

A riqueza natural que o país dispõe para a exploração encontra-se em áreas comunitárias, quer estejam sendo aproveitadas para fins de subsistência ou como reserva para usos futuros. A (re)descoberta da existência de recursos, cujas quantidades e qualidades favorecem a exploração comercial, pode implicar na mudança de uso. Para que essas mudanças ocorram, a legislação de terras prima por um processo de diálogo envolvendo as comunidades detentoras do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) da área em questão, o investidor e o governo. Segundo a mesma lei, a delimitação da área para a exploração privada dos recursos deve ser feita com o maior envolvimento das comunidades locais⁴ que, em princípio, devem participar na negociação e beneficiarem-se da exploração dos recursos existentes.

A mudança de local sempre envolve algumas resistências por parte das comunidades locais que já apresentam uma identidade com o lugar e, mudar significa perder os seus referenciais identitários, podendo significar o seu desaparecimento. A resistência às mudanças também está ligada ao fato dos novos destinos não responderem às necessidades das comunidades locais, principalmente no acesso aos espaços

² Castel-Branco (2008b) caracteriza um projeto como sendo megaprojeto quando, dentre outras características, apresentar as seguintes: a) dimensão dos mesmos, sendo projetos com investimentos acima dos 500 milhões de dólares americanos e com impactos significativos na produção e comércio; b) ser de capital intensivo; c) concentrar em torno de atividades mineiras e energéticas; d) ser dominado pelo capital internacional.

³ Saquet defende que discutir o desenvolvimento a partir de uma perspectiva territorial é importante porque permite a construção de uma sociedade mais justa, com possibilidades de construir a sua própria autonomia e de se governar. Para o autor, o desenvolvimento territorial “não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista da autonomia” (SAQUET, 2007, p.177)

⁴ O conceito de comunidade local adotado por nós nesta pesquisa é aquele que se encontra definido na legislação de terras de 1997, que define comunidade local como “agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pouso, florestas, sítios de importância sociocultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão” (MADER; FAO, 2001, p.4).

produtivos de qualidade, à água e outros bens essenciais à vida diária. Mas, mesmo que as comunidades se mostrem menos dispostas a mudar, a legislação referente à exploração dos recursos minerais não lhes concede essa possibilidade, até porque em causa está a arrecadação de impostos e outros ganhos econômicos que essa atividade pode oferecer ao país num todo.

Dessa forma, não existem alternativas que as comunidades locais disponham que não seja o seu deslocamento compulsório⁵. O desenrolar de todo processo, desde a negociação da introdução do novo uso até a finalização do processo de reassentamento, deve ser participativo, tornando-se crucial para a garantia de uma ação tranquila que culminará com a melhoria da qualidade vida dos deslocados. Esse é um processo defendido pelas legislações ligadas ao assunto, porém, nem sempre a participação é efetiva.

No distrito de Moatize, na província de Tete, região central do país, se encontra uma das maiores reservas de carvão mineral do mundo, que segundo a FIAN (2010) é avaliada como a maior reserva inexplorada de carvão mineral do mundo, com 838 milhões de toneladas métricas. A exploração do carvão mineral data dos tempos de colonização, contudo apresentava-se menos relevante para a economia do país. Depois do alcance da independência nacional a exploração do carvão mineral passou a ser efetuada pela empresa estatal CARBOMOC, que explorava o carvão de coque das minas de Moatize (SELEMANE, 2009; 2010). Em 1976 a empresa, agora extinta, chegou a produzir 560 000 toneladas (SELEMANE, 2009). Com o avanço da guerra civil, a atividade paralisou em consequência da destruição da linha férrea de Sena que facilitava o transporte do carvão para a costa e daí para os países importadores.

O interesse pela exploração do carvão de Moatize ressurgiu em meados da primeira década deste século, estando agora duas grandes empresas multinacionais com concessões para a exploração do carvão mineral. À Vale Moçambique, subsidiária da Companhia Vale, com sede no Brasil, foi concessionada uma área de aproximadamente 23 780 hectares no distrito de Moatize e à Rio Tinto⁶, com sede na Inglaterra, foi concessionada uma área de 4 560 hectares, também no distrito de Moatize.

⁵ Entendemos o deslocamento compulsório na acepção discutida por Carvalho (2006) e Bernardelli (2012) ao tratarem dos atingidos por barragens hidrelétricas. Para os autores, o movimento compulsório está associado ao fato de ser um movimento obrigatório, amparado por leis e regulamentos. Esse movimento não oferece opções aos atingidos caso não queiram deixar o seu território, pois a força das leis e do novo uso do território encarrega-se de deslocá-los.

⁶ Este grupo, considerado a segunda maior empresa de mineração do mundo, comprou as concessões da anterior detentora do direito de exploração do carvão mineral de Benga, Riversdale Moçambique, uma

As áreas ocupadas pelas companhias para a exploração do carvão mineral incluem áreas onde viviam comunidades locais. Os projetos atingiram diretamente cerca de 2 388 agregados familiares, residentes em sete comunidades. É importante lembrar que, normalmente, a organização das comunidades rurais moçambicanas é caracterizada pela proximidade entre o espaço residencial e o espaço produtivo, que usualmente é a atividade agrícola. Logo, ao se afetar os agregados familiares, deslocando-os, também se está afetando o espaço produtivo que igualmente deverá ser deslocado. Além do deslocamento impactar negativamente nas formas de sobrevivências dos deslocados, o mesmo destrói as formas culturais e simbólicas de ligação entre os habitantes e os seus ancestrais. Essa ligação, muitas vezes sacralizada em determinados objeto e/ou espaços ou em ações, apresenta uma forte relação com o seu território.

Estudos realizados por Cambaza (2009), FIAN (2010), Castel-Branco (2008b; 2010), Selemane (2009; 2010), Mosca e Selemane (2011) e Matos e Medeiros (2013; 2015) têm evidenciado problemas de deterioração da qualidade de vida dos deslocados compulsoriamente. Os autores têm mostrado que os processos que culminam com a deslocação de comunidades dos seus anteriores territórios têm sido marcados por uma precária inclusão das comunidades em todo processo de obtenção do DUAT, promessas não cumpridas, fraca presença do poder público na defesa dos interesses das comunidades deslocadas e, para agudizar ainda mais as condições de vida dessas comunidades, as áreas escolhidas para o reassentamento não respondem às necessidades (nem econômicas e muito menos sociais e culturais) das comunidades. Em suma, o processo tem agravado a condição de vida dos reassentados.

A implantação dos novos projetos de exploração mineira implica na mudança dos usos do solo e no estabelecimento de novas territorialidades que excluem as anteriores territorialidades, ou seja, o novo uso do território implica na introdução de novos objetos e novas ações, gerando territorialidades diferentes que culminam com a expulsão dos antigos ocupantes do território, bem como na destruição dos objetos históricos e das respectivas ações que se desencadeavam nele. Entender os resultados dessas novas territorialidades nas comunidades locais apresenta-se importante para compreender as implicações que esse processo gera nas comunidades atingidas⁷ por

companhia subsidiária da Riversdale Mining, com sede na Austrália. Em 2014 a Rio Tinto vendeu os seus ativos a um conglomerado de empresas indianas, denominado ICVL.

⁷Trabalharemos com o conceito de atingido para fazer referência à população que será prejudicada e deslocada pelos projetos de exploração mineira. Esse conceito é resgatado do debate desenvolvido por

esses projetos e obrigadas a mudar de território. São projetos tidos como a alavanca do desenvolvimento nacional, o que os torna “intocáveis” e “inadiáveis” dados o seu peso econômico na economia nacional e, por isso, com “passe livre” para gerarem as transformações necessárias à sua implantação. Para a sua viabilização, vários atores, localizados a diferentes escalas, com papéis e poderes diferentes, atuam sobre os territórios locais, daí que se precisa entender que efeitos esses projetos apresentam ao nível da escala local e, que papel desempenham os atores localizados nos diversos níveis escalares?

Já que a Lei de Minas de 2002 definiu a exploração mineira como sendo prioritária em relação a qualquer outro tipo de uso, incluindo o de subsistência, como se realizam os processos de obtenção do DUAT pelos projetos? Que legislação nacional protege os direitos das comunidades locais nesse processo? Será que os megaprojetos de exploração mineira geram benefícios socioambientais e econômicos significativos nas comunidades locais para se considerar o uso para exploração mineira como sendo prioritário?

Como o reassentamento não é o culminar de um processo, mais o início de uma reterritorialização, sobre um espaço estranho às comunidades, como esse processo se desenrola, tendo em conta os vários interesses dos diferentes atores a diferentes escalas de atuação? Será esse processo a materialização dos aglomerados de exclusão resultantes de processos de acumulação por espoliação? Quais as características dos processos de destruição e de reconstrução dos territórios decorrentes dos processos de territorialização dos projetos de mineração em Moatize e qual o papel do Estado nestes processos, numa perspectiva multiescalar.

Para analisar a dinâmica territorial, optou-se por compreendê-la a partir do processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), por entender-se que os territórios são dinâmicos, estando em movimento, podendo ser lento, moderado e acelerado, com implicações profundas ou ligeiras, dependendo do interesse subjacente de quem o administra. Em se tratando de políticas neoliberais, geradoras de acumulação por espoliação, os processos tornam-se mais rápidos e com implicações profundas nas comunidades atingidas. E, essas transformações são mais bem apreendidas quando é analisada sob o ponto de vista escalar, em que se estuda a participação e os poderes dos diferentes atores envolvidos na produção da nova

Bernardelli (2012), que sustenta o fato do atingido ser a população afetada e que se beneficiará de uma indenização legalmente garantida.

territorialidade, que exclui a anterior e deteriora as condições de vida dos deslocados compulsoriamente. É importante lembrar que essa produção se processa num movimento contraditório, mas de afirmação da vontade dos atores hegemônicos, embora apareçam resistências silenciosas e silenciadas.

Com base no exposto acima, é levantada a seguinte hipótese:

- A atuação do Estado moçambicano, principalmente a partir das alterações legislativas ocorridas na década de 90, contribuiu decisivamente para os processos de acumulação de capitais amparados pelas políticas neoliberais. Esse processo se materializa na realização de reassentamentos compulsórios, onde as comunidades atingidas são forçadas a deslocarem-se espacialmente para áreas desprovidas de tempo condensado, culminando com a precarização das condições de vida.

É o processo de construção, destruição e reconstrução de territórios de comunidades locais atingidas pela exploração mineira o foco do estudo. As implicações socioespaciais da transição de territórios para espaços lisos, desprovidos de tempo condensado, e a luta para a sua transformação em território apresenta-se como o objetivo central da pesquisa. Para tal, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e analisar as legislações nacionais referentes à exploração de recursos minerais e suas implicações na defesa dos interesses das comunidades locais atingidas por projetos mineiros;
- Verificar e analisar os mecanismos utilizados pelo Estado moçambicano para viabilizar os projetos de exploração mineira;
- Identificar e analisar os níveis de participação das comunidades na implementação dos projetos e na definição das áreas de reassentamento;
- Analisar o processo de destruição dos territórios comunitários e a sua consequente reconstrução para entender as implicações socioespaciais da implantação dos projetos de exploração mineira nas comunidades atingidas.

A tese defendida é que a acumulação por espoliação é parte de um processo (re)iniciado, em Moçambique, a partir da revisão constitucional de 1990, quando o Estado centralizador abdicou da sua função de principal e único gestor do desenvolvimento à favor das forças do mercado que entregaram o país ao apetite voraz do sistema capitalista. Após a transformação constitucional, as legislações de terras e de minas passaram a ser os membros superiores das forças desterritorializantes dos

territórios concebidos como espaços de vida e de produção. Desta forma, os projetos de mineração viabilizados no contexto das políticas neoliberais, ainda que se implementem com o discurso desenvolvimentista, aprofundam desigualdades socioespaciais na medida em que provocam desterritorialização por meio de deslocamentos compulsórios e os processos de reterritorialização ocorrem em condições precárias, engendrando novas formas de pobreza

O método escolhido foi o dialético. Para a compreensão das transformações territoriais em Moatize, centro de Moçambique, optou-se por uma pesquisa predominantemente qualitativa, apoiada por uma metodologia de escalas de poder e gestão, em que se pretendeu compreender como os atores, com diferentes poderes e localizados a diferentes escalas atuam, contraditoriamente, sobre os territórios comunitários para fazerem valer as suas vontades.

Num mundo em que os ditames da globalização tendem a uniformizar os espaços, tornando-os parte de um processo de produção de mais-valia, a compreensão dessas dinâmicas passam por entender como os diferentes atores agem em diferentes escalas para defenderem os seus interesses. A atuação desses atores impõe a produção de um território, regido por normas que atendem aos interesses externos. Entender essas dinâmicas implica, também, diferenciar território do espaço, como fez Fernandes (2008) e Sevá Fo. (2012), entendendo a primeira como um campo de forças, onde há presença de resistência, ou melhor, de poderes silenciosos ou silenciados que atuam sobre o território. Enquanto que o espaço seria apenas uma proposta capitalista de mascarar as resistências, tornando os espaços como tabula rasa⁸.

É importante compreender que nos tempos atuais, as transformações socioespaciais que vão ocorrendo nos territórios não são apenas resultados da ação dos atores locais, mas que há uma influência, por vezes bastante significativa e

⁸A diferenciação que apresentamos neste ponto está mais associada à como esses conceitos são utilizados para defenderem determinados interesses, ou seja, quando falamos de território estamos nos referindo a um espaço que contém identidade, contradições e conflitualidades, enquanto que quando nos referimos ao espaço, usámo-lo, muitas vezes, como sendo homogêneo, mascarando as contradições e conflitualidades (FERNANDES, 2008; SEVÁ Fo, 2012; MATOS; MEDEIROS, 2013). A esse propósito, Leroy, recorrendo a Bauman (2005) mostra como o uso do território e espaço pode variar, de acordo com os interesses dos atores envolvidos. Para o autor, “o território é território quando lhe é útil marcar sua dominação, seus limites e suas posses, mas é espaço indefinido quando ele o utiliza como mero suporte às suas atividades, fonte de extração de riqueza e local de rejeito do que não lhe dá lucro e de sobrevivência do ‘refugo humano’” (LEROY, 2012, p.100). É preciso destacar que há autores que utilizam o conceito de espaço numa perspectiva mais complexa do que a que é tratada no texto, esse é o caso de Lefebvre.

preponderante, de atores extralocais. São esses atores (extralocais ou macroatores⁹) que vão alterar as formas de uso dos objetos do território e das ações que se vão realizar nele. Santos (2008, p.19) aponta que “os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas para as finalidades que raramente nos dizem respeito”. Dessa forma, o controle do território escapa dos nativos, tornando-os parte integrante de um processo que não entende o funcionamento do território. Encontram-se encarcerados aos ditames do exterior, embora haja, sempre, processos de resistências.

Os macroatores, com o auxílio do poder do Estado (incluindo os seus diferentes níveis escalares), quer seja explícito ou implícito, conduzem o território rumo a uma racionalidade capitalista, que marginaliza os atores locais¹⁰. Esse processo que introduz um tempo único, o tempo universal, choca com as temporalidades locais, que conformam o cotidiano local. Para compreender como o tempo universal destrói as temporalidades locais, produzindo um tempo e espaço universal, Santos recorre às verticalidades e horizontalidades para melhor compreender essa dinâmica. Para o autor,

As verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais “modernizados” e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados (SANTOS, 2009, p.108).

As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação ou complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo) (SANTOS, 2008, p.50).

Para Santos (2008, 2009), as verticalidades são portadores de vetores que transportam consigo uma hierarquia e regulam as ações no território. Ao mesmo tempo em que isso acontece, as horizontalidades, formadas por várias organizações que concebem a vida local diferente, apresentam lógicas distintas daquelas transportadas pelas verticalidades, não se conformando com espaços lisos. Santos (2008) acrescenta que

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2008, p.286).

A compreensão da dinâmica territorial a partir da proposta apresentada por Santos está associada ao conceito de escala, pois esta quer seja a temporal como

⁹ Santos (2009, p.106) denomina de macroatores “aqueles que de fora da área determinam as modalidades internas de ação”.

¹⁰ Laschefski (2012) e Zhou e Laschefski (2012) referem que o Estado, ou os governos, muitas vezes funcionam como facilitadores dos interesses dos organismos internacionais ou do capitalismo.

espacial, permite-nos entender como os macroatores condicionam a dinâmica dos territórios locais. Santos (2012) identifica e diferencia dois níveis de escalas, sendo uma a escala de realização das ações e a outra a do seu comando. Com isso fica claro que existem espaços que comandam as ações, normalmente constituído pelos macroatores, e o espaço do acontecer das ações definidas por esses macroatores, que são os espaços de materialização das ações. De acordo com Santos,

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra (SANTOS, 2012, p.80).

Santos (2012) entende ser importante discutir a questão de escalas também sob o ponto de vista temporal, pois para ele a área de ocorrência do fenômeno varia com o tempo, sendo importante entendê-lo em níveis escalares, pois o habitat da materialização das ações pode variar com o tempo, sendo fundamental já que os seus impactos são temporais. Para o autor, a escala de origem das ações é, normalmente, identificada, ou seja, conhecida, considerando o seu lugar geográfico, econômico ou político. Mas a escala da ocorrência do fenômeno é variável no tempo, isto é, os impactos da sua influência são conhecidos com o desenrolar da história.

Para melhor entender a dinâmica territorial da área em estudo, recorreremos à metodologia de escalas geográficas de poder e gestão, pois as transformações territoriais que vão ou que estão ocorrendo no território são resultado de influência de vários atores a diferentes níveis escalares. Estes atores, localizados a diferentes escalas, exercem poderes, diferentes, sobre um determinado território, influenciando na conformação socioespacial do mesmo.

Rückert e Rambo (2007) referem que a metodologia de escalas geográficas de poder e gestão caracteriza-se por ser um recurso metodológico o qual permite observar como os atores locais/regionais – sociedade civil – Estado e mercado, articulam entre si e com as demais escalas de poder e gestão com o propósito de promover e desenvolver o seu território. Neste contexto de análise geográfica, torna-se fundamental considerar a existência de diferentes escalas de poder e gestão atuantes sobre o território em causa, para compreender a densidade e a complexidade da multiplicidade de poderes neles existentes e atuantes.

Porém, antes de entrarmos na discussão sobre a metodologia escolhida, importa diferenciar a escala cartográfica da escala geográfica, visto que durante muito tempo se

associou estas duas como se fossem a mesma ou, por outro lado, a geografia se apropriou da escala cartográfica, que é puramente matemática, evitando a sua discussão e a adequação à ciência geográfica. Racine, Raffestin e Ruffy (1983) referem que a geografia adotou o conceito de escala tal como foi empregado pela cartografia. Os mesmos autores referem que a escala cartográfica exprime a representação do espaço como “forma geométrica”, enquanto que a escala que deve ser chamada de escala geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com essa “forma geométrica”.

A multidimensionalidade do poder (Estado, sociedade civil e mercado) torna mais complexa a análise territorial e, explicar o lugar pelo lugar torna a análise incoerente e com algumas lacunas. A este respeito, Santos (1985) afirma que nem mesmo o lugar pode explicar a totalidade, ou seja, o lugar não é autossuficiente e o contrário também é válido. Segundo Acsehrad (2002), a dinâmica do desenvolvimento territorial de escala local se dá pela combinação de fatores em escalas variadas. É a partir da metodologia de escalas geográficas que melhor podemos compreender a realidade. E, fortalecendo esse recurso, Rückert (2005) destaca que

fundamentalmente, as escalas geográficas de poder nos ensinam que a totalidade não se reduz a nenhuma das partes e que nenhuma das partes pode representar a totalidade, o que significa afirmar que os territórios são mais densos e mais complexos do ângulo dos múltiplos poderes que nele e sobre ele atuam (Rückert, 2005, p.82).

Rückert e Rambo (2007) e Manzanal et al. (S/D) consideram que apesar de nos processos de desenvolvimento territorial local/regional, os atores locais apresentarem um destacado protagonismo quanto ao exercício de poder e gestão dos seus territórios, estes, não se mantêm isolados dos atores das restantes escalas, pois as ações territoriais não teriam, provavelmente, os mesmos êxitos ou resultados se praticados de forma isolada ou individual. É importante destacar que as análises desenvolvidas por Rückert e Rambo não incluem a escala global (internacional), pois os autores trabalham até ao nível da escala nacional, configurando que as ações de desenvolvimento são endógenas, ou seja, partem de atores localizados ao nível local, que se apropriam das políticas públicas concebidas a níveis escalares superiores. Essa mesma percepção é também defendida por Manzanal et al. (S/D), que compreendem que nas transformações territoriais, com a finalidade de um desenvolvimento local, os atores locais desempenham um papel importante, visto que é nesse nível escalar que a população vive e trabalha, por isso tem a possibilidade de participar, organizar-se e projetar-se para o aumento do seu poder e, dessa forma, fortalecer a defesa dos seus interesses.

A despeito de concordarmos com as visões dos autores, pois em se tratando de um desenvolvimento local, as iniciativas locais desempenham um papel fundamental para o alcance dos seus objetivos, nem sempre o desenvolvimento local parte de uma iniciativa endógena. Ela pode ser transplantada do exterior e colocada ao serviço do desenvolvimento local. Embora Manzanal et al. (S/D) trabalhem o desenvolvimento territorial, dando enfoque a iniciativa local e as políticas públicas, os autores não ignoram a importância da escala internacional. Para a realidade moçambicana, a escala internacional é fundamental, pois é a partir dela que várias políticas públicas são esboçadas, ou seja, é com base nos interesses de atores externos, localizados a escala internacional, que se definem as linhas orientadoras das várias políticas públicas moçambicanas. A questão do poder econômico desses atores joga um papel abissal, pois só com o apoio financeiro desses atores é que as políticas públicas encontram sua materialização.

Para além da influência que as escalas espaciais podem ter na contribuição para o entendimento do fenómeno em estudo, Milton Santos chama a atenção para o papel desempenhado pelo tempo, pois para o autor, “a noção de tempo é inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema” (SANTOS, 1985, p.22). Com base no exposto, fica claro que o percurso histórico explica, em parte, as condições que afetaram e afetam a realidade local/regional.

Para melhor compreender a dinâmica de desenvolvimento territorial do recorte geográfico a ser estudado, foram definidas as seguintes escalas de poder e gestão: (1) escala local – correspondente às áreas de reassentamento; (2) escala local/regional – correspondente à área de estudo definida pelo distrito de Moatize e a cidade de Tete; (3) escala provincial – correspondente à província de Tete; (4) escala nacional – correspondente ao território nacional; e finalmente a (5) escala internacional. Com base nessas escalas, assume-se que a demonstração das escalas de poder e gestão permitiram entender, de uma forma didática, como cada uma delas se refletiu na escala local, influenciando na conformação socioespacial.

Para além da definição dos níveis escalares, também foram definidos os atores intervenientes no processo de destruição dos territórios das comunidades locais e na criação dos espaços de reassentamento. Para tal recorreu-se a Bobbio (1987, p.33) que entende por sociedade civil “a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido estritamente e quase sempre polemicamente como o conjunto dos aparatos

que num sistema social organizado exercem o poder coativo”. Neste contexto, observa-se que o autor não distingue o mercado da sociedade civil. Contudo, para uma melhor compreensão da ação dos diferentes atores no território, o mercado foi separado da sociedade civil, por este desempenhar um papel importante nos territórios em estudo. Deste modo, ter-se-ão os atores que representam o Estado, a sociedade civil e o mercado.

Além da dissociação do mercado da sociedade civil, também se dissociou as organizações espontâneas locais ou comunitárias da sociedade civil. Essa dissociação permite compreender melhor a presença e o papel das organizações locais na defesa dos seus interesses. As organizações que integram a categoria de sociedade civil são bastante abrangentes, incluindo, na sua maioria, organizações não pertencentes à escala local e local/regional, mascarando, desta forma, a compreensão do nível de atores representantes dessas escalas. A ausência de atores da sociedade civil com sede nas comunidades atingidas forjou a organização das famílias atingidas em grupos, sem a presença dos régulos¹¹, para a defesa dos seus interesses. Essa associação é muitas vezes espontânea e surge sempre que as necessidades de defesa dos seus interesses são colocadas em risco.

No que tange à definição dos atores envolvidos nas transformações territoriais, observou-se que atores que representam o Estado são os ministérios (Ministério dos Recursos Minerais e Energia – MIREME; o Ministério para a Coordenação e Ação Ambiental – MICOA), as direções provinciais que compunham a Comissão de Reassentamento (Direção Provincial de Recursos Minerais e Energia – DPRME; Direção Provincial de Agricultura – DPA; Direção Provincial para a Coordenação a Ação Ambiental - DPCA; Direção Provincial de Obras Públicas e Habitação); o Governo Provincial; os Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estrutura (SDPI); Serviços Distritais de Atividades Económicas (SDAE) e o Governo Distrital. A sociedade civil é fundamentalmente constituída por organizações não governamentais (ONG's) como a Liga dos Direitos Humanos, delegação de Tete (LPDH); A Justiça Ambiental, delegação de Tete (JA), União Provincial dos Camponeses (UPC); a Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC) e a CARITAS da província de Tete. No que concerne ao mercado, este é constituído por empresas mineiras responsáveis pelos processos de deslocação compulsória, nomeadamente a Vale Moçambique e a Riversdale Moçambique/Rio Tinto Moçambique.

¹¹ São os representantes máximos de uma determinada comunidade. São os chefes tradicionais, descendentes da linhagem fundadora da comunidade e os representantes vivos dos antepassados.

Para medir a densidade institucional, se relacionou os atores e as escalas de atuação em torno dos arranjos institucionais e dos projetos desenvolvidos no território, como se resume no quadro 1. Segundo Rückert e Rambo (2007), quanto mais próximo estiver de 01, maior será a presença de atores no projeto e maiores serão as influências das diferentes escalas sobre o território local.

Quadro 1. Níveis de densidade institucional

Níveis	Poderes atuantes junto ao projeto
05	Poderes apenas das instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
04	Poder distrital e instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
03	Poder provincial, distrital e instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
02	Poder nacional, provincial e distrital, instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais e estrangeiras
01	Poder internacional, nacional, provincial e distrital, instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais e estrangeiras

Fonte: Adaptado com base em Rückert e Rambo (2007)

Para o cumprimento dos objetivos traçados para o estudo e, estando de acordo com a metodologia escolhida (metodologia de escalas geográficas de poder e gestão), deu-se ênfase a uma abordagem qualitativa, pois Oliveira (2008, p.37) conceitua este tipo de abordagem como sendo “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. A recorrência a esta abordagem implicou, segundo a mesma autora, a estudos de bibliografia referente ao tema, observações, entrevistas e análises da informação/dados recolhidos.

A escolha de uma abordagem qualitativa se fundamenta nas principais características que este tipo de abordagem apresenta, pois de acordo com os argumentos apresentados por Oliveira (2008, p.38-39), as quatro principais características são: (1) ambiente natural como fonte direta de dados, e o pesquisador como instrumento fundamental; (2) carácter descritivo; (3) significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, que deve ser uma preocupação do investigador; e (4) enfoque indutivo.

Para a coleta e análise de dados foram seguidos os seguintes procedimentos metodológicos, subdivididos em três principais etapas: a revisão bibliográfica, o trabalho de campo e o trabalho laboratorial.

A revisão bibliográfica consistiu, fundamentalmente, na busca do material bibliográfico existente sobre o processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) e o impacto das políticas neoliberais que constituíram a “coluna vertebral” da análise teórica do fenômeno em estudo.

O trabalho de campo foi realizado durante dois meses e meio, dividido em quatro escalas: a nacional, a provincial, a local/regional e a local. A local circunscreveu-se às áreas de reassentamento, onde foram realizadas entrevistas com as famílias reassentadas, incluindo algumas das lideranças locais. Durante duas semanas foram realizadas entrevistas ao nível da escala local, local/regional e provincial. Foram entrevistadas todas as organizações da sociedade civil da província com participação no processo. Realizaram-se entrevistas com alguns membros da Comissão de Reassentamento e com o governo distrital. Também foi realizada uma entrevista com a responsável da área social da Vale. Ao nível da escala nacional foram realizadas entrevistas com o responsável da área de recursos minerais e energia do Centro de Integridade Pública e com o principal pesquisador do Observatório Rural de Moçambique (ORM).

No total foram realizadas 30 entrevistas, sendo a maior parte gravada e depois transcrita. As entrevistas tiveram a duração que variava de 30 minutos à 1 hora e 30 minutos. A maior parte das entrevistas foi individual, embora tenha havido casos, principalmente nas áreas de reassentamento, em que alguns membros de famílias reassentadas participaram, principalmente para consubstanciar com mais informações que aparentavam alguma incerteza por parte do principal entrevistado.

O tipo de entrevista escolhida para a recolha de informação foi a semi-estruturada, em que o entrevistador tinha a liberdade para conversar com o entrevistado, a partir, não só de um leque de perguntas pré-definidas, mas também abrindo a possibilidade de surgirem novas perguntas ao longo do diálogo. Além da realização de entrevistas semi-estruturadas, foram realizadas algumas conversas informais com alguns moradores da escala local/regional para a compreensão das implicações socioespaciais da introdução dos projetos mineiros em Tete. Este recurso permitiu ao pesquisador incluir e retirar algumas questões do leque de perguntas esboçadas no guião de entrevistas.

O diário de campo desempenhou um papel importante, pois permitiu ir anotando os pontos importantes das conversas informais realizadas, como também da reação dos entrevistados às perguntas. O diário de campo e o uso da máquina fotográfica permitiram registrar as observações realizadas durante o trabalho de campo.

Tanto na escala nacional como na escala provincial foram dadas atenções especiais a recolha de informação bibliográfica necessária às análises a serem efetuadas. As bibliotecas do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, do Ministério para a Coordenação e Ação Ambiental, do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane; do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE); e da Direção

Provincial de Coordenação e Ação Ambiental (DPCA) permitiram obter informação necessária à compreensão do processo de exploração do carvão mineral e as transformações político-sociais e econômicas atravessadas por Moçambique.

Em algumas direções distritais em que não foi possível realizar entrevistas, os responsáveis das mesmas disponibilizaram alguns relatórios que permitiram compreender a atuação dessas direções ao nível do distrito e as transformações que ocorreram no distrito e na cidade de Tete.

A busca de informação, tanto ao nível da escala nacional como provincial, foi marcada pela pouca colaboração dos intervenientes no processo. Alguns membros da Comissão de Reassentamento recusaram-se a participar da pesquisa e a disponibilizar informações pertinentes à compreensão do processo de reassentamento. Informações que faziam referência aos projetos mineiros eram consideradas sigilosas e de domínio exclusivo das instituições.

O contato com as empresas mineiras também foi carregado de dificuldades e com receios para a disponibilização de relatórios e estudos realizados pelas empresas (que deveriam ser públicos). Não foi possível entrevistar os responsáveis ou funcionários da Rio Tinto. Apesar de várias insistências, o nosso pedido não chegou a ser respondido até a nossa viagem à Porto Alegre. Relativamente à Vale, não foi permitido gravar a entrevista. Apesar desses inconvenientes, foi possível colmatar os constrangimentos enfrentados. Em relação ao projeto Benga, detido pela Rio Tinto, foi possível ter acesso a um conjunto de relatórios e estudos realizados pelas empresas de consultoria contratadas pela Riversdale, o que ajudou a conhecer melhor o projeto.

As informações recolhidas a partir de observações nas áreas de reassentamento, das entrevistas e dos documentos consultados permitiram estabelecer as análises necessárias para compreender as transformações territoriais ocorridas, os atores envolvidos e as suas escalas de atuação. Com base na informação recolhida foi possível construir o gráfico de densidade institucional que estabelece a relação entre os atores e a sua localização ao nível das escalas definidas para o estudo. Como também permitiu compreender o papel e o poder dos diferentes atores atuantes na transição do território das comunidades locais para as áreas de reassentamento.

Depois de recolhidas as informações necessárias às análises, os resultados obtidos durante o trabalho de campo passaram por um processo de validação, que consistiu na realização de debates com diferentes pesquisadores que trabalham sobre a mesma problemática, mas de áreas de conhecimento diferentes. A consulta aos relatórios

produzidos por pesquisadores e organizações internacionais sobre o processo de reassentamento em Moatize ajudaram a validar, a credibilizar e a confiar nos dados recolhidos durante o trabalho de campo. Esse processo de validação também permitiu a obtenção de mais informação a partir dos debates realizados.

Após a sistematização, análises e a organização dos dados, a tese encontra-se estruturada em sete capítulos, além da introdução, considerações finais e as referências bibliográficas.

No primeiro capítulo é discutida a dinâmica territorial através da abordagem teórico-metodológica de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização. A TDR permitiu compreender como os territórios locais, construídos na história sociocultural local são destruídos a partir da introdução de políticas neoliberais, amparadas pela ação do Estado e conduzidas sob o olhar capitalista da acumulação por espoliação. O resultado da destruição dos territórios locais é a reterritorialização, constituída por comunidades que são precariamente incluídas nesse processo.

No segundo capítulo apresentam-se as características da área de estudo, onde se inclui a cidade de Tete, que além de oferecer parte da sua área para a exploração mineira, ela se apresenta bastante ligada à dinâmica social, política e econômica de Moatize. No capítulo analisa-se a evolução da população e as características sociais e econômicas da população que residem nela, diferenciando, quase sempre, ao nível do espaço residencial, isto é, ao nível do espaço urbano e rural. Este capítulo oferece a possibilidade de compreensão das condições de vida da população da área de estudo e do seu entorno para se entender os impactos da implementação das políticas neoliberais nos territórios das comunidades locais

O capítulo três faz uma análise das legislações de terras, de minas e outras relacionadas com a exploração mineira que foram responsáveis por facilitar a entrada de capitais estrangeiros. Para a compreensão desse processo, que culminou com a produção do território do carvão, procede-se a análise evolutiva das legislações aprovadas desde o alcance da independência. Esse capítulo é complementado com o capítulo quatro, em que é resgatada a história político-econômica de Moçambique para compreender-se como as transformações no campo da política e da economia colocaram o país ao serviço do capital internacional. Discutiui-se também como a organização do espaço foi fundamental para a implantação das vontades dos atores dominantes em cada período histórico de Moçambique. E, chega-se ao final do capítulo demonstrando como as

transformações político-econômicas permitiram ao país direcionar-se para uma estratégia de desenvolvimento centrada nos megaprojetos.

O capítulo cinco aborda a importância da indústria mineira na economia nacional, dando ênfase à exploração do carvão mineral. São analisados os processos recorridos pelas empresas mineradoras para se territorializarem sobre os territórios das comunidades locais. Esse capítulo pretende apresentar uma visão diferente da demonstrada no capítulo seis, onde se dedica atenção à produção e organização socioespacial dos territórios comunitários e os processos de sua destruição. O capítulo seis apresenta uma visão dos atingidos sobre os processos de destruição dos seus territórios e o consequente processo de reassentamento.

E, finalmente no capítulo sete, trabalha-se a questão da metodologia de escalas geográficas de poder e gestão e os processos TDR para a compreensão das transformações territoriais. Nesse capítulo é analisado como o governo-Estado moçambicano viabilizou a territorialização das mineradoras em territórios das comunidades locais. Analisa-se, igualmente, o desafio dos atingidos em transformar os espaços de reassentamento em espaços de vida e de produção.

1. O TERRITÓRIO EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

1.1. Uso do território

Durante muito tempo, o conceito de território foi largamente e, se não exclusivamente, usado para designar um espaço sob o domínio de um Estado-Nação. Esta forma de conceber o território como pertença exclusiva do Estado-Nação entra em crise, quando se começa a perceber que existiam diferentes poderes atuando sobre espaços que incluíam vários territórios ou, dentro de um único território, usurpando determinados poderes ao Estado-Nação. A acepção que se fazia da relação direta entre o Estado-Nação e o seu território vinha desde o período em que o geógrafo Ratzel trabalhou significativamente na teorização da Geografia do Estado. Nessa sua teorização, Ratzel associa o território como espaço próprio de um Estado, donde detêm a soberania sobre o mesmo, isto é, só o Estado detêm os poderes jurídico, administrativo, político, etc. Com isso pretende-se ressaltar que o reconhecimento da multidimensionalidade do poder era ainda uma questão marginal.

Becker (1983) refere que durante muito tempo se considerou que a única fonte de emanção do poder era a do Estado, apresentando-se deste modo uma visão monodimensional e totalitária do poder. Esta forma de concepção permitia associar que as análises que se poderiam fazer num território só podiam estar associadas às escalas de atuação das subunidades escalares definidas pelo Estado (como as províncias, municípios, distritos, etc.), por outro lado, embebiam-se os conflitos internos, pois apenas se assumia que os conflitos poderiam surgir entre Estados e não no seu interior. Essa visão de território, como uno, ou apenas de governança (FERNANDES, 2008), a administração e controle do Estado mascara a existência de outros territórios.

O processo da globalização da economia, principalmente depois do pós-guerra, vem transformar as relações intra e inter Estados, incluindo mais atores com diferentes poderes¹². A perda da supremacia do Estado sobre o território é afetada tanto ao nível supranacional com a formação e atuação de organizações/instituições internacionais que influenciam político-economicamente sobre o território, antes de domínio exclusivo do Estado-Nação, bem como ao nível interno onde se observa relações glococais e a manifestação de conflitos internos que desafiam a soberania do Estado. Becker (1983) e

¹² Andrade (1994, p.214) abordando a supremacia de determinadas empresas que controlam diversas áreas ao nível do globo, sustenta que "... é hoje fato comprovado com o processo da mundialização da economia, fazendo esmaecer a importância das fronteiras políticas e diminuindo a importância da soberania do Estado".

Fernandes (2008) enfatizam que atualmente já não é possível ocultar a existência da multidimensionalidade do poder, com reflexos ao nível escalar e territorial, permitindo desta forma, alargar o conceito de território.

Ao se alargar o conceito de território, pretende-se referir que o território não é apenas formado a partir de um único ator, o Estado. Mas, que há possibilidades de diferentes atores participarem na produção do território. A partir das relações de poder intermediadas pelo espaço, cria-se o território. É o poder "definido e delimitado pelas relações de poder" (SOUZA, 2007, p.78) que está na origem do conceito do território. Dessa forma, qualquer aceção que se faça ao território está contida as relações de poder, quer nas suas múltiplas dimensões quer no papel que os diferentes atores podem exercer na sua criação. Andrade (1994, p.213) conclui que "deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas". À conceituação de Andrade, acrescentaríamos o poder resultante de uma apropriação afetiva e simbólica, produzido por grupos sociais que detêm o poder cultural, diferente daquelas dimensões de poder ressaltadas por Andrade na sua conceituação.

Recorrendo às raízes da palavra território, Corrêa (1994) constata que etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, que significa terra pertencente a alguém. Com o pertencente o autor desfaz alguns equívocos que se pode tirar da sua compreensão, mostrando que o pertencer não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação, que pode apresentar um duplo significado. Por um lado,

associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Nesse sentido o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Nesse sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares, [...] Apropriação passa a associar-se à identidade de grupos à afetividade espacial (Corrêa, 1994, p.251).

Com a concepção trazida por Corrêa, podemos compreender que a produção do território, a partir da apropriação, quer seja mais material, ou de fato, quer pela efetividade ou simbólica, o importante é compreender como os diferentes atores, a partir dos seus respectivos domínios de poder organizam os seus objetos e agem sobre eles no espaço. Nesse contexto, é a forma como os atores organizam os sistemas de objetos e de ações que se torna a base para o estudo, ou melhor, como defende Milton Santos, o

território não é uma categoria de análise, mas sim o seu uso. Santos (1994; 2003; 2011) defende que é o território usado ou o uso do território que é uma categoria de análise, e vai mais além ao destacar que quando fizermos um estudo de qualquer parte do território¹³ precisamos ter em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade. Para o autor se está incluindo a natureza e o seu uso, que pressupõe a ação humana, ou seja, o trabalho e a política.

Explicitando a "nova" proposta de categoria para a geografia e, em geral, para as ciências sociais, Milton Santos (2003, p.21) entende que o território usado pode ser definido pela

implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS, 1987; SILVEIRA, 1997).

É interessante notar que a proposta apresentada por Santos faz menção ao fato de entendermos o território usado na perspectiva de como determinada porção do espaço está sendo usada para determinadas finalidades. Quando se refere ao sistema de engenharias, Santos está se reportando aos fixos, ou seja, aos objetos que são implantados no território para responderem a determinados fins. E quando se reporta à dinâmica que vai ocorrendo no território, o autor está se referindo aos fluxos, ou seja, as ações que se vão desencadear no referido território. É sobre esse fenômeno, circunscrito a um determinado espaço, que está o nosso interesse de estudo para responder as inquietações de como é usado o território. Por quem é usado? Por que é usado, para quê é usado? Onde é usado? Também se inclui como o tempo influenciou nessas inquietações levantadas.

A preocupação que é apresentada por Milton Santos é também destacada por Sack (2011), ao alertar-nos sobre os cuidados com o uso dessa categoria, pois para o autor nem sempre a delimitação de uma área pode representar a existência de um território. Para Sack (2011, p.77),

Circunscrever coisas no espaço, ou no mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde o milho é cultivado ou onde a indústria está concentrada, identificar lugares, áreas, ou regiões no sentido comum, mas não cria por si um território. Essa delimitação torna-se um território

¹³ Milton Santos usa parte do território, provavelmente porque ao longo da sua obra, está mais discutindo a questão das transformações históricas que foram ocorrendo no território brasileiro. Santos, apesar de tratar mais do território nacional e, muito pouco, sobre o território que não se circunscreve simplesmente ao território de governança (como foi chamado por FERNANDES, 2008), observa-se que a definição que Santos faz pode ser aproveitada para discutir outras formas de territórios e de territorialidades.

somente quando seus limites são usados para afetar o comportamento ao controlar o acesso.

O alerta do Sack assemelha-se à preocupação apresentada por Milton Santos, ao nos proporcionar a visão de que a categoria a ser estudada não é apenas o território em si, ou seja, não é apenas delimitação de uma área, mostrando os conteúdos do território. É preciso entender o movimento dos objetos proporcionados pelas ações. É preciso compreender como o "bicho" homem organiza os objetos e como a sua organização obedece a uma racionalidade que tem como resultado responder aos seus interesses, ou melhor, como a partir da forma de organização dos objetos, as ações se desencadeiam para alcançar determinadas finalidades. Só assim se torna pertinente estudar o território.

Nesse contexto, ao estudarmos as ações desenvolvidas pelos atores para a satisfação das suas necessidades, gerando espaços mediados espacialmente pelas relações de poder, estamos nos preocupando com a territorialidade desses atores. Autores como Sack (2011), Raffestin (2010) e Corrêa (1994) nos fornecem as ferramentas necessárias à compreensão das estratégias utilizadas pelos diferentes atores para a produção dos seus respectivos territórios. Para Corrêa (1994, p.251-252) a territorialidade refere-se "ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas"

Para Raffestin (2010, p.14-15) a territorialidade é entendida como sendo "o conjunto das relações que os homens têm com a exterioridade e a alteridade, com a ajuda de mediadores, para satisfazer suas necessidades, na esperança de obter maior autonomia possível". Com essa conceituação, fica evidente que o autor se reporta a um conjunto de estratégias que são acionadas por um ator ou vários atores com vista a tornar um território sob seu domínio ou influência. Na mesma vertente, Sack (2011, p.76) define a territorialidade como "a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica".

Os três autores apresentam definições que convergem principalmente no fato dos atores utilizarem estratégias que sejam adequadas para manterem o domínio sobre um determinado território. Esse conjunto de astúcias, apropriadas pelos atores ou pelo ator, são carregadas de poder, pois só com a sua aplicação é que se podem materializar os interesses daqueles atores que pretendem ver as finalidades emergirem do seu domínio. Sack (2011), trabalhando mais sobre o conceito, clarifica que a territorialidade é a forma espacial primária de poder e que permite economizar esforços no seu controle. O autor

incorpora ações não territoriais como necessárias para a efetivação da territorialidade. Vai mais além, ao destacar que o mais importante na definição da territorialidade não é o que ela é, mas o que ela pode fazer para evidenciar os seus efeitos lógicos e os significados. Para o autor, a aplicação da territorialidade implica em: (i) a classificação por área, ao se definir que uma determinada área é da sua pertença; (ii) a presença de uma forma de comunicação, onde se constata a existência de um marco ou sinal que indica que a área tem um proprietário; e (iii) a imposição do controle sobre o acesso à área e aos recursos que lá existem. Isso pode acontecer quando o indivíduo ou o grupo restringe o acesso à área e às coisas dentro dela. Essas três estratégias podem ser utilizadas simultaneamente, como pode acontecer que determinados atores privilegiem uma ou duas em detrimento das restantes, dependendo do contexto sociocultural e histórico-espacial em que acontece a recorrência à territorialidade.

É importante destacar, como fez Sack (2011), que a territorialidade varia no tempo e no espaço, dependendo do nível de modernização das sociedades que a compõem. Analisando as territorialidades dos povos considerados tradicionais e dos considerados modernos (ou ocidentais), o autor constata que as estratégias são diferentes. Embasado num estudo realizado com os grupos Chippewa, considerados de povos tradicionais, demonstra que a territorialidade está bastante ligada ao fator pertencimento, onde um determinado grupo não precisava reivindicar um determinado território para o seu uso exclusivo e que não precisava defendê-lo contra as incursões de outros povos. Enquanto que para os ocidentais, a territorialidade poderia significar a demarcação e o uso exclusivo do proprietário, ao mesmo tempo em que se desenvolvem esforços constantes para defendê-los dos estranhos.

A associação do conceito de pertencimento ao da territorialidade permite incluir a territorialidade às sociedades consideradas tradicionais, que concebem a territorialidade como parte de si, isto é, a territorialidade é a manifestação da sua comunhão ao território. Andrade (1994, p.214) considera que a territorialidade, de uma forma subjetiva, "cria uma consciência de confraternização entre as mesmas [as pessoas que habitam o território]".

Andrade (1994, p.214) não restringe o conceito de territorialidade apenas à questão de pertencimento, ele amplia o conceito, argumentando que "admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território".

O autor reconhece que a ampliação da territorialidade promove a destruição de outros territórios, e que isso pode significar, direta ou indiretamente, a recorrência às três estratégias apontadas por Sack para que os interesses de um determinado ator (ou grupo) se materializem.

Essas estratégias utilizadas pelos diferentes atores evidenciam diferenças nas formas de exercer a territorialidade¹⁴. Sack (2011) sustenta que o contato que os povos considerados tradicionais (os Chippewa) tiveram com os povos ocidentais modificaram, profundamente, as relações sociais e as formas de territorialidade tradicionais¹⁵ (se é que assim o podemos chamar).

Essas dinâmicas também foram captadas por Raffestin. Apesar do autor não reportar, claramente, que a sua visão terá sido influenciada pela alteração das formas de territorialidades acionadas pelos povos considerados tradicionais, ele reformula o seu conceito de territorialidade para poder captar a introdução de outros elementos que acabam por influenciar a manifestação da territorialidade. Recentemente, veio a considerar que a definição que dera à territorialidade encontrava-se obsoleta. Para ele,

há um mediador que tem uma potência fantástica que modifica o jogo dos demais mediadores: é a moeda que introduz na sociedade uma matemática social, que determina equivalências discutíveis e, às vezes, estranhas, mesmo inaceitáveis do ponto de vista da coesão social, da moral e da ética, que não se restringem ao campo econômico (RAFFESTIN, 2010, p.15).

A introdução do dinheiro, ou o seu impacto nas sociedades consideradas tradicionais, acaba por alterar as formas de convivência e de acionamento das territorialidades¹⁶. As territorialidades alteradas ou revolucionadas por novos objetos e ações conformam uma nova realidade e uniformizam o território, tendendo a responder às necessidades estranhas ao local.

¹⁴ As diferenças de territorialidades também foram captadas por Laschefski (2012, p.83) analisando um caso de disputa de recursos. Para ele, os conflitos surgem pela execução de duas territorialidades distintas, em que uma é “a) a da sociedade capitalista, em que o espaço é definido pela posse ou pelo uso privado, passível de parcelamento que pode ser fixado em limites territoriais e em mapas, e que se mostra incompatível com b) os territórios flexíveis de grupos tradicionais, utilizados na maioria de forma coletiva”. Essa abordagem aproxima-se da de Sack.

¹⁵ Haesbaert (2011a, p.122) evidencia formas diversas de relacionamento entre os povos considerados tradicionais e os modernos, onde segundo ele, “as sociedades tradicionais eram mais territorializadas, enraizadas, e que a sociedade moderna foi se formando cada vez mais ‘resificada’ ou reticulada, quer dizer, transformada através de fluxos cada vez mais dinâmicos, marcados pela velocidade crescente dos deslocamentos, passando de um mundo ‘tradicional’ mais introvertido para um mundo ‘moderno’ cada vez mais extrovertido e globalizado”.

¹⁶ Sobre esse aspecto, Silveira (2011, p.48) argumenta que “a técnica, a informação e o dinheiro tendem a desempenhar um papel de aceleração social, que pode anular velhas territorialidades com o desfazimento dos limites políticos, econômicos, sociais e culturais aos quais a identidade estava associada” E Harvey (2012a, p.98), constata que com “o advento de uma economia de dinheiro, alega Marx, dissolve os vínculos e relações que compõem as comunidades ‘tradicionais’, de modo que o ‘dinheiro’ se torna a verdadeira comunidade”.

1.2. Dinâmica territorial

Para a compreensão do território usado é importante compreendê-lo a partir de um processo, no qual está em movimento. Esse processo pode ser lento ou rápido, dependendo dos objetos e das ações introduzidas para determinada finalidade. A construção, destruição e reconstrução dos territórios obedecem aos vários interesses subjacentes neles. Como se trata de um território observa-se que as relações de poder estão presentes e, nesse contexto, as destruições do território serão influenciadas pelos atores hegemônicos que tendem a produzir um território segundo os seus interesses.

O tempo é o principal aliado nas transformações territoriais. As abordagens de desenvolvimento, as novas técnicas, a descoberta de novos recursos, o processo de acumulação capitalista, dentre outros fatores, influenciam na destruição e construção de novos territórios. Esse movimento denominado de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) se intensifica com o desenvolvimento capitalista.

Milton Santos (2008, 2012) captou esse movimento ao se referir que nos dias atuais a mobilidade se tornou uma regra, onde o movimento se sobrepõe ao repouso. E argumenta que

A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de *desterritorialização*. Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é também, desculturização (SANTOS, 2012, p.327-328).

Nessa vertente, a desterritorialização significaria um estranhamento com o novo, com a nova realidade introduzida num território do qual os objetos e as ações eram parte do seu domínio, ou melhor, os ocupantes tinham o controle sobre elas. Esse estranhamento pode alterar o comando das ordens e do funcionamento do território, tornando os anteriores atores alienados dos novos objetos e ações e, produzindo finalidades que atendem a outros interesses.

Deleuze e Guattari (2011) e Andrade (1994) consideram que o Estado foi o grande primeiro desterritorializador, ao introduzir novos agenciamentos sobre os territórios das comunidades consideradas tradicionais. Essa desterritorialização significou a sua divisão e inclusão dentro do aparelho de gestão estatal. Ao se introduzir esses territórios dentro da lógica de funcionamento do Estado, criou-se um estranhamento para os anteriores ocupantes e, o seu território foi condenado a atender a interesses estranhos e, em muitos casos, entregue à acumulação capitalista.

Os territórios, mesmo os considerados tradicionais não eram estáticos, pois os contatos que iam mantendo com outros povos permitiam alterações, mesmo que não fossem profundas. As alterações profundas, que podemos denominar de desterritorialização, são provocadas, principalmente, pelo Estado, associado ao sistema capitalista. Santos (2012) refere que as trocas, principalmente as desiguais, poderão estar na origem de processos de desterritorialização observados ao longo da história. Para ele,

Ao longo da história, as trocas entre grupos e, sobretudo, as desiguais, acabaram por impor a certos grupos as técnicas de outros. Entre aceitação dócil ou reticente, entre imposição brutal ou dissimulada, a escolha é, entretanto, inevitável. É assim que conjuntos inteiros ou pedaços de técnicas se incorporam a outros pedaços mudando-lhes os antigos equilíbrios e acrescentando elementos externos às histórias até então autônomas. Pode-se, então, referir a uma “desterritorialização” das técnicas, que, após se instalarem no seu novo meio e formarem sistema com as técnicas preexistentes, conhecem o que se pode intitular de “reterritorialização”. Aí por diante, o movimento *local* das técnicas deixa de ser apenas horizontal, antropológico, e recebe uma influência, um componente vertical, incluindo o lugar numa história técnica e social mais abrangente (SANTOS, 2012, p.190).

É interessante realçar que Santos, assim como Andrade (1994) e Corrêa (1994) associam a desterritorialização com a reterritorialização (ou a produção de novas territorialidades), sendo um mesmo processo, ou fazendo parte da mesma moeda. Ou seja, ao mesmo tempo em que se desterritorializa por uma mão, a outra reterritorializa. Deleuze e Guattari (2011, p.343) substanciam essa abordagem, ao afirmarem que “no limite, é impossível distinguir a desterritorialização e a reterritorialização, que estão presas uma na outra ou são como o avesso e o direito de um mesmo processo”.

O movimento de desterritorialização e reterritorialização é mais frequente nos dias atuais, principalmente num momento em que a globalização se impõe às sociedades. A globalização, que tende a responder aos interesses do capital global, tem sido em muitos casos, a responsável por processos de desterritorialização e reterritorialização. O capital, ao desterritorializar, para dele retirar a mais-valia, reterritorializa, também, de uma forma que possa atender aos seus propósitos. Deleuze e Guattari (2011) defendem que

Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente da mais-valia (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.53).

Isto parece descrever a dinâmica dos tempos modernos, encabeçados pelas ações do capital, sempre necessitando de aumentar a mais-valia, auxiliadas pelas ações do Estado. Num momento em que a globalização, principalmente a perversa, se instala em

quase todos os cantos do mundo, o movimento de desterritorialização e reterritorialização parece ser inevitável, até pela característica do sistema capitalista, que está sempre empurrando os seus limites ou, por outro lado, está construindo para depois destruir, naquilo que Harvey denomina de “destruição criativa¹⁷”.

Se o Estado desempenhou um papel importante como um dos principais atores de desterritorialização, ao incluir dentro da sua jurisdição comunidades que apresentavam lógicas de uso do território diferentes daquelas introduzidas com a formação do Estado-Nação, o mesmo abriu as portas para fomentar a apropriação do trabalho humano como parte do enriquecimento de determinados grupos sociais (a burguesia). A partir da formação do Estado-Nação, ampliando a territorialidade sobre o seu território, foi possível estender a atuação das formas de gestão e administração estatal para áreas ainda virgens, ou seja, para áreas que apresentavam formas diferentes de gestão e administração do seu território. Andrade (1994) apresenta um exemplo bem interessante para a realidade brasileira, ao demonstrar quando se deu a transformação do amplo espaço colonial brasileiro em direção à formação do território brasileiro. Para o autor, o mesmo só aconteceu a partir de meados do século XX, quando o Governo Vargas criou a Fundação Brasil Central e pregou "a marcha para o Oeste". Essas ações demonstraram como foi possível ampliar o campo de atuação do governo sobre o seu território, permitindo generalizar lógicas de funcionamento do Estado brasileiro, bem como podendo ter um domínio maior sobre os conteúdos do seu território.

O desenvolvimento do capitalismo, evoluindo nas suas formas de acumulação de capital, associadas ao papel imprescindível do Estado, permitiu que formas de desterritorialização se impusessem sobre os diversos tipos de territórios. Com isso se pretende dar ênfase ao papel desempenhado por corporações e empresas que passaram a produzir seus territórios, desterritorializando outros.

Raffestin (2010) refere que a produção de um território está sempre associada a outro já existente, ou melhor, nunca está desligado das ações do passado. O território é criado a partir das relações de poder que se materializam no espaço. É nesta perspectiva que o autor (1993) afirma que o espaço é antecedente ao território, sendo este último reflexo de determinadas ações (trabalho) sobre o primeiro. Ainda demonstra que “o processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente,

¹⁷ Harvey (2012a, p.210) entende-a como um processo “que se baseia na desvalorização ou destruição forçada de ativos antigos para abrir caminhos aos novos”.

de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. Só Deus partiu do caos e isso não pode acontecer com os homens” (RAFFESTIN, 2010, p.21)

Para além de o autor defender que o espaço é antecedente ao território, pois este se materializa no primeiro, o autor também evidencia o caráter dinâmico do território, ao demonstrar que este se forma, ou a partir daquilo que se poderia considerar da primeira natureza, como também da destruição de um território. É, pois, esta segunda forma de produção de território, a desterritorialização, que nos interessa, pois nos tempos atuais, no qual a procura por novas fontes de mais-valia, é que vai atrair o capital internacional (e até nacional) para a sua ocupação efetiva.

Nos dias atuais, o espraiamento do capital para as diferentes áreas dos diversos territórios nacionais passa a ser bem mais fácil, em decorrência do desenvolvimento tecnológico. A instalação do capital em qualquer ponto do território nacional permite que se introduzam lógicas diferentes de gestão do território. Lógicas essas responsáveis pelas transformações no uso do território selecionado, afetando os usos anteriores bem como de seus respectivos atores, que, dependendo das necessidades dos atores hegemônicos, podem ser obrigados a abandonar o território.

Como a dimensão econômica parece ser o motor da produção territorial, principalmente no decurso da globalização, exportando consigo as outras dimensões que viabilizem o seu projeto, os gestores do território nacional sentem-se compelidos a abrir os seus espaços para a territorialização das empresas ou firmas. Estas, com discursos desenvolvimentistas, acabam por ganhar também

a adesão da população local ao seu próprio sistema de valores e crenças, agora também com a chamada responsabilidade social empresarial. Tal psicosfera busca convencer da necessidade da modernidade a qualquer preço e das vantagens da produção e da circulação moderna, quase sempre responsável pela morte das formas artesanais da economia do lugar (SILVEIRA, 2011, p.52).

Este enraizamento, que normalmente tende a ser temporário, pois as dinâmicas de acumulação do capital variam com o tempo, prejudicam as anteriores lógicas de apropriação do território. A absorção das lógicas anteriores de uso do território, consideradas atrasadas, transporta consigo as suas irmãs, responsáveis por uniformizar as visões e percepções do mundo. A esse respeito, Milton Santos constata que

A presença numa localidade de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, a estrutura do consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso das infra-estruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, isto é, sobre a ética (SANTOS, 2003, p.293).

A territorialização das empresas ou das firmas está dependente das vantagens que o lugar oferece, desterritorializando-se sempre que as condições oferecidas pelo lugar não permitirem a sustentação da mais-valia. Mudar de território passa a ser a principal alternativa. Isto se deve pelo fato das firmas estarem mais preocupadas com "o uso explorador, extorsivo, pragmático de um pedaço do território" (SILVEIRA, 2011, p.52), do que com o sentimento de pertencimento ou enraizamento. Ou seja, se existe esse sentimento, ele é durável de acordo com o tempo em que for possível sustentar a mais-valia.

Como a globalização, acompanhada do neoliberalismo, tornam os território mais "sensíveis, nervosos e objetos de numerosas mudanças de conteúdo" (SANTOS, 2003, p.302), a desterritorialização passa a ser a regra e não a exceção. Desterritorialização está entendida, por Corrêa (1994, p.252) como sendo "a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território". Andrade (1994), tendo como enfoque a Companhia de Cigarros Souza Cruz, compreendeu que a desterritorialização pode ser efetuada pelo próprio ator que controla o território, isto é, a desterritorialização é parte de um processo levado a cabo pela empresa como forma de se manter competitiva em relação às demais empresas.

A partir do exemplo de Andrade (1994) é possível compreender que a desterritorialização nem sempre é provocada por um agente que ainda não é responsável pelo domínio do território. A desterritorialização pode ser uma estratégia de fuga dos atores hegemônicos, implicando, em alguns casos, na sua reterritorialização num outro espaço. Este tipo de desterritorialização está ligado ao tempo neoliberal, onde a dinâmica econômica força as empresas a abandonarem os seus territórios, não necessariamente em função da sua ocupação por uma outra de maior poder, mas sim como forma de ajuste à dinâmica econômica, quando o território se apresenta incapaz de manter os ganhos econômicos necessários.

Ao mesmo tempo em que acontece uma desterritorialização programada, também acontece uma reterritorialização programada. Andrade (1994, p.255) refere que a reterritorialização programada estaria associada ao fato da empresa antecipar a ocupação de um novo espaço, com vista a garantir novos recursos para o futuro. Na verdade é uma visão de futuro, em que a empresa antecipa a dinâmica do mercado para um determinado produto ou serviço, constatando que é fundamental fechar uma

determinada atividade com o objetivo de garantir a ocupação de uma nova área que será lucrativa, apesar dessa área ainda não atender aos níveis mínimos do mercado.

Esta falta de comprometimento com o território que as empresas apresentam é a razão pela qual Silveira (2011) argumenta que a territorialidade deve, sempre, incluir o sentimento de pertencimento e de enraizamento. Para a autora não se pode falar da territorialidade para as empresas ou firmas, pois elas não apresentam nenhum compromisso sério com o lugar.

A rigor, não pode haver territorialidade de uma empresa global, se continuarmos a entender a territorialidade como sentimento de pertencimento, porque a corporação não é fiel a nenhum lugar e porque a organicidade que cria nunca é contígua (SILVEIRA, 2011, p.53).

Também é nesta vertente que autores como Fernandes (2008) preferem adotar a categoria de espaço como sendo adequada para tratar das empresas e firmas, pois para ele essa categoria não apresenta conflitos e conflitualidades e mascara as resistências que possam permanecer (e aparecer), pois o capital olha para o espaço como sendo liso e disposto a responder as suas necessidades.

Desterritorialização, portanto leva à reterritorialização e, esta representa a formação de um novo território. Esse novo território pode responder em parte ou na totalidade as necessidades e intenções dos grupos sociais que o formam, como pode não responder as necessidades e intenções daqueles que são forçados a produzirem uma nova territorialidade. Corrêa (1994), entende por novas territorialidades ou reterritorialidades a

criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: nesse caso os deslocamentos parciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os outros (CORRÊA, 1994, p.252).

Corrêa nos mostra que o processo de reterritorialização pode ocorrer no mesmo lugar onde ocorreu a desterritorialização, como pode ocorrer num outro espaço. Isso significaria que a reterritorialização num outro espaço estaria associado à perda de território e dos seus referenciais simbólico-identitários que serão perdidos em função do seu deslocamento. Alguns desses referenciais simbólico-identitários poderão ser transportados, outros não, pois o seu enraizamento ao lugar é definitivo. A reterritorialização no mesmo local pode estar associada à perda do comando das ações existentes, ao mesmo tempo em que também pode significar a perda dos referenciais simbólicos-identitários, resultante da introdução de novos objetos e de novas ações. Contudo, em ambos os casos o processo de desterritorialização e a consequente

reterritorialização acabam, muitas vezes, por deteriorar a qualidade de vida dos afetados pelas territorialidades implantadas, que em tempos de globalização, tendem a ser mais desumanas, colocando largos contingentes de seres humanas em condições precárias. Corrêa (1994, p.254) conclui asseverando que "desterritorialidade sem nova territorialidade significa exclusão do processo social".

As transformações territoriais provocadas pelas ações do capital têm impactos bastante fortes nos grupos populacionais, considerados tradicionais, pois perder território é o mesmo que perder a sua história, a sua identidade, os traços culturais, os seus modos de vida. É perder parte de si e até mesmo morrer. E, nesse embate de cosmovisões sobre o território, observa-se que terra não é o mesmo que território. Essa diferença foi bem captada por Stavenhagen (2001) ao afirmar que a terra é fundamentalmente um espaço físico de ocupação de uma família ou de uma comunidade e que nela retira a sua produção e o seu sustento. Nesse contexto, a terra passa a ser um elemento indispensável à sobrevivência do grupo social. Todavia, território é um conceito mais amplo que o de terra¹⁸. Refere-se a um espaço geográfico onde se desenvolve a dinâmica de vida de uma comunidade e que acumula a história, a cultura e a identidade do grupo. Em relação à terra, as comunidades reivindicam por uma necessidade econômica e social, enquanto que para o território a reivindicação é mais complexa, pois ela inclui a necessidade histórica e cultural do grupo, vinculados aos direitos de autonomia e da autodeterminação.

1.3. Território e Identidade

Identidade e território são duas categorias das ciências sociais bastante discutidas nos últimos tempos. No tocante à identidade, constata-se que nas últimas décadas começou-se a colocar em causa essa categoria como sendo sólida, coerente e estável, visto que a dinâmica social, econômica e cultural difundida pela globalização começou a abalar e a colocar em dúvida aquilo que parecia inabalável e certo.

A relação identidade e território aparecem associados quando nos reportamos a identidades culturais, isto é, ligado à identidade de um determinado povo que encontra enraizamento num determinado espaço. Nesse sentido, preferimos aglutinarmos os dois

¹⁸ "Tierra puede tener cualquiera, pero no territorio". Essa foi uma frase proferida por Don Porfirio Angulo, residente em Tumaco, Colômbia, em Agosto de 1998 (ESCOBAR, 2010, p.82). Marcos Pastrana, dirigente Diaguita Calchaqui, Valles Calchaquies, proferiu em 2007 a seguinte frase: "Para nosotros el territorio es el derecho más importante que tenemos como pueblo; más importante que el derecho a la educación, a la salud... Porque ninguno de esos derechos tiene sentido, si no nos respeten el derecho al territorio..." (ARAÓZ, 2010, p.16).

conceitos numa única expressão, denominada por identidade territorial, pois o espaço e/ou território é a base da identidade, que encontra nela a sua maior forma de consolidação, a base fértil para a sua (re)produção. Autores como Heidrich (2013), Hall (2011), Saquet (2011), Castells (2010), Haesbaert (2007), Cruz (2007), Medeiros (2006) e Mbembe (2001), associam a identidade com o território, demonstrando que toda a identidade tem uma referencia territorial. Mbembe (2001) argumenta que

(...) toda a identidade teria de ser traduzida em termos territoriais. Sob este ponto de vista, não há identidade sem territorialidade, que não seja a vívida consciência de ter um lugar e ser dono dele, seja por nascimento, por conquista ou pelo fato de ter se estabelecido em um dado local e este ter se tornado parte de sua auto-representação (MBEMBE, 2001, p.193).

Haesbaert (2007) considera a efetivação da identidade territorial quando

um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo, um espaço em que a apropriação é vista em primeiro lugar a partir da filiação territorial, e onde tal filiação inclui o potencial de ser ativada, em diferentes momentos, como instrumento de reivindicação política (HAESBAERT, 2007, p.45).

É com base nessa referência espacial que as comunidades que a reivindicam olham para o território como parte de sua constituição e, perder esse território significa morrer. A identidade é produzida ao longo da história, sendo, neste âmbito, algo que só o tempo foi capaz de produzir e a consolidar como parte da comunidade.

Entender a identidade é compreendê-la como algo que é histórico e não acabado, mesmo sabendo que as bases que a sustentam sejam bastante consolidadas e persistam no tempo e no espaço. Hall (2011), recorrendo aos escritos de Giddens (1991), comenta que as comunidades, ditas como tradicionais, veneram o passado e valorizam os símbolos porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. Para Giddens (1991), a tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, permitindo que qualquer atividade ou experiência particular seja uma continuidade do passado, presente e futuro, pelos quais são estruturados por práticas sociais recorrentes.

São essas recorrências e valorações das atividades e práticas do passado que têm sustentação no território, que as comunidades a reivindicam como território de sua pertença, da qual reproduzirão as suas culturas, transmitindo aos seus descendentes e, assim perpetuarem por longos períodos. Porém, como é ressaltada por Hall (2011) a identidade é

algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2011, p.38).

As abordagens de Heidrich (2013) e Medeiros (2006) também vão nessa vertente, ao demonstrarem que a identidade se constrói. Para Medeiros (2006, p. 281) a identidade “é algo que se constrói através de um processo contínuo de formação sempre em busca da plenitude”. Calin (2000) refere que não se escolhe o sexo, a família e nem o local onde nascer. O autor vai mais adiante ao afirmar que

tradicionalmente a dimensão social de nossa identidade é assegurada pelo *sentimento de pertencimento* a grupos sociais mais ou menos grandes, nos quais nossa genealogia nos inscreveu objetivamente. Os *grupos de pertencimento* são variáveis culturalmente e historicamente: clãs, castas, classes sociais, nações, regiões, cidades, bairros, vilas, comunidades religiosas, comunidades étnicas... (CALIN, 2000, p.3).

Souza e Pedon (2007) destacam que a identidade territorial não existe nem a priori e nem a posteriori à formação do território, visto que é no movimento de sua formação e nas transformações permanentes a que estão sujeitos ao longo do tempo que vão definir o status ontológico desse processo¹⁹. Com essa argumentação fica claro que é apenas o tempo que vai formar a identidade, num processo em que os povos constroem o território e a sua identidade, moldando, segundo as suas culturas, ao mesmo tempo em que o processo corre no sentido inverso, isto é, o território vai construindo a identidade dos sujeitos.

Com o passar do tempo, tanto o espaço físico, de materialização das intenções de um determinado grupo, como os sujeitos que habitam esse espaço, passam a ser uma totalidade, onde condensam todas as dimensões (sociais, econômicas, culturais e até naturais). Abordando esse aspeto, Haesbaert (2007) refere que

o espaço, em sua dimensão material, não é apenas um ‘instrumento de manipulação’ no livre jogo da ‘invenção’ identitária, mas um referencial que, uma vez ‘eleito’ (ou ‘reconstruído’), passa a interferir na própria intensidade e longevidade da dinâmica identitária (HAESBAERT, 2007, p.45).

Desfazer-se desse espaço, que condensa a história e a cultura do grupo, apresenta-se como uma rotura drástica para esse povo, que perde parte de si. Essa rotura é cada vez mais dolorosa quando o grupo naturaliza essa identidade. Haesbaert (2007) argumenta que

O poder da identidade social é tanto mais enfático quanto maior for a eficácia dos grupos sociais em “naturalizar” esta identidade, tornando “objetivo” o que é pleno de subjetividade, transformando a complexidade da construção

¹⁹ Discutindo a ligação dos povos com o território e, a conseqüente formação da identidade territorial, tendo como o seu principal aliado o tempo, Heidrich (2013) revela que "os vínculos que as sociedades possuem com seus territórios são resultado de uma história. Quando se faz parte de um determinado agrupamento humano, ao mesmo tempo se vivenciam as relações com o espaço ocupado por esse grupo. Permanecer numa determinada área de modo continuado e repetido e compreender uma história da qual se participa, constrói uma experiência que liga o indivíduo ao grupo e a seu respetivo espaço de convivência e uso" (HEIDRICH, 2013, p.57-58).

simbólica no simplismo de uma “construção natural”, a-histórica e aparentemente estática (HAESBAERT, 2007, p.52).

É importante advertir, como fez Haesbaert (2007), que as identidades não são apenas formadas por comunidades ou povos que buscam o seu reconhecimento, mas que também pode ser formado por grupos que buscam a dominação²⁰. Essas formas de reivindicação do território, tanto como espaço de sua pertença (ou de afetividade) ou como espaço de dominação, implicam em adoção de estratégias que respondam as suas necessidades. Entender as territorialidades que estão por detrás da tentativa de manutenção desses territórios e as que tentam criar outro território, afigura-se de grande importância para compreender porque as comunidades resistem aos processos de desterritorialização provocadas por outras formas de uso do território que não toleram os usos anteriores, ou mesmo, que mexem com as antigas formas de organização e (re)produção social, econômica e cultural.

Esse embate que vai se desencadear entre as identidades que procuram expandir os seus domínios e as que procuram manter os seus territórios geram alterações no território, podendo culminar com a implantação de identidades legitimadoras. Porém, apesar dessa aparente vitória, constata-se que as identidades de resistência não desaparecerão, continuarão lutando para a sua afirmação, podendo, como forma de sobreviver, ajustar alguns dos seus traços culturais com os do dominador. Henriques (2003) discutindo a categoria de identidade, com particular destaque para a identidade angolana, aborda a estratégia do governo colonial português para a criação do território colonial angolano que teve como consequência direta a formação de uma identidade angolana (mais próxima da ocidentalizada e fragmentada). Segundo a autora, a partir da produção do mapa (instrumento indispensável à organização, à gestão e à exploração do território colonizado), definido na Conferência de Berlim, que fragmentou o continente, recorrendo à eliminação dos usos sociais e dos marcadores simbólicos dos territórios e das identidades que neles se revia. Porém, apesar de todas as estratégias utilizadas para a destruição da identidade dos povos²¹, o mesmo não significou o seu desaparecimento, mas sim a sua adequação ao novo contexto. Isso só foi possível graças à manutenção do

²⁰ Esta advertência de Haesbaert encontra sustentação em Castells (2010), que distingue três formas e origens de construção de identidade, nomeadamente: a) identidade legitimadora - introduzida por instituições dominantes da sociedade com o objetivo de expandir e racionalizar a sua dominação em relação aos outros atores sociais; b) identidade de resistência - criada por atores que se encontram em condições de subalternidade ou desvalorizadas pela dominação de outros atores. São geradas como formas de resistência e de sobrevivência; e c) identidade de projeto - geradas por atores sociais que a partir dos materiais a que têm acesso redefinem a sua posição na sociedade.

²¹ Importa frisar que o conceito de território que estamos nos referindo é inspirado em Fernandes (2008), não se tratando de território de governança, mas sim o formado pelas propriedades não capitalistas.

parentesco e da sua religião, elementos que fortaleceram a sua permanência sem entrar em choque direto com o sistema implantado.

Isso demonstra que a identidade não é algo acabado, mas algo em construção, que ao longo do tempo vai incorporando outros elementos (confira SANTOS, 1999; BAUMAN, 2005; HALL, 2011), que vão fazer parte da identidade de um determinado povo. Essa incorporação pode ser imposta (isto é, como forma de sobrevivência) ou pacífica (dada as relações pacíficas entre os diferentes povos).

Boaventura de Sousa Santos refere que

A identidade é sempre uma pausa transitória num processo de identificação. Os grupos sociais, tal como os indivíduos, acumulam, ao longo do tempo, diferentes identidades e em cada momento podem dispor de várias identidades complementares ou contraditórias. Deste stock identitário, uma das identidades assume, segundo as circunstâncias, a primazia, e a análise deste processo é de grande importância para compreender a política que a identidade irá protagonizar ou caucionar (SANTOS, 1999, p.46).

Mas sempre que a imposição ou a dominação significar a desvalorização de uma determinada identidade observar-se-ão movimentos de resistência e de reivindicação, por mais que pareçam silenciosos ou silenciados.

Para discutir as identidades territoriais é fundamental compreender as diferenças que existem entre os diferentes tipos de sociedades, as ditas modernas em que são consideradas sociedades de mudanças constantes, rápidas e permanentes, enquanto as chamadas de tradicionais são mais fixas e menos móveis (HALL, 2011). Isso não significa que as sociedades consideradas tradicionais sejam estáticas e que a identidade não se encontra em construção, apenas se pretende realçar que estas sociedades são as que mais veneram o passado e os seus símbolos são sacralizados no espaço²². Daí que para esse grupo de pessoas, perder o território é perder parte de si, como foi reportado por Escobar num estudo que realizou com as comunidades do pacífico, no qual constatou que para eles “Si perdermos nuestra cultura se acaba todo; ya no somos nada” (ESCOBAR, 2010, p.260).

1.4. Desterritorialização como parte dos resultados das políticas neoliberais

A perda das identidades territoriais evidencia a desterritorialização, fruto da introdução de lógicas diferentes das existentes, culminando com a deslocação física de populações (ou dos agentes responsáveis pela produção do território) ou com a perda de

²² Cruz (2007, p.118) estudando as populações tradicionais na Amazônia, constatou a existência de “três elementos que marcam a razão histórica e que substancializa a territorialidade das populações tradicionais a) regime de propriedade comum, b) sentido de pertencimento a um lugar específico, c) profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva”.

comando das ações que vão se desencadear no território, agora sob domínio de um novo grupo social ou empresarial ou ainda do Estado. A desterritorialização, nos tempos atuais, passa a ser mais frequente, em função das lógicas de acumulação de capital que se encontram embrenhadas nas políticas neoliberais.

A mobilidade do capital, da qual decorrem processos de desconcentração de atividades econômicas; a movimentação de atividades para áreas consideradas exteriores ao processo de acumulação capitalista; a revalorização dos processos de acumulação primitiva; a compressão tempo-espaço; e a mundialização da cultura têm sido a característica dos tempos atuais, generalizados pela globalização. Esses processos todos têm criado condições para uma massificação dos processos de desterritorialização que valorizam o espaço de acordo com a mais-valia que o mesmo pode oferecer.

O capitalismo como um modo de produção, precisa continuar a se expandir continuamente para poder sobreviver. Marx (1996) já evidenciava esta característica ao defender que o sistema precisa estar sempre em crescimento. Para o autor

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente (MARX, 1996, p.340).

Marx elucida o surgimento deste modo de produção a partir do exercício da violência, que separou uma classe minoritária que passou a dominar os meios de produção para toda sociedade, mesmo sem produzir trabalho e, outra majoritária que apesar de dominar a sua própria força de trabalho, está obrigada a vender para sobreviver. O autor destaca que essa separação, violenta, foi responsável por parir este modo de produção. Marx deixa claro que com a consolidação do capitalismo, podendo se sustentar sozinho, a acumulação primitiva daria lugar à um novo estágio de acumulação. Em um extrato do seu texto, é possível encontrar essa visão,

Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a antiga sociedade, tão logo os trabalhadores tenham sido convertidos em proletariados e suas condições de trabalho em capital, tão logo o modo de produção capitalista se sustente sobre seus próprios pés, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados, portanto, coletivos, a consequente expropriação ulterior dos proprietários privados ganha nova forma. O que está agora para ser explorado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores (MARX, 1996, p.380).

Autores como Harvey (2012b) e Fontes (2010) consideram que a acumulação primitiva nunca deixou de existir, pois sempre fez parte do modo de produção capitalista. Harvey se associa a Rosa Luxemburgo ao demonstrar que Marx estava

equivocado ao considerar a acumulação primitiva como algo pré-histórico e, que com o tempo deixaria de fazer parte do modo de produção capitalista. Harvey (2013, p.292) concorda com o argumento de Luxemburgo que destaca que "o capitalismo teria deixado de existir há muito tempo, se não tivesse se engajado em novos ciclos de acumulação primitiva, sobretudo por meio da violência do imperialismo". Para Fontes, a acumulação primitiva nunca deixou de existir, pois sempre esteve presente e sempre desempenhou um papel importante na acumulação de capital. Essa visão da autora é formulada com o intuito de contrariar a leitura que ela faz da obra de Harvey, considerando que o autor defende que com a consolidação da acumulação normalizada, a acumulação primitiva desapareceu.

O que parece certo é que o surgimento do debate sobre o papel da acumulação primitiva parece estar associado à crise dos anos 70, e que o mesmo se associa ao debate sobre se se poderia chamar de acumulação por espoliação, ou primitiva, visto que a mesma nunca deixou de existir. Harvey sustenta que a acumulação primitiva esteve sempre presente no modo de produção capitalista de forma discreta e menos dominante. Confirma que a partir da crise dos anos 70 a acumulação primitiva ou espoliação se (re)consolidou como a principal responsável pela acumulação de capital. Também considera que essa transição se relaciona à crônica crise que atravessava a reprodução expandida, além de refletir "tentativas de empreendedores determinados e Estados desenvolvimentistas no sentido de 'integrar-se ao sistema' e buscar diretamente os benefícios da acumulação do capital" (HARVEY, 2012b, p.127).

Para Harvey, "parece estranho qualificar de 'primitivo' ou 'original' um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de 'acumulação por espoliação'" (HARVEY, 2012b, p.120-121). Esta substituição também está relacionada ao fato de que:

- Durante muito tempo a acumulação primitiva esteve associada às táticas do colonialismo e do imperialismo e na busca incessante e predatória dos recursos naturais. Isso impedia que a acumulação por espoliação abraçasse e se consolidasse nas regiões do capitalismo avançado, sobretudo naquelas onde eram fortemente dominados por sólidos aparatos social-democratas;
- A acumulação por espoliação continua a ocorrer socorrendo-se de algumas práticas, que superficialmente, não apresentam nenhuma relação direta com a exploração do trabalho vivo para a produção de mais-valor,

tal como aquela descrita por Marx n'O Capital (HARVEY, 2013, p.295-296).

São essas novas roupagens apresentadas pela "nova" acumulação primitiva que leva Harvey a designar de acumulação por espoliação, pois apesar de incorporar as características descritas por Marx, sendo em alguns pontos e momentos mais violenta, ela se ajusta à nova conjuntura internacional, isto é, está adequada ao momento histórico. Porém, Fontes (2010) não concorda com a nova conceituação de Harvey, pois para ela a nova conceituação mascara algumas características que o fenômeno apresenta. A autora demonstra que esse tipo de acumulação não se circunscreveu apenas aos países da periferia; e que não existira um desaguamento do capitalismo predatório para o capitalismo produtivo, como equivocadamente se retirou da obra de Marx. Fontes sustenta que as práticas associadas ao predatismo, como fraudes eleitorais, manipulação grosseira da opinião pública, sindicatos pelegos e escândalos de corrupção encontram-se em quase todos os países, sem necessariamente se circunscrever aos países ditos da periferia.

Esta abordagem apresentada por Fontes é importante para o enriquecimento do debate, pois os argumentos levantados pela autora estão bastante relacionados com a crítica que ela faz à obra de Harvey²³, porém, ao se analisar os argumentos de Harvey e da própria autora, dá para perceber que ambos caminham para a mesma direção. Significa que demonstram que houve um avanço na forma de materialização da acumulação primitiva, embora ele tenha incorporado novas características. Virgínia Fontes diferencia a expropriação primária da expropriação secundária: "*expropriações primárias* seguem extirpando os recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais, incluindo diretamente sobre os recursos sociais de produção, em especial sobre a terra" (FONTES, 2010, p.59 *grifos da autora*). E as expropriações secundárias se

abatem também sobre conhecimentos (como já ocorreu no século XIX, na introdução das grandes indústrias e no século XX, como fordismo), sobre a biodiversidade, sobre técnicas diversas, desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais (FONTES, 2010, p.59).

²³ Não embarcaremos nesse debate, apesar de considerarmos pertinente. Mas, analisando as obras de Harvey é possível constatar que Fontes faz uma interpretação rígida dos argumentos trazidos por Harvey para o debate. Como também, a autora se baseou apenas numa obra de Harvey, "O novo imperialismo". Isso não retira o mérito que Fontes faz, ao trazer para o debate pontos bastante importantes para a realidade dos países da periferia e, não só, como para a compreensão do desenvolvimento desigual proporcionado pelo capitalismo.

As diferenciações que Fontes apresenta elucidam alguns avanços na materialização da acumulação primitiva definida por Marx. Para a autora,

as expropriações contemporâneas não param por aí [onde terminam as expropriações primárias] e devoram também bens naturais sobre os quais até então não incidia propriedades exclusiva de tipo capitalista, como as águas doces e salgadas, o patrimônio histórico e cultural (convertidos em mercadorias através do turismo), o patenteamento de códigos genéticos, a qualidade do ar. Um dos elementos a considerar é a sistemática retirada do direito ao contrato de trabalho, ou a expropriação de direitos associados à atividade de produção de valor. Novas modalidades contratuais escassamente portadoras de direitos se generalizam, como subcontratações, terceirizações e, o mais impactante, trabalhadores vendendo forças de trabalho desprovidos de qualquer contrato ou direito como, por exemplo, através de bolsas de variados tipos ou de voluntariados organizados por grandes empresas (FONTES, 2010, p.60).

Essas características segundo ela não faziam parte da acumulação primitiva definida por Marx. Nesse aspeto, Fontes e Harvey apresentam pontos em comum. E, é sobre esse avanço nas formas de materialização da acumulação primitiva que nos associaremos ao David Harvey, passando a chamar de acumulação por espoliação para caracterizar essa nova forma de materialização da acumulação primitiva, que não exclui a anterior forma.

Esta conceituação se aproxima bastante dos processos de acumulação que ocorrem nos países africanos, com destaque para a realidade Moçambicana. Esse processo remonta à partilha do continente africano, às incursões coloniais e imperialistas e atualmente, com o espraiamento do neoliberalismo, às formas de acumulação do capital que da definição de acumulação por espoliação se aproximam de Harvey. Para ele, incluem-se nesta acumulação,

a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2012b, p.121).

Para o autor a acumulação por espoliação apresenta quatro principais características, nomeadamente:

- Privatização e mercadificação - o objetivo principal desta característica é abrir à acumulação novos campos até então considerados fora das contas de obtenção da lucratividade. A corporatização, a mercadificação e a privatização de ativos públicos têm sido a sua marca registrada. Os processos que o

corporizam consistem em transferir os ativos do domínio público e popular para o domínio privado e de privilégio de certa classe;

- **Financiarização** - caracteriza-se pela forte onda de financiarização, marcada por um estilo especulativo e predatório, com graves consequências para a população que, na sua maioria, se tornou escrava creditícia;
- **Administração e manipulação de crises** - as crises econômicas passaram a ser orquestradas, manipuladas e controladas para racionalizar o sistema assim como para a redistribuição de ativos e de riqueza dos países pobres para os países ricos; e
- **Redistribuições via Estado** - o Estado passa a desempenhar um papel fundamental na reversão de benefícios que anteriormente iam para as classes baixas, agora vão para a classe alta. Fomenta a privatização, com prejuízos significativos para as classes baixas, incentiva à entrada de capital privado, oferece uma vasta gama de subsídios e isenções fiscais a pessoa jurídica e, protege o investimento privado, podendo se socorrer do monopólio da violência para garantir os direitos da pessoa jurídica (HARVEY, 2008).

Harvey defende que o capitalismo global, principalmente na década de 1970, não estava conseguindo gerar crescimento e, como medida adotada pelo sistema para a consolidação do poder de classe foi a apelação para a acumulação por espoliação (Harvey, 2013). A virada para a revalorização da acumulação primitiva como o principal mecanismo de acumulação de capitais foi largamente facilitado pela implementação do neoliberalismo.

O primeiro caso de aplicação do projeto neoliberal foi no Chile. "Aquele regime [o da ditadura de Pinochet] tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher na Inglaterra" (ANDERSON, 2000, p.19). É com Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos que as políticas neoliberais se popularizam, embora o neoliberalismo tenha surgido logo depois da Segunda Grande Guerra Mundial, principalmente na Europa e na América do Norte, onde já se encontravam países com o sistema capitalista já consolidado ou avançado. O neoliberalismo veio como uma reação teórica e política do Estado de Bem-Estar, fortemente intervencionista (ANDERSON, 2000).

Desde finais da Segunda Guerra Mundial até princípios da década de 80, período em que as políticas neoliberais começaram a ser aplicadas, principalmente na Europa do Norte e nos Estados Unidos, a doutrina permaneceu marginalizada, mesmo apesar dos avisos dos seus principais idealizadores, mostrando que a regulação do mercado pelo Estado era um perigo. Esses avisos não encontravam eco, principalmente porque o capitalismo vivia os seus melhores anos de crescimento econômico (ANDERSON, 2000). Quando a crise surge, as receitas produzidas pelo neoliberalismo começam a fazer sentido e, se apresentaram como as únicas capazes de restabelecer o crescimento necessário ao sistema.

Harvey (2012a) coloca que esta crise permitiu a transição do fordismo para a acumulação flexível, que se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de produção. Esta nova forma de acumulação de capital veio a colocar em xeque as conquistas que a classe trabalhadora havia alcançado e abriu novas frentes de oportunidades de investimentos lucrativos. Essas novas frentes permitiram que determinadas indústrias fossem transferidas para os países periféricos e os serviços financeiros passaram a contribuir, substancialmente, para a acumulação de capitais.

Para o autor o principal problema das crises capitalistas não está relacionado com o subconsumo, mas sim com a sobreacumulação, que resulta na falta de oportunidades de investimentos lucrativos. A falta dessas oportunidades força o sistema a encontrar formas de solucionar esse problema, que para alguns, passa pelas soluções espaciais, ou temporais ou mesmo ainda a sua combinação²⁴.

Autores como Harvey (2012a, 2006), Amin (2005), Bauman (2010), Albo (2004), Ahmade (2004), Foster e Clarck (2004) e outros se associam a Marx referindo que o capitalismo tem a pretensão de dominar o mundo, isto é, está sempre a procura de novas áreas de “pasto”, que podem significar a sua expansão para áreas consideradas tradicionais, ou com predomínio de modelos de desenvolvimentos diferentes do capitalismo. É nesse âmbito que ao se deparar com crises, que normalmente são cíclicas, o capitalismo procura desembaraçar-se procurando novas áreas de exploração lucrativa.

²⁴ Harvey (2012b, p.113) defende o seu ponto de vista sobre as formas de superação das crises, afirmando que “o capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaçotemporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradas como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como o descontrolo fiscal dos países que contraem empréstimos”.

O capitalismo é um sistema que vive destruindo as bases que a sustentam²⁵. Essa característica faz com que a cada solução encontrada para as suas crises seja temporária. Com a crise dos anos 1930, o capitalismo introduziu as políticas keynesianas, que, entraram em crise nos anos 1970; com a crise de 1970, as soluções político-econômicas e sociais encontradas na década de 30 entraram em crise e já não podiam manter o sistema em funcionamento. Era necessário encontrar outra solução para a crise e, o neoliberalismo apareceu como a varinha mágica.

O neoliberalismo é

Em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõem que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem o dever de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p.12).

Com a introdução do neoliberalismo, numa fase inicial na Inglaterra e nos EUA, e a sua posterior difusão nos países centrais, as políticas passaram a favorecer o mercado em detrimento dos direitos sociais. Passou-se a considerar o Estado como incapaz de solucionar assuntos econômicos e até sociais e que os mesmos deveriam ser entregues ao mercado, como forma de racionalizar e providenciar ótimas condições de vida ao ser humano. Esta estratégia, garantida pelo Estado, permitiu que a sobreacumulação de capital encontrasse a sua aplicação lucrativa, através da aplicação dos três principais pilares destacados por Boaventura de Sousa Santos (2005), privatização, mercantilização e liberalização.

A liberdade de mercado e de comércio é a base no pensamento neoliberal e é fundamental que essas liberdades sejam garantidas. Ao se aplicar o neoliberalismo permite-se que se submeta a um conjunto de direitos necessários à acumulação de capital. Nessas circunstâncias, o Estado desempenha um papel bastante importante, pois permite que os direitos dos indivíduos (aqui incluímos as corporações, que por lei são indivíduos) à propriedade privada e os processos de acumulação de capital sejam respeitados e mantidos, nem que sejam à força (HARVEY, 2008).

²⁵ Bauman (2010, p.8-9) define capitalismo como “um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência”.

Com a introdução do neoliberalismo, o Estado passou a ser parte importante da execução das diretrizes neoliberais, criando todo um arcabouço para que esta forma de acumulação de capital se instaurasse. Não obstante alguns autores considerarem que o Estado passou a ser invisível²⁶, constata-se que este deixou de exercer o papel que vinha desempenhando, quando se enquadrava numa lógica de funcionamento obedecendo às políticas keynesianas. Anderson (2000) sustenta que o papel do Estado passou a ser contraditório e redirecionado para outras questões. Enquanto o Estado era chamado a ser forte, principalmente na sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos no controle do dinheiro, também era chamado a ser fraco, principalmente na redução dos gastos sociais e nas intervenções da economia. O autor constata que "o peso do Estado de bem-estar não diminuiu apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais" (ANDERSON, 2000, p.16) nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Anderson destaca duas razões básicas: (i) o aumento dos gastos sociais resultantes do aumento do desemprego; e (ii) o aumento demográfico dos aposentados na população. Todos esses fatos acabaram por sobrecarregar os gastos sociais do Estado

O Estado se responsabilizou pelos problemas econômicos e sociais causados pelo capitalismo, chamando para si a responsabilidade. Isso demonstra que o Estado nunca deixou de ser aliado do capitalismo (BAUMAN, 2010; HARVEY, 2006; 2008, 2012a, 2012b; PETRAS, 1999; ALBO, 2004; ARAÓZ, 2009; SANTOS, 2005; AMIN, 2005), até porque desempenhou o papel preponderante para o surgimento do sistema (MARX, 1964). Durante o capitalismo embutido, quando era considerado de um Estado de bem-estar, este desempenhava as funções que permitiam a acumulação de capital adequada àquele momento. Quando a forma de acumulação de capital fordista (acumulação expandida) entra em crise, e formas flexíveis de acumulação de capital, sustentadas pelo neoliberalismo entram em funcionamento, o Estado passou a adequar à nova forma de acumulação. Nesta nova função, o Estado deixou de se envolver nos assuntos econômicos (excetuando-se os casos em que fosse chamado para repor o funcionamento do sistema), e criou o arcabouço institucional e legal para o funcionamento do neoliberalismo, passando-o a defender (mesmo que fosse necessário

²⁶ "Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil" (SANTOS, 2009, p.19).

recorrer ao seu monopólio da violência legítima), para garantir os interesses do capitalismo²⁷.

A aliança entre o Estado e o capitalismo foi bem visível quando da implantação do neoliberalismo na Inglaterra e nos EUA, com os governos de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, respectivamente. Os mesmos quebraram com os direitos sindicais, enfraquecendo a força dos trabalhadores que haviam conquistado vários direitos ao longo da história e privatizaram os ativos públicos. A aplicação do neoliberalismo não se restringiu apenas a esses dois países, espalhou-se para o mundo, numa primeira fase nos países centrais e depois para os periféricos. O Estado assumiu a responsabilidade de fortalecer os aparatos institucionais e econômicos que permitissem a internacionalização do capital ao mesmo tempo em que flexibilizava as políticas laborais para a compressão dos salários; buscou a austeridade fiscal para as políticas sociais enquanto reduzia impostos para atrair capital internacional; passou a garantir os direitos da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho; e estabilizou o sistema monetário (ALBO, 2004; HARVEY, 2006).

Esse processo de internacionalização do capital, favorecido pelo neoliberalismo, permitiu a Albo (2004) associar o imperialismo com o neoliberalismo. É interessante ressaltar aqui que o imperialismo que se está trabalhando é diferente daquele que caracterizou os tempos antigos, de domínio britânico, francês, português e espanhol. Para diferenciar essa nova forma de internacionalização do capital, autores como Albo (2004), Ahmad (2004), Amin (2005) e Harvey (2012b) o denominam de novo imperialismo, outros, como Hardt e Negri (2012) e Santos (2009) o denominam de império e Araóz (2009; 2013) o designa de neocolonialismo²⁸.

Preferiremos utilizar o termo de império, seguindo as argumentações de Hardt e Negri (2012) e Santos (2009), para esse processo responsável pelo funcionamento do capitalismo internacional, ao serviço da mais-valia universal. Os imperialismos começaram a entrar em decadência depois da Segunda Grande Guerra Mundial, quando as potências imperialistas iniciaram o processo de cedência das independências às suas

²⁷ “É bem possível que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e o amadurecimento do capitalismo. No entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido” (HARVEY, 2006, p.90)

²⁸ Autores latino americanos, que trabalham com as implicações da mineração nesses países têm, muitas vezes, utilizado esse termo, associados à colonialidade, como o novo estágio de exploração das riquezas desses países.

colônias com término na década de 70; criaram-se instituições internacionais responsáveis em dinamizar a economia mundial; ocorre a crise da acumulação capitalista da década de 70; neoliberalismo se espraia para os diversos países. É a internacionalização da acumulação de capitais, que deixou de se restringir a ritmos, modalidades e combinações de cada uma das antigas potências (SANTOS, 2009).

Embora alguns autores definam o surgimento da globalização a anos de 1970, Santos (2009) a associa ao neoliberalismo²⁹, considerando que foi a partir desse momento que se passou para uma unificação absoluta alicerçada na tirania do dinheiro e da informação. E sustenta que,

Na fase atual da globalização, o uso das técnicas conhece uma importante mudança qualitativa e quantitativa. Passamos de um uso “imperialista”, que era, também, um uso desigual e combinado, segundo os continentes e lugares, a uma presença obrigatória em todos os países dos sistemas técnicos hegemônicos, graças ao papel unificador das técnicas de informação. (...) Com a globalização, as técnicas se tornam mais eficazes, sua presença se confunde com o ecúmeno, seu encadeamento praticamente espontâneo se reforça e, ao mesmo tempo, o seu uso escapa, sob muitos aspectos, ao domínio da política e se torna subordinado ao mercado (SANTOS, 2009, p.53-53).

A globalização neoliberal veio a responder as necessidades capitalistas, ao transformar todos os espaços do globo acessíveis à mais-valia universal. As transformações necessárias para a introdução do neoliberalismo visam criar as condições ótimas para a acumulação de capital, por meio do adiamento espaço-temporal, podendo-se incluir nesse propósito os espaços, bens e serviços que até ao momento não faziam parte da acumulação expandida. Também, como é referido por Harvey (2012a, 2012b), Araóz (2011) e Petras (1999) esse processo foi usado como uma forma de restaurar o poder de classe, concentrando a riqueza no topo da pirâmide ao mesmo tempo em que empobrece um maior número de pessoas. O processo, também, permitiu a restauração das hierarquias geopolíticas.

Esta era a solução para as crises de acumulação capitalista³⁰, que oferecia oportunidades de colocação do capital sobreacumulado com mais lucratividade a partir da ordenação espaço-temporal. A sua implementação em países da periferia melhoraria as condições de vida da população, que passaria por momentos mais conturbados (de

²⁹ “O capitalismo concorrencial buscou a unificação do planeta, mas apenas obteve uma unificação relativa, aprofundada sob o capitalismo monopolista graças aos progressos técnicos alcançados nos últimos dois séculos e possibilitando uma transição para a situação atual de neoliberalismo” (SANTOS, 2009, p.51)

³⁰ Harvey (2008, p.102) argumenta que foi na década de 90, com a realização do “Consenso de Washington”, que se consolidou o neoliberalismo como a solução dos problemas globais. “os modelos norte-americano e inglês de neoliberalismo foram ali [no Consenso de Washington] definidos como a solução para os problemas globais”.

muita exclusão e pobreza), mas que culminaria com a partilha do bolo para a maioria. Seria o sacrifício que a maioria deveria aceitar em benefício futuro e de todos.

O neoliberalismo esta(va) associado aos processos de globalização, ou seja, necessitava se globalizar, alcançar os diferentes territórios do globo, permitir que o capital obtivesse uma infinidade de alternativas espaciais e, até temporais, para a sua sobrevivência.

O medo do ocidente se confirmava com a subida ao poder de estados nacionalistas e defensores de políticas mais populares e menos receptíveis à lógica de funcionamento do capital. Em Moçambique, esse cenário acontece com o alcance da independência em 1975, quando o novo governo "expulsou" os portugueses do território nacional e envereda pelo socialismo. Esse sistema nacionalizou a terra, as indústrias e dificultou a existência da iniciativa privada.

Este cenário barrava um dos principais pressupostos da acumulação do capital, que é a possibilidade dos espaços estarem abertos às incursões do sistema capitalista. Dessa forma, segundo Araújo (2011), as políticas nacionalistas não só alimentaram uma crise ao nível do regime de poder mundial sobre as formas de acumulação de capital, como também provocaram uma crise de governabilidade ao nível da sociedade dos países centrais onde em boa medida resolviam os seus problemas mediante a exacerbação consumista.

A maioria dos países da periferia, com algum destaque para os da América Latina e de África, encontrava-se mergulhados numa recessão combinada com crise da dívida e, em troca de um reescalonamento da dívida, foram "obrigados" a introduzirem reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado e de trabalho mais flexíveis e privatizações (HARVEY, 2008; BORÓN, 2000). Borón (2000) refere que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional foram chamados para disciplinar e enquadrar esses países dentro da economia capitalista internacional³¹. Foi introduzido, em geral, o ajuste estrutural³².

³¹ Para Borón, a função ideológica a que são chamadas a cumprir as Instituições de Bretton Woods é: "a) converter ao neoliberalismo no seu senso comum não já de uma época, mas de toda a humanidade, fora do qual só existe a loucura, o erro ou o mais obcecado dogmatismo, com o qual se coloca em mãos das classes dominantes uma poderosíssima ferramenta de controle político e social; b) converter ao capitalismo, na culminação da história humana, a 'última' e mais elevada forma de organização econômica e social jamais conhecida na história" (BORÓN, 2000, p.95).

³² Petras (1999) e Harvey (2008) consideram que o neoliberalismo é mais de caráter político que econômico, pois representam mais uma finalidade política. Tratando sobre os ajustes estruturais, Petras (1999, p.106-107) defende que "os PAE [Programas de Ajustamento Estrutural] são essencialmente uma estratégia política e não econômica. Seu primeiro efeito é reconfigurar o terreno da luta social, reconcentrar o poder político e reconcentrar a riqueza no topo da pirâmide. O discurso de

Para Aráoz (2011), a introdução “violenta” de políticas neoliberais significou a reorganização do poder mundial, a redefinição das estratégias e modalidades de dominação, basicamente produzidas através da reestruturação dos fluxos produtivos e comerciais a escala global. A liberalização por um lado permitiu acelerar o ritmo de circulação do capital (como mecanismo básico de recomposição estrutural da taxa de rentabilidade do sistema) e, por outro lado, permitiu restaurar a anterior hierarquia geopolítica internacional.

A estratégia adotada pelo sistema para a reposição das hierarquias geopolíticas se construiu ao nível da escala internacional, tendo atores como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional a liderarem a sua aplicação na periferia³³. Os mesmos garantiam financiamento de vários projetos de desenvolvimento, a partir de reformas econômicas e sociais. Caso esses mecanismos de implementação pacífica fracassassem, métodos não legais eram aplicados, tudo em função da abertura dos novos espaços ao capital.

A abertura de novos mercados ao capitalismo significou, principalmente, a entrega dos ativos públicos ao mercado. O projeto neoliberal primou, fundamentalmente, pela privatização de quase tudo, abrindo oportunidades para investimentos lucrativos, ao mesmo tempo em que permitiam que o sistema tomasse conta dos recursos naturais (matéria-prima) a preços baratos aumentando, desta forma, os lucros.

Para Petras (1999) a privatização passou a ser um mecanismo de homogeneização de todas as regiões à economia mundial concomitantemente em que se eliminavam as alternativas estruturais de produção que pudessem concorrer com a dominação do império. “O tempo e a extensão das privatizações são ditados pelas superpotências imperialistas, cuja prioridade é tornar irreversível a curtíssimo prazo a transição ao capitalismo neoliberal³⁴” (PETRAS, 1999, p.305).

desenvolvimento socioeconômico é uma questão periférica”. Macamo (2003) considera o ajustamento estrutural como uma continuação da política doméstica dos países centrais nos países da periferia por outros meios. O autor, também, considera que a agenda neoliberal, a partir dos ajustes estruturais, é a contenção dos perigos que o atraso econômico e a instabilidade política que caracteriza boa parte dos países da periferia colocam à porta dos países centrais.

³³ “O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então [de 1982, quando o FMI se torna o principal responsável por ‘aniquilar’ com as políticas keynesianas] centros de propagação e implantação do ‘fundamentalismo do livre mercado’ e da ortodoxia neoliberal” (HARVEY, 2008, p.38).

³⁴ Neste ponto Moçambique oferece um grande exemplo, o processo de privatização dos bancos estatais. Veja Joseph Hanlon no seu texto de reflexão sobre a privatização da banca moçambicana. Disponível em <http://www.mol.co.mz/noticias/metical/2001/mt010917.html>, acessado em 04/08/2012.

A aplicação “violenta” e rápida de processos de privatização colocou parte da população no desemprego e sem alternativas de sobrevivência. As privatizações impactam com sindicatos dos trabalhadores, fragilizando-os; relegou boa parte da população ao setor informal e ao trabalho mal remunerado; e marginalizou outra parte, encarecendo as suas condições de sobrevivência. Como forma de minimizar os impactos severos da privatização (e da sua mãe neoliberalismo) surgiram Organizações Não Governamentais (ONGs) que visavam responder a essa finalidade. Surgiram como a solução para a problemática gerada pelas ondas de privatizações, para salvar os marginalizados, mas escondiam algumas das suas principais características, tais como: a) fomentar o distanciamento do Estado das questões sociais; b) serem financiadas por governos neoliberais e a serviço do projeto neoliberal, com projetos aprovados, administrados e avaliados segundo as diretrizes do financiador; c) dar ênfase aos projetos e não aos movimentos; d) concentrar a assistência técnico-financeira a projetos e não às condições estruturais em que as pessoas estão submetidas no seu dia-a-dia (PETRAS, 1999; HARVEY, 2008).

O surgimento e a massificação de ONG’s ilustram as consequências negativas das políticas neoliberais, alicerçadas, principalmente, na acumulação por espoliação, que têm fustigado as populações dos países periféricos. Este projeto de espoliação, acolhido pelo Estado, provocou o surgimento de processos precários de reterritorialização.

1.5. Reterritorialização como precarização das condições de vida das populações

A relação entre o capitalismo e o Estado é antiga, como já foi demonstrada em parágrafos anteriores. A acumulação por espoliação é, também, garantida pela ação do Estado, pois sem a sua atuação não seria possível a sua materialização. O casamento perfeito entre o Estado e os processos de espoliação é destacado por Harvey, ao referir que o Estado

tem tido um papel-chave na acumulação “original” ou “primitiva”, usando seus poderes não apenas para formar a adoção de arranjos institucionais capitalistas, mas também para adquirir e privatizar ativos como a base original da acumulação do capital (HARVEY, 2012b, p.80).

Nesse contexto, podemos olhar para o Estado como um dos principais responsáveis pela acumulação por espoliação, pois tem garantido que os mecanismos

necessários à sua aplicação sejam criados e, que sejam respeitados³⁵. Porém, o papel do Estado tem sido contraditório como é demonstrado por Scotto (2011) e Echave et al. (2009) ao evidenciarem que o Estado, por um lado, cria as condições para a acumulação por espoliação e, por outro lado, se posiciona a favor das comunidades afetadas, defendendo os seus interesses.

O caráter múltiplo e contraditório exercido pelo Estado se fundamenta pelas suas diferentes agências e instâncias estatais que intervêm no processo. Algumas delas estão ligadas à promoção de investimentos estrangeiros, defendendo a exploração de recursos naturais pelas multinacionais interessadas. Outras foram criadas para defender os interesses das comunidades locais, lutando para manter os interesses delas³⁶. Esse processo cria uma contradição na ação desempenhada pelo Estado, evidenciando seu caráter múltiplo e contraditório.

Estudo realizado por Echave et al. (2009) demonstrou que a atuação do Estado nos diversos casos analisados se revelaram ineficientes, ineficazes, imprecisos, improvisados e incapazes de solucionar os conflitos entre as empresas de exploração mineira e as comunidades locais³⁷. O estudo também constatou que a intervenção do Estado estava mais orientada para resolver os problemas gerados nos campos de conflitos do que nas reais causas que o originaram.

Contudo, é importante referir que as atuações do Estado concorrem para a consolidação da acumulação por espoliação. Para Scotto (2011) o processo da concessão de exploração de recursos naturais já é uma forma de apontar os interesses do Estado. Apoiando-se nas argumentações de Martínez Alier, o autor constata que se o Estado cedesse às comunidades locais o usufruto dos recursos e se lhes permitisse que os mesmos fossem geridos de acordo com as valorações locais, ficaria evidente que os

³⁵ “Mientras tanto, en buena parte de Asia y África se puede observar el proceso completo de acumulación originaria y proletarización forzosa que Marx describiera en referencia a Inglaterra en su famoso capítulo sobre la cuestión, el cual nos recuerda el rol central del estado en dicho proceso al ‘generar’, en sus palabras, las condiciones para el crecimiento acelerado de la producción capitalista. A tal punto se han duplicado en numerosos países procesos relativamente similares bajo regímenes combinados de estado-nación y administración globalizada - vía el Banco Mundial (BM), la Organización Mundial del Comercio (OMC), etc. - en un sistema transnacional, donde una autoridad supervisora supranacional se ha vuelto nuevamente una necesidad objetiva del sistema como un todo ...” (AHMAD, 2004, p. 78)

³⁶ Discutindo os conflitos ambientais gerados pela introdução de novas territorialidades Zhouri e Laschefski (2012, p.17) argumentam que “a presença do Estado, nos diferentes casos [estudados por vários autores na coletânea de artigos em que eles organizaram], mostra-se carregada de dubiedade: de um lado, surge como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram conflitos ambientais; de outro, surge como mediador que, por vezes, se posta ao lado das populações atingidas”.

³⁷ Foram realizadas pesquisas em diversos distritos de Peru onde se explora recursos minerais com efeitos nas comunidades locais. Alguns dos estudos se reportam às áreas de Tambogrande, Carmen de la Frontera, Yanacocha e San Marcos.

interesses do Estado tenderiam a beneficiar as comunidades locais. Contudo, isso não acontece, pois o Estado cria as bases para a acumulação por espoliação, aplicando uma lógica comercial à exploração dos recursos naturais.

Os casos estudados por Echave et al. (2009) elucidam essa vertente do Estado, que apesar de algumas de suas agências defenderem os direitos das comunidades locais, constata-se que as mesmas, muitas vezes, não conseguem contrariar as diretrizes de funcionamento do Estado face a lógica capitalista. É, a partir das ações do Estado, que o capitalismo consegue se manter funcionando, pois são os Estados que vão garantir que os seus territórios estejam abertos às incursões do capital³⁸. Essa característica é bastante importante para o capital, pois de acordo com Harvey (2006, p.191), “a cumulação de capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica”.

A acumulação por espoliação, tal como a acumulação primitiva, é responsável por criar um número significativo de marginalizados³⁹, que são privados do seu direito fundamental, o de território. Esse processo de acumulação, como nos é demonstrado por Araóz (2011), está relacionado com a expropriação geográfica, associada com a perda de território, expropriação econômica e a expropriação ecológica.

A perda de território, ou como denomina Araóz de expropriação geográfica é responsável pela deterioração da qualidade de vida dos despojados, pois é, principalmente, a partir da perda de território que as restantes formas de expropriação se vão materializando com graves consequências para os despojados, enquanto beneficia o sistema capitalista. Dessa forma, o território é reorganizado para atender às necessidades de escalas superiores e permite a transferência de recursos financeiros para as regiões centrais que dominam o sistema. Já a expropriação ecológica está estritamente ligada à transferência de bens e serviços naturais para os centros de poder.

Essas formas de expropriação fazem parte do pacote de ações associadas à acumulação por espoliação. A sua aplicação condena um grupo significativo de pessoas que perdem os seus modos de vida, o seu território e são, precariamente, incluídos na lógica de funcionamento do capitalismo. A sua precária inclusão é uma estratégia do

³⁸ “O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos” (HARVEY, 2012b, p.117)

³⁹ Milton Santos identifica três tipos de pobreza que podem ocorrer nos países em desenvolvimento, nomeadamente: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural. Para o autor, o segundo tipo de pobreza é também conhecido como a doença da civilização. Para ele, “tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna. Admitia-se que poderia ser corrigido, o que era buscado pelas mãos dos governos” (SANTOS, 2009, p.69).

capitalismo para aproveitá-las como reserva de mão de obra, caso o sistema precise em momentos de acumulação, para o aumento da mais-valia.

Podemos entender a espoliação (incluindo as suas três formas de expropriação) como um processo de desterritorialização. Corrêa (1994) realça que a desterritorialidade sem a criação de uma nova territorialidade significa exclusão do processo social. Isso se sucede porque a sua aplicação destrói as bases de sustento dos atingidos, deteriorando a qualidade de vida, ao mesmo tempo em que os coloca em estado de dependência do sistema. A desterritorialização provocada pelos processos de espoliação é responsável, muitas vezes, pelas deslocamentos compulsórios, isto é, não só perdem o comando das ações que vão se desencadear no “seu” território, como também são expulsos do mesmo.

Os aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2012) é uma das formas de organização do território que resulta de processos de desterritorialização que não foram acompanhadas de uma nova e adequada territorialização. A nova territorialização que é o resultado lógico da desterritorialização pode corresponder a uma a-territorialidade insegura. A esse tipo de reterritorialização, Haesbaert (2011b) considera como sendo resultado de uma desterritorialização para os mais pobres, visto que ela é resultante de uma mobilidade involuntária. O autor argumenta o seu ponto de vista associando ao fato dessa reterritorialização se deparar com falta de alternativas e se direcionar para uma situação que busca a simples sobrevivência física cotidiana.

Haesbaert constata que o resultado da desterritorialização causada pelo modo de produção capitalista é a reterritorialização caracterizada pela precarização socioespacial, a que o autor denomina de aglomerados de exclusão, que pode se materializar em territórios inseguros, sujeitos a novos processos de desterritorialização como resultado da dinâmica capitalista, como na produção de territórios precariamente incluídos no sistema, formados apenas para responder as demandas, presentes ou futuras do sistema. Para o autor a escolha da expressão deve-se ao fato de querer

traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de “desterritorialização” - ou de “territorialização precária” - a que estamos nos referindo, a começar pelos próprios significados que carrega no senso comum, explicitados pelo *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*: Aglomerados - ação ou efeito de aglomerar (-se), ajuntamento, agrupamento, amontoamento; Aglomerar - 1. Juntar, reunir, acumular. 2. Ajuntar-se, amontoar-se; Aglomerado - adj. 1. Junto, reunido; acumulação, amontoado. S.m. 2. Conjunto, reunião, aglomeração (HAESBAERT, 2012, p.313).

Manifesta ainda a sua dificuldade em enquadrar os aglomerados de exclusão nas formas de território zona ou território rede, podendo estar relacionado com o fato dos

integrantes dessa forma de organização social poderem ser relegados para um espaço “primitivo” ou não tendo um território fixo, estando se movimentando a procura de uma nova territorialidade. Como também, direciona a sua defesa para outro viés, em que considera que os integrantes dos aglomerados de exclusão possam ser excluídos, mas que isso pode se dar momentaneamente, pois a sua inclusão, quer seja precária, poderá ocorrer ao longo do tempo⁴⁰.

Concluindo, Haesbaert (2012) ressalta que,

É importante destacar ainda que a noção de aglomerado, em seu sentido mais amplo, não se restringe a esses espaços (ou contextos) “negativamente” articulados em torno dos processos de exclusão. Aglomerados de exclusão seria apenas o exemplo mais representativo desta dimensão “ilógica” e, em parte (especialmente no caso dos aglomerados “de massa”) mais “fluida”, presente, em maior ou menor grau, praticamente em todos os casos do nosso tempo. Assim como a concepção de desordem está sempre acoplada à de ordem, e o próprio território e a rede carregam esta ambivalência (Lima, 2003), a desordem - e os aglomerados - também envolve um sentido ao mesmo tempo negativo e positivo - por seu potencial “transformador”, criador do novo, *locus* por excelência das “linhas de fuga” e da desterritorialização no sentido deleuze-guattariano (HAESBAERT, p.335).

A expressão de aglomerados de exclusão defendida por Haesbaert responde às consequências negativas do processo de espoliação, pois o mesmo desterritorializa um segmento significativo de populações, quer seja pela sua separação territorial (ou geográfica) quer seja pela perda de comando das ações do território, colocando-os em situação de instabilidade e vulnerabilidade. Esta situação, também, pode ser uma “linha de fuga”⁴¹, que revolucionará as condições, ou melhor, de resistência, pois a desterritorialização é também conformada a partir de relações de poder e, as mesmas envolvem resistências (silenciosas ou silenciadas).

É interessante entender que a reterritorialização resultante dos processos de acumulação por espoliação, que é a materialização dos aglomerados de exclusão, é um processo que vem acontecendo em países africanos, principalmente naqueles onde as políticas neoliberais vêm sendo responsáveis por uma exclusão geográfica de largos segmentos populacionais, deslocados para áreas onde os fatores de localização dos assentamentos humanos se mostram incoerentes com a sua definição como espaço de vida e de produção, ao mesmo tempo em que inclui os segmentos populacionais expropriados das suas fontes de subsistências, estando obrigados a encontrarem,

⁴⁰ “Definir espacialmente os aglomerados de exclusão não é tarefa fácil porque eles são, como a própria exclusão que os defini, mais um processo - muitas vezes temporário - do que uma condição ou um estado objetiva e espacialmente bem definido. Se preferirmos, trata-se de uma condição complexa e dinâmica, mesclada sempre com outras situações, menos instáveis, através das quais os excluídos tentam a todo instante se firmar (se territorializar)” (HAESBAERT, 2012, p.327).

⁴¹ Expressão usada por Haesbaert (2012).

diariamente, a sua sobrevivência em ambientes das quais o sistema se encarregou de destruir.

Entender como esses processos de reterritorialização, que resultam na produção dos aglomerados de exclusão acontecem em Moçambique, é fundamental para compreendermos os impactos das políticas neoliberais. Para isso, é preciso estudar as condições de vida das famílias residentes na área em que se pretende realizar o estudo. A distribuição geográfica, as condições sociais e econômicas são alteradas com a introdução de políticas neoliberais, daí a necessidade de compreendermos esses elementos como forma de entendermos os resultados da materialização dos territórios das mineradoras.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1. Localização e características de Moçambique

Moçambique localiza-se na África Oriental entre a foz do rio Rovuma e a República da África do Sul. Concretamente o país se encontra entre os paralelos 10° 27' e 26° 56' latitude Sul e os meridianos 30° 12' e 40° 51' longitude Este. De Norte a Sul o país faz fronteira com a Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabué, a África do Sul e a Suazilândia. A Este é banhado pelo oceano Índico (mapa 1).

Com uma área de 799 380 km², Moçambique encontra-se subdividido em onze províncias incluindo a cidade de Maputo, capital do país, que tem o estatuto de província. A região Norte é constituída por três províncias, nomeadamente Niassa, Cabo Delgado e Nampula, cuja capital regional é a cidade de Nampula, que também é a capital da província de Nampula. A região central é formada por quatro províncias, designadamente Zambézia, Tete, Manica e Sofala, com a cidade da Beira a ser a capital regional e a capital da província de Sofala. No sul encontram-se as províncias de Gaza, Inhambane, Maputo província e Maputo cidade, sendo Maputo cidade a capital da região.

Administrativamente o país encontra-se subdividido em províncias, distritos, postos administrativos e localidades. Com o objetivo de descentralizar o poder central para os níveis locais, criaram-se os municípios, que correspondem às áreas consideradas de urbanas. A lei 2/97 que cria o quadro legal das municipalidades, especifica duas categorias de autarquias, nomeadamente: municípios e pequenos centros rurais (povoações). Segundo a mesma lei, para a criação de novas autarquias (ou municípios) são necessárias as seguintes condicionalidades: (i) fatores geográficos, demográficos, econômicos, sociais, culturais e administrativos; (ii) interesses nacionais ou locais que possam ser postos em risco; (iii) razões históricas e culturais; e (iv) avaliação da capacidade financeira para assumir as responsabilidades que lhes são cometidas.

Segundo os dados do último censo populacional, realizado em 2007, Moçambique tem 20 252 223 habitantes, dos quais 48,1% da população é do sexo masculino e cerca de 30% da população vive em áreas urbanas. De 1997, período em que se realizou o II Censo Populacional e Habitacional de Moçambique independente até ao mais recente censo, a

população do país cresceu em 32,4%, ou seja, houve um incremento de 4 947 962 habitantes⁴².

Ainda de acordo com a mesma fonte, constata-se que apenas duas províncias concentram perto de 40% (38,9%) da população nacional, nomeadamente as províncias de Nampula e Zambézia. A província de Tete (onde se localizam as áreas de exploração do carvão mineral) é a 3ª província mais populosa do país, acolhendo 8,9% da população nacional.

A província de Tete é constituída por 12 distritos, excluindo a cidade de Tete que é a capital da província. Segundo os dados do censo, a província de Tete abriga 1 783 967 habitantes, dos quais 48,7% são do sexo masculino e cerca de 14% (13,7%) da população da província reside em áreas urbanas. Só a cidade de Tete acolhe 63,9% da população urbana da província. Associada à população urbana de Moatize, concentrada na vila de Moatize, as duas áreas urbanas abrigam cerca de 80% da população urbana.

A cidade de Tete concentra 8,7% da população da província, sendo a sexta área administrativa mais populosa. Os distritos de Angónia e Moatize são os dois mais populosos da província, reunindo cerca de 30% (29%), ou seja, 298 815 e 215 092 habitantes respectivamente. Os dados do censo de 2007 mostram um acréscimo de 639 363 habitantes em relação ao censo de 1997, do qual se destaca o distrito de Moatize que teve um aumento de 105 989 habitantes, ou melhor, cerca de 17% do acréscimo de novos habitantes ocorreu no distrito de Moatize.

2.2. Localização e características do distrito de Moatize e cidade de Tete

2.2.1. Localização e divisão administrativa

As áreas de exploração de carvão mineral localizam-se no distrito de Moatize. Porém, uma pequena fracção da área de exploração de uma das multinacionais ocupa parte da área da cidade de Tete. A cidade de Tete é o principal centro económico e administrativo da província, com impactos significativos na exploração mineira no distrito. Para a compreensão das transformações socioespaciais no distrito de Moatize, decidiu-se incluir a cidade de Tete à área de estudo, por ser o segundo centro de decisão ao nível da hierarquia nacional, ao mesmo tempo em que é o habitat das organizações da sociedade civil que defendem os interesses das comunidades atingidas pelos projetos

⁴² Os dados estão disponíveis no site do INE www.ine.gov.mz/censo2007, acessado em 01 de fevereiro de 2010.

de exploração de carvão mineral e, os impactos desta atividade também têm reflexos ao nível desta cidade⁴³.

Da cidade de Tete à vila de Moatize percorre-se cerca de 20 km. A área de estudo é limitada a Norte pelos distritos de Chiuta e Tsangano; a Este pela República do Malawi; a Sul pelo rio Zambeze que o separa dos distritos de Tambara e Guro (distritos da província de Manica) e o rio Mecombezi, que a separa do distrito de Mutarara; e a Oeste pelos distritos de Changara e Chiuta (Mapa 2).

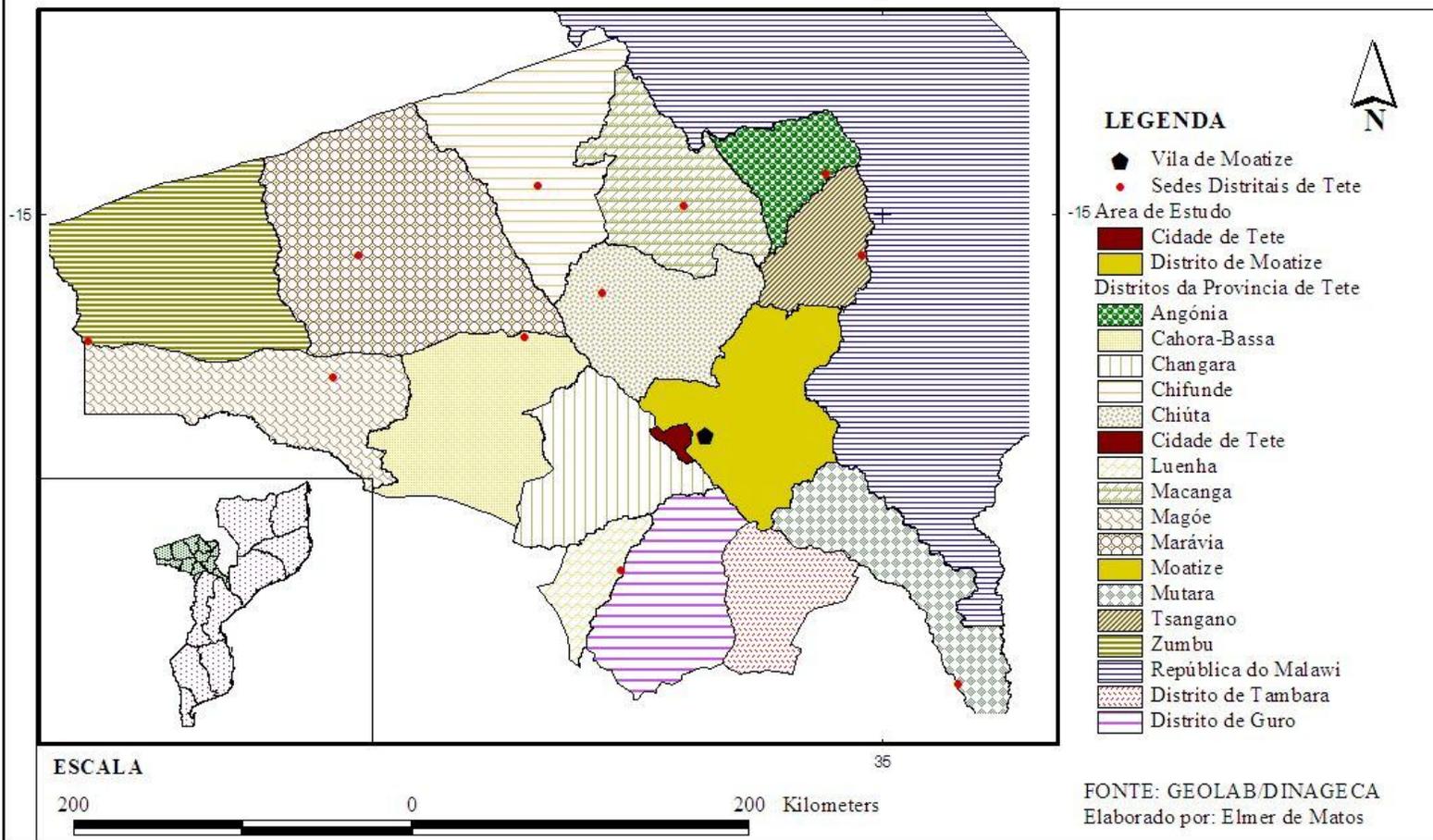
Administrativamente a cidade de Tete encontra-se subdividida em bairros, enquanto que o distrito de Moatize é constituído por três postos administrativos, nomeadamente o de Moatize-sede, de Cambulatsitsi e o de Zóbuè. Os postos administrativos encontram-se subdivididos em localidades, registrando-se no total doze localidades, sendo o posto administrativo de Moatize e de Zóbuè os que mais localidades possuem (cinco). É no posto administrativo de Moatize-sede aonde se localiza a vila de Moatize, área urbana do distrito, que tem a categoria de município, isto é, tem um governo e presidente que são eleitos de cinco em cinco anos⁴⁴.

⁴³ Apesar de incluirmos a cidade de Tete à área de estudo, as nossas atenções ficarão centradas ao nível do distrito de Moatize por ser a área de ocorrência dos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

⁴⁴ É importante referenciar que existe a localidade de Moatize-Sede e Município de Moatize. Antes do processo de municipalização, que se efetivou em 1998, com a realização das primeiras eleições autárquicas, o município e a localidade de Moatize-sede eram uma só. Com a efetivação desse processo, a área considerada de urbana passou a ser parte de uma autarquia, com eleições periódicas. Normalmente observa-se que continua a ser no município onde se localiza a residência do administrador do distrito bem como dos escritores e secretarias da administração distrital. O administrador é indicado pelo governo provincial. O administrador exerce poder sobre todo o distrito, com exceção da área municipal.

MAPA 2: Localização Geográfica da Área de Estudo

36



2.2.2. Evolução e distribuição espacial da população

Com uma superfície de 9 165 km² e uma população recenseada em 2007 de 370 962 habitantes, a área de estudo apresenta uma densidade populacional de 41 habitantes por km². A cidade de Tete é a área administrativa que apresenta a maior densidade populacional, com 545 habitantes por km², enquanto que para o distrito de Moatize a densidade é de 22 habitantes por km². Em 1997, quando se realizou o segundo recenseamento geral da população de Moçambique independente, a área albergava 211 087 habitantes. De 1997 para 2007 aumentaram 159 875 novos habitantes, dos quais 66,3% dos novos habitantes passaram a residir no distrito de Moatize.

De acordo com as projeções realizadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a área de estudo acolherá em 2016 cerca de 22% da população da província, isto é, albergará 586 861 habitantes, dos quais 62% dessa população viverá no distrito de Moatize. Os dados do INE demonstram que desde a realização do primeiro censo de Moçambique independente (em 1980) o tamanho da população da área de estudo tem aumentado significativamente. De 1980 a 1997 a área de estudo contribuía com 18% da população da província. A partir do censo de 1997 a contribuição aumentou, aproximando-se dos 21% em 2007. Em relação à contribuição do distrito de Moatize ao total da população da área de estudo, constata-se que ela vem diminuindo desde 1980, quando era superior a 68% e, em 2007 ela foi de 66%. É importante realçar que a maior queda deu-se durante a realização do censo de 1997, quando a contribuição do distrito foi de 57%. Essa diminuição pode estar relacionada com o desenrolar da guerra civil que afetou mais as áreas rurais, tornando as cidades e as áreas centrais mais seguras, refletindo-se nas migrações campo-cidade e periferia-centro. Isso terá influenciado na perda significativa da população do distrito em benefício da cidade de Tete.

Quando da realização do censo de 1980, a guerra civil ainda estava na sua fase inicial, tendo se intensificado nos primeiros anos dessa década. Por conseguinte, o censo realizado em 1980 poderá não ter sido influenciado pela guerra, mas sim pela corrida da população para os centros urbanos, ou melhor, a migração campo-cidade terá influenciado na explosão urbana dos anos 80. O segundo censo populacional de Moçambique independente deveria ter sido realizado em 1990, mas por causa do intensificar da guerra civil o mesmo não aconteceu, tendo sido realizado pelo INE, em 1991, uma contagem da população, mas que abrangeu principalmente as áreas menos atingidas pela guerra, ou seja, as áreas urbanas. A guerra civil terminou em 1992 e só em 1997 foi realizado o censo populacional e habitacional. Esse período coincide com o

período de regresso dos deslocados e refugiados de guerra, daí que o censo de 1997 é influenciado por essa conjuntura.

Examinando a distribuição espacial da população ao nível da área de estudo é possível constatar alterações significativas. A tabela 1a demonstra a evolução e distribuição da população ao nível da cidade de Tete. De 1997 a 2007 um novo bairro foi acrescentado, resultado de uma reclassificação urbana. Durante esse período cada bairro teve em média um aumento de seis mil habitantes. Essa média é influenciada por três bairros, nomeadamente: Samora Machel, Chingodzi e Matundo que apresentaram um crescimento maior que a média. Só esses três bairros exibiram uma média de 15 mil novos moradores acrescentado, quase três vezes maior que a média dos bairros da cidade.

Tabela 1a. Evolução e distribuição espacial da população na cidade de Tete

Cidade de tete	Pop. 1997	Pop. 2007	Varição
P. A. de Tete	101 984	155 870	53 886
Bairro Degue	8 579	11 842	3 263
Bairro Filipe Magaia	10 961	12 854	1 893
Bairro F. Manyanga	18 560	21 064	2 504
Bairro Josina Machel	10 485	10 150	-335
Bairro Mateus Muthemba	24 420	24 685	265
Bairro do Matundo	8 099	18 810	10 711
Bairro Mpadue	5 410	5 809	399
Bairro Chingodzi	15 470	32 401	16 931
Bairro Samora Machel	-	18 255	18 255

Fonte: Censos (1997; 2007)

Analisando a tabela 1a, percebe-se que o bairro Samora Machel, que é recente, efeito da reclassificação urbana, terá resultado da subtração da área dos bairros Mateus Muthemba e Mpadue. Estes bairros, associados ao bairro Josina Machel, são os que apresentaram uma tendência de crescimento diferente dos outros. O bairro Josina Machel teve um crescimento negativo, podendo ser explicado pela sua localização geográfica, ou melhor, é um dos bairros da cidade de cimento, sendo o principal núcleo central da cidade, daí que não apresenta espaços para expansão e, segue a tendência dos bairros centrais dos espaços urbanos nacionais que é de perder população ou de crescer menos que a média dos restantes bairros. Em relação aos outros dois bairros nota-se que

o seu fraco crescimento está relacionado com a reclassificação urbana, que terá retirado área desses bairros e, conseqüentemente a sua população.

Os bairros Matundo e Chingodzi estão entre os três bairros que mais contribuíram para o crescimento populacional da cidade. Desse grupo, apenas o bairro Samora Machel não se encontra localizado na outra margem do rio Zambeze, não faz fronteira com o distrito de Moatize. Matundo e Chingodzi são bairros localizados na área periurbana da cidade, sendo áreas de forte imigração da população rural e de cidadãos que procuram terreno para a construção de novas habitações. Normalmente é ocupada por população que sai da área central da cidade e dos bairros suburbanos, densamente ocupados e caracterizados por terem uma ocupação anárquica. A sua localização, próxima da vila de Moatize, espaço que vem atraindo cada vez mais população em função dos investimentos na indústria extrativa, torna esses bairros desejáveis para a população que imigra a procura de oportunidades de emprego e/ou de trabalho.

Para o caso do distrito de Moatize, observando a tabela 1b, verifica-se que o posto administrativo de Zóbuè foi o que mais população aumentou. A população mais que dobrou num período de 10 anos, saindo da segunda posição para a primeira. Importa salientar que, quando da realização do censo de 1997, o posto administrativo de Zóbuè tinha três localidades. O censo de 2007 apresenta o posto administrativo com mais duas localidades. As duas localidades proporcionaram um aumento de mais de 30 mil habitantes. A partir dos censos de 1997 e de 2007 não é possível encontrar a justificativa para o surgimento de duas novas localidades. A explicação pode estar relacionada com uma nova reclassificação administrativa, onde, provavelmente, algumas aldeias, por apresentarem um número significativo de habitantes poderão ter passado para a categoria de localidade. Ou ainda, interesses políticos, como forma de valorizar um régulo ou determinadas autoridades administrativas podem explicar esse fato. Não obstante, o caso é que o número de população acrescentada ao posto administrativo é bastante significativo e está próximo da população recenseada ao nível do posto administrativo em 1997.

Analisando o tamanho da população acrescentada à província de Tete nesse período (1997 a 2007), averigua-se que em média, cada distrito teve um aumento de 50991 habitantes e, observando a evolução da população dos distritos que fazem fronteira com a localidade de Zóbuè, observa-se que o distrito de Chiúta foi o que apresentou um aumento da população inferior a média da província, situando-se em

26086 habitantes acrescentados. Já o distrito de Tsanganano teve um acréscimo acima da média, ou seja, foram recenseados mais 65129 novos habitantes. Essa explicação poderia sustentar uma reclassificação com impactos em outros distritos, ou seja, influenciando outros poderes distritais. Outra explicação para esse fato poderá estar ao nível interno do distrito, a partir de uma alteração das divisões administrativas, com a criação de novas localidades a partir da subtração de áreas e de população de outras localidades. Embora se levante várias hipóteses para explicar o fenômeno, tendemos a aceitar que a reclassificação administrativa, envolvendo poderes distritais se encontra mais próxima de explicar o surgimento de novas localidades e com um aumento acentuado da população em 10 anos⁴⁵.

Tabela 1b. Distribuição e evolução da população por Postos Administrativos e localidades

Posto Administrativo	Localidade	População 1997	População 2007	Varição
Moatize	Município de Moatize	26 560	38 924	12 364
	Moatize-Sede	9 793	15 786	5 993
	Benga	5 710	8 943	3 233
	Npanzo	8 257	12 516	4 259
	Msungu	3 444	2 465	-979
	Total	53 764	78 634	24 870
Cambulatsitsi	Cambulatsitsi-Sede	9 163	20 482	11 319
	Necungas	4 656	8 816	4 160
	Total	13 819	29 298	15 479
Zóbuè	Zóbuè-Sede	22 210	30 360	8 150
	Capiridzanje	7 810	12 964	5 154
	Nkodeze	11 500	30 525	19 025
	Mussacama	-	20 090	20 090
	Samoa	-	13 221	13 221
	Total	41 520	107 160	65 640

Fonte: Censo (1997; 2007)

Ao nível das localidades, pode-se perceber que as localidades de Nkodeze, Município de Moatize e Cambulatsitsi-se são as que apresentaram um crescimento acima dos 10 mil habitantes, sendo a de Nkodeze a que esteve mais próximo dos 20 mil habitantes. A localidade de Nkodeze foge do padrão geral de atração da população, visto que normalmente são as sedes dos distritos e dos postos administrativos as que

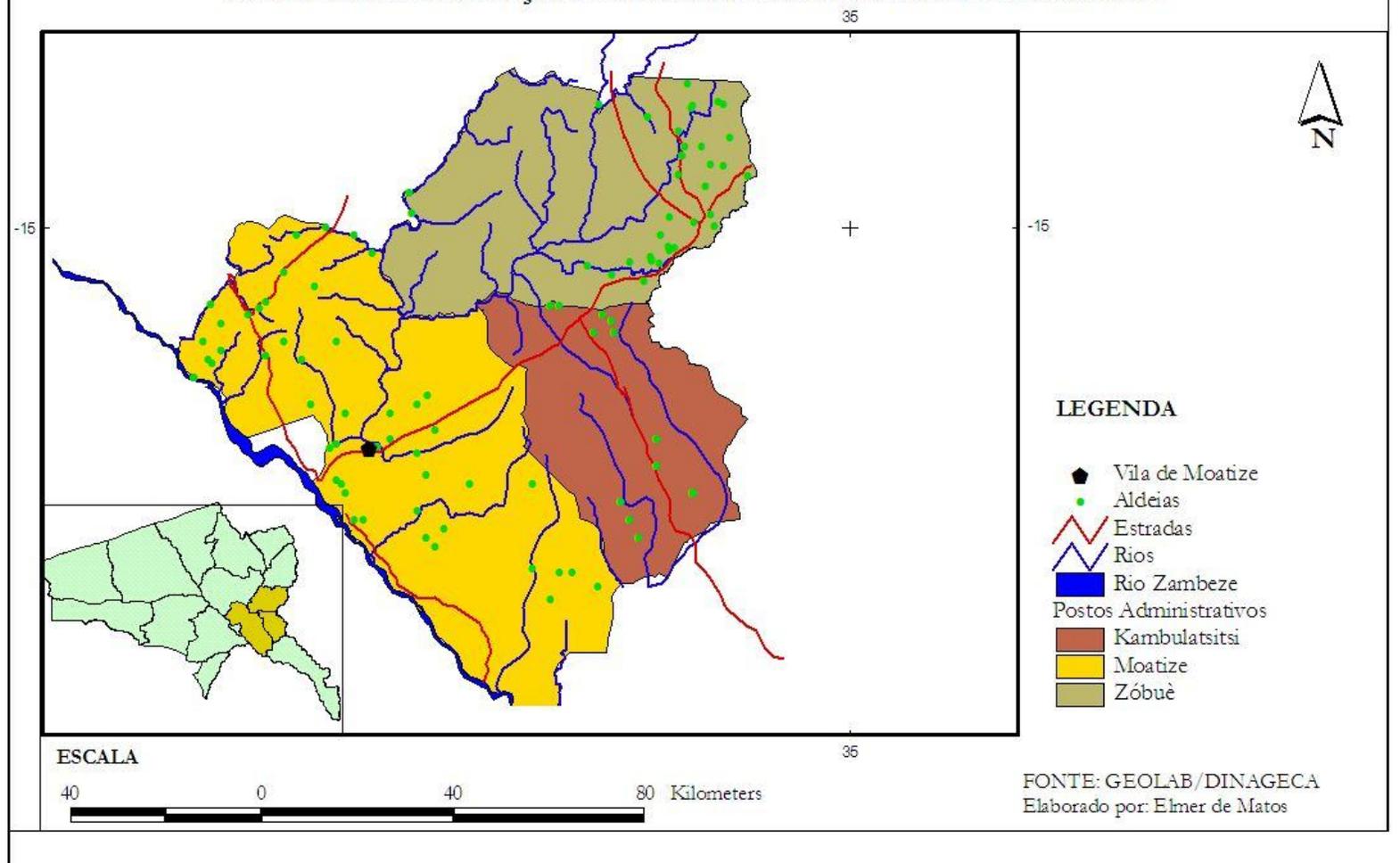
⁴⁵ Não ignoramos o saldo fisiológico e migratório positivo que podem explicar o crescimento da população, porém o número de população acrescentada é superior ao número da população acrescentada nos outros postos administrativos, daí que um estudo mais aprofundado seria adequado para confirmar ou refutar as nossas hipóteses.

mais atraem população. A localidade de Msungu foi a única que perdeu população, tendo perdido cerca de mil habitantes.

Segundo o relatório do Ministério da Administração Estatal (MAE), a população do distrito se concentra nas sedes dos postos administrativos, ao longo dos corredores das estradas nacionais e regionais, ao longo da estrada de ferro Moatize-Dona Ana e nos vales dos rios Zambeze, Mavudzi, Ncondedzi, Rovóbue, Moatize, Duembe, Nsembedzi, Vudzi, Muezi, Mualadzi, Lorera, entre outros (MOÇAMBIQUE, 2005). Estes dados realçam a importância que a existência de infra-estruturas e a proximidade aos rios desempenham na localização dos assentamentos humanos (mapa 3).

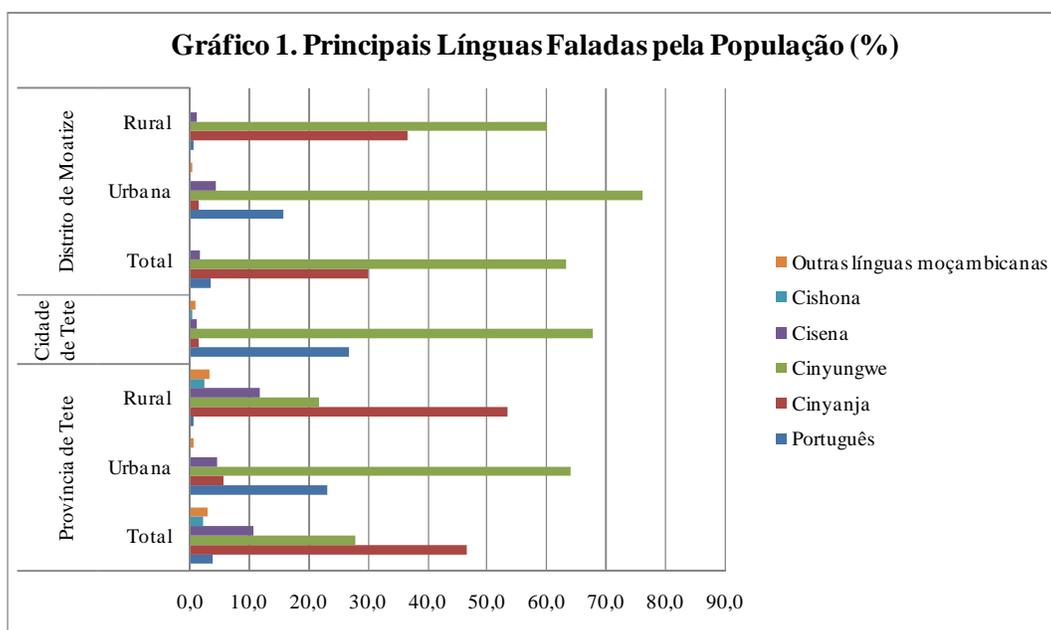
Os recursos hídricos apresentam-se como uma força de atração na localização dos assentamentos humanos em consequência da principal atividade dessa população ser a agricultura de sequeiro, que depende principalmente da chuva e de existência de proximidades de um curso hídrico. A proximidade a uma fonte de água não só é usada para a agricultura, mas também para as necessidades domésticas. Em relação às infra-estruturas, constata-se que é nas sedes dos postos administrativos onde se concentram as infra-estruturas sociais básicas, como escolas, unidades sanitárias, sistemas de abastecimento de água e outros serviços necessários ao cotidiano das famílias. Esses fatores jogam um papel significativo na decisão para a escolha da localização de uma determinada aldeia.

MAPA 3: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ALDEIAS EM MOATIZE



2.2.3. Características sociais

As características etnolinguísticas dos povos que habitam a província de Tete influenciam nas línguas utilizadas com maior frequência. O cinyanja e o cinyungwe são as principais línguas faladas na província, com variações ao nível da área de residência. Ao nível do espaço urbano da província constata-se que cinyungwe é a língua mais falada, enquanto que ao nível do espaço rural mais de metade da população fala o cinyanja. A língua cinyungwe também se destaca como a principal língua mais falada na área de estudo. Se analisado o espaço urbano da área de estudo, constata-se que mais de dois terços fala esta língua, destacando-se a vila de Moatize onde o percentual é superior a três quartos da população. É interessante notar que o cinyanja, que é a língua mais falada na província, é a língua mais utilizada pela população rural, já que ao nível do espaço urbano ela não supera a barreira dos 6% e, ao nível da área de estudo ela não atinge os 2% (gráfico 1).



Fonte: Censo (2007)

O português é a segunda língua mais falada nos espaços urbanos, evidenciando-se na cidade de Tete, onde as cifras são de 27%. Isso pode ser explicado pelo fato do espaço urbano concentrar um número significativo de pessoas que estão empregadas no setor formal, e que de certa forma fomentam o setor informal⁴⁶, onde para desenvolverem as suas atividades são “forçadas” a comunicarem-se na língua do

⁴⁶ Veja Mosca (2009).

colonizador. Essa é uma herança do período colonial, em que os indivíduos (principalmente os residentes em espaços urbanos) eram obrigados a comunicarem-se em língua portuguesa. Essa herança teve reforço mesmo depois de alcançada a independência, quando o português foi declarado a língua oficial e o principal e único veículo de comunicação nas instituições públicas. Essa estratégia visava impedir que a língua se tornasse num meio de separação entre os povos e, conseqüentemente, provocar conflitos étnicos.

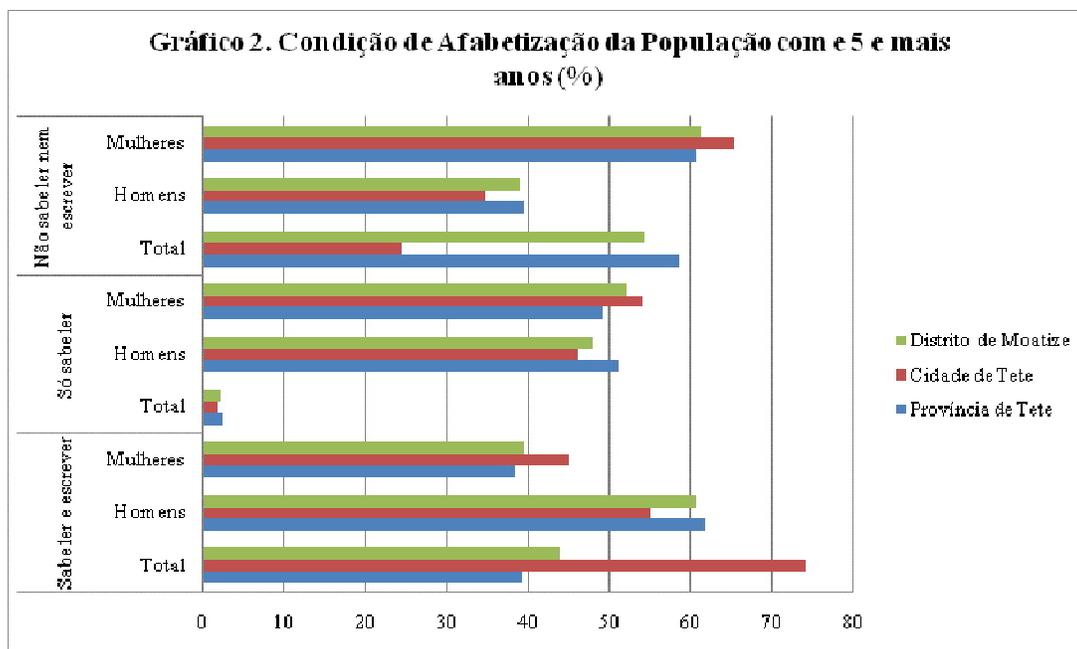
Apesar do país ter passado por um processo de colonização que se pode considerar de violento e de imposições da cultura ocidental (a portuguesa), o português não chegou a ser dominado pela maioria da população. O português apenas era falado nas escolas, nas instituições públicas e privadas e por aqueles que haviam entrado na cultura do colonizador, os chamados assimilados⁴⁷, que em regra eram forçados a preterirem a sua língua e cultura.

No momento da proclamação da independência, mais de 90% da população era analfabeta e as escolas públicas encontravam-se localizadas majoritariamente nas capitais provinciais e nos centros urbanos e, eram fundamentalmente para atender as crianças dos colonos e dos assimilados. As áreas rurais estavam cobertas por escolas missionárias, principalmente a cargo da Igreja Católica Romana e, não satisfaziam toda a demanda da área rural do país. Com a independência, o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) investiu na expansão do acesso à educação em todos os níveis. Com a introdução dos Programas de Reabilitação Econômica (PRE) os investimentos públicos realizados pelo governo baixaram significativamente, afetando o fornecimento universal desse serviço (MARSHAL, 1992?).

O gráfico 2 mostra a dificuldade que a maioria da população da província tem em comunicar-se em língua portuguesa. Perto de 60% da população da província com 5 e mais anos é considerada como analfabeta. Ao nível da área de estudo, essas cifras variam significativamente, onde essa condição afeta mais a população do distrito de Moatize, enquanto que para a cidade de Tete ela é inferior a um quarto. Perto de três quartos dos residentes na cidade de Tete declararam saber ler e escrever, enquanto que para o distrito de Moatize o percentual é inferior a 45%. Com relação ao sexo verifica-se que as mulheres são as mais prejudicadas, pois o nível de analfabetismo é superior a

⁴⁷ Designação usada para segregar, entre os moçambicanos, aquele grupo que poderia se beneficiar de alguns benefícios sociais e econômicos do país. Esse grupo de moçambicanos, pequeno, era considerado como aqueles que se civilizaram, isto é, entraram no mundo ocidental ou na cultura portuguesa.

60%. É importante ressaltar que apesar da cidade de Tete apresentar um percentual relativamente baixo de analfabetos, constata-se que é a área com maior percentual de mulheres analfabetas, sendo superior à média provincial. A diferenciação em relação ao sexo funciona como uma barreira para o sexo feminino no acesso a várias oportunidades, pois o domínio da língua portuguesa ainda é uma barreira no progresso social e econômico.



Fonte: Censo (2007)

A preocupação com a redução da pobreza, que afeta mais de metade da população, condiciona o bem-estar à boa parte da população moçambicana. Costa (2009) refere que o primeiro estudo realizado para avaliar o nível de pobreza nacional foi realizado em 1989 e indicava que cerca de 60% da população encontrava-se na condição de pobreza absoluta. A autora refere que antes dessa data não existiam estudos específicos sobre o assunto. É curioso notar que esse estudo foi realizado no auge da aplicação dos PRE, introduzidos pelas Instituições de Bretton Woods (IBW), que segundo Hermele (1990) foram responsáveis por aumentar o número de pobres moçambicanos, pois as reformas políticas aplicadas eram menos sociais e mais econômicas.

Estudos realizados pelo governo moçambicano têm evidenciado uma redução significativa do percentual de pobres vivendo no país. Se associado aos dados apresentados por Costa (2009) relativos à pobreza, constata-se que a pobreza aumentou

em Moçambique desde 1989 para 1996/97 quando foi realizado um inquérito nacional para medir o nível de pobreza. Os dados desse inquérito demonstraram que mais 10% da população moçambicana engrossou a lista dos considerados pobres. De uma incidência de pobreza que afetava perto de 70% da população moçambicana em 1996/97, o governo conseguiu reduzir para 54,7% para o ano de 2008/09. Ao nível da província de Tete observou-se uma redução de 82,3% para 42% no mesmo período de análise (MPD; DNEAP, 2010, p.28). É curioso notar que no ano de 1996/97 a província de Tete fazia parte das três províncias com maior percentual de população pobre no país. Na terceira avaliação da incidência da pobreza, realizada em 2008/09, a província reduziu bastante a sua incidência, passando a fazer parte das quatro províncias com menor incidência da pobreza. Essa redução pode estar relacionada com o fato de mais população passar a ter um emprego relativamente estável, trabalhando na empresa de fumo, nas empresas contratadas pela Vale e Riversdale/Rio Tinto e outras ligadas à indústria extrativa, bem como a engrossar o mercado informal.

Os avanços na redução da pobreza evidenciados pelos inquéritos por amostragem realizados pelo INE comprovam que os esforços do governo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio têm sido significativos. Porém, há estudos que contestam os resultados apresentados pelos inquéritos, demonstrando que as reduções não são reais (veja WUYTS, 2011; Costa, 2009; Hanlon, 2007) e que os critérios usados para medir a pobreza escondem algumas variações e resultados. A linha que define um agregado familiar como pobre se baseia nos preços dos produtos e nos padrões de consumo. Den Boom (2011, p.4) aponta que

Os indicadores de pobreza que são capturados incluem os detalhes dos padrões de consumo dos agregados familiares - a compra de alimentos, alimentos produzidos em casa e despesas não alimentares, bem como das características da sua habitação, educação, saúde e o emprego dos seus membros e, por último mas não menos importante, a altura e o peso de crianças menores de cinco anos de idade.

Hanlon (2007) sustenta a sua contestação partindo do fato de que os critérios utilizados para medir a pobreza não são fiáveis, podendo esconder os verdadeiros resultados. Para o autor, os indicadores se baseiam na quantidade de calorias consumida pelas famílias, ignorando os nutrientes necessários. Senão vejamos, as famílias, em razão do aumento do nível de vida, podem deixar de consumir o milho e substituir pela mandioca, mantendo a mesma caloria consumida, mas com menos nutrientes. Essa família pode ser considerada como não pobre, apesar de deixar de consumir mais nutrientes necessários a sua dieta alimentar. Hanlon (2007) ilustra isso com o fato dos

estudos demonstrarem que o número de pobres diminuiu enquanto o número de crianças mal nutridas aumentou. Já Wuyts (2011) sustenta que a maior parte da renda das famílias pobres é gasta na alimentação, onde entre 70% a 80% do rendimento das famílias pobres é gasta na aquisição de comida. Apesar das taxas de crescimento econômico terem sido altas, com uma média de 7% ao ano, constata-se que o efeito nas famílias é quase nulo. Analisando a relação entre o crescimento econômico moçambicano e a redução da pobreza entre os anos de 2002 a 2010, Wuyts (2011, p.2) argumenta que:

... o crescimento econômico em Moçambique ocorreu em simultâneo com inflação rápida dos preços relativos da comida (e, mais geralmente, de todos os bens básicos de consumo), o que implica que é possível a incidência da pobreza ter permanecido constante ou mesmo ter piorado apesar do rápido crescimento econômico - mesmo que a distribuição monetária das despesas (ou dos rendimentos) não se tenha alterado. De fato, dado que os mais pobres gastam uma proporção muito mais alta do seu rendimento em comida do que os mais ricos, a diferença entre a inflação dos preços relativos da comida e a inflação geral afeta os pobres muito mais do que os ricos, o que conduz a que a distribuição do rendimento piore em termos reais.

A análise dos indicadores que mensuram se um agregado familiar é pobre ou não pobre vai até ao nível da província, não sendo possível extrapolar os dados para o nível do distrito, de forma a realizarem-se comparações interdistritais. Apesar dos dados dos relatórios do INE evidenciarem efeitos significativos ao nível da redução da pobreza, alguns indicadores sociais ao nível da província, do distrito e da cidade de Tete ainda são insatisfatórios, mostrando um cenário inverso. Analisando os indicadores ligados a habitação, acesso à água, à saneamento básico e à principal fonte de energia usada pelos agregados familiares é possível perceber que para o ano de 2007 as condições de vida dos agregados familiares são preocupantes.

A melhoria das condições de vida das famílias também é avaliada a partir do tipo de habitação em que vive, pois quanto mais precária for a habitação maior é a probabilidade do agregado familiar não dispor de alguns serviços sociais básicos, como o abastecimento de água encanada, saneamento básico adequado e o acesso a energia elétrica. A habitação condigna é uma das necessidades básicas da população. Normalmente, em Moçambique, verifica-se que quando as condições de vida de uma determinada família melhoram, ela tende a melhorar a sua habitação, transitando de uma habitação construída a partir de material vegetal (ou fornecido diretamente pela natureza), para o de material de construção durável (ou considerado convencional que passou por um processo de transformação industrial), permitindo maior resistência às habitações.

Ao nível da província de Tete, observa-se que mais de três quartos dos agregados familiares vivem em habitações consideradas de palhota (gráfico 3). Palhota é um tipo de habitação cujo material predominante na construção é de origem vegetal (caniço, capim, palha, palmeira, colmo, bambu, etc) (figura 1). Como o material utilizado para a construção desse tipo de habitação se encontra facilmente e com custos reduzidos, a sua substituição com o tempo, em virtude da sua deterioração, se torna viável. Por apresentar essas características, que a tornam relativamente fácil de encontrar sem elevados custos, boa parte das famílias recorrem a sua coleta no mato ou ainda a sua compra a preços relativamente acessíveis. Geralmente nas áreas rurais a sua aquisição tende a ser sem custos monetários, visto que em cada agregado familiar pelo menos um membro trabalha na agricultura e tem a facilidade de obtenção desse material ou, pode obter a partir de favores (as redes de solidariedade) ou troca de produtos. Para os espaços urbanos, boa parte dos residentes que apresentam as suas habitações construídas com esse tipo de material têm de comprá-las, usualmente a preços moderadamente acessíveis.

Figura 1. Exemplos de palhota e casa mista

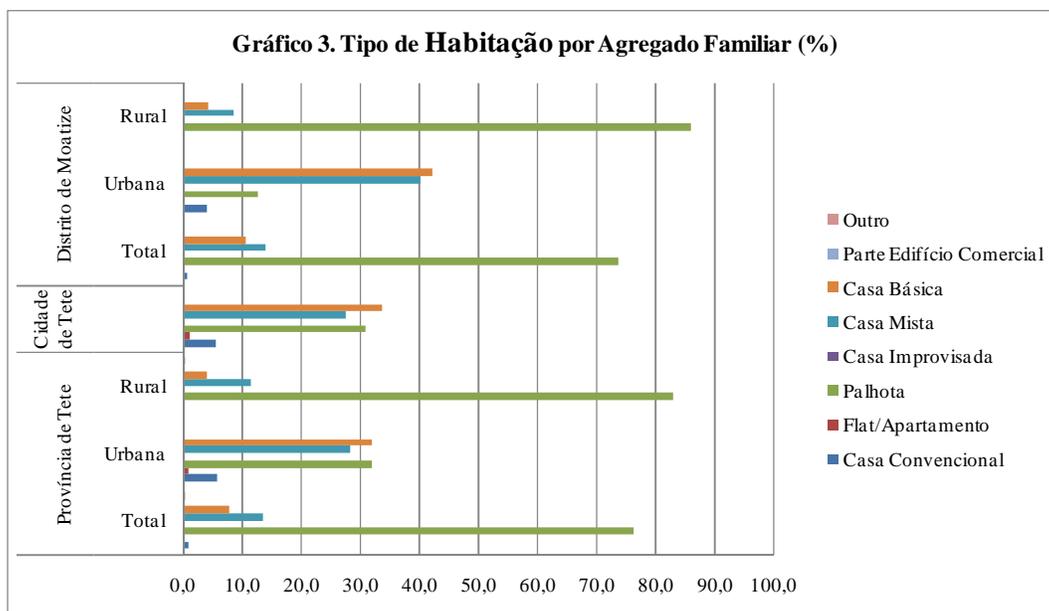


Fonte: David Malauene, 2007.

As palhotas e as casas básicas são os principais tipos de habitação dos agregados familiares residentes nas áreas urbanas (gráfico 3). As casas básicas, também conhecidas como casa comboio, são unidades habitacionais que só têm quartos e não têm casas de banho (banheiro) e nem cozinha. Comumente os ocupantes desses quartos usam os mesmos serviços como banheiros, cozinha e fonte de abastecimento de água

(que é apenas uma para uso de todos). Esse tipo de habitação é mais encontrado nas áreas urbanas e são arrendados a preços acessíveis para os moradores.

A casa mista também se destaca, sendo habitação que junta materiais duráveis com materiais de origem vegetal (figura 1). Esse tipo de habitação representa uma evolução do agregado familiar que vai envidando esforços para substituir a palhota por uma casa convencional, ou seja, por uma casa construída com materiais duráveis.



Fonte: Censo (2007)

O percentual de agregados familiares⁴⁸ residindo em palhotas nas áreas urbanas da província é significativo pelo fato de ser material adquirido a preços acessíveis e boa parte da população que vive nesse tipo de habitação é considerada pobre. Dada à organização interna dos espaços urbanos moçambicanos, herança do período colonial, observa-se que a área central da cidade é a área que apresenta uma planta urbana, com habitações do tipo convencional e com acesso aos serviços urbanos básicos. Durante o período colonial essa área era de ocupação europeia (colona) e, foi denominada por Araújo (2003), como a cidade de cimento. A área adjacente à cidade de cimento era a área de ocupação dos indígenas, sendo uma área sem uma planta, de ocupação anárquica e com carência no acesso aos serviços urbanos básicos. O tipo de habitação construído nesses espaços era de material vegetal, as palhotas. Araújo denominou essa

⁴⁸ O censo define agregado familiar como todo o grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco, que vivem na mesma casa e compartilham as mesmas refeições (comida da mesma panela) e a maior parte das despesas da casa.

área de cidade de caniço, pois esse era o tipo de material característico das habitações. Com a independência surgiu mais uma área, a área de expansão da cidade, resultante da incorporação de áreas rurais ao espaço da cidade, ou melhor, a partir de uma reclassificação urbana os espaços rurais, bem como os modos de vida rurais passaram a fazer parte da cidade. Como eram áreas rurais, as habitações predominantes eram do tipo palhota. Nos últimos anos, verifica-se uma substituição das palhotas por habitações convencionais, mas o percentual de população que vive em palhotas ainda é significativo.

Os espaços urbanos da área de estudo apresentam a mesma tendência, mas com proporções diferentes. A palhota, a casa básica e a casa mista aparecem como os tipos de habitação que acolhem mais de 90% dos agregados familiares. Ao nível da cidade de Tete perto de dois terços dos agregados familiares vivem em palhotas e em casa básica. Para a vila de Moatize, mais de 80% dos agregados familiares vivem em casa básica e casa mista. É interessante notar que o percentual de famílias que vivem em palhotas na cidade de Tete é mais que o dobro do mesmo para a vila de Moatize. E, em relação à casa mista, observa-se que o número de famílias residindo em casa mista na vila de Moatize é quase o dobro das famílias da cidade de Tete (gráfico 3). Isso pode significar que o número de agregados familiares que estão tentando substituir as suas palhotas por habitações convencionais está aumentando. Como também, pode ser explicado pelas condições de relevo das duas áreas urbanas, onde as condições de relevo para a cidade de Tete são íngremes. Um estudo realizado por Matine e Fonseca (2009) em alguns bairros da periferia da cidade de Tete, demonstrou que as habitações são construídas em terrenos marginais, íngremes e com ravinas, estando expostos à ação pluvial e eólica. Os autores destacam que as famílias que constroem nessas áreas são pobres e imigrantes, sem condições para construir uma moradia, senão uma palhota ou mesmo uma casa improvisada.

A província de Tete apresenta níveis preocupantes de população que se abastece de água sem qualidade. Perto de 70% dos agregados familiares da província recorre ao uso de água sem nenhum tratamento e sem garantias de qualidade (proveniente dos poços sem bomba⁴⁹ e dos rios/lagos/lagoas). A preocupação é maior quando se constata que mais de um quarto da população recorre aos rios/lagos e lagoas, estando exposto a doenças diarreicas. Ao nível da área de estudo constata-se que as condições são

⁴⁹ O censo de 2007 considera que este tipo de fonte não tem nenhuma proteção, o que torna a qualidade da água duvidosa.

relativamente melhores que as médias da província, mais ainda inquietantes visto que perto de um quarto da população consome água sem nenhum tratamento ou com qualidade duvidosa (tabela 2.).

Tabela 2. Acesso a fontes de abastecimento de água por AF (%)

	Província de Tete			Cidade de Tete	Distrito de Moatize		
	Total	Urbana	Rural		Total	Urbana	Rural
Água Encanada	4,8	34,2	0,4	30,9	11,2	67,3	0,1
dentro da casa	0,9	6,5	0,1	6,7	0,6	3,5	0,1
fora de casa	3,9	27,7	0,3	24,2	10,6	63,8	0,0
Não é Encanada	95,2	65,8	99,6	69,1	88,8	32,7	99,9
Fontanário	6,6	37,0	2,0	43,1	5,4	25,9	1,4
poço/furo protegido	21,8	10,7	23,5	11,0	14,0	1,6	16,5
poço sem bomba	40,2	10,0	44,7	6,4	37,0	3,8	43,5
rio/lago/lagoa	26,6	8,1	29,4	8,6	32,4	1,4	38,5

Fonte: Censo (2007)

É curioso notar que comparando os dois espaços urbanos da área de estudo verificam-se que as condições no acesso a água potável são melhores na vila de Moatize que na cidade de Tete. Perto de 70% dos habitantes da vila têm acesso a água encanada, apesar da maioria beneficiar de água encanada fora da casa principal. Importa ressaltar que o acesso à água encanada fora de casa também abrange o acesso na casa do vizinho, ou seja, o censo inclui acesso à água encanada fora de casa a todas aquelas famílias que responderem que coletam água encanada no seu quintal e na casa do vizinho. Matos (2012) estudou esse fenômeno para a cidade de Mocuba, considerada pequena, e constatou que é expressivo o número de agregados familiares que recorrem a esse meio, sendo, muitas vezes, incentivada pelas entidades que providenciam esse serviço, pois sabem das limitantes técnicas e financeiras para expandir esses serviços a todos os moradores da cidade.

Comparando as condições de acesso à água encanada dentro de casa observa-se que é na cidade de Tete onde se registra o maior percentual de residentes beneficiando-se desse serviço, sendo o dobro dos residentes da vila de Moatize. Apesar da vila de Moatize apresentar a melhor cobertura no acesso à água encanada, constata-se que é na cidade de Tete onde os números de residentes com ligações domiciliárias são maiores. Isso está relacionado com o tamanho da cidade de cimento, pois é normalmente nessa área onde se concentram as habitações com ligações domiciliárias. Associado aos

resultados de pesquisa apresentados por Matos (2012) é possível concluir que é na vila de Moatize onde se registra o maior percentual de população que recorre à casa do vizinho para ter acesso a água, por falta de uma fiscalização mais rígida ou mesmo por incentivo das autoridades, como foi para o caso da cidade de Mocuba, na província da Zambézia. Independentemente desse fato e da sua implicação financeira, pois normalmente isso envolve custos financeiros que podem reduzir a quantidade de água disponível a um agregado familiar, constata-se que as condições de acesso à água potável na vila são melhores do que na cidade de Tete (tabela 2).

Nos últimos anos o acesso a água em quantidade e qualidade aos cidadãos da vila de Moatize registrou avanços devido a reabilitação de raiz que ocorreu entre os anos de 2010 a 2014, quando foram unidos os pequenos sistemas de abastecimento de água (PSAA), passando a serem geridos pelo Fundo de Investimento e Patrimônio do Abastecimento de Água (FIPAG). A vila tinha três PSAA autônomos, sendo um gerido pelo Conselho Municipal da Vila de Moatize, outro gerido pelos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e o terceiro pela CARBOMOC, antiga empresa estatal de exploração de carvão mineral de Moatize. Geralmente os PSAA abastecem um número reduzido de consumidores e se restringe a grupos privilegiados da cidade, neste caso seriam os residentes da área central da vila (a cidade de cimento), a área residencial dos trabalhadores das estradas de ferro e os funcionários da extinta CARBOMOC. A unificação e reabilitação dos antigos sistemas estão relacionadas com a chegada de projetos de exploração mineira. Um funcionário da Direção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOPH)⁵⁰ referiu que:

o projeto de reabilitação de raiz e de unificação dos três PSAA está bastante ligado a vinda de empresas mineiras, por forma a solucionar o problema de abastecimento de água. Já em 2004 havia se realizado a primeira intervenção no sistema de abastecimento de água, porém foi uma intervenção de emergência.

Também a cidade de Tete passou por um processo de reabilitação do sistema de abastecimento de água potável, como também na ampliação e expansão para os bairros da periferia. Nesses bairros foram construídos tanques de reservatórios de água.

A melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água nas duas cidades abrangeram principalmente os bairros centrais e os adjacentes. São esses bairros que se beneficiaram de água encanada dentro da casa e no quintal, reduzindo a distância a ser percorrida pelas mulheres na busca, bem como da especulação do preço da água obtida na casa do proprietário da torneira. Para os bairros da periferia, principalmente os

⁵⁰ Em entrevista durante o trabalho de campo.

localizados na área periurbana, a opção das entidades administrativas tem sido para a construção de fontanários⁵¹ e furos/poços protegidos, que depois são entregues a um grupo comunitário que se responsabiliza pela sua gestão, os chamados Comitês de Água. Os Comitês de Água são responsáveis pela gestão dos fontanários e furos/poços, realizando as tarefas de manutenção e reparação das fontes. Também têm a função de treinar os mecânicos responsáveis pelas reparações, como também de realizarem encontros de debates sobre os valores das contribuições necessárias à manutenção dos equipamentos. Os valores coletados servem para a aquisição de peças de reposição das fontes avariadas.

O relatório de avaliação dos dez anos de governação do antigo presidente Armando Guebuza aponta que estão em curso obras de expansão da rede de distribuição de água na cidade de Tete e na Vila de Moatize, financiado pelo Governo de Moçambique e pelo Banco Mundial (GPT, 2014b). Essas ações abrangerão os bairros de Samora Machel, Mpadué e Matundo na cidade de Tete e Bagamoio, e 25 de Setembro na vila de Moatize. Esses melhoramentos vão permitir que as famílias solicitem ligações domiciliárias, podendo substituir ou diminuir a recorrência a casa do vizinho e a pressão sobre os fontanários e os furos⁵²/poços existentes (figura 2).

Figura 2. Exemplos de um fontanário público e de um furo



Fonte: INE (2007)

⁵¹ São torneiras públicas, construídas em bairros ou áreas onde as condições de acesso à água são precárias. A fonte de abastecimento de água pode ser a rede pública de abastecimento de água, como pode ser um furo. Os fontanários são estruturas de cimento que podem comportar uma ou mais torneiras para o abastecimento de água potável.

⁵² São poços profundos, geralmente perfurados por empresas capacitadas para a sua abertura e são protegidos, ou seja, estão cobertos, permitindo a proteção da água. A água proveniente dos furos tem origem no subsolo e normalmente é puxada através duma bomba manual.

O espaço rural da área de estudo beneficia-se majoritariamente de construção de furos/poços protegidos, como forma de fazer chegar a essa população água com qualidade⁵³. Como os PSAA normalmente encontram-se localizados nas sedes distritais, ou seja, na área central dos centros urbanos, constata-se que essa fonte acaba não beneficiando os agregados familiares das áreas rurais. Contudo, como a área de estudo foi atingida pelos projetos de exploração de carvão mineral, as comunidades reassentadas se beneficiaram da construção de PSAA, um para cada uma das áreas de reassentamento. Dessa forma, nessas áreas podemos encontrar fontanários que abastecem água aos reassentados. Nas restantes áreas rurais do distrito, a população apenas se beneficia de furos/poços.

A respeito do saneamento básico as condições são precárias para a maioria dos agregados familiares. O gráfico 4 elucida melhor esse fato, ao mostrar que cerca de 60% dos agregados familiares da província não têm latrinas/retrete⁵⁴. Esta situação é mais crítica para o distrito de Moatize, onde o percentual sem nenhum sistema de saneamento é superior a 70%. Mais de 30% dos agregados familiares da província declararam ter uma latrina não melhorada⁵⁵, ou seja, uma latrina tradicional, construída com material precário, não oferecendo ótimas condições de salubridade bem como de durabilidade, estando sujeitas a desabamentos em casos de ocorrência de chuvas com alguma intensidade.

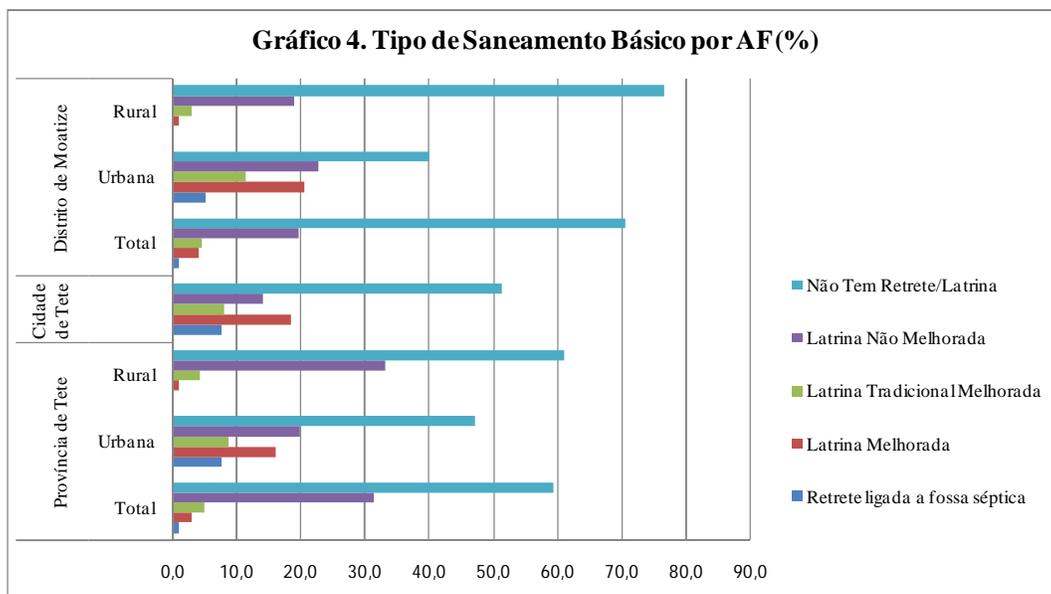
A melhoria das condições de saúde, que influenciam no nível de desenvolvimento de uma determinada população, também é afetada pelo saneamento básico. A rede de esgotos com fossas sépticas apenas se encontra na área central dos centros urbanos. A área central da cidade de Tete e da vila de Moatize são as únicas que apresentam esse sistema, construídos durante o período colonial. As restantes áreas são cobertas por latrinas. Como forma de melhorar as condições de saneamento da população, o governo provincial e algumas organizações da sociedade civil vêm evidenciando esforços para a substituição das latrinas tradicionais por latrinas melhoradas, que são construídas com material convencional (durável) e oferecem

⁵³O relatório do Balanço Anual das Atividades para o ano de 2007 mostra que a área rural do distrito de Moatize é a quinta área mais beneficiada com número de fontes de abastecimento de água operacionais (GPT, 2014a).

⁵⁴ Retrete é outro nome dado a latrina. Retrete ligada a fossa séptica geralmente são os banheiros, ou seja, as latrinas modernas.

⁵⁵ O Censo de 2007 define latrina não melhorada como sendo uma "fossa de 60 cm de diâmetro e 1,5 a 5 m de profundidade. É coberta de bambus/troncos para proporcionar suporte ao utente. A superfície é acabada, utilizando uma mistura de estrume animal e solo. Para apoiar os pés são utilizados blocos ocós ou blocos de madeira. Para oferecer privacidade e proteção é construída uma vedação" (INE, 2007, p.62)

condições de salubridades adequadas. Porém, os principais problemas prendem-se ao fato de não existirem condições financeiras para a universalização desse serviço.

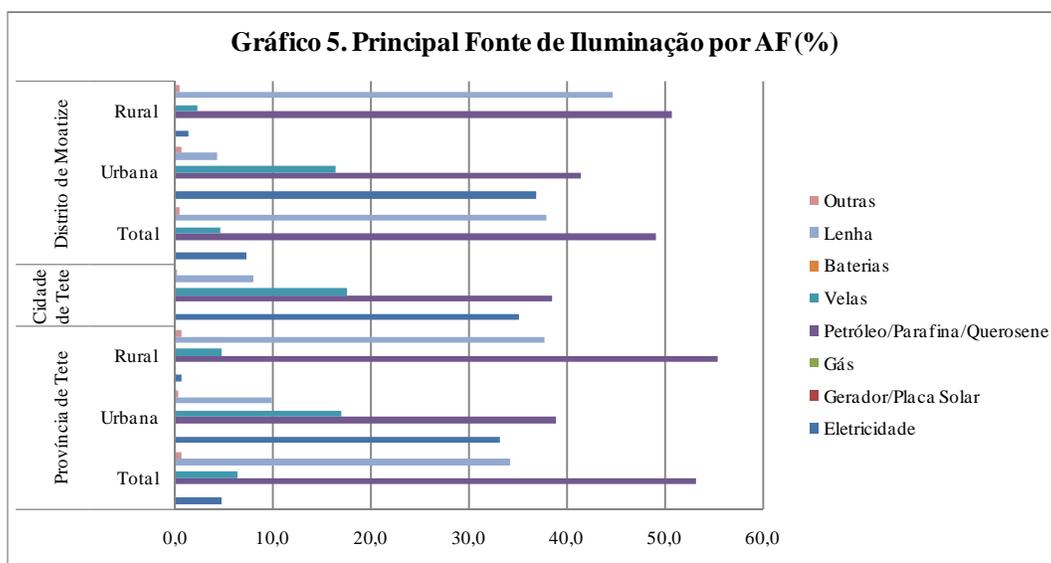


Fonte: Censo (2007)

O relatório do balanço dos dez anos de governo do antigo presidente demonstra algumas ações lavadas a cabo pelas autoridades administrativas e seus parceiros, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para a promoção da higiene e saneamento rural das comunidades (GPT, 2014a). Segundo o mesmo relatório, essas ações se enquadram na "Iniciativa Presidencial" e no âmbito do projeto "Iniciativa Um Milhão de Pessoas com Água Potável", onde se introduziu o programa Saneamento Totalmente Liderado Pelas Comunidades - CLTS. Esta iniciativa abrangeu os líderes comunitários e religiosos, entidades influentes nas comunidades e as comunidades locais, através da realização de sessões de sensibilização sobre as boas práticas de higiene e saneamento do meio, a construção de latrinas e a prática de lavagem das mãos após a utilização da latrina. Os moradores dos bairros da periferia da cidade de Tete e da vila de Moatize foram alguns dos beneficiários dessa iniciativa. E, como resultado dessas ações, foram construídas mais de cem mil latrinas e entregues ao mesmo número de agregados familiares ao nível da província.

O petróleo e a lenha são as principais fontes de energia para a iluminação ao nível da província. Apenas 5% dos agregados familiares (AF) têm acesso à energia elétrica, sendo mais significativa ao nível do espaço urbano em que um terço dos agregados familiares tem a sua habitação eletrificada (gráfico 5). O recurso à lenha,

material vegetal, para a iluminação das habitações é bastante significativo ao nível da província e com maior incidência para as áreas rurais.

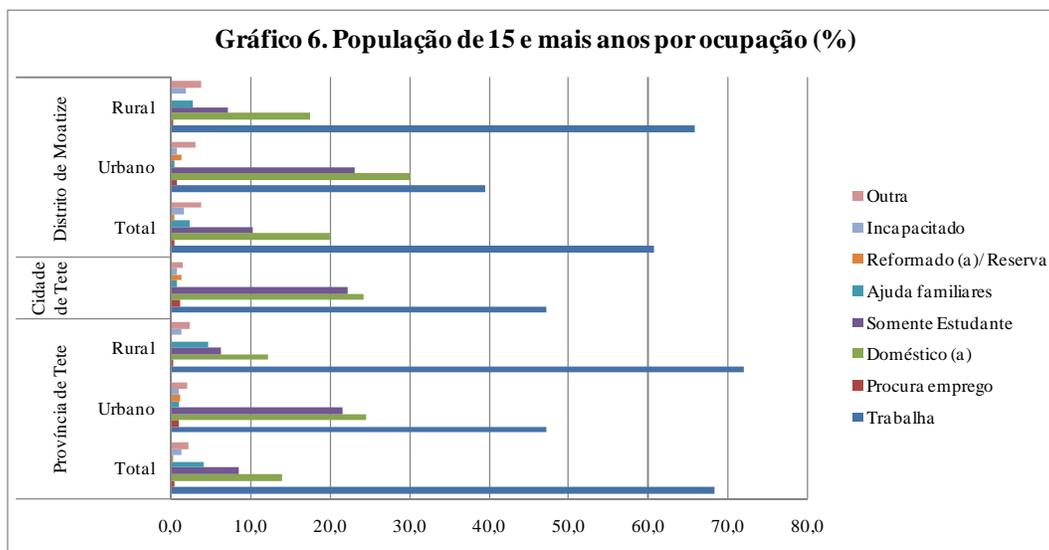


Fonte: Censo (2007)

A realidade da área de estudo é influenciada pela característica do espaço rural de Moatize, onde a lenha se apresenta como a principal fonte de iluminação. De uma forma geral, três principais fontes de iluminação se destacam: a lenha, o petróleo e a eletricidade. Se comparado os dois espaços urbanos da área de estudo, verifica-se que eles apresentam a mesma tendência, dominadas pelo petróleo, eletricidade e o uso da vela. Apesar da província albergar a barragem de Cahorra-Bassa, principal hidrelétrica do país, constata-se que os habitantes desta província não se beneficiam dos serviços dessa infraestrutura, sendo mais penosa para a população rural onde apenas 2% da população tem acesso a energia elétrica.

2.2.4. Características econômicas

Os dados do censo ao nível da província indicam que mais de dois terços da população com 15 e mais anos declararam ter algum trabalho e cerca de 14% afirmaram ser domésticas/os. A população urbana que declarou ter um trabalho é inferior a 50%, enquanto que para a área rural é superior a 70%. As diferenças entre essas duas áreas também se observa ao nível dos recenseados que se anunciaram como domésticas/os, onde a proporção dos habitantes da área urbana que se declarou doméstica/o é o dobro da área rural (gráfico 6).



Fonte: Censo (2007)

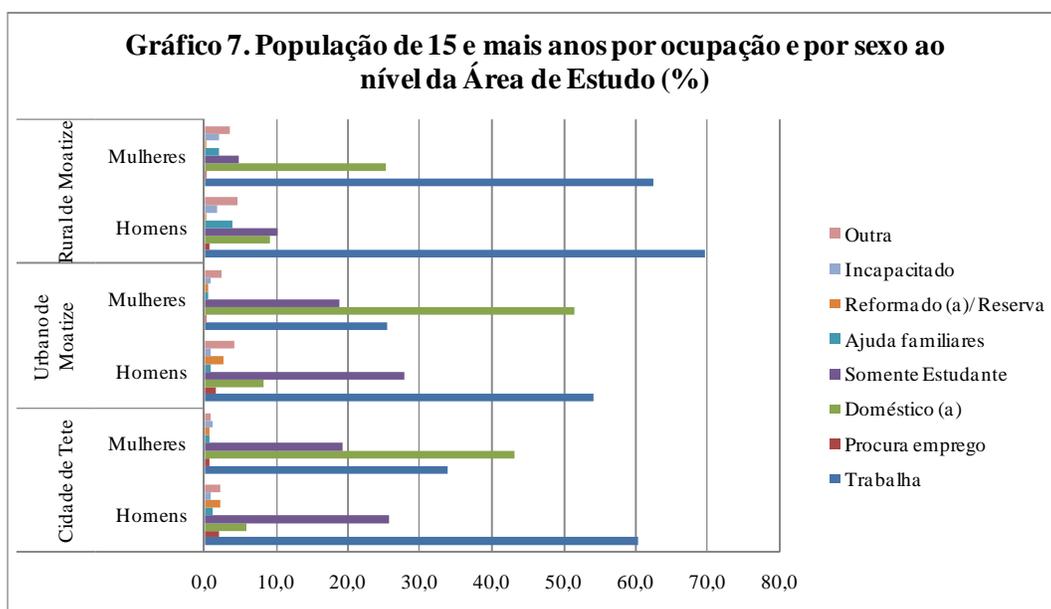
Para a área rural a maior parte da população encontra-se a trabalhar, sendo reduzido o número de indivíduos que se declararam como domésticos/os e estudantes. O censo considera um recenseado como doméstico quando a pessoa ocupa-se somente dos trabalhos da sua própria casa, caso que é pouco frequente em áreas rurais, pois normalmente os trabalhos domésticos são realizados pelas mulheres e, elas também trabalham na agricultura. Por realizarem duas ou mais atividades, constata-se que elas acabam sendo enquadradas no grupo dos recenseados que trabalham.

Para os que se declararam como ajudantes da família verificam-se que para as áreas rurais são os jovens e adolescentes que apoiam os familiares na atividade agrícola, mas sem auferir nenhuma remuneração. Para as áreas urbanas observa-se que a proporção é quase cinco vezes inferior a proporção verificada no espaço rural pelo fato desses adolescentes ou jovens encontrarem-se principalmente a estudar.

Para a área de estudo apura-se diferenças significativas dentro do espaço urbano se comparado à área rural. Tanto a cidade de Tete como a vila de Moatize apresentam a mesma tendência do espaço urbano da província, mas com algumas diferenças entre os dois espaços. A vila de Moatize tem mais população declarada como doméstica que a cidade de Tete e cerca de 40% da população da vila confessou ter um trabalho, enquanto que para a cidade de Tete essa proporção chega próximo dos 50%. Como a proporção da população que se declarou ser exclusivamente estudante nos dois centros urbanos apresenta-se próximas, pode-se arrematar que parte da população que se confessou como doméstica/o ao nível da cidade de Tete desenvolve outras atividades, não estando

exclusivamente dedicado às atividades domésticas, daí sendo enquadrada no grupo de trabalhador.

Se analisado ao nível da divisão sexual dos recenseados que confessaram estar a trabalhar, constata-se que nos dois espaços urbanos os homens são quase o dobro que as mulheres, enquanto que para a área rural as diferenças não são salientes. Em relação aos recenseados que se anunciaram como domésticas/os observa-se que são majoritariamente do sexo feminino, ou seja, o trabalho doméstico é da responsabilidade das mulheres. Enquanto que os ajudantes de família são normalmente os homens, pois são esses que mais ajudam os familiares em suas atividades de angariação de algum rendimento. Já ao nível de escolarização, verifica-se que a preferência dos chefes dos agregados familiares é a permanência exclusiva dos homens na escola, enquanto que parte significativa das mulheres é lhes retirada a oportunidade de frequentar a escola ou lhes é atribuída afazeres domésticos (gráfico 7).



Fonte: Censo (2007)

A atividade agrícola desempenha um papel importante na população da província, pois cerca de 85% da população que declarou ter um trabalho dedica-se a esta atividade. Enquanto que para as áreas rurais a agricultura emprega mais de 90% da população da província, para as áreas urbanas o comércio e as atividades financeiras são os responsáveis por fornecerem o maior número de trabalho. Contudo, a agricultura continua a desempenhar um papel importante nos espaços urbanos, sendo praticada por mais de um quarto da população (tabela 3).

Os espaços urbanos da área de estudo apresentam a mesma tendência dos espaços urbanos da província, mas com a particularidade da população de 15 e mais anos que se dedicam à agricultura, à silvicultura e à pesca não ser superior a fasquia de 20%. Aumentou a proporção da população que se dedica a serviços administrativos, indústria extrativa e a extração mineira, sendo esta última mais expressiva ao nível da vila de Moatize. A presença significativa de população nesses setores de atividade pode ser explicada pelo fato de estarmos a tratar de dois centros urbanos importantes da província, sendo o primeiro e o segundo principal centro urbano da província, e com a maior concentração de diversos serviços públicos e privados.

Tabela 3. Principais atividades econômicas ao nível da província (%)

		1	2	3	4	5	6	7	8	9
Província de Tete	Total	84,8	0,1	2,2	0,2	1,6	0,4	6,9	1,1	2,7
	Urbano	26,2	0,6	7,5	1,6	7,0	2,8	30,4	7,1	16,8
	Rural	91,2	0,1	1,6	0,0	1,0	0,2	4,3	0,4	1,2
Cidade de Tete		18,5	0,4	7,9	1,1	8,0	2,9	35,5	8,0	17,6
Distrito de Moatize	Total	78,5	0,4	3,2	0,1	2,0	0,7	10,5	1,4	3,1
	Urbano	18,7	2,5	10,5	0,9	7,6	4,0	31,1	7,9	16,8
	Rural	86,8	0,1	2,2	0,0	1,2	0,3	7,7	0,5	1,2

Fonte: Censo (2007)

Legenda:

- 1 - Agricultura/Silvicultura/Pescas
- 2 - Extração de minas
- 3 - Indústria manufatureira
- 4 - Energia
- 5 - Construção
- 6 - Transportes e Comunicação
- 7 - Comércio e Finanças
- 8 - Serviços Administrativos
- 9 - Outros serviços

É importante destacar que a atividade comercial é o principal fornecedor de postos de trabalho à população da área de estudo. Esta atividade, que pode ser formal como informal, é responsável por gerar renda para a maioria da população da área de estudo. Um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) demonstra que Tete é a província com maior número de população a trabalhar em atividades informais do país, ou seja, pouco mais de 87% da força de trabalho da província encontra-se no setor informal. Ainda segundo o mesmo estudo, este setor de atividade alberga mais as mulheres que os homens (INE, 2006).

Mosca (2009) refere que o setor informal surge como uma estratégia de sobrevivência dos agregados familiares pobres que não encontram enquadramento

dentro daquilo que se chama de "economia formal" que não consegue absorver e gerar rendimento para a maioria da população. Para o autor, o surgimento e consolidação do setor informal é resultado de

... uma consequência de desequilíbrios, distorções ou rupturas de mercado e de políticas desajustadas. O comércio "informal" termina por se sustentar da economia e do comércio "formal", estabelecendo relações de reforço mútuo, em ocasiões fora da lei (saúde pública, fiscalidade, etc.) e transacionando muitas vezes bens e serviços ilícitos. Os poderes públicos permitem o comércio "informal", porque este termina por reduzir a pobreza, gerar auto-emprego e cria rendimentos que camuflam os sintomas mais chocantes da pobreza e, em muitas situações, beneficiam as sub-elites e as burocracias intermédias. E acalmam eventuais manifestações e revoltas (MOSCA, 2009, p.6-7).

É o setor informal que gera renda para a maior parte da população da área de estudo, que vê nesse tipo de atividade a forma de escapar das armadilhas da pobreza. Se analisado a tabela 3 com mais profundidade, compreender-se-á que a atividade comercial concentra-se nos centros urbanos por ser o local onde boa parte da população se desvincula da agricultura e está a trabalhar no setor formal e informal, podendo estar ligado às relações de compra e venda de produtos essenciais ao cotidiano. Essa característica favorece o surgimento e consolidação do setor "informal" como uma estratégia de sobreviver. Este setor de atividade não só inclui o comércio como outros serviços. É a chamada economia de *Débrouille*, designação emprestada de Latouche (2013), que descreve este tipo de economia como a forma encontrada pelos africanos para se integrarem na nova conjuntura internacional.

Esta forma de inserção da população permite que os habitantes possam adquirir comida, já que o estudo de Wuyts (2011) mostrou que o preço da comida aumentou significativamente nos últimos 10 anos e, para os pobres esse aumento é penoso, visto que mais de três quartos do seu rendimento é gasto na sua aquisição. Como forma de sobreviver, os habitantes são forçados a vender parte da sua produção agrícola como também a encontrar atividades que lhes permita se sustentar num espaço difícil para os agregados familiares considerados pobres. Um estudo sobre a vulnerabilidade e estratégias de sobrevivência de famílias na periferia da cidade de Tete, realizado por Matine e Fonseca (2009), demonstrou que as famílias recorrem à economia de *Débrouille* para superarem os desafios alimentares diários. Dentre as várias estratégias, destacam-se as seguintes: (a) venda na porta da casa, nos mercados e nas ruas

(ambulantes); (b) aluguel de aparelhagem; (c) maticar⁵⁶ casas; (d) angariar clientes nos mercados "informais"; (e) prestação de serviços domiciliários (processar farinha de milho, limpeza, ama e outros); (f) empréstimos (agiotas); (g) corte e venda de lenhas; entre outros.

Apesar da agricultura ser desenvolvida nos espaços urbanos da área de estudo, constata-se que ela é majoritariamente praticada pelas mulheres, sendo três vezes superior que a população masculina a trabalhar nesse ramo de atividade. Ao nível da atividade comercial e financeira, as diferenciações não são tão acentuadas, embora seja mais desenvolvida pelas mulheres (tabela 4). Mosca (2009) argumenta que a atividade “informal” veio a criar alterações significativas no papel do gênero, pois

de uma posição subalterna, dependente e sujeita às funções e ritos tradicionais, as mulheres, também através da economia "informal" (sobretudo no comércio), começaram a assumir um papel ativo e direto na integração do mercado das famílias e de afirmação pessoal, com obtenção de rendimento e geração de riqueza (MOSCA, 2009, p.7).

A participação da mulher na contribuição da renda familiar, ou mesmo como a principal responsável por garantir a sobrevivência da família é confirmada por Matine e Fonseca (2009) para a cidade de Tete. E, claro, que essa contribuição não só se resume para a cidade de Tete, como também inclui a vila de Moatize onde a mulher passa a desempenhar um papel importante na geração de renda para a família. Porém, essas transformações ainda se circunscrevem ao nível do espaço urbano, pois para as áreas rurais observa-se que as mulheres ainda pouco participam da economia de *Débrouille*, estando, principalmente focadas na prática da agricultura (tabela 4). Como nas áreas rurais a agricultura emprega quase a totalidade da população em idade de trabalhar, constata-se que para obtenção de bens que não podem ser produzidos na agricultura, os agricultores devem colocar parte dos produtos da sua produção no mercado. Como é uma atividade que gera renda, os homens acabam por dominar a atividade.

No espaço rural, dominado principalmente pelo distrito de Moatize, existem duas zonas agro-ecológicas bem distintas, sendo uma no Norte que cobre a região planáltica do posto administrativo de Zóbuè, caracterizada por apresentar regulares quedas pluviométrica, com maior potencialidade agrícola e sendo a maior área produtiva do distrito. A segunda, localizada ao Sul, abrange os postos administrativos de Moatize-sede e Cambulatsitsi. Esta área apresenta menos pluviosidade, é semiárida, mas detentora de potencial pecuário (MOÇAMBIQUE, 2005).

⁵⁶ No processo de construção de casas maticadas, as paredes são construídas com paus e no intervalo entre os paus são colocadas pedras. Para dar mais resistência à parede e oferecer um aspecto visual bonito, os construtores colocam matope (lodo/argila) e vão alisando até apresentar um aspecto bonito.

Tabela 4. Principais atividades econômicas ao nível da província, por sexo (%)

		1	2	3	4	5	6	7	8	9
Cidade de Tete	Homens	10,2	0,6	11,1	1,5	12,2	4,4	32,7	9,3	18,0
	Mulheres	33,4	0,2	2,2	0,5	0,5	0,2	40,3	5,7	17,0
Urbano Moatize	Homens	9,0	3,5	13,4	1,2	14,4	5,6	27,1	8,9	16,9
	Mulheres	37,0	0,1	3,6	0,2	0,1	0,2	38,1	5,2	15,5
Rural Moatize	Homens	79,3	0,2	3,9	0,1	2,3	0,5	11,1	0,8	1,8
	Mulheres	94,5	0,1	0,5	0,0	0,1	0,0	4,1	0,1	0,6

Fonte: Censo (2007)

Legenda:

- 1 - Agricultura/Silvicultura/Pescas
- 2 - Extração de minas
- 3 - Indústria manufatureira
- 4 - Energia
- 5 - Construção
- 6 - Transportes e Comunicação
- 7 - Comércio e Finanças
- 8 - Serviços Administrativos
- 9 - Outros serviços

Segundo o relatório do Ministério da Administração Estatal (MAE), ainda existem no distrito cerca de 29 164 hectares de terra que estão sendo cultivadas com milho, mexoeira (milheto), mapira (sorgo), feijão nhemba (feijão caupi), feijão manteiga, batata-doce, mandioca, amendoim, girassol e gergelim. As condições climáticas e a baixa fertilidade dos solos condicionam a expansão de áreas cultivadas e o aumento da produção agrícola anual. Esse fator tem um papel importante na extensão da área agricultável e na localização dos assentamentos humanos, tornando-os dependente das características naturais.

Rico em recursos naturais, como urânio, cobre, ferro, ouro, calcite, carvão, corundo, gabro/dolecite/norite e fluorite, o distrito de Moatize possui uma das maiores jazidas de carvão mineral do mundo. Boa parte dessas jazidas encontra-se localizada na área de estudo e arredores. É importante salientar que o ferro se encontra próximo das jazidas de carvão. No relatório do MAE, o distrito de Moatize apresenta importantes jazigos de carvão do tipo hulha e inúmeras jazidas de titanomagnetites vanadíferas (ferro, titânio e vanádio).

No entanto, são as jazidas de carvão mineral existente no distrito que vêm atizando os gigantes da mineração para o distrito. Para a sua operacionalização, o Estado providenciou e adequou um conjunto de legislação para atender a exploração mineira, culminando com a expropriação da terra dos nativos. As alterações legislativas ocorreram com o fim do projeto desenvolvimentista socialista, quando o país se

posicionou como uma economia de mercado. As novas legislações foram responsáveis pela entrada do Investimento Direto Estrangeiro.

3. EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS E LEGISLAÇÃO MOÇAMBICANA

3.1. As bases para a exploração mineira no período da socialização do campo

3.1.1. A legislação de terras

O sistema político existentes em Moçambique na era colonial era discriminatório e excludente, favorecendo apenas ao colonizador. Com o alcance da independência, o partido FRELIMO decidiu enveredar por um sistema político que se tornasse mais inclusivo e beneficente para todo o povo moçambicano. A nacionalização da terra, declarada no dia da independência, evidenciava o caminho a ser trilhado pelo novo governo.

Em 1979, depois da realização do III Congresso da FRELIMO, o partido aprova a primeira legislação de terra, onde claramente é reafirmado o princípio definido na Constituição da República Popular de Moçambique, que consagra a terra como propriedade do Estado, não podendo ser vendida, alienada, arrendada ou hipotecada. Como o Estado era formado por operários e camponeses, então a terra era do povo moçambicano. A Lei de Terras de 1979 vai ao encontro da socialização do meio rural, a estratégia de desenvolvimento rural traçada para o país. Ela valoriza mais as formas de propriedade estatal e cooperativa. A lei estabelece que o uso e aproveitamento da terra pelo setor estatal e cooperativo era gratuito e definitivo. A mesma lei estende esses direitos para as famílias que decidirem optar por explorações particulares, porém, se encoraja que essas formas sejam substituídas ou integradas ao setor cooperativo.

A compreensão da Lei de Terras de 1979 passa pelo entendimento das transformações sociais, políticas e econômicas que o país atravessava. A FRELIMO decidiu implementar a estratégia de socialização do campo como forma de impedir que o setor privado e o individualismo evoluíssem na sociedade moçambicana. A filosofia do partido defendia que formas de organização do espaço com povoamento disperso e em torno da organização familiar liderada por um representante da família (re)construiria o sistema feudal, considerado tradicional. Também, era importante para o partido, destruir a herança colonial, consolidada numa produção familiar, assentada no individualismo e que culminou com a "exploração do homem pelo homem", ou seja, deveria evitar a consolidação de uma sociedade de pequenos burgueses e mais

individualista. A solução passava pela construção do Homem Novo, o Homem Comunista.

A socialização do campo pretendia lutar contra o capitalismo e o feudalismo. Essa estratégia encontrava-se materializada na formação de aldeias comunais, que significava a transição de um povoamento disperso para o agrupado. Também, significou a transição de formas individuais de produção e consumo para formas coletivizadas, solidificadas nas cooperativas de produção e de consumo. Para o partido, o Estado desempenharia um papel importante, ao criar condições para a formação dos operários e Camponeses, pois o Estado assumiria o papel de principal e único responsável pelo desenvolvimento da sociedade moçambicana.

Para que essa estratégia de socialização do campo vincasse era preciso que a legislação de terra de 1979 lhe oferecesse o suporte necessário. A sua aprovação criou as condições legais para a sua implementação. A lei de terras de 1979 era menos favorável ao uso da terra pelo setor privado, pois não oferecia as garantias necessárias ao acesso e segurança da mesma. A lei definia que o titular do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) poderia ser toda a pessoa singular ou coletiva com capacidade jurídica e, o acesso para fins econômicos privados estava limitado a um determinado tempo, com um prazo que variava de cinco a quinze anos. Ela também definia que esse tipo de titulação deveria se submeter às diretivas do plano⁵⁷ traçado pelo governo.

A legislação era favorável ao setor estatal e ao cooperativo e se apresentava como uma legislação que melhor se adequava aos interesses do Estado. Desta forma, enquanto o projeto socialista se materializava no país, a mesma respondia aos interesses do partido. É visível, na legislação, uma clara tendência para a defesa dos interesses do partido no processo de acesso e segurança da terra. O poder exercido pelo partido no acesso a terra encontra-se expresso no artigo 9 da Lei de Terras de 1979, onde se define que o uso e aproveitamento da terra é gratuito quando se destinam: a) ao partido FRELIMO; b) ao Estado, instituições ou empresas estatais e cooperativas; e c) as organizações democráticas de massa e a organismos ou associações com fins culturais, desportivos ou sociais.

O projeto de socialização do campo começa a entrar em crise nos primeiros anos da década de 80, quando a candidatura de Moçambique para ser membro do

⁵⁷ Era o Plano que orientava as políticas de desenvolvimento traçadas para o país num determinado tempo, ou seja, era o Plano que definia quais as estratégias de desenvolvimento seriam aplicadas.

COMECON (Council for Mutual Economic Assistance)⁵⁸ é rejeitada e a Ex-URSS entra em crise, não conseguindo financiar os projetos de desenvolvimento do governo moçambicano. A crise da dívida, do petróleo e o boicote do governo do Apartheid da África do Sul contribuíram para inviabilizar o projeto socialista moçambicano. Ao nível interno destacam-se o desenrolar da guerra civil que tinha como principais alvos as infra-estruturas sociais e econômica e as aldeias comunais. Também, se inclui as calamidades naturais que iam afetando o país, quer sejam as secas como as cheias, que ciclicamente fustigavam várias regiões do país, com impactos na segurança alimentar.

Com várias limitações para levar avante o projeto socialista, o país começa a mostrar tendências de uma mudança na sua filosofia política e socioeconômica. A realização do IV Congresso da FRELIMO em 1983 e os resultados do congresso demonstram essas mudanças. Apesar do congresso ter mantido a opção política e econômica adotada depois da independência, constata-se que agora a ênfase é menos radical. Reconhece-se o papel do setor privado no desenvolvimento, porém sob a vigilância do Estado. Admitiu-se a importância do setor familiar na agricultura e reformaram-se os modelos de gestão das empresas estatais, abrindo-se a possibilidade de autonomia e descentralização da sua administração e acolheu-se a preocupação com o lucro (MOSCA, 2005; PITCHER, 2003).

Essas alterações visavam responder aos apelos internacionais para a obtenção da ajuda internacional. A pressão internacional para a introdução de pré-reformas na orientação política e na economia crescia cada vez mais sob a pena de perder o apoio internacional⁵⁹. Em 1984 o país aprova a Lei do Investimento Estrangeiro, onde no seu preâmbulo destaca:

O governo autoriza o investimento estrangeiro e fixa as condições concretas para a sua atuação dentro dos princípios da presente lei. Ao investidor estrangeiro é garantida a proteção dos bens e direitos compreendidos no investimento e uma retribuição justa do seu capital, sendo a reciprocidade de

⁵⁸ Moçambique já era membro convidado do COMECON, porém esse estatuto não lhe permitia ter acesso às linhas de crédito, financiamento e cooperação em condições vantajosas. Foi com esse propósito que a FRELIMO se proclama um partido marxista-leninista na revisão constitucional de 1978, por forma a facilitar a sua entrada no COMECON.

⁵⁹ Hermele (1990) refere que nos inícios da década de 80 o país encontrava-se mergulhado numa crise econômica e que necessitava de fontes financeiras alternativas ou de acordos dos credores para a negociação da dívida pendente. Para Hermele (1990, p.2), "nenhuma das duas soluções estava ao alcance de Moçambique. pelo contrário sucedia que, quer o acesso às finanças concessionárias, quer o reescalamento da dívida, eram dificultados por condições políticas. Os credores ocidentais, que representavam dois terços da dívida pendente de Moçambique, exigiam unanimemente que Moçambique aderisse ao Fundo Monetário Internacional (FMI), como pré-condição para a negociação da dívida. Os EUA foram ainda mais longe e exigiram que Moçambique entrasse em acordos com a África do Sul, a fim de ganhar o acesso à ajuda alimentar, créditos e donativos dos Estados Unidos".

benefícios das partes envolvidas um ponto permanente de referência (MOÇAMBIQUE, 1984, p.86-(1)).

Para responder as chantagens internacionais inicia-se um processo de pré-reformas com vista a demonstrar ao Ocidente que o país estava abandonando o modelo socialista. Além da aprovação da Lei do Investimento Estrangeiro, o partido realiza a revisão da Lei de Terras de 1979. A nova revisão, realizada em 1986, apenas vem ampliar o número de anos do DUAT para fins de titulação privada, passando a ser de cinquenta anos, com possibilidade de renovação. A alteração do único artigo nessa revisão legislativa é justificada nos seguintes termos:

A experiência da aplicação da Lei de Terras, acumulada no decurso da primeira década da Independência Nacional, tem revelado que os planos de investimento, as explorações agrárias e industriais que têm sido empreendidos, bem como a necessidade de alteração do investimento estrangeiro, não se coadunam com os prazos tão curtos fixados pelo n.º 3 do artigo 10 da referida Lei n.º 6/79 (MOÇAMBIQUE, 1986a).

A emenda na Lei de Terras acontece num momento em que o país já havia assinado os acordos de adesão aos mandamentos das Instituições de Bretton Woods (IBW). No ano de 1987 é aprovado o regulamento da Lei de Terras, isto é, passados cerca de oito anos é aprovado o documento que facilita a implementação da Lei de Terras. É a partir do regulamento das leis que a execução das mesmas se torna viável, pois as leis poucas vezes oferecem condições para a sua execução. A aprovação do regulamento trouxe consigo algumas indicações de que o país caminhava para uma economia de mercado.

O regulamento da Lei de Terras de 1979, aprovado em 1987, ano em que são introduzidos os Programas de Reabilitação Econômica (PRE), apresenta alguns avanços em relação à Lei de Terras. O documento amplia o número de sujeitos que podem ser titulares do DUAT. Além de incluir os cidadãos nacionais independentemente de terem ou não domicílio em Moçambique, o regulamento acrescenta que pessoas singulares ou coletivas estrangeiras também podem ser titulares do DUAT. Outro avanço no que respeita à Lei de Terras de 1979 está relacionada com o artigo 15 da Lei de Terras, referente à exploração familiar. A lei considerava exploração familiar como sendo aquela em que "o uso e aproveitamento agrário, que visando a satisfação das necessidades do agregado familiar, não empregue trabalho assalariado" (MOÇAMBIQUE, 1979, p.9). Já no regulamento, o legislador entende que o trabalho assalariado é importante nas explorações familiares onde os membros não apresentam condições físicas e mentais necessárias para produzir o suficiente para a família. A nova legislação também presta atenção às regiões do país onde a recorrência à força de

trabalho não familiar era parte integrante das atividades agropecuárias. Sendo assim, exploração familiar é a

atividade de exploração da terra ou outra, visando responder às necessidades do agregado familiar, utilizando predominantemente a capacidade de trabalho do agregado familiar, mas também mão de obra assalariada quando for indispensável, em consequência da ausência de membros do agregado familiar, velhice, doença ou outros como for de uso na região (MOÇAMBIQUE, 1987b, p.23).

É importante prestar atenção a esses avanços no regulamento da Lei de Terras porque eles podem elucidar algumas aberturas na ideologia do partido. Até a aprovação deste regulamento, o partido era contra o trabalho assalariado, mobilizando as famílias para a formação das cooperativas de produção ao mesmo tempo em que considerava que o trabalho assalariado nas propriedades familiares poderia conduzir a formação de pequenos burgueses (cf. ARAÚJO, 1989; ALMEIDA SERRA, 1991, CASTELBRANCO, 1984, CEA, 1979; 1983). A exploração familiar agora já não se restringe a atividade agrícola e pastoril, inclui outras que sejam importantes para o sustento das famílias. Também, o regulamento permite que cidadãos ou empresas estrangeiras possam adquirir o DUAT para a realização de atividades econômicas. É relevante ressaltar que a Lei de Terras de 1979 não explicitava se cidadãos estrangeiros poderiam obter o DUAT, apenas definia quem poderia obter o DUAT "toda a pessoa singular ou coletiva com capacidade jurídica" (MOÇAMBIQUE, 1979, p.5). Esse artigo, que era único, deixava várias interpretações. Contudo, o regulamento vem a clarear que as portas aos investidores estão abertas. Era importante que o regulamento clarificasse esse ponto, já que para o exercício de várias atividades econômicas a aquisição do DUAT é imprescindível.

A despeito de registrarem-se algumas aberturas na ideologia política do partido, continua-se a constatar que o regulamento ainda favorece mais os setores estatal e cooperativo. Num dos capítulos do regulamento destinado a esclarecer as características e condicionantes da exploração familiar é visível a preocupação do regulamento em defender e/ou proteger as famílias integradas aos planos de desenvolvimento agrícola ou vivendo nas aldeias comunais. Nesse capítulo são definidas as áreas que devem ser distribuídas aos agregados familiares. No artigo 48 do regulamento observa-se que cada membro do agregado familiar tem direito a 0,25 hectare em terreno de regadio e de 1 hectare em terreno de sequeiro. Em se tratando de agricultura itinerante, o regulamento decide acrescentar mais áreas, por forma a responder as necessidades desse tipo de agricultura.

Do artigo 50 a 54 dedicam-se especial atenção para casos das famílias que forem atingidas por atividades econômicas e que culminem com a sua transferência, ou seja, as prejudicadas pelo desenvolvimento dessas atividades. Definem-se como devem ser realizadas as transferências e o pagamento das indenizações. O artigo 50 defende que "a transferência do agregado familiar da área de ocupação para outra só pode ser decidida por expressa declaração da conveniência do Estado ou de interesse público" (MOÇAMBIQUE, 1987b, p.47). Em se tratando de aplicação dos Planos de desenvolvimento agrário, no âmbito de uma área aprovada como sendo de planificação agrícola do Estado, o regulamento isenta o Estado de pagar as indenizações, apenas compensa em material de construção, instrumentos de trabalho e o que mais for previsto no respectivo Plano. Para os casos em que as famílias se recusarem a fazer parte dos planos, então se beneficiarão de indenizações pecuniárias correspondentes a compensações em materiais.

O regulamento oferece a possibilidade dos agregados familiares não optarem por fazerem parte dos programas de desenvolvimento traçados pelo Estado, bem como a optarem por uma exploração privada. Porém, ficam sujeitos a alguns condicionalismos, como nos mostra o artigo 59 do regulamento:

Os agregados familiares quando ocupam áreas que excedam o limite estabelecido no artigo 48 deste Regulamento⁶⁰ ou não estejam a cumprir os condicionalismos estabelecidos no n.º 1 do artigo 54⁶¹ devem requerer uma exploração de economia privada ou a sua integração em qualquer exploração coletiva, cumprindo os formalismos necessários (MOÇAMBIQUE, 1987b, p.49).

O regulamento pretende apresentar-se como um progresso em relação à Lei de Terras de 1979, evidenciando a inclusão das conclusões e recomendações do IV Congresso da FRELIMO. Também, pretende demonstrar aos financiadores internacionais, especialmente as IBW, que o país estava aberto à iniciativa privada e a valorização do agricultor familiar. Porém, é notório perceber que a defesa da estratégia de socialização do campo aparece evidente, ao se constatar o privilégio dado às iniciativas de planificação do desenvolvimento traçadas pelo Estado ou a inserção das famílias nas cooperativas. Isso é demonstrado na atribuição de terras às famílias rurais, onde os tamanhos oferecidos são reduzidos, evidenciado o interesse do Estado a desincentivar as famílias a optarem por uma exploração familiar privada. O não

⁶⁰ É nesse artigo em que é definido o tamanho de terra a ser distribuído em áreas que se beneficiam de um regadio ou para a agricultura de sequeiro.

⁶¹ É nesse artigo onde se define que o Estado não indenizará as pessoas abrangidas pelo Plano de Desenvolvimento Agrário ou outro legalmente aprovado.

pagamento das indenizações às famílias atingidas pelos planos de desenvolvimento aprovados é reflexo do desincentivo às famílias de optarem por outras formas de exploração da terra, neste caso, a privada.

Ao se incluir no regulamento os artigos referentes à transferência de agregados familiares e do pagamento de indenizações, permite-nos apreender que o legislador compreendia que a aquisição do DUAT para fins de atividades econômicas, como por exemplo, a atividade mineira, poderia crescer ou, abria a possibilidade da existência de atividades que expropriariam a terra das famílias rurais. Sendo assim, o regulamento permitiu que sujeitos ou coletividades estrangeiras pudessem adquirir o DUAT e que deveriam ter responsabilidades pelo deslocamento das famílias a serem atingidas por essas atividades. Um aspeto a ser destacado é a preocupação do legislador em defender os interesses das famílias a serem deslocadas, primeiro ao permitir que a transferência ocorra apenas sob expressa declaração da conveniência do Estado ou de interesse público e depois ao definir como se processará essa transferência e como serão avaliados os bens sujeitos as indenizações.

3.1.2. A legislação mineira

Os resultados do IV Congresso da FRELIMO foram bastante importantes para o início de mudanças significativas rumo à economia de mercado. Porém, não foram apenas os resultados do Congresso, mas também a pressão dos doadores internacionais que forçaram a introdução de mudanças na política econômica do país. Aprovadas a Lei do Investimento Estrangeiro, o Regulamento da Lei de Terras e assinado o acordo de adesão às IBW, criaram-se os primeiros passos para o início da exploração mineira por companhias ocidentais. Em 1986 é aprovada a primeira Lei de Minas do país independente. A aprovação dessa legislação revogou, formalmente, o Decreto de 20 de setembro de 1906 referente à pesquisa e lavra de minas, como também revogou o Decreto de 3 de novembro de 1905 relativo a lavra de pedreiras. Após a proclamação da independência nacional, os dois decretos já não se enquadravam na nova realidade político-econômica do país.

No preâmbulo da Lei de Minas de 1986, destaca-se a preocupação do governo com a contribuição que este setor daria ao Estado, principalmente no aumento de receitas via exportação, na contribuição do Orçamento do Estado e no provisionamento de matérias-primas à indústria nacional. A legislação define quatro formas de títulos mineiros, nomeadamente: a) a licença de prospecção e pesquisa e b) as concessões

mineiras, que são destinadas para explorações mais complexas e atribuídas na sequência de um contrato; c) o alvará de pedreira destinada à exploração de recursos minerais para a construção; e o d) certificado mineiro atribuído para operações de pequena escala. Esta última forma de exploração dos recursos minerais é destinada apenas para pessoas singulares ligadas ao setor familiar e ao cooperativo.

A Lei de Minas de 1986, apesar de ser aprovada num momento em que o país demonstrava indícios de uma mudança de orientação político-econômica, percebe-se que ela ainda continuava a ser mais defensora dos interesses do Estado, ou seja, o setor estatal é o mais privilegiado com essa legislação. No seu artigo 7, a lei define que:

Quando o aproveitamento de determinados recursos minerais for considerado de especial interesse para a economia nacional ou para o desenvolvimento da região em que se situem, o Conselho de Ministro poderá determinar que a atribuição de licença ou concessão para esses recursos minerais ou para os mesmos recursos em certas áreas, fique reservada exclusivamente para entidades estatais ou entidades a estas associadas (MOÇAMBIQUE, 1986b, p.5).

O Regulamento da Lei de Minas de 1986, aprovado em 1987, também vai à mesma direção da Lei de Minas, autorizando a exploração mineira só quando os benefícios econômicos se mostrarem bastante generoso para a economia nacional. É importante ressaltar que apesar da Lei de Minas ter definido quatro formas de exploração dos recursos minerais, constata-se que o regulamento apenas se dedica a regulamentar o processo de obtenção dos títulos mineiros referentes a licenças de prospecção e pesquisa e a concessão mineira. E, o mesmo, parece oferecer poucos privilégios a essas duas formas de exploração mineira. Nos artigos 13 e 29, a Lei define que não serão atribuídos os títulos para as licenças de prospecção e pesquisa e nem para as concessões mineiras em áreas onde já se encontram atribuídas o certificado mineiro e o alvará de pedreira.

Os condicionantes a atividade mineira são significativos o que torna a preferência por esta atividade menos interessante para os sujeitos singulares ou coletivos estrangeiros. A preocupação do governo face aos interesses do Estado e da sua estratégia de socialização do campo é visível. A Lei se mostra mais defensora dos interesses das famílias atingidas por essas atividades e, protege ainda mais aquelas que se encontram integradas aos planos de desenvolvimento planificado.

No artigo 64, referente às restrições a atividade mineira, enxerga-se que os detentores dos títulos de licença e concessão mineira devem exercer essa atividade "de

forma a afetar o menos possível os direitos de utentes ou ocupantes da terra⁶² situadas dentro das áreas sujeitas àqueles títulos mineiros" (MOÇAMBIQUE, 1987a, p.13). Se no exercício dos direitos mineiros houver prejuízo de culturas, solos, construções ou benfeitorias ou ainda determine a transferência dos utentes ou os ocupantes da terra, o artigo 67 impõe a obrigação do titular indenizar os prejudicados e/ou os deslocados. No que toca às indenizações e às transferências, a legislação recorre ao Regulamento da Lei de Terras de 1979. O artigo 67 impõe que:

2. A obrigação de indenizar será calculada nos termos previstos no Regulamento da Lei de Terras para prejuízos da mesma natureza e em caso de transferência esta só será iniciada após o pagamento da indenização.
3. Igualmente incorre na obrigação de indenizar, respondendo solidariamente com o titular mineiro, o operador.
4. Se os interessados não chegarem a acordo quanto à obrigação de indenizar poderão recorrer ao órgão de conciliação previsto no artigo 82 do Regulamento da Lei de Terras, o qual integra obrigatoriamente um representante do Ministério dos Recursos Minerais e um representante de cada uma das partes interessadas (MOÇAMBIQUE, 1987a, p.14).

Para evidenciar a preocupação do governo com as suas estratégias de desenvolvimento, o Regulamento veda a realização de atividades mineiras em centros urbanos, em aldeias comunais e nos cemitérios. Para que esses locais possam acolher a atividade mineira, o Regulamento determina que haja uma autorização por escrito da autoridade responsável pela administração dessas áreas. Porém, importa referenciar que se está num momento em que a República de Moçambique é popular e formada por operários e camponeses, onde nessas áreas os Grupos Dinamizadores exercem um papel preponderante na difusão da ideologia política do partido. Todos esses aspetos podem jogar contra o exercício da atividade mineira por sujeitos singulares ou coletivos estrangeiros.

3.2. Mudanças na legislação de terras e de minas no final do século XX e início do século XXI

Em 1990 é aprovada uma nova constituição para o país. A nova constituição é o culminar de uma mudança clara de orientação política e económica. O Estado já não é formado por operários e camponeses e transita-se da República Popular de Moçambique para a República de Moçambique. A Constituição abre as portas ao multipartidarismo,

⁶² "Para efeitos deste Regulamento considera-se ocupante da terra a pessoa singular ou coletiva que nos termos do Regulamento da Lei de Terras ocupe ou utilize a terra sem carecer de licença de uso e aproveitamento da terra ou sem possuir título válido desde que o prazo estabelecido no mesmo regulamento para a legislação dessa ocupação não tenha expirado" (MOÇAMBIQUE, 1987a, p.13).

às organizações da sociedade civil e à iniciativa privada. No seu artigo 41, a Constituição é clara quanto ao seu posicionamento em matéria econômica,

1. A ordem econômica da República de Moçambique assenta na valorização do trabalho, nas forças do mercado, na iniciativa dos agentes económicos, na participação de todos os tipos de propriedade [estatal, cooperativo, mista e privada] e na ação do Estado como regulador e promotor do crescimento e desenvolvimento económico social, visando a satisfação das necessidades básicas da população e a promoção do bem-estar social (MOÇAMBIQUE, 1990, p.4).

É interessante notar que nesta Constituição o Estado já não encoraja os camponeses e operários a se organizarem em formas coletivas de produção, mas sim encoraja os camponeses e trabalhadores individuais a organizarem-se em formas mais avançadas de produção. Porém, não explica quais seriam essas formas avançadas de produção. A Constituição também manifesta o seu apoio ao empresariado nacional a ter um papel importante na economia do país.

A "revolução" constitucional de 1990 associadas à assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, ofereceram as condições de estabilidade necessárias para a atração de capital internacional. Não sendo mais um país de orientação socialista e com o culminar de uma guerra civil que já durava 16 anos, Moçambique abre a possibilidade da entrada de investimentos estrangeiros. Todavia, era necessário adequar o quadro legislativo existente, com maior incidência para as leis de terra e de minas. A lei de terras não respondia as necessidades dos investidores, para além de ceder significativos privilégios ao partido FRELIMO, podendo-se concorrer para a aquisição de terra para fins especulativos, tendo em conta algumas legislações aprovadas que fomentavam a formação e extensão do empresariado nacional.

Negrão (2002) refere que o Banco Mundial era favorável a privatização da terra, pelo fato de considerar que os pobres não tiveram acesso a terra como gostariam, isto é, adquirindo os direitos de propriedade. Isso permitiria, na percepção do Banco Mundial, a existência de um mercado de crédito e de seguros perfeito e incentivaria as pessoas a procurarem a terra para fins produtivos. Negrão demonstrou que a aplicação dessas reformas orientadas pelo Banco Mundial não lograram resultados positivos na África, obtendo contornos não previstos, ao mesmo tempo em que colocou em causa a reprodução social dos pobres.

A preocupação com os contornos que o acesso e a posse de terra teriam em Moçambique levou a formação do movimento Campanha Terra. Este movimento, segundo Negrão (2002), reuniu um leque diverso de interesses sociais, desde os líderes

religiosos, associações e cooperativas, organizações não governamentais, acadêmicos, políticos e empresários. O grupo teve consenso nos seguintes pontos: (a) não aos sem terra; (b) não aos latifúndios ausentes e não ao aluguer de terras como condição de sobrevivência; (c) a inclusão da prova oral em pé de igualdade com a prova formal (escrita) para fins de reconhecimento do direito de uso e aproveitamento da terra; e (d) incorporação do direito costumeiro na lei de terras.

O resultado desse movimento foi a criação da Lei de Terras de 1997 que agradou a todos os integrantes da Campanha Terra, ao Banco Mundial e aos investidores nacionais e estrangeiros. A lei aparentou ser mais benévola aos mais desfavorecidos e que viviam nelas. Isto é, a lei reconheceu o direito por ocupação, através das normas e práticas costumeiras e por residirem no local por pelo menos dez anos. A lei reconheceu, também, a existência de grupos linhageiros que ocupavam uma área que, por diversas razões, quer seja cultural, a terra era de pertença do grupo e não apenas de cada família. Dessa forma foi introduzido o conceito de comunidade local para responder a esse fato.

Garantido a posse e o acesso às comunidades locais e às famílias, era também importante garantir o acesso e a posse aos investidores, quer sejam nacionais como estrangeiros. O Estado apenas criaria as condições para que os intervenientes pudessem negociar o acesso a terra. Para a aquisição da terra por ocupação, o registro não era fundamental, excetuando os casos em que a terra fosse do interesse dos investidores. Aí o investidor negociaria com os ocupantes da terra e depois registraria e adquiriria o DUAT. Considerava-se que assim estavam criadas as bases para que as comunidades locais não fossem expulsas das suas terras sem que cedessem ou negociassem a sua aquisição. O Estado desempenharia o papel de mediador e regulador, se abstendo de qualquer responsabilidade sobre a perda de terra das comunidades locais. Ao Estado, era apenas lhe permitido a sua intervenção quando a posse da terra fosse para efeitos de especulação ou, quando os direitos dos cidadãos entrassem em risco.

Esse cenário parece ter sido agradável para o investidor porque, como é referido por Negrão (2002), a posse da terra por ocupação mais cedo ou mais tarde conduzirá a propriedade privada. O campo para a luta pelo acesso e posse da terra estava criado e, o investidor tinha as condições que precisaria para espoliar as terras dos nativos, pois a partir do momento em que o projeto de investimento fosse aprovado pelo governo, como sendo importante para o crescimento econômico, a negociação com os detentores

da posse de terra iniciaria e, querendo ou não, a terra passaria para a "propriedade" do investidor.

A revisão da Lei de Terras tinha como objetivo principal oferecer as garantias necessárias no acesso e posse da terra aos investidores quer sejam nacionais, quer sejam estrangeiros. No seu preâmbulo, destaca-se o fato da revisão pretender "incentivar o uso e aproveitamento da terra de modo a que este recurso, o mais importante de que o país dispõe, seja valorizado e contribua para o desenvolvimento da economia nacional" (MADER; FAO, 2001, p.4). Esse objetivo também se encontra patente no seu regulamento, aprovado em 1998, em que destaca a necessidade de "simplificar os procedimentos administrativos e facilitar, deste modo, o acesso a terra por parte dos investidores nacionais e estrangeiros" (MADER; FAO, 2001, p.26).

É importante lembrar que a legislação se preocupa com os sujeitos que adquiriram o DUAT por ocupação (inclui-se os ocupantes de boa fé há pelo menos 10 anos e os que ocuparam por normas e práticas costumeiras) ao lhe isentar da obrigatoriedade da delimitação das suas terras e, equipara a prova testemunhal com a prova formal. Essa preocupação está patente no Anexo Técnico, documento aprovado em 2000 que descreve os passos necessários para a delimitação e demarcação da terra. Esse documento, assim como a legislação de terra, incluindo o seu regulamento, privilegiam a participação das comunidades locais em todo o processo de delimitação e demarcação das suas terras. A participação desses sujeitos é fundamental para a atribuição do DUAT ao requerente. Se analisado de uma forma mais profunda todo esse conjunto de legislação aprovado, é possível perceber que a preocupação das legislações está em criar as condições fundamentais para a obtenção da terra pelos investidores nacionais e/ou estrangeiros. Senão vejamos, o processo de delimitação envolve custos e, estes devem ser suportados por quem pretender delimitar. Já que a legislação reconhece os direitos de uso e aproveitamento da terra por ocupação, sem a necessidade de registro formal, logo, a delimitação será realizada quando existir algum interesse econômico nas terras ocupadas pelas comunidades locais e, os custos serão suportados pelo investidor que pretende aquela terra⁶³. Os procedimentos desenhados pela legislação apenas têm a pretensão de garantir que o processo de espoliação seja "consentido" pelas comunidades.

⁶³ A delimitação também pode ser feita em caso de conflito de terras entre duas ou mais comunidades.

Há algumas alterações significativas se comparada a legislação de terras produzida ainda no período de orientação socialista e a produzida depois da revisão constitucional de 1990. Naquela a preocupação do governo estava relacionada com o setor estatal e depois o cooperativo. Esses setores se apresentavam como os mais privilegiados na aquisição do DUAT. Nesta, a preocupação vai para o setor privado, procurando-se em atribuir a terra o valor de troca. Naquela legislação já se definiam as condições em que se podiam deslocar os agricultores familiares das suas terras, sendo necessário que se garantisse uma indenização justa e que os locais de reassentamento tivessem no mínimo as antigas condições reproduzidas ao longo do tempo. No regulamento da lei de terras de 1997 esse processo não é definido. Apenas se considera que a negociação dos investidores com as comunidades locais definiria se estas últimas aceitariam ceder as suas terras e que a negociação definiria uma indenização justa. Porém, não se coloca o fato dessas comunidades serem, na sua maioria, menos escolarizadas ou mesmo analfabetas, não tendo condições ótimas para negociarem, bem como para se defenderem de eventuais promessas enganadoras. A crença no processo de delimitação da terra é considerada como o garante da defesa dos interesses das comunidades locais.

Criadas as condições para facilitar o acesso a terra e oferecidas as garantias na posse da mesma, era necessário rever a legislação de minas, pois, como foi visto em parágrafos anteriores, a mesma se mostrava pouco atrativa aos investidores. A nova Lei de Minas é aprovada em 2002 e, define o uso mineiro como tendo prioridade sobre qualquer outro tipo de uso, incluindo o uso para fins de subsistência. No ponto 2 do artigo 43, define-se "o uso da terra para operações mineiras tem prioridade sobre outros usos da terra quando o benefício econômico e social relativo das operações mineiras seja superior" (MOÇAMBIQUE, 2002a, p.9).

A Lei de Minas de 2002 acrescenta mais duas formas de exploração mineira, nomeadamente a licença de reconhecimento e a senha mineira. Nesse grupo, destaca-se a senha mineira que é criada para satisfazer as necessidades das famílias rurais que exploram a atividade através de métodos artesanais. A senha mineira é destinada apenas aos moçambicanos com capacidade jurídica para realizar a exploração mineira usando métodos não sofisticados ou artesanais, e tem a duração de doze meses, podendo ser prorrogável. A lei, nos seus artigos 13 e 16 aparenta defender os interesses dos titulares da senha mineira, ao impedir que nessas áreas sejam atribuídas concessões mineiras ou certificados mineiros.

A Lei de Minas privilegia a exploração mineira nas formas de concessão mineira e certificado mineiro. Os seus titulares têm o direito de usar e ocupar a terra e realizar as atividades em regime de exclusividade. Também, são as únicas formas que dispõem do direito de usufruir do disposto no artigo 43 da Lei de Terras, ou seja, o uso prioritário para as atividades mineiras apenas é aplicável para essas formas de exploração mineira (veja os artigos 14 e 17). Também, o benefício exclusivo desse artigo acaba por contrariar os artigos 13 e 16 que impediam que as senhas mineiras fossem extintas em função da atribuição da área a concessões mineiras e certificados mineiros, ou seja, os artigos 13 e 16 barravam a atribuição de títulos de concessão mineira e certificado mineiro em áreas sujeito a senha mineira. Senão vejamos, o artigo 43, no ponto 4 refere que:

4. No caso de uma área designada de senha mineira ser declarada ou ser emitida como concessão mineira ou certificado mineiro, sobre terra sujeita a direitos de uso e aproveitamento da terra, esses direitos anteriormente existentes são considerados extintos após o pagamento de uma indenização justa e razoável ao titular dos direitos anteriores, pelo Estado no caso de uma área de senha mineira, e pelo titular do direito mineiro, no caso de concessão mineira ou certificado mineiro (MOÇAMBIQUE, 2002a, p.9).

A preocupação com a exploração de recursos minerais e por aquelas formas de exploração que melhor podem oferecer ganhos econômicos ao Estado é visível no artigo 42. Nesse artigo observa-se uma alteração significativa em relação à Lei de Minas de 1986, em que a preocupação estava no desenvolvimento nacional, com a questão das gerações futuras e com o desenvolvimento regional. Na Lei de Minas de 1986, o Estado assumia a responsabilidade dos destinos econômicos e sociais do país, ao mesmo tempo em que era o principal responsável pelos processos de desenvolvimento. No seu artigo 7 definia que o Conselho de Ministros poderia reservar determinadas áreas ricas em recursos minerais para a exploração exclusiva de entidades estatais ou a ela associadas. Na nova legislação (MOÇAMBIQUE, 2002a, p.8-9), observa-se que,

1. Quando o desenvolvimento, uso e aproveitamento de certos recursos minerais é considerado como sendo de interesse público para a economia nacional ou para o desenvolvimento futuro da região em que eles ocorrem, o Conselho de Ministros pode declarar que a terra na qual os recursos minerais estão localizados seja reservada, especificando os tipos de atividades que não são permitidas na área reservada, com o objetivo de preservar essa área para atribuição de um título mineiro ou para áreas designadas de senha mineira. (...)

3. A não ser que esteja vedada à atividade mineira por lei, qualquer área declarada como área de reserva mineral é aberta a pedidos por qualquer pessoa que reúna os necessários requisitos para obter título mineiro.

Um aspeto bastante ignorado na legislação mineira do período de orientação socialista é a questão ambiental. A Lei de Minas de 1986 não faz referência à questão ambiental e nem a nenhum estudo desse gênero. Apenas no seu regulamento, aprovado

em 1987, aparece a obrigatoriedade de uma consulta a entidades de proteção do meio ambiente (artigo 7). Isso demonstra uma falta de preocupação com as questões ambientais, podendo ser explicada pelo contexto global em que se vivia, pois as questões ambientais ainda não eram amplamente reconhecidas como sendo fundamentais, ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável ainda era embrionário. O cenário muda completamente com a aprovação da Lei de Minas de 2002, onde é dedicado um capítulo inteiro às questões ambientais. A Lei obriga ao requerente a obtenção do título de concessão mineira à necessidade de reunir a licença ambiental⁶⁴, como condição *sine qua nom* para exercer a atividade.

Em 2003, ou seja, um ano após a aprovação da Lei de Minas de 2002 é aprovado o seu regulamento. Esse regulamento segue o mesmo posicionamento da Lei de Minas, apresentando algumas simplificações para a obtenção dos títulos mineiros ao mesmo tempo em que se apresenta menos rígido nos processos de exploração mineira. Em 2006 é aprovado o segundo Regulamento da Lei de Minas de 2002, revogando o regulamento aprovado em 2003. Esse novo regulamento apresenta-se mais ajustado à nova realidade, proporcionando algumas complexificações nos processos de obtenção das licenças, nas condições para obtenção e operação das atividades e ressalta alguns aspetos que apareciam menos destacados no antigo regulamento.

A Lei de Minas de 2002 e o seu primeiro regulamento incluíam cidadãos estrangeiros como podendo adquirir o certificado mineiro. Porém, o segundo regulamento restringe apenas para os nacionais. Em se tratando de entidades coletivas, os nacionais podem se associar ao capital internacional, mas a maioria do respectivo capital social deve pertencer aos moçambicanos. Com essa alteração, fica evidente a preocupação do legislador em oferecer a possibilidade do empresariado nacional ter o domínio dessa modalidade de exploração mineira. Para sustentar isso, o regulamento (MOÇAMBIQUE, 2006, p.230) determina que,

3. As pessoas singulares estrangeiras, titulares de certificado mineiro, devem constituir sociedades e requererem a transmissão do certificado a esta

⁶⁴ É importante realçar que em agosto de 2004 foi aprovado o Decreto 26/2004 que aprova o Regulamento Ambiental para a atividade mineira. No artigo 28, referente ao memorando de entendimento, a legislação encoraja a todos os detentores do título de concessão mineira a "estabelecer acordos sobre os métodos e procedimentos para a gestão dos aspetos ambientais, biofísicos, sócio-econômicos e culturais durante a vigência do projeto e depois da sua desativação, os quais devem ser celebrados entre o governo central, o governo provincial, a comunidade local e o proponente consoante o interesse e envolvimento das partes" (MOÇAMBIQUE, 2004a, p.75). É curioso notar que não é uma obrigação e a existência desse memorando depende do interesse e o envolvimento ou do governo ou do proponente, já que as comunidades não têm como influenciar, até porque não conhecem as legislações existentes no país e quais os seus direitos e deveres.

entidade, nos termos do artigo 59 do presente regulamento, no prazo de noventa dias. (...)

5. A falta de observância dos prazos estabelecidos nos números anteriores importa extinção dos respectivos direitos não dando lugar a qualquer indenização.

Efetuando-se uma comparação entre os dois regulamentos é possível observar que no de 2006 há alterações significativas, principalmente no que se refere ao fato dos processos tornarem-se mais complexos, senão vejamos:

- Complexifica-se o processo de exportação de amostras para análises laboratoriais para os detentores da licença de prospecção e pesquisa. A quantidade e qualidade de informação a ser fornecida a Direção Nacional de Minas são ampliadas, cabendo esta emitir a autorização para a exportação de amostras. O mesmo artigo (36) preocupa-se com o valor comercial das amostras, estando sujeito a taxas, caso se detecte o valor comercial. O artigo incumbe a Direção Nacional de Minas ou a Direção Provincial de Minas da respectiva procedência dos dados a fazer uma verificação dos dados apresentados;
- Para os detentores das concessões mineiras reforça-se a necessidade de serem pessoas coletivas, juridicamente registradas em Moçambique, e que apresentem um plano de lavras;
- No processo de obtenção ou ao se requerer os títulos mineiros há descentralização, passando os governadores a terem um papel fundamental em relação aos certificados mineiros e as senhas mineiras (artigo 3). Também se acrescenta que no processo de emissão de uma concessão, deve-se ouvir o parecer da Direção Provincial da respectiva jurisdição sobre a área onde a atividade mineira será desenvolvida (artigo 46);
- No que se refere aos deveres dos titulares de concessão mineira (artigo 50), o novo regulamento acrescenta a necessidade do titular ser portador do seguro contra todos os riscos, tendo em conta a capacidade instalada na mina ou do volume do investimento. O seguro deverá incluir (a) danos às instalações mineiras, (b) responsabilidade perante terceiros e, (c) acidentes de trabalho do pessoal envolvido nas operações mineiras;
- Respeitante à senha mineira, acrescenta-se o fato do titular poder perder o direito de explorar a área quando os danos ambientais forem significativos (artigo 59);
- O novo regulamento apresenta certa preocupação com a inspeção e fiscalização (artigo 91), consagrando ao Ministério dos Recursos Minerais a

competência de delegar as suas estruturas ao nível local de procederem a inspeção e fiscalização no âmbito do novo regulamento. O Regulamento trata de especificar os direitos que os inspetores terão e, diferencia os tipos de inspeções, que podem ser integrais ou parciais e ordinárias ou extraordinárias;

- Em relação às infrações e penas (artigo 95) são acrescentados dois novos artigos, um referente às penalidades, onde são discriminados os tipos de punições que partem da advertência, passando pelo confisco do equipamento usado e terminando na revogação do título ou da autorização. O outro artigo acrescentado faz referência à definição das competências para a aplicação das penas. Nessas competências, inclui-se a Direção Provincial que pode aplicar as penas de advertência, multa, apreensão de produtos e suspensão temporária da atividade;
- No que respeita ao processo de garantias (artigo 110) oferecidas aos titulares mineiros, constata-se que o novo regulamento retira os títulos mineiros como parte das garantias que poderiam ser abonadas ao financiador da atividade mineira. O regulamento apenas mantém as infra-estruturas, as instalações e outros bens;
- Acrescenta-se mais um artigo, o referente à prestação de caução (artigo 111) em que os titulares e/ou seus operadores estão sujeitos ao pagamento de uma caução financeira para garantir o cumprimento dos termos e condições constantes dos títulos e/ou contratos de exploração mineira;
- O retardamento do início do exercício das atividades para a qual se tenha requerido o título ou a autorização é um fator que pode conduzir a revogação do título ou da autorização, ou seja, é fixado um prazo máximo para a realização da atividade mineira após a emissão da licença ou da concessão.

No tocante ao processo de reassentamento o regulamento é pouco claro, não definindo como será realizado e quais os procedimentos a serem seguidos. O regulamento atribui a responsabilidade pelo reassentamento ao detentor do título mineiro. Também fica na responsabilidade do detentor do título o pagamento das indenizações aos prejudicados pelo exercício da atividade mineira. Nesse processo, o regulamento parece distanciar a intervenção do Estado, deixando que as partes entrem em negociação para encontrarem a melhor forma de compensação dos bens perdidos.

2. A indenização é determinada tendo em conta os danos emergentes e lucros cessantes, por meio de negociação, nos termos da lei, devendo o pagamento

da referida indenização ser anterior à retirada dos bens ou reassentamento.
(...)

4. Se as partes envolvidas estiverem em desacordo no respeito aos termos de compensação, ambas as partes podem recorrer à mediação do Ministério dos Recursos Minerais ou outros meios de resolução de conflitos estabelecidos na lei (MOÇAMBIQUE, 2006, p.229).

A realização das deslocações compulsórias e do pagamento das compensações apresentam tratamentos diferenciados no regulamento. Apesar dos assuntos merecerem pouco destaque no regulamento, constata-se que o documento se reporta mais a questão do pagamento das indenizações, isto é, de como serão calculadas. O documento não trata do processo de reassentamento, mesmo tendo a “consciência” que a atribuição do DUAT aos projetos mineiros tem prioridade sobre qualquer outro tipo de uso, demonstrando a incompatibilidade de usos, ou seja, os direitos dos antigos utentes serão extintos logo que os projetos mineiros forem aprovados.

A lacuna quanto à questão do processo de realização dos reassentamentos teve a duração de uma década, ou seja, desde a aprovação da Lei de Minas de 2002 e os seus regulamentos, nenhum deles se dedicou a regulamentar esse processo. Em agosto de 2012 foi aprovado o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante das Atividades Econômicas. Esse regulamento encontra-se bastante atrasado em função da quantidade de projetos mineiros e outros aprovados no país, que acabaram por conduzir a deslocamentos compulsórios, muitos deles com problemas que acabaram por deteriorar a qualidade de vida dos atingidos.

A aprovação desse regulamento representou uma vitória, principalmente para os órgãos da sociedade civil que lutavam para que se regulamentasse o processo de reassentamento⁶⁵. Também foi um passo significativo, porque o mesmo apresenta os procedimentos a serem seguidos e, define como objetivo do reassentamento a necessidade de "impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do país e garantir que a população afetada, tenha uma melhor qualidade de vida, equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos aspetos físicos, ambientais, sociais e econômicos" (MOÇAMBIQUE, 2012b, p.324).

É interessante notar que o objetivo do regulamento é o desenvolvimento socioeconômico do país, o que significa colocar as questões do Estado-nação acima de tudo, ou seja, se o benefício do deslocamento compulsório for benéfico para o Estado-

⁶⁵ Apesar dos representantes da sociedade civil destacarem este regulamento como um progresso no processo de realização dos reassentamentos, alguns deles olham para esta legislação como contendo lacunas, desde as que foram da fase de discussão do regulamento, que foi menos participativo, até a aprovação do documento final, que limitou a participação da sociedade civil.

nação, então as famílias a serem prejudicadas por essas atividades serão forçadas a abandonar o seu território. Talvez, é por essa razão que o regulamento não oferece a oportunidade das famílias atingidas recusarem o processo de reassentamento. Ainda no mesmo objetivo se alude à preocupação do legislador em face da melhora da qualidade de vida das famílias prejudicadas por essas atividades. Ela se preocupa com as dimensões físicas, ambientais, sociais e econômicas desse processo, não se importando com a dimensão cultural. Provavelmente esse desleixo pode ser propositado e não olvidado, pois a questão cultural é bastante complexa, mexendo com outras dimensões, visto que a mudança de território dessas famílias implicará na reconstrução de um novo território e, nesse processo a relação existente entre as famílias e o antigo território é destruído.

O regulamento se mostra como impulsionador do desenvolvimento nacional e garantidor da melhora da qualidade de vida das famílias atingidas, contudo, exclui as famílias atingidas e os membros da organização da sociedade civil de fazerem parte da Comissão Técnica de Reassentamento, que é o órgão motor desse processo. Essa comissão é composta pelos setores de Ordenamento do Território, da Administração Local, das Obras Públicas e Habitação, da Agricultura, do Governo Provincial, do Governo Distrital e um membro da área afim. O regulamento baliza a participação de outros intervenientes, como a população afetada, os líderes comunitários, representantes da sociedade civil, apenas quando a sua cooperação não se mostrar prejudicial à Comissão Técnica. A participação de outros intervenientes é apenas para opinar, não podendo afetar na decisão final, pois como refere o artigo 9 (MOÇAMBIQUE, 2012b, p.325),

1. A aprovação dos Planos de Reassentamento é da competência do governo distrital;
2. A aprovação dos Planos de Reassentamento é precedida pelo parecer de conformidade emitida pelo setor que superintende a área de Ordenamento do Território, ouvido os setores de Agricultura, Administração Local e Obras Públicas e Habitação.

Relativamente aos outros intervenientes, o regulamento define a participação de cinco representantes da população afetada, um representante da sociedade civil, três líderes comunitários e dois representantes do setor privado. Na realidade, a presença desses novos intervenientes tem como objetivos: (a) preparar a população para aceitar o deslocamento compulsório; (b) consciencializar a população sobre os seus direitos e deveres; e (c) comunicar as autoridades competentes sobre quaisquer irregularidades detectadas durante o processo de reassentamento (MOÇAMBIQUE, 2012b). É

importante ressaltar que a definição do número de cada interveniente aparenta ser aleatório, senão vejamos:

- Porque seriam necessários três líderes comunitários? Que critério foi utilizado para definir esse número? Se numa determinada área atribuída para a exploração mineira atingir mais de três comunidades, como serão selecionadas as lideranças locais? As comunidades que não puderem ser representadas pela sua liderança no processo, não estarão a ser lesadas?
- Por que se limita a presença de representantes da sociedade civil a apenas uma? Que critério foi usado para se determinar que apenas um representante seria abrangente, quando se sabe que muitas das organizações que estão envolvidas na defesa dos interesses das famílias prejudicadas pelos projetos mineiros têm objetivos e focos diferentes? Como seria selecionado o representante da sociedade civil?
- Quem seriam os representantes da população afetada? Os líderes religiosos? As lideranças comunitárias? As comunidades poderiam escolher alguém fora da comunidade para lhes representar?

Nesse contexto, pode-se perceber que o regulamento defende mais a participação dos afetados e limita a participação dos representantes da sociedade civil. Essa estratégia parece ser adequada para os interesses defendidos pelo objetivo do reassentamento. A experiência na realização dos diferentes processos de reassentamento em Moçambique demonstra que as lideranças locais têm participado, porém apresentam-se incapacitadas de defender os interesses das comunidades locais, quer pela sua relação direta com as estruturas governamentais do distrito ou da localidade, quer pelo fraco poder de decisão que lhes é outorgado. São, normalmente, os representantes da sociedade civil que são mais instruídos e escolarizados, que têm mais experiência nesses assuntos e são assessorados por instituições nacionais e internacionais que oferecem as condições essenciais para que possam assessorar as comunidades na defesa dos seus interesses ou, para que se possa garantir o respeito pelos direitos dos afetados. A presença significativa desses representantes poderia fazer a diferença

O regulamento defende a participação dos afetados e membros da sociedade civil em todo o processo de reassentamento, porém a sua participação esta limitada ao nível das reuniões públicas, onde poderão opinar sobre as melhores práticas para que o processo se mostre mais adequado à realidade das famílias atingidas. As opiniões

sugeridas pelos participantes são introduzidas na ata da reunião que depois são objeto de avaliação da Comissão Técnica do Reassentamento, que tem a decisão final de incorporar ou rejeitar.

Analisando o artigo 12 do Regulamento, onde constam as responsabilidades de cada setor no processo de reassentamento, constata-se que quase todos os setores apresentam responsabilidades que vão ao encontro das suas atividades, ou seja, a participação de cada setor está relacionada com a sua contribuição no melhor desempenho da sua área no processo de reassentamento. A Administração Local está incumbida de sensibilizar, fiscalizar e monitorar a implantação dos planos de reassentamento. O setor das Obras Públicas e Habitação é responsável por acompanhar o processo de construção das infra-estruturas públicas e das habitações, controlando para que se respeite as normas de construção vigente no país e para que a construção das habitações familiares se ajuste ao perfil socioeconômico dos afetados. Para o Governo Distrital a responsabilidade se concentra em disponibilizar espaço para o reassentamento, para a prática das atividades de subsistência e a sua regularização. O setor de Agricultura parece apresentar um objetivo deslocado da sua área, ou seja, não se preocupa com a atividade agrícola, oferecendo extensionistas e procurando identificar os solos adequados a prática da agricultura. Esse setor desempenharia um papel fundamental na inserção dos afetados nos novos locais de assentamento, visto que a agricultura é a principal atividade da população rural e, conseqüentemente dos atingidos. Para o setor da Agricultura, o regulamento atribui a responsabilidade de "prestar assistência técnica aos órgãos de implementação em matéria de organização do cadastro" (MOÇAMBIQUE, 2012b, p.325).

A preocupação do Estado com as famílias atingidas pelas atividades mineiras é também destacada na nova Lei de Minas aprovada em 2014. Nesta legislação, é visível a preocupação com as questões relacionadas com as dimensões sociais, econômicas e culturais que afetam as famílias atingidas por esses projetos. Apesar da nova legislação não estar ainda acompanhada do seu regulamento, é notória uma significativa mudança em relação a anterior legislação.

Uma das principais alterações nessa legislação é a eliminação do artigo que fazia referência à superioridade do uso mineiro frente a qualquer outro tipo de uso do solo. A Lei de Minas de 2014 diferencia o direito de exploração mineira do DUAT, ou seja, a obtenção do direito de exploração de um determinado recurso não significa que o titular mineiro tenha o DUAT. O direito de uso e aproveitamento da terra bem como de outros

direitos preexistentes se mantêm sob custódia do Estado até ao encerramento da atividade mineira. Essa diferenciação pretende distanciar o pensamento e/ou análise que possa associar ao titular do direito de exploração mineira à propriedade da terra. Contudo, se analisado mais profundo a legislação, é possível compreender que tanto a supremacia do uso mineiro sobre os outros usos, como a "propriedade" da terra pelo titular mineiro encontram-se conservados e mascarados:

- O artigo 12 da Lei de Minas de 2014 considera que a partir do momento que o titular do direito de exploração mineira pagar a justa indenização aos utentes da terra, os direitos preexistentes de uso e aproveitamento da terra serão extintos. Ainda no mesmo artigo, o legislador remete à Lei de Terras de 1997 para o processo de obtenção do DUAT e destaca que esse direito tem a duração igual ao definido no título mineiro, podendo ser renovado automaticamente.
- A Lei considera que o DUAT dos utentes depois de extinto passa para o Estado, isto é, o Estado tem primazia sobre os direitos preexistentes de uso e aproveitamento da terra. Depois de adquirido esses direitos, o Estado transfere os mesmos para os detentores dos títulos mineiros que usufruirão da terra pelo período que a exploração mineira vigorar.
- Os detentores das concessões mineiras (e dos títulos mineiros) têm o direito de ter acesso à área e a realizar em regime de exclusividade as atividades de extração dos recursos minerais. Em se tratando de uma exploração do carvão mineral e de areias pesadas, constata-se que essas atividades são incompatíveis com a existência de outras atividades, até mesmo daquelas consideradas fundamentais para o sustento das famílias atingidas.

Neste contexto, a exploração mineira continua a ser prioritária em comparação às outras formas de uso do solo, visto que a lei valoriza principalmente o pagamento das justas indenizações e da realização do reassentamento.

Apesar desta lei continuar a ser favorável a exploração mineira, principalmente ao não oferecer a possibilidade das famílias atingidas recusarem as indenizações e o reassentamento, a legislação tende a criar mecanismos que salvaguardem os interesses dessas famílias. Essa preocupação é notória em vários artigos da legislação, onde se constata que para além das anteriores exigências resumidas na licença ambiental e obtenção do DUAT, a legislação acrescenta a necessidade da aprovação do plano de indenização e de reassentamento. Além da preocupação com as indenizações e do processo de reassentamento, a legislação se preocupa com (a) a necessidade de se

respeitar as comunidades locais e contribuir com a preservação dos aspectos socioculturais das comunidades, (b) o cumprimento na íntegra do plano de indenização e de reassentamento da população, (c) a proteção das comunidades onde as atividades mineiras se realizam, ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento socioeconômico em prol do bem-estar das mesmas; (d) a obrigação de consulta prévia às comunidades locais sobre o início de atividades de prospecção e pesquisa ou de extração dos recursos minerais, e (e) o governo tem de assegurar a organização das comunidades atingidas e criar mecanismo para o seu envolvimento nos empreendimentos mineiros.

Para garantir que os direitos dos expropriados sejam garantidos, a legislação defende que a justa indenização deve constar num memorando de entendimento entre o governo, a empresa e as comunidades atingidas. O ato poderá ser testemunhado por organizações de base comunitária, caso haja solicitação de uma das partes. Esta legislação vai ao encontro da legislação referente ao processo de realização do reassentamento involuntário, onde se restringe a presença de membros da sociedade civil, organizações que melhor podem assessorar as comunidades locais. Ainda que exista essa limitante, a Lei de Minas, no seu artigo 31 especifica o que seria uma justa indenização. Para a Lei (MOÇAMBIQUE, 2014, p.6), a justa indenização abrange, *inter alia*:

- a) reassentamento em habitações condignas pelo titular da concessão, em melhores condições que as anteriores;
- b) pagamento do valor das benfeitorias nos termos da Lei de Terras e outra legislação aplicável;
- c) apoio ao desenvolvimento das atividades de que depende a vida e a segurança alimentar e nutricional dos abrangidos;
- d) preservação do patrimônio histórico, cultural e simbólico das famílias e das comunidades em modalidades a serem acordadas pelas partes.

A preocupação da nova legislação não se restringe apenas à defesa e garantia dos direitos das famílias atingidas, ela inclui o empresariado nacional. A lei cria condições para a participação do empresariado nacional nos empreendimentos mineiros. O artigo 34 é dedicado exclusivamente à promoção do empresariado nacional, definindo que é obrigação do governo de criar mecanismos que facilitem a sua integração de uma forma progressiva, elevando, deste modo, o seu nível de participação. Como ação concreta, a legislação, no seu artigo 22 (MOÇAMBIQUE, 2014, p.5), define que na aquisição de bens e serviços,

- 2. As pessoas singulares e coletivas estrangeiras que prestem serviços às operações mineiras devem associar-se às pessoas singulares e coletivas moçambicanas, em conformidade com o regulamento. (...)

4. O titular mineiro deve dar preferência aos produtos e serviços locais a qualidade dos produtos, materiais e serviços internacionais que estejam disponíveis em tempo e nas qualidades requeridas.

A inquietação com o maior envolvimento do empresariado nacional pode estar relacionado com o fato das empresas mineradoras existentes no país estarem a beneficiar muito pouco ao empresariado nacional e, ainda, muito menos ao empresariado local. A falta de capacidade nacional para oferecer serviços de qualidade e em quantidades requeridas por essas mineradoras acaba por ditar a recorrência à serviços de companhias internacionais. A legislação parece reconhecer as deficiências do empresariado nacional no fornecimento de bens e serviços para as empresas mineradoras, mas também assume que existe capacidade interna, mesmo ainda em consolidação, de empresários que podem prestar parte desses serviços. É provavelmente por essa razão que o artigo 22 obriga que as pessoas singulares e coletivas estrangeiras se associem ao empresariado nacional.

A preocupação com os ganhos que esses projetos podem oferecer a economia nacional, aos empresários nacionais e o papel que a indústria extrativa vem tendo na economia nacional, é assumida pela legislação que coloca como cláusula nos contratos mineiros a participação do Estado nos empreendimentos, ao mesmo tempo em que cria duas instituições, nomeadamente a Alta Autoridade da Indústria Extrativa e o Instituto Nacional de Minas. A criação dessas instituições demonstra que a indústria extrativa, com ênfase para a exploração mineira, está crescendo e o controle desse setor é fundamental para o desenvolvimento nacional e do empresariado nacional. É nessa perspectiva que se atribui um papel de destaque a Assembleia da República para "definir os mecanismos de gestão sustentável dos rendimentos resultantes da exploração dos recursos naturais do país, tendo em conta a satisfação das necessidades de desenvolvimento do presente e das gerações futuras" (MOÇAMBIQUE, 2014, p.6).

No que se refere às formas de titulação mineira, constata-se que se retirou a licença de reconhecimento e introduziram-se as licenças de tratamento mineiro, de processamento mineiro e de comercialização de produtos mineiros. A introdução das novas formas de titulação permite que haja entidades que apenas se dediquem a desenvolver esses tipos de titulação, visto que os titulares das concessões mineiras, certificados mineiros e de senha mineira estão isentos de obtenção dessas licenças, ou seja, a obtenção desses títulos implica automaticamente na aquisição das novas formas de titulação.

Ao nível das formas de titulação em que apenas os moçambicanos podem ser titulares, registram-se alterações nos prazos de validades das titulações adquiridas. O certificado mineiro transitou de um prazo máximo de dois anos definido na Lei de Minas de 2002 para dez anos e a senha mineira transitou de doze meses para cinco anos.

No que concerne às infrações, a legislação inclui um capítulo referente ao tratamento dessas questões. Na Lei de Minas de 2002, esse ponto não era tratado, apenas o seu regulamento dedicou-se a regulamentar, dando ênfase as multas que se convertiam em valores monetários a serem pagos pelos infratores. A referência ao Código Penal aparecia poucas vezes, se comparado com a presente Lei que se reporta a essa legislação com mais frequência. A possibilidade de prisão dos infratores, que variará de 8 a 12 anos, nos termos do Código Penal, aparece como a principal tônica dessa legislação. Essa legislação aparenta ser mais severa, pois a recorrência ao Código Penal, que faz referência à prisão, parece demonstrar que as infrações serão penalizadas com penas graves, e não só com o pagamento de valores monetários que podem ser menos intimidativos.

De uma forma geral, observa-se que esta legislação apresenta-se como um marco divisório em comparação à lei de Minas de 2002. Ela coloca ênfase nas questões relacionadas com as comunidades atingidas pelos projetos mineiros, defende uma maior participação do empresariado nacional e, a Assembleia da República passa a ter um papel importante na gestão dos ganhos econômicos gerados pela exploração mineira. Apesar de ainda não ter sido aprovado o seu regulamento, é possível constatar na legislação a presença de uma nova abordagem na gestão da exploração dos recursos minerais.

O avanço a que nos remete a legislação de minas não afetarão aos projetos já com acordos firmados com o governo. O número de projetos com acordos firmados com o governo é significativo. A Lei de Minas 2014 protege todos os contratos mineiros e/ou acordos celebrados com o governo, ou seja, a legislação aprovada apenas abrangerá os novos contratos e/ou acordos que forem celebrados com o governo. Para os detentores dos títulos mineiros, essa legislação apenas será aplicada na renovação do contrato, que será depois de vencer os 25 anos. Essas garantias aparecem preservadas no artigo 83 onde, "os direitos adquiridos ao abrigo de contratos mineiros e/ou acordos celebrados com o Governo e concessões mineiras, atribuídos antes da entrada em vigor da presente Lei, mantêm-se em vigor" (MOÇAMBIQUE, 2014, p.14). Com relação aos contratos em execução, a lei refere no seu artigo 84 que "findo o período da validade dos

contratos estabelecidos nos termos do nº 1 do artigo anterior⁶⁶, os novos contratos são executados no âmbito da presente Lei" (MOÇAMBIQUE, 2014, p.14).

3.3. Exploração mineira e atração de investimentos estrangeiros

A aprovação da primeira lei de minas só ocorreu depois de criadas as condições para a entrada do investimento direto estrangeiro. A aprovação de uma legislação de minas esteve sempre associada às garantias que as mesmas ofereciam ao investidor, pois só assim era possível a concretização da existência de investimento estrangeiro no país.

A Lei do Investimento Estrangeiro foi aprovada em 1984 e nele apareciam as primeiras garantias que o Estado oferecia aos investidores. A Lei é aprovada ainda sob um regime que pautava pela política de orientação socialista e, a preocupação dos investidores estava associada a possíveis nacionalizações e, a consequente perda do investimento realizado. Para que se salvaguardassem os interesses dos investidores, a Lei reserva quatro artigos dedicados às garantias, destacando-se "a segurança e proteção jurídica dos bens e direitos compreendidos no âmbito do investimento estrangeiro" (MOÇAMBIQUE, 1984, p.3). A Lei defendia que,

1. A nacionalização ou expropriação dos bens ou direitos que constituem o investimento direto estrangeiro, só ocorrerá excepcionalmente e com fundamentos em poderosas razões de interesse nacional, garantindo-se uma indenização justa e equitativa e a sua transferência em moeda livremente conversível (MOÇAMBIQUE, 1984, p.3).

A circulação de lucros e sua transferência para o exterior era fundamental para a entrada do investimento estrangeiro. A transferência para o exterior de (a) lucros exportáveis; (b) de capital exportável; e (c) de amortizações e juros de empréstimos contraídos pelo investidor estrangeiro no mercado financeiro internacional, aplicados no investimento e devidamente autorizado foram garantidos, mas depois de seguidas as condições fixadas pelo governo. Apesar da legislação abrir essas possibilidades, continuava-se a constatar que os procedimentos burocráticos eram ainda embaraçosos para os investidores, pois esses processos ainda eram controlados pelo Estado. Também, observa-se que,

1. As autorizações para as transferências de lucros serão concedidas no prazo de noventa dias após a apresentação ao Ministério das Finanças do respectivo pedido.
2. As transferências referentes à reexportação do capital investido por extinção do empreendimento serão escalonadas de forma a evitar perturbações na balança de pagamentos do país.

⁶⁶ O artigo anterior que faz referência a Lei é o que se reporta à preservação dos contratos e acordos mineiros assinados com o governo de Moçambique.

3. As transferências serão efetuadas na moeda livremente convertível em que tiver sido realizado o investimento estrangeiro, se outra modalidade não for acordada (MOÇAMBIQUE, 1984, p.3).

Como a Lei do Investimento Estrangeiro já havia se reportado as garantias oferecidas aos investidores, verifica-se que a Lei de Minas aprovada em 1986 apenas faz referência a essa lei. Com a alteração constitucional de 1990, era necessário adequar a lei à nova conjuntura nacional. Sendo assim, três anos após a alteração constitucional é aprovada a nova Lei do Investimento Estrangeiro. Contudo, é na Lei de Minas de 2002 que são tratadas as questões de garantias para o setor mineiro.

Analisando a Lei de Minas de 2002 constata-se que a preocupação com as garantias atinge outro nível. Já não é só importante manter as garantias oferecidas na legislação de 1984, é necessário ampliar e tornar menos burocráticos os procedimentos. Se na legislação de 1984 a preocupação com as nacionalizações era visível, nesta a preocupação é com outros elementos e a palavra nacionalização é excluída do capítulo referente às garantias. Nesta legislação aparecem as preocupações com as indenizações, mas com alterações bastante significativas em benefícios dos investidores, pois são tratadas as formas de pagamento e modalidade de avaliação dos bens e/ou direitos e a responsabilidade do Estado sobre esses prejuízos. Dentre as várias garantias oferecidas pelo Estado, as que mais nos parecem pertinentes são as seguintes:

1. O Estado garante a segurança e proteção jurídica da propriedade sobre os bens e direitos, incluindo os direitos de propriedade industrial compreendidos no âmbito dos investimentos autorizados e realizados na atividade mineira ao abrigo de título mineiro emitido nos termos da presente Lei e demais legislação aplicável.
2. O Estado garante, uma vez emitida a licença de prospecção e pesquisa, concessão mineira ou certificado mineiro objeto de um projeto reconhecido de investimento direto estrangeiro ou nacional, que o regime fiscal aplicável à atividade mineira em vigor na altura da emissão do título acima referido não é alterado, a não ser em benefício do detentor do título mineiro (MOÇAMBIQUE, 2002a, p.7).

Em relação às movimentações financeiras a serem efetuadas pelos investidores para o exterior, observa-se que há novas transferências a serem garantidas pelo Estado e, não são abordadas as questões burocráticas para a sua realização. Segundo a Lei de Minas de 2002, no seu artigo 34 (MOÇAMBIQUE, 2002a, p.7) o Estado garante as transferências para o exterior de:

- i. lucros exportáveis resultantes de investimentos elegíveis à exportação de lucros;
- ii. royalties ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indiretos associados à cedência ou transferência de tecnologias;
- iii. amortizações e juros de empréstimos contraídos no mercado financeiro internacional e aplicados em projetos de investimentos realizados no país;

- iv. produto de indenização nos termos do nº 3 do artigo anterior;
- v. capital estrangeiro investido e reexportável, independentemente de o respectivo projeto de investimento ser ou não elegível à exportação de lucros;
- vi. montantes correspondentes a pagamento de obrigações para com outras entidades não residentes.

Quanto às antigas garantias oferecidas pelo Estado, constata-se que as garantias oferecidas pelo Estado de orientação socialista ainda eram restritivas e, tornavam o Estado mais participante e interventivo. O Estado neoliberal se afasta do controle das transferências realizada pelos investidores para o exterior, ao mesmo tempo que defende que em caso de novas alterações legislativas no regime fiscal, estas não poderão afetar os contratos assinados com o governo, a não ser que beneficiem aos detentores dos títulos mineiros, ou seja, o Estado prefere que sejam lesados os ganhos nacionais em detrimento dos ganhos dos titulares mineiros.

A nova legislação de Minas de 2014 parece ter percebido que as garantias oferecidas aos investidores estrangeiros eram exageradas e colocavam em causa os benefícios que poderiam ser gerados para a nação. Nesse contexto, a legislação retira das garantias oferecidas pelo Estado a de que: (a) novas alterações ao regime fiscal não afetariam aos contratos assinados pelo governo; (b) aumenta os prazos de pagamento das indenizações pelo Estado e; (c) retira a responsabilidade do Estado em face de alterações de regime fiscal ou de qualquer outro fato (associado às ações do Estado) que possa causar ao investidor prejuízos financeiros. Em relação às transferências para o exterior, a legislação retira o ponto referente ao produto de indenização e permite apenas que se exporte o capital estrangeiro investido, eliminando a possibilidade que existia de o investimento ser ou não elegível à exportação de lucros. Também, acrescenta que, para que se realize a transferência para o exterior é necessário que seja apresentado, pelo titular, os documentos comprovativos de quitação emitidos pela respectiva área fiscal.

Apesar de se registrar alterações significativas no tocante à Lei de Minas de 2002, constata-se que a mesma legislação (Lei de Minas de 2014) defende os direitos adquiridos ao abrigo de contratos mineiros e /ou acordos assinados com o governo, ou seja, apesar de se retirar algumas garantias e de se "limitar" a circulação descontrolada das transferências, elas não afetarão os titulares com acordos e/ou contratos celebrados com o governo. Eles passarão a cumprir esta legislação só no momento em que requererem a prorrogação dos seus contratos.

Para além das garantias desempenharem um papel importante na atração de investimentos estrangeiros, o regime fiscal e as isenções fiscais também jogam um papel relevante. A Lei de Minas de 1986 isenta as entidades que desenvolvem atividades mineiras no país de pagarem os impostos referentes a: (i) direitos e emolumentos gerais aduaneiros sobre equipamentos, aparelhos, materiais e sobressalentes importados; (ii) direitos e emolumentos gerais aduaneiros sobre a exportação de recursos minerais; e (iii) imposto de circulação. Para incentivar o investimento estrangeiro, o Estado isenta, também, o pagamento do imposto sobre o rendimento, sobre a reconstrução nacional e sobre os juros de empréstimos obtidos no estrangeiro.

Com as alterações político-econômicas e sociais e, acompanhando a Lei de Investimento Estrangeiro alterada em 1993, era necessário adaptar os pontos relativos aos impostos e os incentivos fiscais a atividade mineira. Dessa forma, é aprovada a Lei nº 5/94, que vem tratar desse assunto. Essa nova legislação revoga o capítulo II da Lei de Minas de 1986 que fazia referência aos pagamentos ao Estado, onde eram tratadas as questões relativas ao regime fiscal, isenções fiscais e incentivos ao investimento estrangeiro. A nova legislação mantém o pagamento dos impostos sobre a produção e sobre a superfície, apenas alterando que os titulares das licenças que pretendem realizar testes, ensaios ou análises dos produtos mineiros pagarão o imposto sobre os produtos caso os mesmos se destinem posteriormente à comercialização. A Lei nº 5/94 é omissa quanto à questão das isenções fiscais e dos incentivos ao investimento estrangeiro.

A Lei de Minas de 2002 acrescenta o pagamento do imposto autárquico (quando aplicável) e isenta os titulares de certificado mineiro e de senha mineira de pagarem o imposto sobre a produção. Em 2007 se atualiza a legislação tributária, relativa à atividade mineira, a partir da aprovação da Lei nº 11/2007. Essa Lei abole as isenções no imposto sobre a produção que beneficiavam os detentores dos títulos de certificado mineiro e de senha mineira. A Lei isenta o pagamento de impostos sobre a produção mineira dos produtos mineiros extraídos para a construção; os produtos mineiros extraídos para investigação geológica; e os produtos mineiros comercializados ao abrigo de licença de comercialização.

A lei não especifica o que seria a licença de comercialização, pois esta modalidade de titulação mineira não aparece nas formas definidas pela legislação mineira de 2002 e nem no glossário. Sendo assim, fica subentendido que a licença de

comercialização é obtida automaticamente logo que se obtém a concessão mineira e o certificado mineiro.

Esta legislação camufla se preocupar com o desenvolvimento local, ao definir que parte das receitas geradas na extração mineira deve ser canalizada ao desenvolvimento das comunidades atingidas pelos respectivos projetos mineiros. A Lei define que o percentual será fixado no Orçamento do Estado, em função das receitas previstas e relativas à atividade mineira. O Regulamento aprovado em 2008, a partir do decreto nº 5/2008, que especificaria melhor esse ponto não o faz, remetendo, mais uma vez, ao Orçamento Geral do Estado. Ou seja, não fixa qual o percentual a que deve ser destinada ao desenvolvimento local, nem como serão alocados às comunidades locais atingidas pelos projetos mineiros e nem define quais seriam as prioridades do tal desenvolvimento local.

Um dia após a publicação da Lei de Minas de 2002, é publicado o Código dos Benefícios Fiscais, através do Decreto nº 16/2002, onde se dedica o capítulo II aos investimentos ao abrigo da Lei de Minas de 2002. O decreto apresenta benefícios bastante generosos para os que investirem na exploração de recursos minerais, abarcando o campo das importações e dos impostos dos rendimentos. O Decreto concede isenções de direitos aduaneiros na importação de equipamentos, aparelhos, materiais e sobressalentes para a prospeção e pesquisa, exploração mineira e sobre a exportação de recursos minerais. No processo das importações dos bens referidos anteriormente, os investidores beneficiam-se das isenções no pagamento do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e do ICE (Imposto sobre Consumos Específicos). Estes benefícios são extensivos às empresas contratadas e subcontratadas para prestarem serviços à principal empresa investidora ao abrigo da Lei de Minas de 2002. No que se refere aos benefícios relativos ao imposto sobre o rendimento, o decreto determina que:

1. Até ao ano 2010, os investimentos levados a cabo no âmbito da Lei de Minas, cujo valor do investimento seja superior a 500 000 dólares americanos, beneficiarão, a partir do início da produção, de uma redução em 25% da Taxa do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), durante os primeiros cinco anos.
2. No caso de contribuintes sujeitos ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS), nas condições previstas no número anterior, a matéria coletável determinada e relativa a atividade beneficiária do incentivo, pertencente a Segunda Categoria do IRPS, terá uma dedução de 25%, durante os primeiros cinco anos (MOÇAMBIQUE, 2002b, 220-(38))

Em 2007, através da Lei nº 13/2007, se revisa o regime dos incentivos fiscais aplicados à atividade mineira. A Lei mantém apenas os benefícios de isenções de direitos aduaneiros referentes à importação de equipamentos e de bens necessários a

prospecção e pesquisa e exploração mineira. Os benefícios incluem as isenções do IVA e do ICE pelo mesmo período de tempo definido na legislação anterior. O decreto não se reporta ao campo dos impostos sobre o rendimento, o que significa que encerra com os benefícios que garantiam a redução de 25% do IRPC e IRPS.

Apesar do abrandamento dos benefícios fiscais, a Lei (MOÇAMBIQUE, 2007b, p. 235) oferece garantias aos investidores com benefícios já conquistados,

2. O gozo efetivo dos benefícios não pode ser revogado, nem podem ser diminuídos os direitos adquiridos, salvo nos casos previstos na Lei e se houver inobservância das obrigações estabelecidas para o beneficiário ou se o beneficiário tiver sido indevidamente concedido (artigo 3).

Os beneficiários fiscais são, nos termos da legislação a que se refere o artigo 1, transmissíveis durante a sua vigência, mediante autorização do ministro que superintende a área de finanças, desde que se mantenham inalteráveis e no transmissário se verifique os pressupostos para o gozo do benefício (artigo 4).

Com a Lei de Minas de 2014, o número de tributos a serem pagos pelos titulares mineiro aumentou, onde para além de se pagar os impostos sobre a produção, sobre a superfície e o autárquico (quando aplicável), são acrescentados os impostos sobre o rendimento e sobre o valor acrescentado. A Lei não se debruça sobre as isenções e benefícios fiscais. Essa omissão na legislação pode significar que acabaram as isenções e os benefícios fiscais oferecidos aos projetos mineiros como forma de atrair investimentos na indústria extrativa ou pode significar que o seu regulamento tratará desse assunto.

Mais uma vez a questão sobre o desenvolvimento local é tratado na Lei de Minas de 2014, mas continua a apresentar as mesmas ambiguidades referidas nas anteriores legislações. Se, se observar o mesmo que aconteceu com o decreto assinado em 2008, então se pode prever que a legislação (Regulamento da Lei de Minas de 2014 a ser produzido) não regulamentará o percentual e as demais informações referentes ao desenvolvimento comunitário. É curioso verificar que o legislador foge da fixação do percentual a ser destinado ao desenvolvimento local, quando se constata que a definição de percentagem para o desenvolvimento local já é uma realidade na legislação moçambicana, definida na década de 90 para a exploração dos recursos florestais e faunísticos.

Apesar dos receios que se pode ter em relação à aplicação da Lei de Minas de 2014, visto ainda não ter sido aprovado o seu regulamento, pois este pode ser fraco e não permitir que se materializem as transformações que a lei pretende operar, a mesma aponta para uma nova forma de gestão dos recursos minerais. Compreendemos a aprovação dessa lei como um marco nacional do setor mineiro por pretender apresentar

uma nova fase de gestão dos recursos minerais, pois a preocupação com as comunidades locais, o papel da Assembleia da República, a redução dos vários incentivos fiscais acabam por pretender marcar uma nova fase na exploração dos recursos minerais.

As alterações legislativas que ocorreram ao longo do tempo permitiram inclinar a política e/ou estratégia de desenvolvimento nacional para a atração do investimento internacional, materializado nos megaprojetos. Essa inclinação se enquadra dentro daquilo que foi a estratégia de desenvolvimento adotada em Moçambique desde o período de colonização, quando o país fora organizado para atender as necessidades de Portugal. É claramente depois do alcance da independência, quando se consolida o território herdado da colonização, que o Estado se (re)posiciona como um país cuja sua economia se baseia na exploração dos recursos naturais. Numa primeira fase a partir de um projeto desenvolvimentista nacionalista e depois a partir de um projeto alicerçado nas forças do mercado.

4. TERRITÓRIO MOÇAMBICANO E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

4.1. A herança colonial

As transações comerciais e a ocupação de frações do atual território moçambicano por parte de Portugal é anterior a Conferência de Berlim (1884-1885), quando foi definido que as potências imperialistas detentoras de terras na África, deveriam delimitar os espaços de ocupação no continente, o que culminou com a definição dos atuais limites dos territórios nacionais dos países africanos. Para Portugal, isso significou a ocupação militar, administrativa e econômica do território moçambicano.

Como Portugal era frágil economicamente, sem condições financeiras para custear a ocupação militar e administrativa de Moçambique, optou por uma administração indireta de determinadas províncias (HEDGES, 1999). Desta forma, no norte do país, as atuais províncias de Niassa e Cabo Delgado foram arrendados à Companhia do Niassa. As províncias de Manica e Sofala passaram a ser administradas pela Companhia de Moçambique. Essas companhias, denominadas de Majestáticas⁶⁷, eram de capital estrangeiro, detendo os poderes econômicos, administrativos e militares. As províncias de Tete e Zambézia ficaram sob a responsabilidade conjunta do Estado português e de companhias que arrendaram os antigos prazos⁶⁸. O Estado português apenas administrava diretamente as províncias do sul de Moçambique (Inhambane, Gaza e Maputo) e a província nortenha de Nampula.

A incorporação da agricultura familiar como forma principal de acumulação do capital, na nova economia colonial, foi fundamental, pois era preciso que a produção familiar pudesse alimentar o consumo local, bem como produzir para a exportação. A população moçambicana foi forçada a trabalhar nas plantações ao mesmo tempo em que deveria produzir o suficiente para alimentar os trabalhadores das agroindústrias. É importante ressaltar que as culturas desenvolvidas nas plantações tinham como destino a

⁶⁷ Companhias Majestáticas eram também companhias “soberanas”, geridas por capital estrangeiro, com poderes sobre o “território” arrendado.

⁶⁸ Os prazos eram grandes extensões de terra em Moçambique em que Portugal concedia com o objetivo de povoamento de portugueses de origem europeia que se aventuravam a procura de ouro. Geralmente a terra era concedida a uma mulher europeia, casada com um colono europeu, com a obrigação de residirem e cultivarem no espaço concedido (MOSCA, 2005).

exportação e, eram constituídas principalmente pelas culturas de cana-de-açúcar, sisal, copra⁶⁹, caju e chá.

A implantação dos plantios destinados à exportação foi responsável por expulsar as famílias rurais das terras mais férteis. Essas famílias foram instaladas em áreas consideradas como de reservas indígenas, ficando sujeitas às decisões do governo colonial. Negrão (1995) destaca que essa fase foi também caracterizada pelo recrutamento compulsório de moçambicanos para trabalharem nas plantações, como também pela obrigatoriedade de pagamento do imposto em moeda corrente.

A partir de 1930 Portugal redefine a sua política de administração do território moçambicano, colocando-o diretamente ao serviço dos interesses da metrópole. Segundo Hedges (1999, p.35), Portugal estabeleceu "algumas das bases do seu 'nacionalismo econômico'". Juntamente com Negrão (1995) são unânimes em afirmar que é neste período que a política portuguesa direcionada à agricultura concentrou esforços para a produção de algodão e arroz, colocando-as como culturas obrigatórias. É importante destacar, como faz Negrão (1995), que neste período houve uma preocupação por parte de Portugal em garantir terra às famílias rurais, com o objetivo de produzirem, principalmente, algodão e arroz. A administração direta do território moçambicano levou Portugal a não renovação dos contratos com as companhias majestáticas.

A administração direta do Estado colonial configurou-se de forma diferente ao nível das três regiões do país, pois algumas áreas estavam cedidas às companhias majestáticas. Desta forma, o Sul foi reservado como fonte de mão de obra barata para a África do Sul e Zimbábue. Segundo Araújo (1989) foi assinado um acordo entre o governo português e o sul-africano, regulado pela Convenção de 1909, renovado em 1928, com o nome de Acordo do Transval. O acordo garantia o emprego de um significativo número de moçambicanos nas terras da África do Sul e, Transval, nome de uma das províncias da República da África do Sul, deveria utilizar as estradas de ferro e o porto de Maputo em cerca de 50% das suas necessidades. O acordo também especificava que, "para cada trabalhador, a metrópole colonial recebia, diretamente, uma parte significativa dos salários (60%) em ouro, a um preço fixo muito razoável" (ARAÚJO, 1989, p.36).

⁶⁹É a polpa seca do coco.

Ainda na região Sul do país desenvolveram-se pequenas e médias empresas agrícolas de colonos⁷⁰, concentradas no vale do Limpopo. Essas empresas tinham como principal objetivo abastecer com alimentos os mercados urbanos, especialmente a comunidade não africana (CASTEL-BRANCO, S/D; 1995).

A região central do país foi fortemente marcada pela presença de plantações de chá e de açúcar. Nesta região, o agricultor familiar era forçado a vender a sua força de trabalho, além de estar obrigado a dedicar-se à produção das culturas obrigatórias do algodão e do arroz. Dessa forma, houve conflito no processo de alocação da força de trabalho destinada ou para as plantações ou para as culturas obrigatórias, forçando a mecanização como forma de minimizar o conflito (CASTEL-BRANCO, S/D; 1995).

Para a região norte do país, o agricultor familiar também foi obrigado a produzir algodão e caju para a exportação. Aqui, como não existiam as plantações, os camponeses de forma compulsória produziam nas suas áreas de cultivo as culturas obrigatórias para depois comercializarem a preços fixos com as empresas monopolistas ou com o Estado colonial (CASTEL-BRANCO, S/D; 1995).

Das características apresentadas para as três regiões do país, pode-se perceber o domínio de três principais modalidades de produção agrária: a primeira é aquela desenvolvida pelas famílias rurais, onde conjugam culturas de subsistência com as destinadas ao mercado (algodão, arroz e caju), quer seja o mercado interno ou externo; a segunda é aquela que é dominada pelas plantações de larga escala, voltadas principalmente para a exportação. Este tipo de agricultura, segundo o Center for Development Research (1978) era dominada por empresas estatais; e a terceira produção agrícola é aquela praticada pelos pequenos e médios colonos, principalmente de imigração portuguesa, cujo destino principal da sua produção é o abastecimento do mercado urbano, particularmente de população não africana.

Esta forma de ocupação do solo organizada para responder aos interesses do capital colonial, levou Araújo a desenhar um padrão de ocupação espacial diferente do padrão anterior à presença colonial. Para Araújo (1989) a presença colonial não alterou significativamente a ocupação do espaço rural, isto é, não houve uma transição do povoamento rural disperso para o agrupado. Contudo, ocorreram alterações no padrão rural disperso, onde as ocupações dispersas de fraca densidade eram interrompidas por alguns adensamentos, resultantes da política colonial de melhor aproveitamento e

⁷⁰ Termo utilizado para chamar a população imigrante portuguesa que se estabeleceu em Moçambique devido à colonização portuguesa.

controle da população rural moçambicana. Senão vejamos, se a introdução da agricultura empresarial ou dos colonos, que necessitava de extensas áreas para a sua prática, levou a expulsão dos nativos para terras marginais ou dispersou-os em áreas marginais, também funcionou no sentido inverso, atraindo o nativo. Isto é, ao mesmo tempo em que as plantações empresariais e as áreas de cultivo dos colonos necessitavam de terra em quantidade e qualidade, elas também necessitavam de mão de obra, barata. Isso se constituía como "atração" dos nativos que se localizavam ao redor dessas áreas, para "vender" sua força de trabalho.

É importante ressaltar que o fator de atração que se apresenta não está exclusivamente ligado à possibilidade de encontrar um emprego que possa satisfazer as necessidades familiares, mas sim ao fato do agricultor familiar ter que pagar o imposto ou estar forçado a trabalhar (Chibalo) nas plantações, como definia a política do Estado colonial. Logo, a sua localização junto às áreas de produção dominadas, quer pelas plantações quer pelos colonos, era uma necessidade para o cumprimento das obrigações fiscais a que estavam sujeitos. É então, com base nessas necessidades, que o padrão de ocupação do espaço rural passa a apresentar um povoamento disperso, intercalado por alguns adensamentos populacionais.

A organização do espaço residencial e do espaço produtivo continuou a mantê-los próximo um do outro. As transformações ocorridas no modo de produção não provocaram mudanças com a organização do espaço residencial e produtivo. A principal preocupação do governo colonial foi forçar os agricultores a produzirem, nas suas próprias áreas de cultivo, as culturas obrigatórias, com a carga de todos os riscos de sua produção. Contudo, o governo colonial fornecia aos agricultores familiares os insumos necessários, muito embora os prejuízos que pudessem advir de uma condição climática adversa ficassem na responsabilidade dos agricultores. Todavia, estes tinham que vender a sua produção às instituições definidas pelo Estado, que comprava a preços fixos e baixos, se comparadas com a média dos países da região. Para forçar os agricultores a desenvolverem as culturas obrigatórias, os salários e os rendimentos auferidos pelos trabalhadores eram bastante baixos, permitindo pagar apenas parte do imposto. Conjuntamente eram criadas as condições para que a produção agrícola familiar não rendesse mais do que o necessário, forçando a sua ligação permanente com a terra.

A importância de manter o agricultor rural moçambicano ligado a terra era fundamental para a sua maior exploração, pois só assim ele se manteria migrante e

dependente do trabalho assalariado. E, isso só poderia ser possível graças ao aparato de repressão e uso sistemático da violência (CASTEL-BRANCO, 1984; O'LAUGHLIN, 1995; ALMEIDA SERRA, 1991). Ao manter-se o agricultor ligado a terra obrigava-o a ter que se sustentar a partir dessa atividade como fonte de sua reprodução social, ao mesmo tempo em que era produtor das culturas que respondiam às necessidades do mercado. Como o agricultor tinha acesso a terra, mesmo que fosse menos fértil, a venda do excedente produzido era determinado pelo Estado com preço fixo e barato. Isso tornava a agricultura familiar insuficiente para a reprodução social e para responder às obrigações fiscais impostas (imposto ao Estado colonial). Dessa forma, o agricultor tinha que se sujeitar ao trabalho assalariado, mal pago, mas que era uma fonte de rendimento importante para financiar os fatores de produção agrícola e para garantir o pagamento de impostos. Com mão de obra barata garantida ao setor empresarial, a mesma era migrante e sazonal, dependendo das necessidades do mercado interno e externo. A esse respeito, Castel-Branco argumenta que,

De forma a garantir que a força de trabalho se mantivesse barata, o Estado tinha que assegurar que ela se mantivesse migrante. Foi introduzida a caderneta para obrigar os trabalhadores a regressarem ao campo. Foram tomadas precauções para que a exploração do campesinato não destruísse completamente a agricultura familiar nem pusesse em risco a sobrevivência física dos trabalhadores. De forma a garantir a manutenção dos baixos salários, o Estado organizou o monopólio no recrutamento de força de trabalho para o setor capitalista local, controlou as atividades da WENELA (empresa monopolista recrutadora de força de trabalho nas minas da África do Sul), assinou rígidos acordos com a África do Sul e a Rodésia do Sul, para impedir a livre circulação populacional e de mercadorias através das fronteiras. Desta forma, o representante típico do Estado colonial junto do campesinato era o recrutador da força de trabalho. A rentabilidade da maioria das empresas capitalistas dependia da realização, pelo Estado, desta tarefa (CASTEL-BRANCO, 1984, p.9).

Portanto, o papel que a agricultura familiar desempenhava na economia colonial era bastante significativo, pois além de produzir para a exportação produzia alimentos para a população urbana. No que concerne às principais culturas de exportação no período de 1971 a 1973, Almeida Serra (1991) coloca que o caju exportado vinha exclusivamente da agricultura familiar. Já em relação ao algodão, constata-se que era cerca de dois terços que provinha da produção familiar. Somente o açúcar é que era produzido pelas grandes plantações.

Alberts (1983) também evidenciou o papel desempenhado pela agricultura familiar, ao destacar que os ganhos obtidos com a exportação em 1961 e 1973, eram de 90% e 82% respectivamente. Esses ganhos derivavam da agricultura e, “largas partes desses produtos exportados provinham do setor familiar”.

Araújo (1989) constatou que em 1970 as explorações familiares ocupavam 97% das unidades agrícolas existentes, apesar de em termos de superfície ocupada não ultrapassarem os 45% (43,38%). Isso pode ser explicado pelo fato das unidades familiares serem, normalmente, inferiores a três hectares, o que contrasta com as áreas ocupadas pelas plantações que ocupavam extensas áreas e estavam destinadas exclusivamente a culturas de exportação.

Os autores citados mostram a importância deste setor para a economia colonial portuguesa. Para Hedges (1999) a estratégia da produção do algodão pelo setor familiar, respondia aos interesses da indústria têxtil portuguesa, num momento em que a produção no mercado mundial entrava em crise devido a Segunda Guerra Mundial. Essa estratégia permitiu ao governo colonial aumentar a sua produção e comprar o produto a preços bem baixos, se comparados com a média praticada por outras potências.

Para melhor explorar o território moçambicano, o governo colonial o estruturou de acordo com as suas necessidades. Se por um lado colocou determinadas regiões a serviço da colônia portuguesa, através da exploração do algodão e de outras culturas de rendimento, por outro lado colocou-se ao serviço dos países vizinhos, com destaque para a África do Sul e o Zimbábue (antigamente Rodésia do Sul). Esta forma de organização do território nacional não permitiu que se desenvolvesse uma economia verdadeiramente a serviço do território nacional.

Alberts (1983), Araújo (1989) e Almeida Serra (1991) consideram que o governo português definiu que a economia moçambicana se alicerçaria numa economia de serviços. A prestação de serviços de transporte ferro-portuário e de fornecimento de mão de obra barata permitia ao governo colonial colocar o país a serviço da África do Sul e do Zimbábue. Araújo (1989) destaca que os serviços ferro-portuário e a exportação da mão de obra eram as mais importantes fontes de acumulação da economia colonial moçambicana, pois representavam três quartos do PIB. O autor considera que essa dependência econômica se acentuou na década de 60 com a participação do capital internacional sul-africano e de países Ocidentais na construção da barragem de Cahora Bassa, que tinha como principal objetivo fornecer energia elétrica às indústrias sul-africanas.

Outro fator a considerar é a localização geográfica de Moçambique, em relação aos seus principais parceiros comerciais, como a África do Sul e o Zimbábue, que permitiu que o governo colonial proporcionasse condições para a abertura ao capital internacional (principalmente o sul-africano e o inglês) e assim construir os portos e as

estradas de ferro. O porto de Maputo, considerado economicamente viável para as transações comerciais da província do Transval na África do Sul, bem como as estradas de ferro, ficaram à disposição dos interesses sul-africanos. Almeida Serra (1991) coloca que já em 1926/27 o sistema ferro-portuário de Maputo foi dominado pelo tráfego internacional, em cerca de 90%. O mesmo também se verificou para o sistema ferro-portuário da Beira, localizado na província de Sofala, centro de Moçambique, que visava responder às necessidades do Zimbábue (ALMEIDA SERA, 1991). Mais tarde, este sistema também passou a responder aos interesses da Zâmbia e do Malauí.

Araújo (1989, p.34-35) argumenta que como o capital investido nos portos e estradas de ferro eram principalmente sul-africanos e ingleses, constata-se que esses serviços quase que ficaram exclusivamente voltados para atender aos interesses desses países. Em 1960, o autor, recorrendo a Battistini (1967), evidencia que o sistema ferro-portuário da Beira dominou o seu uso com mais de 80% do tráfego de produtos exportados e importados para o Zimbábue, Katanga e Niassalândia (atualmente Malauí). Para o caso do sistema de Maputo, o peso foi de 47%. Tanto Araújo (1989) como Almeida Serra (1991) destacam que para o ano de 1973, dois anos antes do alcance da independência, esses sistemas continuavam a desempenhar um papel importante nas transações comerciais desses países, superando a ocupação de 80% do tráfego dos sistemas.

Outro aspecto importante dessa relação de dependência de Moçambique face aos dois países vizinhos se relaciona à exportação de mão de obra barata para esses países, com destaque para a África do Sul, que acolhia grandes contingentes de imigrantes para trabalhar nas minas de ouro e de carvão e, em alguns casos, nas plantações. Segundo Almeida Serra (1991), não eram apenas esses países que se beneficiam da mão de obra barata moçambicana, mas eram esses os que mais se favoreciam em termos quantitativos.

O papel desempenhado pela exportação dessa mão de obra era bastante significativa ao nível das províncias da região sul do país, que fora reservada pelo governo colonial como reserva de força de trabalho. Também, algumas províncias do centro forneciam esse serviço, com menor impacto se comparado com as da região Sul. As famílias que conseguiam migrar para esses países a procura de emprego regressavam com importantes economias que poderiam ser aproveitadas para investir na agricultura, já que os salários pagos nesses países eram relativamente maiores que aquele oferecido em Moçambique, limitado pela sobrevivência. A migração para os países vizinhos se

apresentava como uma oportunidade de melhorar a condição de vida, bem como permitia introduzir novos fatores de produção na agricultura, podendo ir um pouco além da subsistência. Para fortalecer o papel desempenhado por esse serviço, Almeida Serra (1991) demonstra que boa parte dos homens jovens, em idade ativa trabalhava nesses países. Em 1960 um terço da população ativa se encontrava nesses países e, em 1970 se reduziu para um quinto devido à queda da emigração para o Zimbábue.

Os ganhos nesta transação não beneficiavam completamente Moçambique, já que o acordo com esses países permitia que uma parte dos salários fosse paga diretamente aos mineiros e a outra fosse transferida ao governo português, em Lisboa, em forma de ouro. Para Almeida Serra,

As contrapartidas financeiras do fluxo migratório constituíam outra fonte importante de recursos suscetíveis de acumulação. Porém, desta só uma parte aproveitava Moçambique já que o restante se traduziu numa acumulação de recursos financeiros da metrópole colonial para onde eram transferidas as receitas em divisas e em ouro que este movimento migratório proporcionava através de mecanismos aprovados em acordos estabelecidos entre Portugal e a República Sul Africana (ALMEIDA SERRA, 1991, p.325).

Neste contexto, a economia moçambicana esteve assentada nos ganhos advindos dos sistemas ferro-portuário, da mão de obra exportada e dos produtos agrícolas exportados. No meio de todo esse cenário econômico, constata-se que eram os agricultores familiares que mais garantiam que esses ganhos fossem obtidos, pois eram eles que trabalhavam como mão de obra barata na construção e funcionamento desses sistemas ferro-portuário, na força de trabalho barata nas minas de ouro e carvão nos países vizinhos e na produção de alimentos, tanto para alimentar a população moçambicana que trabalhava nesses sistemas, como produzindo para o mercado urbano e para a exportação.

Para Castel-Branco (1995) o papel desempenhado pelo agricultor familiar foi preponderante para a construção do império colonial português, daí que a sua incorporação dentro do modelo de produção colonial, tinha como principais funções:

- a) produzir matérias-primas baratas essencialmente para exportação, mas também para a indústria doméstica;
- b) produzir alimentos baratos para o abastecimento de força de trabalho assalariada nas plantações, portos e estradas de ferro, construções e indústria transformadora;
- c) garantir o fornecimento de força de trabalho para as empresas capitalistas; e
- d) cobrir uma parte substancial dos custos de produção de força de trabalho por intermédio da produção familiar.

4.2. A socialização do campo

Após o alcance da independência, o governo da FRELIMO adotou uma política econômica, social e cultural que quebrava com os cerca de cinco séculos de dominação portuguesa, como também dos períodos anteriores à colonização, materializados numa estrutura feudal. Essas formas de gestão do espaço nacional deveriam ser alteradas, radicalmente, para uma nova que conduzisse à formação do homem novo, numa sociedade nova, liberta da sociedade feudal e colonial, produtora do homem comunista.

Para a materialização desse objetivo, que se assentava na socialização do campo, visto que o grosso da população residia no campo (perto de 90%) e dependia da agricultura de subsistência (quase 87%) para a sua reprodução social, era, fundamental, que se alterassem as formas de povoamento. A família rural moçambicana estava organizada em povoamentos dispersos de fraca densidade, intercalado, por pequenas aglomerações em volta das áreas de cultivo dominadas pela agricultura de comercialização. Esta forma de organização do assentamento rural não oferecia condições para a socialização do campo.

A transformação do assentamento rural disperso para o assentamento agrupado, materializado na criação das aldeias comunais era a característica da nova forma de organização do espaço residencial. Ao se transformar o espaço residencial era, também, fundamental que com ele se alterasse o espaço produtivo. Para que isso fosse possível, desvinculou-se o espaço residencial do espaço produtivo. Com ele, foram introduzidas novas formas de organização da produção, assumiu-se a necessidade de se passar para formas de produção mais avançadas, como as cooperativas de produção e as empresas agrícolas estatais (HERMELE, 1987; CENTRE FOR DEVELOPMENT RESEARCH, 1978; MACKINTOSH; WUYTS, 1987; ARAÚJO, 1989).

A forma como se organizam os objetos e as ações que vão se desencadear num determinado espaço é fundamental para o alcance dos objetivos dos atores que dominam o campo de forças do referido espaço. O governo da FRELIMO tinha o conhecimento que só dominando a forma de organização do espaço rural implantaria a sua ideologia e, facilmente implementaria a sua estratégia de desenvolvimento rural. Para isso, o partido trazia uma experiência de dez anos de luta de libertação nacional, quando em função das necessidades da luta, as áreas libertadas da opressão colonial iam sendo organizadas em formas coletivas de vida e de produção. Essa experiência permitiu manter unido os guerrilheiros e a população que ia sendo libertada do domínio colonial.

A introdução de formas coletivas de vivência e de produção era, também, condição imperiosa para desviar o foco da acumulação, que passaria do individual para o social. Se para responder aos interesses coloniais foi necessário alterar, ligeiramente, as formas de organização do assentamento, o mesmo também se verificaria para responder aos interesses da construção de uma sociedade socialista, onde o foco de luta se posicionava contra a acumulação individual e a conseqüente criação de uma pequena burguesia. Esta preocupação aparece patente em vários documentos do partido⁷¹ e em vários discursos do então presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique. Um ano antes da independência, Samora Machel, presidente da FRELIMO, em um discurso, referiu:

Africanizar o poder colonial e capitalista retira o sentido à nossa luta. Para que serviria a luta se continuássemos submetidos ao trabalho forçado, às companhias, às minas, mesmo se tudo estiver cheio de gerentes e capatazes africanos? Para quê o sacrifício se continuámos a vender o gado, o algodão, em feiras que só beneficiam os comerciantes, mesmo se estes forem africanos? Qual a razão de ser de tanto sangue, se no fim continuássemos submetidos a um Estado que, mesmo se governado por moçambicanos, só serve os ricos e os poderosos? (HERMELE, 1987, p.8)

Nesse discurso, percebe-se claramente que a luta contra formas individuais ou privadas de acumulação de riqueza seriam combatidas. Depois da proclamação da independência, Sérgio Vieira, membro sênior da FRELIMO e um dos ministros do governo, em um texto de reflexão sobre a formação do "Homem Novo", explica o porquê da adoção de formas coletivas de vida e de produção.

Quando nas zonas libertadas de Cabo Delgado se disse: "a castanha vai pertencer à cooperativa e deixar de pertencer ao fulano que até abandonou o território nacional"; quando se disse: "Não podes ter gente a trabalhar na tua *machamba*⁷²"; quando se disse: "vamos juntar as *machambas* e vamos trabalhar juntos", por razões muito concretas, pois para produzirmos temos que ter em conta os aviões e tem que haver alguém para vigiar o avião, o helicóptero e "eu cozinho com minha mulher não posso fazer isso" - foi quando dissemos aquilo, foi a partir destes pequenos elementos, que se iniciou a destruição da base material para a sobrevivência do feudalismo e para a emergência da burguesia (VIEIRA, 1979? p.28).

Apesar da referência à necessidade de organizar a população em formas coletivas de vida e de produção já ter sido implementada nas zonas libertadas, ela aparece como parte da estratégia do governo para conduzir o desenvolvimento rural moçambicano, nos dois principais encontros realizados pelo partido antes da

⁷¹ É importante referenciar que para a realidade moçambicana, o partido FRELIMO está no governo desde a independência. Depois da alteração constitucional e com a realização de eleições gerais e multipartidárias, a FRELIMO conquistou todos os pleitos eleitorais realizados no país. É o partido, através dos seus congressos, sessões e reuniões, que delinea a política econômica e social a ser adotada pelo governo. Usaremos, ao longo do capítulo, a sigla FRELIMO para referir tanto o partido como o governo, por não apresentarem diferenciações para a abordagem que adotados.

⁷² Designação usada para se referir a campos de cultivo agrícola ou a roça.

proclamação da independência. O primeiro foi realizado em Mocuba, província da Zambézia, em fevereiro de 1975 e, o segundo foi em Marrupa, província do Niassa, entre os dias 29 de maio e 4 de junho. Nas conclusões desses encontros, como é citado por Almeida Serra (1991) são abordados mais explicitamente a necessidade de aglomerar a população dispersa como forma de facilitar o acesso aos serviços de educação, saúde, abastecimento de água e luz, comunicações e outros. A recorrência a essa estratégia se devia ao fato de tornar-se, quase impossível, beneficiar a toda a população com esses serviços se continuassem vivendo em povoamentos dispersos.

As informações provenientes desses dois eventos do partido não ofereciam os instrumentos necessários para a implementação dessa estratégia. Foi só a partir da VIII Sessão do Comité Central da FRELIMO, realizada em fevereiro de 1976 que claramente se definiu a aldeia comunal como o eixo para o desenvolvimento do campesinato moçambicano (ARAÚJO, 1989; ALMEIDA SERRA, 1991). Nesse evento foram definidos os princípios gerais orientadores para a sua criação, bem como os objetivos e as formas de produção que segundo Araújo (1989) se resumem em: (i) a concentração deve ser resultado de uma atividade produtiva coletiva; (ii) produção coletiva e familiar não são contraditórias; (iii) deve haver um equilíbrio ecológico; e (iv) novas tecnologias de produção devem ser introduzidas gradualmente.

A socialização do campo, materializada nas aldeias comunais e nas formas coletivas de produção, foi a forma encontrada pelo governo da FRELIMO para a organização do espaço residencial e produtivo que respondesse aos interesses do partido e do governo. No terceiro ano da independência já existiam em Moçambique 857 aldeias comunais, albergando 12% da população rural. Perto de 70% das aldeias comunais encontravam-se concentradas na província de Cabo Delgado, seguida das províncias de Nampula e Gaza, com 9% para cada uma (tabela 5).

Os dados da tabela 5 demonstram que apenas três províncias concentravam perto de 90% das aldeias comunais registradas no país em 1978. A maior concentração de aldeias comunais na província de Cabo Delgado pode ser explicada por ser lá onde começaram a surgir as primeiras zonas libertadas. Niassa e Tete são também outras províncias em que se encontra com exclusividade esse tipo de aldeia comunal (tabela 6). Para os casos de Nampula e Gaza, a maior concentração de aldeias comunais encontra explicações diferentes. Para a primeira, o surgimento está fortemente ligado à corrida para a concentração da população em aldeias comunais resultante do encontro de Marrupa, que criou ambiente para os responsáveis provinciais e distritais entrarem em

competição para a sua implementação (ARAÚJO, 1989; ALMEIDA SERRA, 1991). Enquanto que para Gaza, constata-se que as inundações do rio Limpopo e Incomati aceleraram a criação de novas aldeias comunais, localizadas em áreas consideradas seguras em face de prováveis inundações (HERMELE, 1986; ARAÚJO, 1989).

Tabela 5. Evolução da população vivendo em aldeias comunais por província (%)

Províncias	1978				1982/83			
	Nº de aldeias	População	% da pop. da província	% de aldeias no país	Nº de aldeias	População	% da pop. da província	% de aldeias no país
Cabo Delgado	586	800 000	88,0	68,4	543	815 555	87,3	39,9
Niassa	40	72 000	16,2	4,7	63	163 215	32,0	4,6
Nampula	80	50 000	2,6	9,3	260	154 186	7,0	19,1
Zambézia	13	10 000	0,5	1,5	39	49 220	2,0	2,9
Tete	26	25 000	3,6	3,0	41	137 800	17,3	3,0
Manica	9	4 500	0,1	1,1	111	143 541	25,4	8,1
Sofala	13	10 000	1,3	1,5	88	106 139	12,6	6,5
Inhamabane	5	2 500	0,0	0,6	47	73 352	7,0	3,5
Gaza	80	180 000	20,4	9,3	123	513 312	50,9	9,0
Maputo	5	4 000	0,8	0,6	47	46 440	8,5	3,5
País	857	1 158 000	12,0	100,0	1362	2 202 756	20,0	100,0

Fonte: Araújo (1989)

Para o ano de 1982/83 as três províncias passaram a concentrar perto de 70% das aldeias comunais. Apenas a província de Nampula teve aumento significativo enquanto a província de Gaza manteve o seu percentual e a província de Cabo Delgado teve redução no seu percentual. Em termos absolutos constata-se que todas as províncias do país ganharam mais aldeias comunais, com exceção da de Cabo Delgado (tabela 5). Esse aumento proporcionou o aparecimento de mais de 500 aldeias, passando a concentrar cerca de 20% da população rural do país.

Se analisado a formação das aldeias comunais ao nível das províncias, pode-se constatar que a mobilização⁷³ e as calamidades naturais⁷⁴ foram responsáveis pela formação do maior número de aldeias comunais existentes até ao ano de 1982 (tabela6).

⁷³ Halkes e Oppewal (1989, p.17) referem que em alguns casos o exercito foi utilizado para forçar a família rural a viver dentro das aldeias comunais, "deitam-lhes fogo [nas habitações construídas fora das aldeias comunais], assim como aos celeiros, e os moradores têm que voltar para as aldeias fantasmas".

⁷⁴ Em 1977 houve inundações dos rios Incomati e Limpopo que afetaram a região Sul do país; em 1978 registrou-se cheias no rio Zambeze, afetando a região central do país, nomeadamente as províncias da Zambézia, Tete, Sofala e Manica; Em 1979 a região norte do país foi atingida pelo ciclone *Justine*; e em 1981 a região central e sul do país são fustigadas por uma seca intensa e prolongada. Todos esses eventos naturais acabaram por afetar no aumento da população em aldeias comunais como no aumento da fome, porém, cada um com a sua importância (ARAÚJO, 1989).

É interessante notar que as províncias que mais foram afetadas pela guerra de libertação nacional apresentam os mesmos fatores de formação das aldeias comunais, ou seja, a herança da luta de libertação, os aldeamentos construídos pelos portugueses e a concentração dos regressos da guerra de libertação, são os responsáveis pela formação das aldeias comunais. Isto demonstra que o perfil dessas aldeias está bastante ligado às necessidades de uma associação para a conquista da independência ou como resultado da luta.

Tabela 6. Origem da formação das aldeias comunais por província em 1982 (%)

Províncias	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5
	Relação interprovincial (1978)					Relação intraprovincial (1982)				
Cabo Delgado	86,4	26,1	0,0	91,3	9,1	12,3	31,9	0,0	56,5	0,2
Niassa	10,8	5,3	0,0	4,4	72,7	13,0	52,0	0,0	22,0	13,0
Nampula	0,0	42,2	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Zambézia	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Tete	2,8	0,1	4,0	2,2	18,2	13,0	0,7	26,7	46,6	13,0
Manica	0,0	0,2	6,0	1,6	0,0	0,0	1,8	53,9	44,3	0,0
Sofala	0,0	0,0	26,0	0,2	0,0	0,0	0,0	94,5	5,5	0,0
Inhamabane	0,0	7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Gaza	0,0	16,2	39,0	0,3	0,0	0,0	70,9	27,0	2,1	0,0
Maputo	0,0	2,5	5,0	0,0	0,0	0,0	76,2	23,8	0,0	0,0

Fonte: Araújo (1989)

Legenda

Tipo 1: Aldeia formada durante a luta de libertação nacional

Tipo 2: Aldeias formadas a partir da mobilização produção coletiva

Tipo 3: Aldeias resultantes de calamidades naturais

Tipo 4: Aldeias edificadas em antigos "aldeamentos"

Tipo 5: Aldeias formado pelos regressos da guerra de libertação nacional

Analisando ainda por província, constata-se que três fatores são os principais responsáveis pela formação das aldeias comunais: a) a mobilização, que é a principal responsável em metade das províncias do país, destacando-se Nampula e Inhambane onde esse fator é o único responsável. Nas províncias restantes, a mobilização influencia em pelo menos 50%; b) as calamidades naturais, que são responsáveis em outras três províncias, destacando-se a província da Zambézia com 100% e Sofala com 95%; c) as aldeias comunais edificadas nos antigos aldeamentos, que são responsáveis nas duas províncias restantes (Cabo Delgado e Tete), além de se evidenciar quase 45% na província de Manica, (tabela 6).

Pode-se sumarizar que na região norte do país as aldeias comunais tiveram como principal causa para sua origem os antigos aldeamentos e as mobilizações. Os antigos aldeamentos são, geralmente, as concentrações populacionais que o governo colonial criou para melhor controlar a população face à evolução da guerra de libertação nacional. Na região central do país destacam-se como causa também os antigos aldeamentos e o impacto das calamidades naturais. Nesta região encontra-se a província da Zambézia onde as aldeias comunais têm origem apenas em razão das calamidades naturais que afetaram a província. É, também, esta província que apresenta o menor número de aldeias comunais e o menor percentual de população vivendo nela. Para Araújo (1989) a herança colonial, marcada pelas grandes plantações de chá e palmares, associado aos aspetos culturais poderão estar na razão da fraca aderência às aldeias comunais.

A região Sul tem seu cenário marcado pela mobilização e pelo impacto das calamidades naturais. Nesta região, esses dois fatores que originaram as aldeias comunais parecem ser diferentes, pelo menos teoricamente. Mas na prática, como nos revela Araújo (1989), há uma confusão nessa distinção, pois algumas aldeias que surgiram como resultado das cheias acabaram sendo caracterizadas como resultado de mobilização, visto que ações mobilizadoras levaram a população a abandonar as suas terras de residência e de produção para assumirem uma nova forma de organização residencial e produtiva. Daí que o fator mobilização pode estar superestimado em prejuízo do impacto das calamidades naturais.

A socialização do meio rural, a partir da criação das aldeias comunais e da criação de formas coletivas de produção, como as cooperativas, privilegiavam as áreas de cultivo comunais, mas sem considerar que a presença de áreas de cultivo familiar poderia conflitar com as coletivas. A planta das aldeias comunais apresentava a forma geométrica retangular ou quadrangular e, deveria comportar de dois a quatro bairros, onde cada um dos bairros deveria conter cerca de 250 famílias. Os espaços, geralmente incluíam áreas de habitação (com dimensões de 30m x 40m), de agricultura familiar e de agricultura coletiva. As famílias que residiam nesses espaços deveriam concentrar-se nas áreas residenciais e cultivar nas áreas reservadas à agricultura (ARAÚJO, 1989).

A escolha do novo local de assentamento era geralmente feito com a participação de alguns membros das comunidades. Esses locais deveriam levar em conta o equilíbrio ecológico, ou melhor, deveriam considerar os princípios que norteiam a criação das aldeias comunais (ARAÚJO, 1989; ALMEIDA SERRA, 1991). Nem

sempre os princípios foram respeitados, quer pela necessidade de apresentar novas aldeias comunais aos seus responsáveis, quer pelo fato das calamidades naturais irem criando condições para o aumento de população nas aldeias comunais e/ou pelo fato do tempo necessário para responder a uma ação forçada de criação das aldeias comunais não permitir que o processo fosse conduzido da melhor forma.

A socialização do campo, que era a estratégia de desenvolvimento rural traçada para o país, requeria que as famílias rurais se concentrassem e desenvolvessem formas de produção mais avançadas. Embora um dos princípios da criação das aldeias comunais era não ir contra a presença de áreas de cultivo familiar nas aldeias, constata-se que na prática tudo fazia crer que a luta contra a agricultura familiar estava declarada, tanto ao nível dos discursos⁷⁵, da legislação⁷⁶, assim como das diretrizes saídas dos congressos⁷⁷ realizados.

Com a independência, muitos agricultores estrangeiros não encontraram a garantia para continuarem a investir na agricultura. A nacionalização da terra, no dia da independência, foi um sinal claro do governo e da sua filosofia a ser adotada em relação à política social e econômica futura. Com isso, houve abandono de várias áreas de cultivo pertencentes aos colonos e até ao início de 1976, segundo Almeida Serra (1991), o governo não havia decidido sobre o destino dessas áreas.

A indecisão quanto às formas adequadas de gerenciar o abandono dessas áreas e a falta de uma política econômico-social adequada para o desenvolvimento do espaço rural, provocou a entrega dessas áreas às cooperativas e ao Estado, criando-se as *machambas* estatais e as *machambas* coletivas (HERMELE, 1987; ALMEIDA SERRA, 1991).

Almeida Serra (1991) argumenta que ainda nesse mesmo ano foi reestruturado o Ministério da Agricultura, criando-se a Direção Nacional para a Organização da

⁷⁵Almeida Serra (1991) descortina que a luta da FRELIMO contra a agricultura familiar era já antiga, pois mesmo Mondlane, primeiro presidente do partido, ainda durante a luta de libertação nacional já se recusava a aceitar que existisse diferenciação social. É com Samora, em seus discursos, que a luta contra a agricultura familiar ou produção individual é explicitamente combatida. Samora explica que a mobilização da população para o trabalho coletivo em detrimento do individual está ligada ao fato de se evitar "que a produção individual ou familiar degenerem em propriedade exploradora originando classes de novos exploradores" (ALMEIDA SERRA, 1991, p.418).

⁷⁶A Constituição da República de 1975, a Lei de Terras de 1979 e a Lei de Minas de 1986 são bons exemplos da priorização de outras formas de produção, como a estatal e cooperativa em detrimento da individual ou familiar. A esse respeito leia Matos e Medeiros (2014).

⁷⁷Os congressos da FRELIMO são os encontros mais importantes para a definição das políticas e estratégias sociais e econômicas a serem seguidas. Durante o período de implementação do socialismo em Moçambique, o III e IV Congresso foram os que definiram quais as estratégias a serem seguidas pelo governo e/ou Estado.

Produção Coletiva (DINOPROC). O DINOPROC possuía dois setores, um com a responsabilidade de gerir as *machambas* estatais e o outro responsável pelo acompanhamento da produção das cooperativas. Segundo o autor, esses dois setores apresentavam prioridades diferentes, em que o primeiro privilegiava o setor estatal com vista a torná-lo mais influente e a principal veia do desenvolvimento agrícola, enquanto que o segundo concentrava as suas atividades na organização política e na promoção e propaganda da nova filosofia política.

A ratificação da importância do setor estatal na estratégia de socialização do campo veio com a realização do III Congresso da FRELIMO, realizado em fevereiro de 1977, onde se definiu este setor como o dominante e determinante para o desenvolvimento agrícola e rural. Também, é nesse congresso que se tomam medidas importantes para a socialização do campo, assentada nas aldeias comunais e nas formas coletivas de produção (HERMELE, 1987; MACKINTOSH; WUYTS, 1987; ALMEIDA SERRA, 1991).

O III Congresso também definiu que, no processo de distribuição e/ou repartição das áreas de cultivo abandonadas pelos colonos, deveriam privilegiar-se as cooperativas e que deveriam ser construídas nas aldeias comunais. Aos camponeses, o tamanho da terra foi limitado a não mais que um hectare, principalmente nas áreas de irrigação (CEA, 1979; ALBERTS, 1983). Para além da limitação da área para a agricultura familiar, Araújo (1989) mostra que em várias situações eram atribuídas terras menos férteis à agricultura familiar, ou mesmo reduziam-se as suas parcelas em função da expansão da área das aldeias comunais ou das áreas de cultivo comum.

Almeida Serra (1991) e Castel-Branco (S/D) argumentam que a marginalização do setor familiar abrangeu inclusive o fornecimento de instrumentos fundamentais para a produção, tais como as enxadas, catanas⁷⁸, machados, etc. que deixaram de ser importadas, reduzindo-se drasticamente a quantidade existente no mercado interno. A preocupação do governo residia na importação de maquinaria (como tratores⁷⁹, auto-combinadas⁸⁰ e outros) e de insumos agrícolas (como fertilizantes e pesticidas), principalmente para abastecer as empresas agrícolas estatais, *machambas* estatais e as

⁷⁸ É um facão, com cabo em madeira e uma lâmina curvada, utilizado para desbastar mato.

⁷⁹ Almeida Serra (1991, p.534) aponta que "durante o ano de 1977 adquiriram-se cerca de 1200 tratores, dos quais 1000 foram distribuídos pelas empresas estatais agrícolas e os restantes 200 aos parques de máquinas do Ministério da Agricultura para serem alugados aos vários setores de propriedade, mas com prioridade para as *machambas* estatais".

⁸⁰ São máquinas que desempenham mais de uma função, ou seja, combina duas ou três funções, como semear e adubar.

cooperativas. Essa medida encontrava-se dentro da filosofia do governo, que acreditava ser necessário migrar da agricultura familiar para formas mais avançadas de produção, que neste caso seriam as cooperativas e as *machambas* estatais.

É importante destacar que apesar de se assumir a política socialista, que de certa forma criava todas as condições para aniquilar o setor privado considerado explorador dos homens, o III Congresso não banuiu este setor da política de desenvolvimento rural. Nesse Congresso apenas se criaram as bases necessárias para submeter o setor privado ao programa do Estado, ou seja, o mesmo estaria fortemente acompanhado pelo Estado e/ou deveria seguir rigidamente as orientações da política do governo (CENTRE FOR DEVELOPMENT RESEARCH, 1978; ALBERTS, 1983; PITCHER, 2003).

A materialização da importância do setor estatal é destacada por Alberts (1983, p.29) ao revelar que existiam duas principais fontes de financiamento, Banco de Moçambique (BM) e o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD). Segundo o autor, enquanto o Banco de Moçambique não concedia nenhum crédito às cooperativas, o Banco Popular de Desenvolvimento destinou 84% do seu crédito para as *machambas* estatais, 8% para o setor das cooperativas e o restante foi para o setor privado, incluindo as empresas agrícolas, no ano de 1977. Grande parte do crédito do Banco de Moçambique foi destinada para as grandes empresas agrícolas que apresentavam problemas de liquidez.

Mackintosh e Wuyts (1987) analisando a distribuição geral de crédito para os quatro setores, constataram que de 1977 a 1983, cerca de 90% do investimento agrícola destinou-se para o setor estatal, 2% para o cooperativo e virtualmente nada para o setor familiar⁸¹. A não inclusão do setor familiar no apoio financeiro visava, de certa forma, impedir que este setor se desenvolvesse, ao mesmo tempo em que se acreditava que era um setor atrasado e que com o tempo passaria para o cooperativo.

O governo apresentava inquietações com relação aos níveis de produção⁸², tanto para o mercado interno como para a exportação, pois era um momento de crise, em que os agricultores colonos haviam abandonado o país, a nova política econômica era menos atraente ao investimento estrangeiro, o país havia colocado sanções econômicas contra o

⁸¹É importante destacar que mesmo apesar do Estado ter direcionado grande parte do seu investimento para o setor estatal, constata-se que em 1982 este representava apenas 4% da área cultivada e o setor cooperativo 1%. A maior parte da área cultivada estava na posse das famílias rurais, com cerca de 93%. O setor familiar era responsável pela produção de cerca de 79% da produção agrícola e cerca de 10 milhões de moçambicanos dependiam desta atividade (ALBERTS, 1983, p.20).

⁸²Os níveis de produção agrícola que o país apresentava eram insatisfatórios, o que levou o III Congresso a deliberar que até ao ano de 1980 se deveriam alcançar os números de produção pré-independência (ALBERTS, 1983).

regime de minoria branca da Rodésia do Sul (atual Zimbábue) em função das deliberações das Nações Unidas e a África do Sul reduzira drasticamente o número de contratados moçambicanos para trabalhar nas minas de ouro e de carvão⁸³. Esses fatores provocaram uma redução na produção agrícola ao mesmo tempo em que se reduziu drasticamente o principal suporte econômico, fornecido pela prestação de serviços aos dois países vizinhos. Para solucionar essa crise e, atendendo à ideologia do partido, o III Congresso definiu a estatização da economia como o caminho viável para a superação da crise e para fugir do subdesenvolvimento.

A mecanização da agricultura, a exploração de largas extensões de terras⁸⁴, a formação de proletários que pudessem ser incorporados às empresas estatais e a transformação do setor da agricultura familiar em cooperativo se tornaram a prioridade do governo. Para isso, o governo investiu bastante nas empresas agrícolas estatais e muito pouco nas cooperativas. As cooperativas deveriam ter tido o apoio do setor estatal, principalmente em fatores e instrumentos de produção, ao mesmo tempo em que contariam com a participação "voluntária" dos agricultores familiares.

Seu processo de criação das cooperativas estava associado à história da conquista da independência nacional. Alberts (1983) e o Centro de Estudos Africanos (1979) evidenciam três principais fatores na origem das cooperativas: (i) as *machambas* abandonadas pelos colonos em decorrência da independência que numa primeira fase foram ocupadas pelos agricultores familiares que passaram a cultivar coletivamente⁸⁵; (ii) as cooperativas coloniais, que também com a independência passaram a ser exploradas coletivamente pelos agricultores familiares; (iii) e os processos de mobilização promovidos pelas estruturas administrativas do Estado, como forma de se beneficiar com o apoio estatal (CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, 1979, 1983; CASTEL-BRANCO, 1984).

O processo de evolução da formação de novas cooperativas foi relativamente acelerado, mas nem sempre acompanhou a evolução das aldeias comunais, visto que pelo menos em cada aldeia comunal deveria existir uma cooperativa. Analisando as

⁸³ Segundo Araújo (1989, p.65), em 1975 a África do Sul recrutou cerca de 118030 trabalhadores moçambicanos e em 1977 o valor baixou para 41394 moçambicanos. O número de contratados continuou a baixar e, em 1983 foi de 39731 trabalhadores.

⁸⁴ São exemplos os casos dos Complexos Agro-industrial de Angónia (Tete) e do Limpopo (GAZA) dominados por explorações estatais. O Centro de Estudos Africanos (1983) refere que em 1979 o Complexo Agro-Industrial de Angónia aumentou a área de exploração herdada do período colonial, passando a ocupar áreas de agricultores locais.

⁸⁵ Com o tempo, algumas dessas áreas foram apropriadas pelo Estado, passando a fazer parte das *machambas* estatais.

informações apresentadas por Araújo (1989) pode-se perceber que a relação cooperativa e aldeia comunal nem sempre foi positiva, tanto que em 1978 existiam 857 aldeias comunais em todo país e, nesse mesmo ano existiam apenas 180 cooperativas. Para o ano de 1982/83, o número de aldeias cresceu para 1362 e o de cooperativas passou para 375. A distribuição geográfica também foi irregular e observaram-se casos em que existiam aldeias sem nenhuma cooperativa, aldeias com mais de uma cooperativa, ou cooperativas não integradas a uma aldeia comunal.

O crescimento lento das cooperativas, se comparado ao ritmo de crescimento das aldeias comunais, também pode estar associado ao fato desta forma de produção não responder às necessidades dos camponeses. Isto porque a produção e a produtividade eram baixas⁸⁶, mesmo se comparada com a da agricultura familiar⁸⁷. Esta era uma forma de produção que não fazia parte da característica do agricultor familiar "formatado" pelo processo de colonização. Essa herança colonial desempenhou um papel significativo na inserção real dos camponeses nas cooperativas, pois a necessidade do camponês ter o domínio completo da sua produção era fundamental⁸⁸, ao mesmo tempo em que o agricultor familiar precisava do trabalho assalariado⁸⁹ como uma forma de garantir a sua reprodução social⁹⁰.

A relação que o agricultor familiar mantinha com o mercado havia se consolidado durante o período de colonização e, a socialização do campo pretendia manter o agricultor familiar apenas dependente das relações sociais e econômicas que se

⁸⁶Num estudo realizado por Alberts (1983) constata-se que em média os agricultores apenas cultivavam nas *machambas* da cooperativa uma área de cerca de 0,2 hectares. O Centro de Estudos Africanos (1983) refere que a dependência que se mantinha em relação ao apoio que o Estado fornecia às cooperativas era significativo, chegando a registrarem-se casos em que quando o apoio demorava a chegar, os agricultores não trabalham.

⁸⁷Almeida Serra (1991) faz uma comparação entre a produtividade do setor cooperativo e o familiar, mostrando que a produtividade do segundo era duas vezes maior que o do primeiro.

⁸⁸Veja Almeida Serra (1991).

⁸⁹As transformações introduzidas nos modos de produção do agricultor familiar pelo sistema colonial acabaram por deixá-lo dependente do trabalho assalariado, não só como fonte de pagamento do imposto, mas também como uma fonte de obtenção de bens de produção (charrua, bois, sementes) e bens de consumo (capulanas, sabão, açúcar, petróleo, etc.), a ponto do estudo realizado pelo Centro de Estudos Africanos (1979) considerar que a família rural precisava do mercado para se reproduzir.

⁹⁰A ideologia do partido considerava que ao se transformar o setor agrícola familiar no setor cooperativo, os agricultores familiares não precisariam ter um trabalho assalariado. No geral, as cooperativas e as aldeias comunais eram espaços onde se consideravam que o agricultor familiar encontraria todas as condições necessárias para o desenvolvimento da ideologia socialista, sem a "exploração do homem pelo homem". Assim, haveria a união entre o camponês e o operário. Desta forma, os camponeses encontrariam emprego nas *machambas* estatais. Porém, isso não chegou a acontecer, as empresas estatais não foram capazes de fornecer emprego seguro e estável, isto é, a maior parte delas empregava sazonalmente, optaram pelas monoculturas e por uma relativa mecanização da agricultura, seguindo a mesma receita das empresas agrícolas coloniais (vide CASTEL-BRANCO, 1984; CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, 1983; 1979).

poderiam desenvolver nos espaços do povoamento agrupado, as aldeias comunais. Essa tentativa se baseava na capacidade do setor cooperativo e estatal conseguir absorver a mão de obra liberada do setor familiar. Porém, tanto as empresas estatais como as cooperativas não conseguiram absorver a mão de obra existente e, nem conseguiram dar o apoio necessário ao setor cooperativo para que obtivessem maiores rendimentos que o da agricultura familiar. Estudos realizados no distrito de Angónia e província de Gaza vieram demonstrar que tanto os pequenos como os médios agricultores que poderiam encontrar nas cooperativas um "balão de oxigênio", não aconteceu, visto que em muitos casos esses setores de atividades concorriam no acesso à mesma mão de obra, tinham um fraco apoio do Estado⁹¹ e apresentavam uma fraca organização interna. (CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, 1979; 1983; CASTEL-BRANCO, 1984).

Muitas cooperativas foram criadas, principalmente, como forma de se atingir os números definidos pelas administrações provincial ou nacional, podendo, a partir delas, avaliar o nível de socialização do campo⁹². Há exemplo de cooperativas criadas em que os cooperativistas não se consideravam como parte integrante dela⁹³, apenas respondiam aos apelos das autoridades administrativas⁹⁴ e, viam nelas uma forma de conseguir o apoio que o Estado canalizava às mesmas⁹⁵. Essa atitude encontra-se refletida, muitas vezes, nos casos em que se registram aumento no número de cooperativistas, mas a área e a produtividade continuavam a ser baixas⁹⁶.

Os agricultores familiares integrados ao projeto de socialização do campo tinham que gerir os espaços de produção reservados à agricultura familiar e os

⁹¹Para além do investimento direcionado para este setor, constata-se que muitas vezes o apoio demorava a chegar - pois os recursos disponíveis, como os tratores eram insuficientes para responder aos setores estatal, privado e cooperativo - e os setores desenvolviam os mesmos tipos de cultura, o que tornava difícil atender a todos os setores ao mesmo tempo. Isso foi agravado pelo fato das cooperativas tornarem-se fortemente dependentes do uso da maquinaria das empresas estatais (Centro de Estudos Africanos, 1983; CASTEL-BRANCO, 1984, ARAÚJO, 1989, ALMEIDA SERRA, 1991).

⁹²Leia Castel-Branco (1995).

⁹³"A cooperativa de Angónia é normalmente vista mais como uma '*machamba* do partido' do que como projeto para transformar a organização da agricultura familiar" (CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, 1983, p.28).

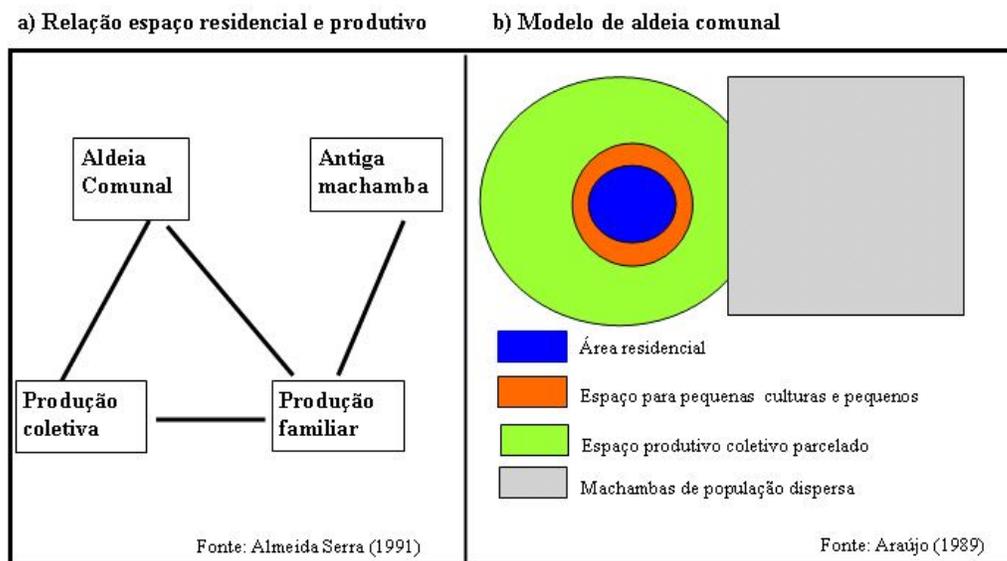
⁹⁴Um estudo realizado em Angónia, um dos distritos da província de Tete, pelo Centro de Estudos Africanos (1983, p.32) refere que "A direção da cooperativa foi indicada pelo atual secretário do grupo dinamizador [pessoal da estrutura administrativa do partido] do povoado como resposta ao apelo lançado em todo o distrito pelas estruturas partidárias, e com base no argumento de terem que ser os melhores camponeses do povoado, o que lhes ia permitir assegurar o seu funcionamento". Num outro estudo realizado na província de Gaza por Castel-Branco (1984, p.42), é possível encontrar cooperativas que tiveram essa origem, como é o caso da cooperativa Josina Machel, criada em finais de 1978, em que o seu surgimento deve-se ao "cumprimento da palavra de ordem do Partido de organizar o trabalho coletivo".

⁹⁵Castel-Branco (1984, p.42) constatou que no ano de 1978 "os camponeses foram mobilizados para a cooperativa para 'termos mais terra, sermos mais a trabalhar e recebermos o apoio do Estado'".

⁹⁶Estudos realizados pelo Centro de Estudos Africanos (1979; 1983), Castel-Branco (1984) e Araújo (1989) elucidam melhor isso, tomando como base as três regiões do país.

reservados a agricultura coletiva. Essa gestão também tinha implicações no tempo gasto e no esforço a ser dividido para a produção em cada um desses espaços. Araújo (1989) e Almeida Serra (1991) destacam que os agricultores não abandonaram as áreas anteriores de exploração da agricultura familiar, mesmo quando as aldeias comunais ofereciam esse espaço (figura 3). Para além das distâncias que deveriam ser percorridas entre a antiga *machamba* familiar e as providenciadas pelas aldeias comunais, os agricultores familiares tinham que encontrar no interior da família a divisão sexual e etária das atividades, isto é, um membro deveria trabalhar na *machamba* coletiva e o outro trabalhar na *machamba* familiar e/ou ser assalariado.

Figura 3. Organização espacial das aldeias comunais e a relação espaço residencial e produtivo



Dependendo da importância que a cooperativa desempenhava no agregado familiar e das características herdadas do processo de colonização, constata-se que ou eram as mulheres que mais trabalhavam nas *machambas* coletivas ou eram os homens. No Sul e Centro do país constatou-se que as cooperativas eram dominadas por mulheres, enquanto os homens se dedicavam ao trabalho assalariado, quer seja na África do Sul, quer na *machamba* de outro agricultor ou ainda no espaço urbano. No norte, a situação era contrária, as cooperativas eram dominadas pelos homens. Isso pode ser explicado pelo fato das cooperativas desenvolverem culturas de exportação, gerando rendimento, o que mantinha os homens no comando desta atividade enquanto as mulheres se dedicavam a agricultura de subsistência (ARAÚJO, 1989; ALMEIDA

SERRA, 1991; CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, 1979, 1983; CASTELBRANCO, 1984).

Apesar das cooperativas não responderem aos objetivos pelos quais foram criadas, como o aumento da produção e a transformação do setor familiar para o cooperativo, as mesmas desempenharam, em muitos casos, uma importante fonte de recurso para os associados. Essa seria a razão para a presença de agricultores, principalmente os pequenos e os médios, cada um com as suas necessidades. Se para os agricultores médios essa era uma fonte de obtenção de bens e instrumentos de produção que escasseavam no mercado local, para os pequenos era a possibilidade que eles tinham de espreitarem a sorte de um trabalho nas *machambas* dos agricultores médios ou mesmo, se beneficiarem em casos de problemas sociais gerados por morte ou doença na família (CASTELBRANCO, 1984).

4.3. A falência do projeto socialista

Após os primeiros anos da independência mergulhados numa crise econômica, foi a partir de 1978 que os esforços do governo da FRELIMO começaram a dar resultados, ainda modestos ao nível dos indicadores econômicos, mas bastante importantes para se projetar um futuro mais ambicioso. Se os indicadores econômicos ainda apresentavam uma melhoria modesta, os indicadores sociais apresentavam resultados bastante significativos, pois o número de estabelecimentos de ensino e de saúde, bem como do pessoal que se beneficiou desses serviços mais que duplicou em cerca de três anos.

Hermele (1988) e Braun (1988) destacam que o crescimento modesto da economia havia chegado a níveis esperançosos em 1980 e 1981 e, foi nessa mesma década que se aprova o Plano Prospectivo Indicativo (PPI) que tinha como meta tirar o país do subdesenvolvimento em dez anos. Hermele (1988) destaca que as esperanças do plano alicerçavam-se, em parte, no fato do Zimbábue ter alcançado a independência em 1980, o que permitia retomar as relações comerciais e encerrar o apoio a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO)⁹⁷, já que esse país era o principal financiador desse movimento. Hermele, analisando o desempenho dos indicadores econômicos, constatou que

... a tendência da subida foi conjuntural, não tendencial, e foi basicamente causada por uma combinação de ótimas condições climáticas depois de

⁹⁷ Movimento que liderou a luta contra o regime da FRELIMO.

vários anos de cheias, término das hostilidades com a Rodésia e o aumento de importações devido à disponibilidade de linhas de crédito, especialmente vindas dos países da OECD, como a França e a Itália (HERMELE, 1988, p.10).

As esperanças no projeto socialista encontravam entraves por falta de parceiros para financiar o PPI, pois os seus "parceiros naturais" (os países socialistas) passavam por crises financeiras e sem condições para apoiarem financeiramente o projeto desenvolvimentista moçambicano. A não aceitação de Moçambique como membro do COMECON⁹⁸, excluía-o das linhas de crédito por essa via e, tornava o país cada vez mais dependente da África do Sul e também dos países capitalistas europeus. A possibilidade de um autofinanciamento, que era uma das possibilidades de execução do PPI, também se tornava inviável (HERMELE, 1988; BRAUN, 1988; MARSHALL, 1990; 1992?). Para Marshall,

Nos anos 70 Moçambique estava em posição de financiar o seu crescimento econômico por intermédio de uma mistura de exportações, ajuda externa e a grande diferença entre os preços de mercado de ouro e o preço estipulado no acordo Moçambique-África do Sul para recompensa pelos trabalhadores emigrantes. Mesmo quando em 1978 a África do Sul denunciou unilateralmente o acordo, Moçambique continuou a financiar o seu crescimento econômico por intermédio de exportações e vendas das reservas de ouro. Contudo, no início dos anos 80 Moçambique tinha acumulado uma considerável dívida. Enfrentava quedas enormes nas receitas resultantes da exportação assim que a guerra e os problemas de gestão invadiam as zonas rurais, reservas de ouro eram esvaziadas e se precisava cada vez mais de divisas para financiar a guerra e os preços cada vez mais elevados do petróleo e dos bens importados (MARSHALL, 1992? p. 67).

As condições financeiras deterioravam-se a cada ano que passava, tornando-se impossível sustentar o projeto desenvolvimentista moçambicano. Os dados da tabela 7 demonstram o quanto a situação econômica se degradava. Braun (1988) e Marshall (1992?) mostram que o crescimento econômico chegou a ser negativo. Marshall (1992?) aponta que em 1985 o crescimento econômico chegou a ser de menos 20%. Apesar dos esforços do país para reverter a tendência dos indicadores econômicos, determinados fatores colocavam em xeque todos os esforços do governo, tais como:

- O posicionamento da África do Sul com vista a desestabilizar a economia moçambicana que iniciou com cortes no número de moçambicanos contratados para trabalhar no seu país e em 1978 deixou de pagar em ouro ao governo moçambicano; o número de turistas sul-africanos com destino a Moçambique parou abruptamente logo depois da independência; o uso do corredor do Limpopo (Maputo) reduziu para menos de 20% (BRAUN, 1988); com a independência do Zimbábue passou a ser o principal financiador da RENAMO;

⁹⁸ O Pedido de Moçambique para ser membro do COMECON foi recusado em 1983.

- A intensificação da guerra civil na década de 80, afetou significativamente a economia do país; a RENAMO⁹⁹ chegou a reduzir a frota de caminhões para 16% se comparado com o nível existente antes da independência; destruiu cerca de 45% da rede escolar e cerca de 31% da rede de saúde e metade da rede comercial rural (HERMELE, 1990); destruíram as bases para o desenvolvimento dos espaços rurais, afetaram a produção agrícola e deslocaram milhares de moçambicanos, tanto para as áreas urbanas, consideradas seguras, como para países vizinhos;
- A combinação de uma seca severa (com implicações nos níveis de produção) com a aplicação de políticas agrícolas equivocadas (com impactos nos níveis de produção, tanto para o consumo como para a exportação) que inviabilizou o equilíbrio na balança de pagamentos; os equívocos nas políticas agrárias foram reconhecidos pelo governo somente quando da realização do IV Congresso da FRELIMO, em que se criticou a marginalização do agricultor familiar que sempre desempenhou um papel importante na contribuição da produção para exportação e para o consumo interno;
- A conjuntura internacional, marcada por um processo de mudanças globais provocadas pela crise do petróleo, pela imposição de políticas neoliberais principalmente em países que atravessavam a crise da dívida; e pela falência do projeto socialista, liderado pela Ex-URSS, provocaram impactos significativos no financiamento para o projeto desenvolvimentista moçambicano.

Tabela 7: Anatomia de um colapso econômico 1973 - 1986 (Índice 1973 = 100)

	1973	1980	1986
Produção industrial	100	77	35
Produção agrícola comercializada (volume)			
Caju	100	45	20
Algodão	100	45	7
Milho	100	54	18
Arroz	100	79	55
Exportação de mercadorias	100	122	34
Receitas de serviços	100	79	55
Importação de mercadorias	100	232	157
Despesas de serviços	100	79	293

Fonte: HERMELE (1990)

⁹⁹ Em abril de 1988 o Departamento dos Estados Unidos da América acusou oficialmente este movimento de ser responsável por um dos mais brutais holocaustos contra o ser humano desde a Segunda Guerra Mundial (BRAUN, 1988).

Em face desses constrangimentos, segundo Hermele (1990), o país se encontrava no seu limite, pois os lucros obtidos nas transações internacionais eram absorvidos pelo serviço da dívida externa, significando que o país precisava encontrar novas soluções. Para o autor estas soluções passavam pela obtenção de fontes financeiras alternativas ou por acordos com os credores para a renegociação da dívida pendente. Todavia, a aplicação dessas soluções estava condicionada às mudanças significativas na política econômica, onde só com a introdução de políticas neoliberais seria possível garantir a aplicação da solução para a retomada do crescimento econômico do país.

O partido sabia que a evolução econômica apresentaria tendência inversa a partir do momento que reformas econômicas e sociais fossem introduzidas. O IV Congresso da FRELIMO, realizado em 1983 demonstrou que a ideologia do partido precisava se ajustar ao novo cenário internacional e submeter-se aos ditames das agências multilaterais de financiamento. Marshall (1992?) argumenta que no mesmo ano de realização do congresso da FRELIMO o país já havia gasto todos os ganhos em moeda externa, não existindo divisas para gastar no pagamento de importações de vital importância, como os combustíveis, bens de consumo básico e medicamentos. Em 1984 o país se declara falido, "solicitando aos seus credores o reescalonamento das suas dívidas, adiantamento dos pagamentos dos empréstimos e juros de 1983-86 até 1991-98" (MARSHALL, 1992? p.3). Marshall e Hermele destacam que esse apoio foi condicionado à assinatura de um acordo com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Hermele (1990) acrescenta que os EUA foram mais longe, ao exigirem que o país entrasse num acordo com a África do Sul, como forma de ganhar o apoio alimentar (que era fundamental, face ao agravamento da seca na região Sul do país), em créditos e donativos dos Estados Unidos.

Como resultado das exigências dos principais credores internacionais¹⁰⁰, o país assina um acordo de boa vizinhança e não agressão com a África do Sul. É o acordo de Nkomati, assinado em março de 1984, e em setembro do mesmo ano é assinado o acordo de adesão às instituições do FMI e do BM. A assinatura desse acordo representou a derrota da ideologia política da FRELIMO (e do seu governo), que deixaria de apoiar o ANC (movimento que lutava contra o apartheid na África do Sul), como também crucificou as esperanças de condução de um projeto socialista. É importante destacar que não é o IV Congresso da FRELIMO que vem mudar o

¹⁰⁰ Cerca de dois terços da dívida de Moçambique pendente eram dos credores ocidentais (HERMELE, 1988)

posicionamento do partido, apesar deste se apresentar como um marco, mas foi a partir dele que formalmente se pode apreender que o partido estava a passar por algumas reformas impostas de fora. Embora o acordo fosse parte das exigências externas, constata-se que o país pretendia obter, de acordo com Hermele (1988) e Braun (1988):

- O encerramento do apoio da África do Sul ao movimento de guerrilha, a RENAMO, ao mesmo tempo em que se pretendia que a África do Sul deixasse de interferir nos assuntos internos de Moçambique;
- O restabelecimento dos laços de ótimas relações comerciais entre os dois países, ativando os antigos acordos comerciais, como o de fornecimento de mão de obra e de uso dos serviços de portos e estradas de ferro. Também pretendia criar um ambiente de investimento favorável a presença do capital sul-africano;
- Apoio alimentar e abertura de linhas de crédito que pudessem viabilizar os projetos nacionais. A renegociação da dívida também era fundamental, pois o país mostrava-se incapaz de cumprir com as suas obrigações internacionais e necessitava de mais créditos.

Hermele (1988) refere que dentre os objetivos que a FRELIMO pretendia obter a partir do acordo, apenas o último foi alcançado, pois a assistência humanitária que o país havia solicitado aumentou significativamente, já que a assistência integral estava limitada à assinatura do acordo.

Depois das alterações engendradas pelo governo da FRELIMO, as condições se encaminhavam para a introdução dos Programas de Ajustamento Econômico (PAE's), que em Moçambique tiveram a designação de Programas de Reabilitação Econômica (PRE). É preciso ressaltar que depois da realização do IV Congresso, quando foram introduzidas algumas mudanças de enfoques, com especial destaque para valorização do agricultor familiar e da importância do setor privado na economia, o país aprova, no ano seguinte, a Lei do Investimento Estrangeiro, possibilitando a incursão de capital estrangeiro, com focagem para o de origem dos países capitalistas. Braun (1988) refere que de 1984 a 1986 foi introduzido um "programa Econômico" que consistiu em:

- reestruturação das autoridades governamentais, que se materializou na descentralização do planejamento e das estruturas executoras, transferindo-se o poder de tomada de decisão para os níveis provinciais e distritais;
- racionalização dos gastos do governo, introduzindo-se um novo sistema de alocação de recursos e aumento da produtividade das empresas estatais;

- distribuição de terra para as cooperativas, agricultores familiares e agricultores privados;
- maior atenção ao desenvolvimento e promoção de pequenas indústrias ligadas aos bens de consumo local, usando recursos e produtos do mercado local. Essa virada visava transitar do antigo projeto que dava mais ênfase aos projetos de desenvolvimento de grande escala;
- fortalecer o setor privado na agroindústria e comércio. Aplicação do *joint venture* com o capital estrangeiro em todas as áreas de produção, especialmente no setor de exportação.

A implementação de pré-reformas era importante para que os parceiros internacionais obtivessem as garantias de que o país estava pronto para mudar a política econômica. Ainda existiam dúvidas se o país poderia realmente mudar, pois apesar de continuar a introduzir algumas reformas econômicas, o país permanecia de orientação socialista. Quando o governo ofereceu as indicações necessárias de sua virada, introduzindo políticas econômicas defendidas pelos países capitalistas ocidentais, é introduzido o PRE e, a ajuda internacional voltou a crescer significativamente.

Em janeiro de 1987 é introduzido o PRE, dando continuidade ao conjunto das reformas que já estavam em andamento. O Banco Mundial indicava a liberalização e a privatização como sendo os fatores chaves para que se obtivesse um rápido e eficiente crescimento econômico a curto e médio prazo (MARSHALL, 1992? 1990; CASTELBRANCO, 1995). A principal preocupação dessas instituições multilaterais era implantar o domínio das forças do mercado no jogo social e econômico, aproveitando a ocasião para destruir toda e qualquer possibilidade do país voltar a reintroduzir o modelo socialista. Marshal (1992?) refere que em tempos de guerra, como era o caso moçambicano, os países normalmente adoptam "a centralização e a regulação dos preços como meio de preservar os níveis básicos de consumo enquanto ao mesmo tempo acumulam e liberam recursos para manter a guerra", porém, esta opção não foi oferecida a Moçambique. O programa de ajustamento estrutural era idêntico ao aplicado em países africanos que não estavam em guerra, como a Tanzânia e Zâmbia.

Hermele (1990) refere que o PRE aplicado em Moçambique tinha os seguintes objetivos:

- reverter o declínio da produção e restaurar um nível mínimo de consumo e rendimento para toda a população, particularmente nas áreas rurais;

- reduzir substancialmente os desequilíbrios financeiros internos e reforçar as contas externas e as reservas;
- aumentar a eficiência e estabelecer as condições para um regresso a níveis mais altos de crescimento econômico, logo que a situação de segurança e outras limitantes exógenas tenham melhorado;
- reintegrar os mercados oficiais e paralelos; e
- restaurar a disciplina das relações financeiras com parceiros comerciais e credores

As medidas adotadas para responder as reformas econômicas segundo Hermele (1988), Braun (1988), Marshall (1992?) e Castel-Branco (1995) foram: (a) a moeda moçambicana (metical) foi desvalorizada de modo a refletir o seu real valor. O valor cambial do metical chegou a se aproximar do valor de câmbio do mercado paralelo, que durante anos anteriores havia se consolidado como uma fonte de obtenção de bens (e serviços?) que escasseavam no mercado oficial; (b) o déficit orçamental do Estado foi restringido, com especial enfoque para o corte de subsídios aos consumidores, principalmente urbanos, que se beneficiavam de preços subsidiados para determinados produtos alimentares. Também foram cortados gastos com as empresas estatais, forçando as mesmas a financiarem o seu investimento através do sistema bancário; (c) o número de preços fixados pelo governo foi reduzido significativamente e o comércio particular foi liberado. Esta medida visava encorajar os agricultores a produzirem mais, pois os preços não seriam mais tabelados; e, (d) a participação do Estado na economia passou a ser reestruturada, com implicações no processo de privatização das atividades do Estado em todas as esferas econômicas.

Em geral, as transformações econômicas promovidas visavam fomentar a exportação de produtos primários para equilibrar a balança de pagamentos e permitir que o país conseguisse arrecadar divisas que lhe possibilitassem cumprir com as suas obrigações internacionais e financiar os seus projetos de desenvolvimento. É, por esse motivo, que autores como Hermele (1988), Braun (1988) e Banco Mundial (1991) argumentam que o PRE deu prioridade aos agricultores em detrimento dos cidadãos. Porém, Mosca (2011) e Castel-Branco (1995) apresentam algumas ressalvas quanto a esse posicionamento do PRE. Para Mosca (2011),

Estas afirmações são apenas parcialmente verdadeiras. Na prática, a estrutura produtiva é maioritariamente de produtores de pequena escala que não influencia as cadeias de valor dos produtos agrícolas após a produção primária, e portanto não retêm a acumulação no setor. Os preços aos

produtores são praticados por comerciantes ou industriais que muitas vezes estabelecem e acordam os preços entre si ou por meio do Estado, bem como as condições de entrega dos produtos. Foram beneficiados pelas reformas, as grandes empresas produtoras de bens exportáveis ou as que adquiriram os produtos aos camponeses e realizavam uma ligeira transformação para facilitar ou permitir as exportações. Os efeitos da desvalorização sobre as grandes empresas devido à importação de inputs foi inferior aos benefícios obtidos pelo reflexo do novo preço sobre as exportações (MOSCA, 2011, p.13).

Como bônus pela adoção dos programas de ajustamento estrutural, o país se beneficiou de um reescalonamento no pagamento da dívida e recebeu a assistência por parte do FMI, Banco Mundial e dos doadores bilaterais. Marshall (1992? p.9) indica que em "junho de 1987 Moçambique recebeu os termos de reescalonamento mais favoráveis jamais oferecidos pelo Clube de Paris, consistindo no alargamento do período de pagamento para 20 anos com 10 anos de período gratuito".

Após a implementação do PRE, os resultados econômicos começaram a ser visíveis logo no primeiro ano de sua aplicação. O crescimento econômico que vinha sendo negativo passou a ser positivo. Para o Banco Mundial (1991), o crescimento positivo é resultado de um aumento substancial na produção agrícola, desenvolvida pelos agricultores familiares e do setor privado, como efeito do incentivo para o melhoramento dos preços e para o aumento do fluxo de consumo de bens com a recuperação da atividade da indústria leve como resultado das importações que apresentavam preços encorajadores.

Observando a tabela 8 é possível perceber que a aplicação do PRE teve implicações significativas no nível do crescimento econômico, deixando de ser negativo, porém ao nível do PIB *per capita* constata-se que o mesmo foi decrescendo, chegando ao nível mais baixo ao final da primeira fase de implementação do PRE. Na publicação do Banco Mundial de 1991 é possível constatar que o relatório evidencia apenas as melhorias nos indicadores econômicos depois da implementação do PRE, pois esses eram os seus principais objetivos. O relatório demonstra que os ganhos orçamentais que rondavam os 13,3% do PIB em 1987 passaram para 22,3% em 1990 e o déficit corrente no orçamento caiu de 12% do PIB em 1986 para 3,3% do PIB em 1990 (BANCO MUNDIAL, 1991).

Tabela 8. Indicadores econômicos selecionados

PNB per capita	1985 \$ ¹⁰¹ 164	1986 \$160	1987 \$121	1990 \$100
Crescimento anual	1983 -7	1984 -14	1985 -20	1987-89 +4

Fonte: Marshall (1992?)

Não obstante os avanços, o relatório do Banco Mundial (1991) reconheceu que Moçambique continuava a enfrentar inúmeros problemas estruturais e alguns estrangulamentos no crescimento econômico. A liberalização e a inclinação dos programas para incentivar a produção agrícola não tinham dado os resultados esperados, visto que a produção agrícola ainda não tinha alcançado os níveis de 1982. O relatório justificava esse fato pelo contínuo deslocamento da população rural, insegurança e a rigidez dos preços e do mercado. Apontava alguns desafios para o país enfrentar, passando pela necessidade de reabilitação e reestruturação financeira do setor industrial; reabilitação de infra-estruturas e; formação de pessoal qualificado para a operacionalização das empresas comprometidas com a falta de gestores e técnicos qualificados. Ao nível das finanças públicas, o Banco Mundial destacou o fato de estarem bastante dependentes da ajuda externa e afetadas pelo crescimento da carga pesada do serviço da dívida externa.

Com a introdução do PRE e o avanço da guerra civil as condições sociais se deterioraram. Os ganhos sociais, principalmente ao nível da educação e saúde que haviam sido conquistados durante os primeiros 11 anos de independência foram anulados. Marshall (1992?) coloca que na educação o percentual de orçamento disponibilizado que se situava entre 17% e 19%, entre os anos de 1980 e 1986, caiu para 9% e na saúde, onde o valor máximo de orçamento alocado para este setor havia atingido a faixa máxima em 1981 com 11,9% decresceu para 5%. Esses decréscimos afetaram os planos de universalização desses serviços a todos os moçambicanos e, abriram condições para que o setor privado entrasse no mercado oferecendo esses serviços para quem pudesse pagar.

Dessa forma, o PRE precisava ser revisto, já que não havia beneficiado nem a população urbana, que para Hermele (1990) tinha sido a mais punida, e nem a população rural, que ainda não havia tirado os dividendos dessa direção do PRE. O PRE originou uma rápida estratificação social, com a reintrodução das desigualdades no

¹⁰¹ São valores em dólares americanos.

fornecimento dos serviços sociais básicos, criando os privilegiados e não privilegiados (HERMELE, 1990; MARSHALL, 1992?).

A aplicação do PRE também implicou nas transformações ao nível da ideologia do partido FRELIMO, que a partir da realização do seu V Congresso, em 1989, teve que abdicar de alguns dos princípios fundamentais que norteavam a sua ideologia. Hermele (1990) aponta que os dois importantes princípios abdicados foram; o papel dirigente do partido (que depois teve reflexos na Constituição de 1990) e o dever do Estado de fornecer o acesso igual e generalizado dos serviços sociais.

Em 1990 introduziu-se a componente social no PRE, denominado por PRES (1990-1992), como forma de suavizar os problemas sociais. Para o Banco Mundial (1991), a introdução da segunda fase do ajustamento teve como objetivo continuar a reduzir os desequilíbrios no financiamento externo e doméstico e estabilizar as bases para um crescimento sustentável, com prioridades direcionadas para um amplo desenvolvimento rural e aumento do foco no alívio à pobreza. Foram identificadas três prioridades para satisfazer as necessidades de cerca de dois terços da população que vivia na pobreza absoluta: (a) criar oportunidades de emprego para os mais pobres; (b) providenciar uma rede segura de transferência direta e indireta de renda para as famílias pobres que continuavam abaixo da linha estratégica desenhada para estimular o crescimento; e (c) criar um abrangente e prioritário programa de gastos que integre todos os programas de redução da pobreza.

4.4. As transformações do meio rural com a introdução das reformas econômicas

Após a realização do IV Congresso da FRELIMO, em que se manifesta claramente uma mudança nas estratégias a serem adotadas para as áreas rurais, as aldeias comunais deixam de fazer parte da agenda do partido e, conseqüentemente do governo. Os acordos assinados com as Instituições de Bretton Woods (IBW)¹⁰² e a introdução das pré-reformas evidenciavam que o país deveria abandonar o modelo socialista, ou seja, abandonar a estratégia de socialização do campo que se materializava na formação das aldeias comunais e de cooperativas de produção.

As recomendações desse Congresso que visavam impulsionar a agricultura do setor familiar e do setor privado, como forma de restituir a espinha dorsal da produção agrícola, responsável pelo volume das exportações nacionais, já não se enquadravam na

¹⁰² São constituídas fundamentalmente pelo Fundo Monetário Internacional e o Grupo Banco Mundial.

estratégia de socialização do campo. Como resultado disso, algumas aldeias sobreviveram como aglomerações populacionais que se beneficiavam das infra-estruturas, dos serviços sociais disponíveis, como também da segurança face ao conflito armado e da possibilidade de obtenção de parcelas de terras.

Segundo Mosca (2011) e Hermele (1988) a aplicação das pré-reformas permitiu a liberalização dos mercados e preços (principalmente das hortícolas, frutas e produtos pecuários de pequena espécie); permitiu que as empresas exportadoras gerissem parte das receitas em divisas e importassem diretamente equipamentos, fatores de produção, assistência técnica e que gerissem os serviços de segurança; eliminou a barreira interna de circulação dos produtos; e os agricultores do setor familiares e do privado se beneficiaram da distribuição da terra e de apoios de organismos internacionais como a USAID¹⁰³ que financiava o setor privado¹⁰⁴ e a cooperação norueguesa que apoiava o agricultor familiar.

Com a implementação do PRE, segundo Mosca (2011), a política para o setor agrário foi a “não política”, acreditando-se que as medidas de estabilização aplicadas dariam respostas positivas ao setor. Segundo o autor, a preocupação das IBW era (a) acelerar a privatização e promover o setor privado; (b) eliminar ou reduzir os subsídios ao setor estatal agrário; (c) liberalizar cada vez mais o mercado e os preços internos; (d) diminuir as tarifas alfandegárias e; (e) promover as culturas de exportação e a comercialização dos excedentes dos pequenos produtores. Esse conjunto de medidas favorecia o desenvolvimento de culturas voltadas para a exportação, reduzindo os custos para a sua produção, e como as importações estariam beneficiadas pelas tarifas alfandegárias baixas, teria impactos positivos no agricultor que se beneficiaria da liberalização dos preços e do protecionismo. Dessa forma, a agricultura era o setor que mais se beneficiava dessas medidas. Contudo, nem sempre esse raciocínio “lógico” das IBW se mostrava aplicável, como nos mostra Mosca (2011) ao demonstrar que as culturas de exportação eram dominadas por grandes plantações monopolistas. Por outro lado, as culturas de exportação apresentavam um peso relativo na estrutura produtiva e nos rendimentos dos diferentes agentes econômicos.

¹⁰³ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

¹⁰⁴ No trabalho de Halkes e Oppewal (1989) é possível perceber a preocupação dessa organização em criar e consolidar o setor privado em Moçambique, daí a sua preocupação em direcionar a sua política de apoio a agricultura e à formação do agricultor capitalista. Em uma das passagens desse trabalho constata-se o seguinte: “(...) Eles procuram os especuladores, pessoas que tinham ganhado muito dinheiro no mercado negro, e venderam-lhes tratores, sementes, e tudo o que eles precisavam. A agricultura familiar e os pequenos campones ficaram a ver navios. Assim, a USAID cria camponeses capitalistas” (HALKES; OPPEWAL, 1989, p.22).

A pressão exercida sobre Moçambique para privatizar as empresas estatais, em particular as empresas agrícolas, era grande e, em finais do período de implementação do PRE, em 1989, foi aprovada a legislação que trata da alienação e privatização do património do Estado, podendo passar a exploração direta da terra para empresas mistas, privadas ou do setor familiar. A importância da privatização dessas empresas está no fato delas ocuparem as melhores terras agrícolas do país, se localizar estrategicamente em função dos mercados e das vias de transporte, com acesso privilegiado à mão-de-obra, se beneficiarem dos sistemas de irrigação existentes no país e se localizarem em zonas militares seguras (MYERS; WEST; ELISEU, 1993). Como as empresas a serem privatizadas apresentavam um potencial para a produção, acreditava-se na sua aquisição por investidores interessados em culturas de exportação o que relançaria o equilíbrio na balança de pagamentos.

As recomendações do IV Congresso da FRELIMO priorizaram os agricultores familiares e o setor privado na aquisição de terras das empresas estatais, visto que passariam a ter um papel importante na nova estratégia de desenvolvimento rural (e agrário). Porém, apesar de algumas empresas agrárias estatais terem distribuído terra para os agricultores familiares, identificou-se uma mudança de focos do setor agrícola estatal para o setor agrícola de grande escala privado e/ou *joint venture*. O relatório encomendado pelo governo a Land Tenure Center da Universidade de Wisconsin-Madison, mostrou que tanto os pequenos agricultores como os deslocados de guerra estavam excluídos do processo de alienação, privatização e distribuição da terra das empresas agrárias estatais. O relatório mostra que "ao nível provincial, é frequente os funcionários que estão envolvidos na alienação de terras considerarem o setor dos pequenos produtores incapazes de utilizar de maneira produtiva a terra de antigas empresas estatais agrárias" (MYERS; WEST; ELISEU, 1993, p.34-24). Associado a isso, Castel-Branco (1995) destaca que com a aplicação do PRE registrou-se uma redução significativa das áreas das empresas estatais, que passaram de 140 mil hectares em 1982 para 67 mil hectares em 1990 e para 30 mil em 1991. Também se registrou a redução das empresas estatais para a metade. O autor destaca que os principais beneficiadores dessa realocação da terra foram as empresas estrangeiras ou mistas, os agricultores abastados nacionais, os altos dirigentes do governo e os oficiais desmobilizados das forças armadas de Moçambique.

Esse processo também esteve associado à aquisição para especulação devido à falta de segurança na posse da terra uma vez que a legislação de terras existentes não

oferecia as garantias necessárias. Com isso, vários investidores adquiriram a terra (ou as antigas empresas estatais), mas não investiram nelas, com medo de perderem por causa das ambiguidades que a legislação de terras continha (MYERS; WEST; ELISEU, 1993; MYERS, 1993)

De 1989 até 1991 foram aprovados vários decretos referentes à alienação e privatização. As IBW forçavam o governo a facilitar e a apressar esse processo, como forma de instituir uma outra sociedade, alicerçada nas relações (pro)capitalistas (ou de mercado). Em 1990 o projeto de privatização da terra foi rejeitado na aprovação da Constituição da República de 1990.

Em 1992 é assinado o Acordo Geral de Paz o que implicou no regresso dos refugiados, tanto daqueles que se refugiaram no estrangeiro como daqueles que se deslocaram para os centros urbanos. A procura por terra gerou conflito entre os potenciais atores: (a) agricultor familiar; (b) empresário nacional; (c) colono ou seu descendente; (d) igreja; (e) deslocado; (f) regressado; (g) chefe tradicional; e (h) empresário estrangeiro. Muteia (1996) e Myers (1993) demonstram a existência de conflitos de terra. A esse respeito Myers (1993, p.13) coloca que "é difícil precisar quanta terra no país está sob disputa, mas sabemos que está ocorrendo conflito de terra principalmente em locais onde têm investimentos privados".

A redução significativa da intervenção do Estado nas ações sociais e a introdução da economia de mercado em Moçambique foram as armas usadas pelas IBW e dos seus parceiros internacionais para colocar o país ao serviço do capital. Em 1993 o Estado foi forçado a retirar o seu apoio ao setor agrário, passando a destinar apenas 1% das suas despesas públicas a esse setor (veja WUYTS, 1996). O estudo solicitado pelo governo ao Land Tenure Centre vem nessa direção, aconselhando o governo a evitar entrar em empreendimentos mistos (*joint venture*) e a não se envolver nos processos de reassentamento pós-guerra, apenas deveria encorajar e autorizar as pessoas a reassentarem-se por si próprias (MYERS; WEST; ELISEU, 1993).

Em 1995 é aprovada a Política Nacional de Terras para atrair investimentos e minimizar os conflitos decorrentes do regresso dos deslocados de guerra. Esta política reconhece, por lei, os direitos consuetudinários e o papel exercido pelas lideranças locais na gestão da terra. Segundo Muteia (1996), abre espaço para existência de um sistema híbrido de acesso e posse da terra, oferece a possibilidade de se respeitar o acesso e posse da terra através dos métodos locais como também a política garante o acesso e segurança da posse de terra por meios formais, destinada principalmente para o

investimento privado (ou público). A Lei de Terras de 1997 veio a consolidar os "avanços" obtidos com a Política. A legislação ofereceu as garantias necessárias para a entrada do investimento estrangeiro no país.

A preocupação com o desenvolvimento rural e com políticas e/ou estratégias orientadas para o setor agrário foram marginalizadas. Se depois da realização do IV Congresso da FRELIMO, o objetivo era dar certa ênfase ao agricultor familiar, constatou-se que o mesmo não aconteceu, apenas ficou no discurso, pois na prática nenhuma estratégia e/ou política foi aprovada com esse propósito. O objetivo foi a agricultura de exportação, vista como fundamental para a captação de divisas.

Foi apenas com a introdução do Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN) em meados da década de 90 e a aprovação, em 2007, da Estratégia de Desenvolvimento Rural que se esboçaram políticas e/ou estratégias de desenvolvimento mais abrangentes, olhando para o espaço rural não apenas como espaço de desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

O MCRN é uma abordagem de desenvolvimento das áreas rurais, ajustado ao modelo neoliberal, e que dá enfoque à participação das comunidades rurais na gestão dos recursos naturais existentes nas "suas terras". Essa estratégia permite que as comunidades se tornem responsáveis pelos recursos existentes e lhes é atribuído "maior" poder de decisão sobre a forma do seu uso e que se beneficiem do mesmo. A introdução no país deveu-se a influência de organismos internacionais como a USAID e o Banco Mundial, que viam nessa estratégia a melhor forma de retirar a presença do Estado e abrir a possibilidade do setor privado entrar em parceria com as comunidades rurais ou mesmo, alienar a exploração de determinados recursos naturais responsáveis pela presença do investimento privado (MATOS, 2011 *grifos nossos*).

É a partir da realização do Seminário Nacional de Delimitação de Terras Comunitárias, ocorrido em agosto de 1998, na cidade da Beira, que o MCRN foi apresentado como a nova abordagem de desenvolvimento do espaço rural. Baseado na exploração dos recursos faunísticos e florestais, a estratégia encontrava embasamento nas legislações de Terras e de Florestas e Fauna Bravia. O regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia instituiu que 20% de qualquer taxa de exploração florestal ou faunística deverá se destinar ao benefício das comunidades onde é explorado o recurso. Os finais dos anos 90 e princípios do novo milénio foram marcados por uma correria na aplicação dessa estratégia de desenvolvimento rural, concebida como a que melhor

responderia ao uso racional dos recursos naturais e melhoraria a qualidade de vida das famílias abrangidas.

O sucesso dessa estratégia, segundo Matakala e Muchove (2001) e Matos (2011) encontra-se na capacidade de existência de recursos naturais que pudessem servir como fator de atração do investimento estrangeiro, tanto para uma exploração privada dos mesmos, através da realização de acordos com as comunidades para a sua exploração, como a partir da introdução de iniciativas de conservação dos recursos. Em muitos casos, ou em todos, esse último fator de atração esteve ligado a existência de uma área de conservação que por vários motivos o seu potencial fora destruído. Dessa forma, a falta de um potencial de recursos limitava que essa estratégia se generalizasse ao nível do território nacional.

A Estratégia de Desenvolvimento Rural, em linhas gerais, delinea o desenvolvimento rural a partir dos projetos âncoras com maiores efeitos multiplicador. A estratégia divide o país em regiões e define para a região sul a integração da agricultura aos projetos de turismo e indústria mineira. Para a região central a estratégia aposta nas áreas de agricultura, infra-estruturas, turismo de aventura e exploração mineira. E, para a região nortenha do país, a estratégia se atrela ao corredor de Nacala, como sendo o motor do crescimento da região, para além de apostar no turismo (MOÇAMBIQUE, 2007c). Apesar dessa estratégia se apresentar como mais abrangente, ela se concentra em grandes projetos e não na agricultura familiar, que de certa forma será afetada pela implantação desses projetos.

Independente desta virada na agricultura, principalmente a de exportação, constata-se que as reformas econômicas passaram a enfatizar o potencial dos grandes projetos baseados na exploração dos recursos naturais, assim como o papel que desempenharia o investimento direto estrangeiro e a atividade turística como a salvação dos problemas econômicos de Moçambique. Essa abertura beneficiou, inicialmente, mais os interesses sul-africanos, que passaram a investir significativamente em Moçambique¹⁰⁵. A dependência ao investimento direto estrangeiro abrange os

¹⁰⁵Castel-Branco (2003) argumenta que de 1990 até 2002 existiam 10 grandes projetos que absorviam o total de dois terços do IDE, concentrados na indústria e nos recursos minerais. Dos investimentos alocados na agricultura, constata-se que mais de 60% foi destinado as culturas de açúcar e algodão. Segundo o mesmo autor, a lista dos dez maiores projetos, em ordem de importância da absorção de investimento são: Mozal, Areias pesadas, Projeto ferro e aço, Complexo turístico Pemba Bay, SISA construções, Açúcar, madeira, cimento e cerveja. Quase todos esses projetos encontram-se associados ao interesse sul-africano, principalmente ao complexo mineral-energético sul-africano e as infra-estruturas necessárias à sua viabilização. Também controla todas as fábricas de cerveja existentes em Moçambique e três das quatro açucareiras.

programas de MCRN e a estratégia de Desenvolvimento Rural, que se encontra alicerçada na exploração de recursos naturais, tanto mineral-energéticos como turísticos.

Bellucci (2008) refere que na década de 90 o Ministério de Plano e Finanças de Moçambique realizou reformas institucionais para atrair investimentos estrangeiros, criando condições para que o retorno dos investimentos privados tivessem os mesmos riscos oferecidos por outros países. As transformações legislativas e institucionais que começaram a acontecer no país depois da revisão constitucional de 1990, vieram a criar as condições básicas para colocar o país numa economia de mercado e, dependente das decisões das agências internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. A necessidade de resolver o problema da dívida com os seus parceiros internacionais, de se ajustar a uma economia de mercado forte e capaz de sustentar as suas despesas públicas (isto é, menos dependente da ajuda internacional) contribuiu para a aposta nos megaprojetos como a solução básica. Castel-Branco (2008b) identifica alguns fatores que terão permitido ao país providenciar políticas que tornassem o espaço aberto aos megaprojetos, dentre eles: a) a pressão de organizações financeiras para o estabelecimento de um sistema de incentivos ao investimento não discricionário, o que conduziu o governo a ajustar a legislação das Zonas Francas Industriais¹⁰⁶ aos megaprojetos; b) as restrições monetárias que obrigaram o governo a virar-se para uma política de portas abertas ao investimento direto estrangeiro; c) a ansiedade com os indicadores macro-econômicos (investimento, crescimento e déficit da balança comercial); d) a inexperiência e a falta de informação; e e) a crença no potencial de desenvolvimento de projetos desse nível, sem o entendimento real das condições necessárias para a materialização de ligações.

A aposta aos megaprojetos apresentava-se como a melhor alternativa para responder aos anseios acima citados. Se por um lado os megaprojetos permitiriam contribuir para a redução da ajuda internacional ao Orçamento Geral do Estado, por outro geraria expectativa de melhoria no desempenho econômico, com contribuições ao

106"Área ou unidade ou série de unidades de atividades industrial, geograficamente delimitada e regulada por um regime aduaneiro específico na base da qual as mercadorias que aí se encontrem ou circulem, destinadas exclusivamente à produção de artigos de exportação, bem como os próprios artigos de exportação daí resultantes, estão isentos de todas as imposições aduaneiras, fiscais e para-fiscais correlacionadas, beneficiando, completamente, de regimes cambial, fiscal e laboral especialmente instituídos e apropriados à natureza e eficiente funcionamento dos empreendimentos que aí operem, particularmente no seu relacionamento e cumprimento das suas obrigações comerciais e financeiras para com o exterior, assegurando-se, em contrapartida, o fomento do desenvolvimento regional e a geração de benefícios econômicos em geral e, em especial, de incremento da capacidade produtiva, comercial, tributária e de geração de postos de trabalho e de moeda externa para o país" (MOÇAMBIQUE, 1993, p. 122-(8)).

nível social. Para materializar esses objetivos, o governo aprovou em 1993 o Regulamento das Zonas Francas Industriais, onde projetos de capital intensivo, como a Mozal (fundição de alumínio), Kenmare (extração de areias pesadas), Sasol (exploração de gás de Pande e Temane), Vale e Rio Tinto (extração de carvão mineral) e outro pudessem operar em regime de condição especial, dentre eles as isenções fiscais.

Os impactos dos megaprojetos começaram a ter efeito no ano em que a Mozal, o primeiro megaprojeto de capital estrangeiro começou a operar, tendo alterado substancialmente a produção interna¹⁰⁷. A Mozal começou a funcionar em 2000 e no ano seguinte superou os três quartos das exportações industriais (Castel-Branco, 2003). Um estudo realizado pela AfDB, OECD, UNDP e UNECA (2012), evidenciava o fato de mais de metade das exportações moçambicanas em 2010 estarem concentradas no alumínio e, 15 produtos de exportação apresentaram valores anuais superiores a 1 milhão de dólares. Inclui-se aqui os tradicionais produtos como o caju, camarão, copra, açúcar e algodão. O mesmo estudo prevê que as exportações do carvão superarão o alumínio como o principal produto de exportação.

A crença nos benefícios econômicos e o seu impacto no campo social aticavam o desejo do governo em apostar a base do crescimento econômico nacional a partir dos megaprojetos, pois os mesmos apresentam um forte impacto no PIB, alguns com implicações na balança comercial, permitindo reduzir a dependência aos apoios internacionais. Pressupunha-se que os mesmos projetos dinamizariam a economia nacional e gerariam novos postos de trabalho. Bellucci (2008) refere que os estudos realizados pelo Ministério do Plano e Finanças de Moçambique, formado por consultores de Harvard University, apontavam o fato desse tipo de projeto não apresentar um impacto forte

no rendimento nacional e na balança de pagamentos, devido à compensação dos fluxos financeiros, aos pagamentos do serviço da dívida e à repatriação dos lucros. Como eles são de impacto intensivo, boa parte dos pagamentos será para os serviços da dívida aos credores estrangeiros e para a remessa de lucros. O impacto desses projetos na criação de empregos locais será pequeno, em face às suas características técnicas (BELLUCCI, 2008, p.131).

Para além dessa fraca contribuição à economia nacional, Castel-Branco (2008b) adverte que a aposta nesse modelo de crescimento econômico é insustentável pelo fato de: a) esses projetos estarem concentrados em produtos primários básicos que

¹⁰⁷Em finais da década de 90 é introduzido o projeto MOZAL (fundição de alumínio) e outros projetos, principalmente de domínio do capital sul-africano, que segundo Castel-Branco (2003) alterou significativamente a estrutura industrial, que transitou de uma indústria concentrada em descaroçamento de algodão e processamento básico de castanha de caju para uma indústria dominada por alumínio e cerveja.

dependem da dinâmica comercial internacional, tornando a economia volátil às oscilações do mercado; b) esses produtos poderem ser substituídos por contínuos aperfeiçoamentos científicos e tecnológicos com impactos negativos para a economia nacional; c) os megaprojetos serem grandes consumidores de recursos especializados, afetando, deste modo, a disponibilidade e uso de tais recursos para outros projetos, ao mesmo tempo em que afeta a sustentabilidade da reprodução econômica; d) esses projetos tenderem a gerar impactos ambientais de grande envergadura com implicações negativas mais severas para as comunidades vizinhas e da região; e f) muitos desses projetos não apresentarem uma ligação econômica com a escala local, distrital, provincial e até nacional, pois se apresentam deslocados da base econômica do país. São ilhas de produção para o exterior.

Estudos realizados por Castel-Branco (2008a; 2008b) e pela AfDB, OECD, UNDP e UNECA (2012) demonstraram que os incentivos fiscais atribuídos aos megaprojetos não têm contribuído substancialmente nas receitas do Estado, estando muito aquém do que poderiam contribuir. Para Castel-Branco (2008b, p.7) enquanto os megaprojetos contribuem com “cerca de 12% do PIB e três quartos das exportações de bens, o seu contributo fiscal é inferior a 1% do PIB. Os megaprojetos estão todos no grupo das 10 maiores empresas de Moçambique, mas nenhum deles se situa entre os 10 maiores contribuintes para o fisco”. Atualizando os dados dessa contribuição, o relatório da AfDB, OECD, UNDP e UNECA (2012) refere que

A arrecadação da receita fiscal aumentou de 19,6% do PIB em 2010, para 20,2% em 2011 e deve chegar a 20,6% em 2012. Não obstante, uma revisão da tributação sobre a extração de recursos naturais e os megaprojetos é crucial. Atualmente, as receitas provenientes dessas atividades representam cerca de 5% dos lucros das empresas devido às imposições e benefícios fiscais. Se o regime fiscal fosse totalmente aplicado o valor subiria para 30% (AfDB; OECD; UNDP; UNECA, 2012, p.7).

Apesar de vários estudos e da crítica de pesquisadores nacionais e internacionais ao modelo de crescimento econômico adotado pelo país, constata-se que o número de megaprojetos continua a crescer e os impactos nas comunidades continuam a ser precários. A aprovação desses projetos é vista como a salvação econômica do país e tida como a alavanca para a melhoria da qualidade de vida das comunidades a serem afetadas pelos projetos. Os projetos prometem novos empregos, construção de novas infra-estruturas sociais, tais como escolas, centros de saúde, melhorias das estradas, e outros ganhos. Porém, esses benefícios não chegam a melhorar a qualidade de vida, tanto dos deslocados compulsoriamente como daqueles que serão afetados indiretamente ou a médio e longo prazo. Em muitos casos, como refere Castel-Branco

(2008b) acaba sendo um fardo para o Estado, pois apesar dos projetos construírem infra-estruturas, constata-se que a manutenção e o funcionamento (das escolas e centros de saúde fica na responsabilidade do Estado) acabam por emperrar, visto que o orçamento nacional, provincial ou distrital não previa a alocação de fundos para fazer funcionar os serviços sociais. Além disso, há interesses políticos, como foi referido por Selemane (2010) no estudo dos impactos da Kenmare nas comunidades locais em Topuito, ao mostrar que o centro de saúde e a ambulância prometida aos deslocados compulsoriamente foi alocada a outra área, pelo fato de existirem interesses políticos e eleitorais.

Muitos dos projetos implantados no país apresentam a mesma racionalidade do tempo colonial, não deixando ganhos significativos para as comunidades onde se localizam. São exemplos os casos da Hidroelétrica de Cahora Bassa, a produção de alumínio (pela Mozal) e, atualmente o projeto de exploração das áreas pesadas de Moma. Esses megaprojetos com impactos aparentemente significativos para o crescimento da economia parece não terem os mesmos impactos para as comunidades locais.

É sobre esses projetos que o nosso estudo recai. A aposta em megaprojetos, que tiveram amparo nas alterações legislativas, permitiu a exploração do carvão mineral em Moatize pelas mineradoras de renome internacional como a Vale e a Riversdale/Rio Tinto. A chegada dessas mineradoras em Moatize criou as condições para a produção do território do carvão, com efeitos significativos para os expropriados.

5. A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO CARVÃO EM MOATIZE

5.1. O papel da exploração dos recursos minerais na economia moçambicana

Rico em recursos minerais, Moçambique explorava muito pouco as suas riquezas, apresentando-se como um país com uma indústria mineira muito diminuta se comparada com os países da região. A ausência de estudos mais profundos sobre o potencial mineiro dificultava o aproveitamento maior dos recursos minerais por parte de Portugal.

Três principais recursos minerais tiveram uma exploração relativamente significativa durante o período colonial, destacando-se, em ordem de importância, o carvão mineral, as pegmatitas (o principal produto é o tântalo/tantalile/nióbio) e o cobre. Desses recursos, apenas o carvão se apresentava como o principal produto moçambicano de exportação e produzido em maiores quantidades. A indústria mineira afigurava-se como principal contribuinte da produção industrial nacional.

A produção desses minérios era em pequena escala e, Portugal havia privatizado a sua exploração. O principal objetivo era a colocação do produto no mercado externo, sendo que as pegmatitas e o cobre eram exportados como produtos concentrados. O carvão, apesar de ter como principal destino o mercado externo, era também utilizado internamente, principalmente para abastecer as locomotivas, as centrais elétricas e para a produção de cimento.

Jourdan (1986) menciona que até o ano da independência, a indústria mineira estava totalmente privatizada, cenário que se alterou logo depois do alcance da independência, quando o governo da FRELIMO nacionalizou, entre 1978 e 1979, todas as companhias mineiras. A partir desse momento a exploração mineira ficou sob a responsabilidade do Ministério da Indústria e Energia. Como forma de melhor administrar a exploração dos recursos minerais, foram criadas duas companhias mineiras estatais: a CARBOMOC, E.E. para a exploração do carvão mineral e a MAGMA (Empresa Nacional de Minas) para gerir a exploração de outros recursos minerais. Depois foram criadas mais duas companhias estatais, uma para gerir a exploração de pedras semipreciosas e a segunda (Empresa Nacional de Hidrocarbonetos - ENH), criada em 1980, para cuidar de pesquisa e aproveitamento de óleo e gás natural.

Jourdan (1986) e Araújo (1989) relatam que a indústria mineira moçambicana encontrava-se subdesenvolvida e o conhecimento geológico era superficial. As poucas

áreas de exploração mineira existentes usavam métodos artesanais e intensivos em mão de obra. Para obter um maior ganho da indústria mineira, o III Congresso da FRELIMO, nas suas Diretivas Econômicas e Sociais recomendou o aproveitamento racional dos recursos minerais do país, promovendo a sua utilização econômica e a modernização das técnicas e dos processos de produção. Joudarn (1986) aponta que o governo da FRELIMO delineou três principais prioridades: (i) manter em funcionamento as explorações mineiras existentes em função do abandono dos portugueses devido à política econômico-social adotada pelo novo governo; (ii) lançar um extensivo programa de estudos geológicos e cartográficos que permitisse um maior conhecimento das potencialidades minerais nacionais; e (iii) investir na formação de pessoal qualificado para assumir a responsabilidade das minas em funcionamento e para realizar os estudos necessários à identificação do potencial mineiro nacional.

A opção político-econômica adotada pelo país após a independência fragilizou o desempenho da economia. A guerra de sabotagem, mais tarde assumindo contornos de uma guerra civil, abalou mais as regiões norte e centro do país. Essas eram as regiões onde se localizavam os três principais recursos minerais explorados. O carvão explorado localizava-se na província de Tete; o cobre em Manica, junto à fronteira com o Zimbabué; e as pegmatitas nas províncias de Nampula e Zambézia. O desenrolar da "guerra de desestabilização" perturbou a exploração do carvão de Moatize, em Tete, em virtude da destruição das estradas de ferro, inviabilizando o seu transporte para a exportação, como também, afetou a exploração das pegmatitas ao tornar as áreas de exploração mineira inseguras para a realização dessa atividade. No tocante ao cobre, constatou-se que o fechamento da fronteira com o Zimbabué encerrou a exploração desse minério, pois a exploração encontrava-se nas mãos da Lonrho do Zimbabué. O encerramento apenas teve a duração de um ano, visto que em 1977 o governo reabriu a mina, mas o avanço da guerra inviabilizou a sua contínua exploração.

O projeto desenvolvimentista moçambicano (1975-1986) encontrava apoio dos países socialistas, principalmente a Ex-URSS e a República Democrática da Alemanha (RDA). Além desses países, as relações com os países do COMECON apresentavam-se como alternativas de financiamento ao projeto desenvolvimentista. Para suprir as dificuldades encontradas na indústria mineira, principalmente em função da fuga e sabotagem dos portugueses e da falta de pessoal formado na área mineira, o país

recebeu pessoal da EX-URSS e da RDA¹⁰⁸ e suas empresas desenvolveram atividades mineiras, sobretudo na exploração dos três principais recursos bem como deu formação aos moçambicanos na área mineira.

O avanço da guerra civil condicionava o desenvolvimento da indústria mineira, a participação do setor mineiro na produção industrial nacional caiu 62%, ou seja, passou de 2,6% para 1%, no período de 1975 a 1984 (JOURDAN, 1986, p.33). Esses dados ilustram o efeito da guerra sobre a indústria mineira, levando o autor a afirmar que "até finais de 1983 virtualmente toda a atividade de exploração mineira havia sido abandonada e a indústria mineira estava colapsando, ambos por ação do banditismo que afetava as áreas rurais" (JOURDAN, 1986, p.44).

O intensificar da guerra civil, atingindo principalmente as infra-estruturas sociais e econômicas, tornava o país inapropriado para o investimento estrangeiro, mesmo o de origem socialista. Concomitantemente, a sabotagem sul-africana vinha aumentando o fardo sócioeconômico para o país. Para retomar a estabilidade política, social e econômica o governo lança uma ofensiva diplomática para os países da OECD apelando por sua intervenção, não só investindo no país, como também forçando a paralização do apoio da África do Sul à RENAMO. Hermele (1986; 1990) e Jourdan (1986) argumentam que as possibilidades de privatizações surgidas a partir de *join venture* e das alterações do quadro legislativo, foram colocadas como forma de atrair o Ocidente. Jourdan vai mais longe ao destacar que "o regime de investimento estrangeiro foi alterado para o grau que é agora mais favorável se comparado com os países vizinhos. A repatriação do lucro para as companhias mineiras em Moçambique é 100%, 50% na Zâmbia e menos de 35% no Zimbabué" (JOURDAN, 1986, p.45).

Mesmo com essas aberturas ao capital internacional, principalmente o de origem ocidental, a indústria mineira continuou em decadência, pois a guerra civil continuou até o ano de 1992. Só depois da primeira metade da década de 90 é que se retorna à exploração dos recursos minerais, principalmente as pedras semipreciosas. O *boom* na exploração dos recursos minerais inicia em finais da década de 90 e se consolida no novo milénio. Foi a exploração das areias pesadas de Chibuto e de gás natural de Pande e Temane que passaram a desempenhar um papel significativo ao nível da exploração dos recursos minerais e energéticos. A exploração do carvão mineral de Moatize

¹⁰⁸ Jourdan (1986) atesta que nos três principais recursos minerais explorados no país, existiam técnicos desses países a trabalharem. O mesmo autor indica o assassinato de alguns desses técnicos e a consequente retirada doutros técnicos em função da insegurança das áreas.

realizado pela Vale e pela Riversdale e a exploração de areias pesadas de Topuito, em Moma, tornou o setor como um dos mais importante na economia nacional.

Desde o alcance da independência que a exploração do carvão mineral vem se firmando como o principal recurso mineral, capaz de impulsionar o crescimento econômico, permitindo a aquisição de divisas e a geração de emprego. Conquanto que no final da guerra civil tenha-se observado a exploração de outros recursos minerais, como as pedras semipreciosas, o ouro, as areias pesadas e outros minérios, constatam-se que estes não tiveram uma atenção significativa por parte do governo, e pouco contribuíram para a economia nacional. Com a aprovação do primeiro projeto de exploração do carvão mineral de Moatize pela Vale, em meados de 2000 e, a entrada de outros investidores na área, o carvão passou a ser o principal recurso mineral a ser aproveitado, podendo ultrapassar a produção de alumínio¹⁰⁹ como o principal produto de exportação.

5.2. A exploração do carvão mineral em Moatize

A descoberta da existência de carvão mineral em Moçambique data do século 19, tendo-se até ao final desse século avançado pouco sobre o conhecimento do potencial existente. Não obstante o país possuir reservas de carvão mineral em quatro províncias, nomeadamente Tete, Manica, Niassa e Cabo Delgado, somente as reservas de Tete eram as mais conhecidas, ou seja, eram conhecidos o seu potencial e avaliadas, segundo o CDE e MDPE (1977), em mais de dois bilhões de toneladas. Foram descobertas três jazidas de carvão em Tete, distribuídas em três grandes bacias: bacia carbonífera de Moatize-Minjova, de Chicoa-Pangura e de Sanangoe-Mefidezi.

As três bacias carboníferas cobrem uma área de 350 km², ao longo do rio Zambeze, sendo que duas encontram-se localizadas a norte do rio e uma a sul. Informações apresentadas pelo Centro de Documentação Econômica indicam que a área ocupada pelas três bacias representa uma vastíssima zona carbonífera com extensão semelhante à das principais bacias carboníferas existentes, na década de 70, no mundo (CDE; MDPE, 1977).

¹⁰⁹ A instalação da fábrica de produção de alumínio em Moçambique aconteceu em 1999, embora o país não disponha de recursos minerais necessários à sua produção. A localização do empreendimento no país deve-se a facilidade de acesso à energia, proximidade ao porto e aos "generosos" incentivos fiscais. O minério é importado da Austrália, o processamento ocorre em Moçambique e depois é exportado para a Europa.

Das três bacias existentes na província de Tete, apenas a bacia carbonífera de Moatize-Minjova teve aproveitamento. Foi explorada, com as primeiras atividades registradas no início do século passado. A partir de 1895 a Companhia da Zambézia concedeu à Companhia Hulheira do Zambeze o apanágio exclusivo e geral de pesquisa, exploração, registro e lavra das minas de hulha. Alguns anos mais tarde, a companhia passou a designar-se Zambeze Mining Company, que depois se associou, em 1923, a um grupo belga formando La Societé Minière et Geologique du Zambezi, que era financiada pela Union Minière Haut Katanga (RIO DOCE MOÇAMBIQUE, 2006). A produção dessa empresa chegou a atingir 1000 toneladas ao ano e destinavam-se ao abastecimento de barco a vapor (MRM, 1986; CDE; MDPE, 1977).

A multinacional La Societé Minière et Geologique du Zambezi explorou o carvão de Moatize de 1925 a 1948. Quando a concessão terminou formou-se a Companhia Carbonífera de Moçambique, com capital distribuído da seguinte forma: Governo de Moçambique detinha 10% das ações; privados de origem moçambicana com 41% e o restante das ações pertenciam a Industrial Steel Cooperation da República da África do Sul (CDE; MDPE, 1977).

A produção de carvão aumentou nos anos 40 com a abertura de duas minas subterrâneas, as minas de Chipanga I e II, passando-se para uma produção anual de 10 000 toneladas (MRM, 1986). Sob a gestão da Companhia Carbonífera de Moçambique foi construída a ligação ferroviária de Moatize ao sistema do Trans-Zambézia Railways que estabelecia ligação entre o porto da Beira e o Malauí. Com esta ligação se criaram as condições necessárias para o aumento da produção, bem como para o fornecimento a consumidores estrangeiros.

Nos anos 50 são abertas mais minas subterrâneas e até ao ano de 1975 a produção anual ultrapassou as 500 000 toneladas ao ano, destinadas principalmente à exportação, tanto como carvão metalúrgico assim como energético. O carvão exportado era colocado no mercado de Madagáscar, Japão, África do Sul, República Democrática da Coréia e Roménia. Outra parte do carvão explorado era utilizada internamente na produção de cimentos, nas centrais térmicas, nas fábricas de açúcar e nas locomotivas (CDE; MDPE, 1977; MRM, 1986).

Até 1978 a gestão da mina de Moatize pertencia a Companhia Carbonífera de Moçambique. Entre os anos de 1976 e 1977 ocorreram dois acidentes graves na mina, culminando com a morte de centenas de mineiros. O Estado já vinha advertindo a Companhia Carbonífera de Moçambique sobre as condições de segurança no trabalho,

ignoradas pela companhia, que continuava a manter os trabalhadores no interior da mina sob níveis perigosos de gás e pó em suspensão no ar e, sem os devidos cuidados de segurança. Em 1977, segundo Jourdan (1986), ocorre o maior desastre na mina, com a morte de 130 mineiros. A RDM (2006) indica que isso gerou a paralização da exploração do carvão mineral na mina de Chipanga III e os trabalhadores da mina reagiram ao acidente com tumultos que culminaram com a morte de sete funcionários de nacionalidades portuguesa e belga.

Nesse mesmo ano é realizado o III Congresso da FRELIMO, onde é expressa a necessidade de uma maior atenção à exploração do carvão mineral, pois este desempenharia um papel na economia nacional, podendo ser uma importante fonte de divisas. As Diretivas Econômicas e Sociais do III Congresso acrescentaram a necessidade de uma maior atenção à segurança nas minas e a imprescindibilidade de proporcionar melhores condições de trabalho aos mineiros (CDE; MDPE, 1977).

Jourdan (1986) associa a nacionalização da Companhia Carbonífera de Moçambique ao desastre na mina. Porém, a nacionalização que ocorreu em 1978, a partir de um despacho, se enquadra na política social e econômica adotada pelo governo da FRELIMO, ao mesmo tempo em que esta atividade desempenharia um papel importante na economia nacional, dado que o governo acreditava na existência de um potencial que justificasse o seu controle. Os despachos de 1978 não só nacionalizaram a Companhia Carbonífera de Moçambique como criaram a CARBOMOC. Segundo Moçambique (1978),

Pela Lei nº 9/78, de 11 de Maio, foram nacionalizados todos os bens, participações, partes sociais, ações, títulos, direitos e interesses de qualquer natureza que constituem o património da Companhia Carbonífera de Moçambique, S.A.R.L., sediada em Moatize, República Popular de Moçambique.

O Decreto nº 11/78 de maio, criou a Empresa Nacional de Carvão de Moçambique - CARBOMOC, E.E (MOÇAMBIQUE, 1978, p.37).

A maior produção de carvão aconteceu em 1975, onde se atingiram os 575 000 toneladas. Porém, nos anos seguintes a produção decaiu, em consequência das explosões que ocorreram em 1976 e 1977. A recuperação da produção apenas aconteceu em 1981, quando se alcançou cifras próximas das de 1975, ou seja, atingiu-se 535 000 toneladas (MRM, 1986; JOURDAN, 1986).

Como forma de aumentar a produção de carvão, o governo lança, em 1981, um plano ambicioso de valorização do carvão de Moatize, integrado aos objetivos do PPI (Plano Prospectivo Indicativo). O plano teve a designação de Programa do Carvão de Moatize que visava alcançar a produção de seis milhões de toneladas por ano na década

de 90. Essa produção incluía tanto o carvão de coque como o de queima (MOÇAMBIQUE, 1983; CDE; MDPE, 1977).

O Programa do Carvão começou a ganhar forma ainda em 1978, com a intensificação da realização de trabalhos de prospecção e pesquisa e a realização de estudos técnicos e econômicos relativos à viabilização da exploração do carvão de Moatize (MRM, 1986). A crise do petróleo que se verificou na década de 70 contribuiu bastante para que se considerasse o carvão como uma fonte alternativa de energia que substituísse o petróleo, já que os países industrializados procuravam utilizar a gasificação e a liquifação do carvão, como matéria prima.

As quantidades exploradas e os métodos utilizados não ofereciam condições para o aproveitamento eficiente das jazidas de carvão mineral de Moatize. Existia cerca de quatro minas subterrâneas em exploração, cada uma com a capacidade de produzir entre 150 000 a 200 000 toneladas por ano, totalizando 800 000 toneladas de carvão de coque e energético (JOURDAN, 1986). O Programa de Carvão de Moatize pretendia, além de aumentar o número de minas subterrâneas, apresentar a proposta de abertura de minas a céu aberto, já que em muitas áreas da bacia, as camadas afloravam e atingiam profundidades relativamente reduzidas, permitindo a exploração a céu aberto.

O MRM (1986) informa que já haviam sido realizadas pesquisas para a exploração do carvão a céu aberto, ainda em finais de 1960. O relatório aponta que as pesquisas não tiveram maiores desenvolvimentos por causa das condições dos mercados energéticos internacionais e da falta de energia suficiente para sustentar as demandas da operação, já que a barragem de Cahora Bassa ainda estava em construção. Só em 1977 é que o interesse pela exploração do carvão a céu aberto foi retomado. Em 1983/84 foram realizados estudos de viabilidade por uma firma da República Democrática da Alemanha e um estudo técnico da primeira mina a céu aberto foi produzido por um instituto estatal da Ex-URSS.

O Programa do Carvão se concentrou na exploração do carvão de Moatize que além de apresentar um potencial significativo de reservas inexploradas, possuía infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento da atividade, tais como fábrica, armazéns, laboratórios, escritórios, subestações e outras. O complexo mineiro de Moatize incluía também uma vila, com todos os serviços urbanos, terminal de comboio para o carregamento do carvão e ruas pavimentadas que estabeleciam ligações entre o complexo mineiro e a área habitacional (em Moatize e em Tete) (MOÇAMBIQUE, 1983).

Com base nessas infra-estruturas, o governo lançou o Programa do Carvão de Moatize, que contemplava duas fases avaliadas em cerca de 900 milhões de dólares americanos. A primeira fase, denominada de Programa Moatize I incluía a abertura de quatro novas minas subterrâneas, abertura de duas minas a céu aberto, construção de lavarias, triagem, oficinas e abastecimento de água, reabilitação da estrada de ferro Beira-Moatize e reforço do material rolante e a construção do novo terminal portuário. O Programa Moatize II compreendia três minas a céu aberto, lavarias, oficinas, reforço da capacidade do novo terminal de carvão, incremento da capacidade de transporte ferroviário Beira-Moatize e abastecimento de água (MOÇAMBIQUE 1983; MRM, 1986).

Os investimentos da primeira fase do programa estavam assegurados pela República Democrática da Alemanha, Ex-URSS, Itália e ainda havia a possibilidade da participação da Argélia e do Kuwait. Para a segunda fase ainda não estavam assegurados os fundos necessários, mas havia possibilidades de se conseguir esses fundos através das relações multi/bilaterais, ainda com a participação do Brasil, que tinha consultores em Moçambique realizando estudos de viabilidade econômica (MOÇAMBIQUE, 1983). O MRM (1986) destaca que a comercialização do carvão de Moatize, explorado a partir do Programa de Carvão de Moatize I e II, seria colocada no mercado japonês, principal consumidor do carvão de Moatize, como também na Índia, Itália, Portugal e nos países de expressão da língua portuguesa.

O governo da FRELIMO em seu programa para viabilizar a exploração do carvão de Moatize, contou, portanto, com a presença de consultores dos países aliados, a RDA e a Ex-URSS e com a participação de consultores brasileiros, os quais produziram um relatório para o governo moçambicano, demonstrando as vantagens da exploração do carvão de Moatize. Os consultores brasileiros das companhias CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes) e COBRAPI (Companhia Brasileira de Projetos Industriais) concluíram a primeira fase do programa de desenvolvimento da bacia carbonífera de Chicoa-Pangura (onde Mucanha-vuzi é a área mais conhecida) em abril de 1983. Segundo Moçambique (1983, p.25), os estudos realizados pelos consultores brasileiros apontavam que:

A lista de potenciais consumidores do carvão moçambicano, particularmente o carvão metalúrgico, dá garantias que toda a produção planificada pelo Programa de Desenvolvimento do Carvão de Moatize encontrará mercado nos países estrangeiros.

Em países europeus, principalmente aqueles considerados tradicionais na produção de carvão, têm a sua produção minada gradualmente pelas profundidades a que se encontra o minério. Devido a isso, o custo da produção aumentará. As centrais elétricas movidas a carvão mineral continuarão a ser a principal fonte de energia nesses países e necessitarão de abastecer com o carvão de queima, o que provocará o interesse na importação de largas quantidades de carvão de queima até por volta de 2000.

Essa informação associada à crise do petróleo ofereciam garantias para se apostar na exploração do carvão mineral. Apesar de todo o esforço do governo da FRELIMO para tornar o carvão como principal minério à economia nacional, as condições de estabilidade político-social impediam a materialização do Programa do Carvão de Moatize. Jourdan (1986) indica que a partir dos inícios da década de 80 a produção de carvão decaiu drasticamente, observando-se que depois de 1981 a queda chegou a ser de 90%. As razões dessa queda estão relacionadas com o avanço da guerra de "desestabilização", que destruiu as estradas de ferro que ligavam Moatize ao porto da Beira.

Com as dificuldades de transporte do carvão para o porto da Beira, a produção decresceu e apenas tornou-se possível comercializar o carvão transportando via terrestre, cujos custos elevados, somente possibilitaram a comercialização com o país vizinho do Malauí. Jourdan relata que em 1985 a produção chegou a rondar os 20 000 toneladas. Segundo o autor

Em circunstâncias normais o mercado doméstico consome entre 160 000 e 180 000 toneladas do carvão de queima, destinado principalmente para a estação termoelétrica de Maputo. Devido à localização da mina de Moatize é mais rentável importar o carvão para a estação de Maputo proveniente da África do Sul (ou Suazilândia) do que transportar de Moatize (JOURDAN, 1986, p.35).

A situação de guerra associada ao fato da ocorrência de alguns acidentes de proporções significativas na mina impôs a falência da CARBOMOC ainda na década de 80. Na década de 90 iniciou um novo interesse de capital sul-africano para a exploração de uma das minas pertencentes à extinta CARBOMOC. A empresa de capitais sul-africanos passou a denominar-se Minas Moatize, e explorava uma mina subterrânea a partir do método câmara de pilares.

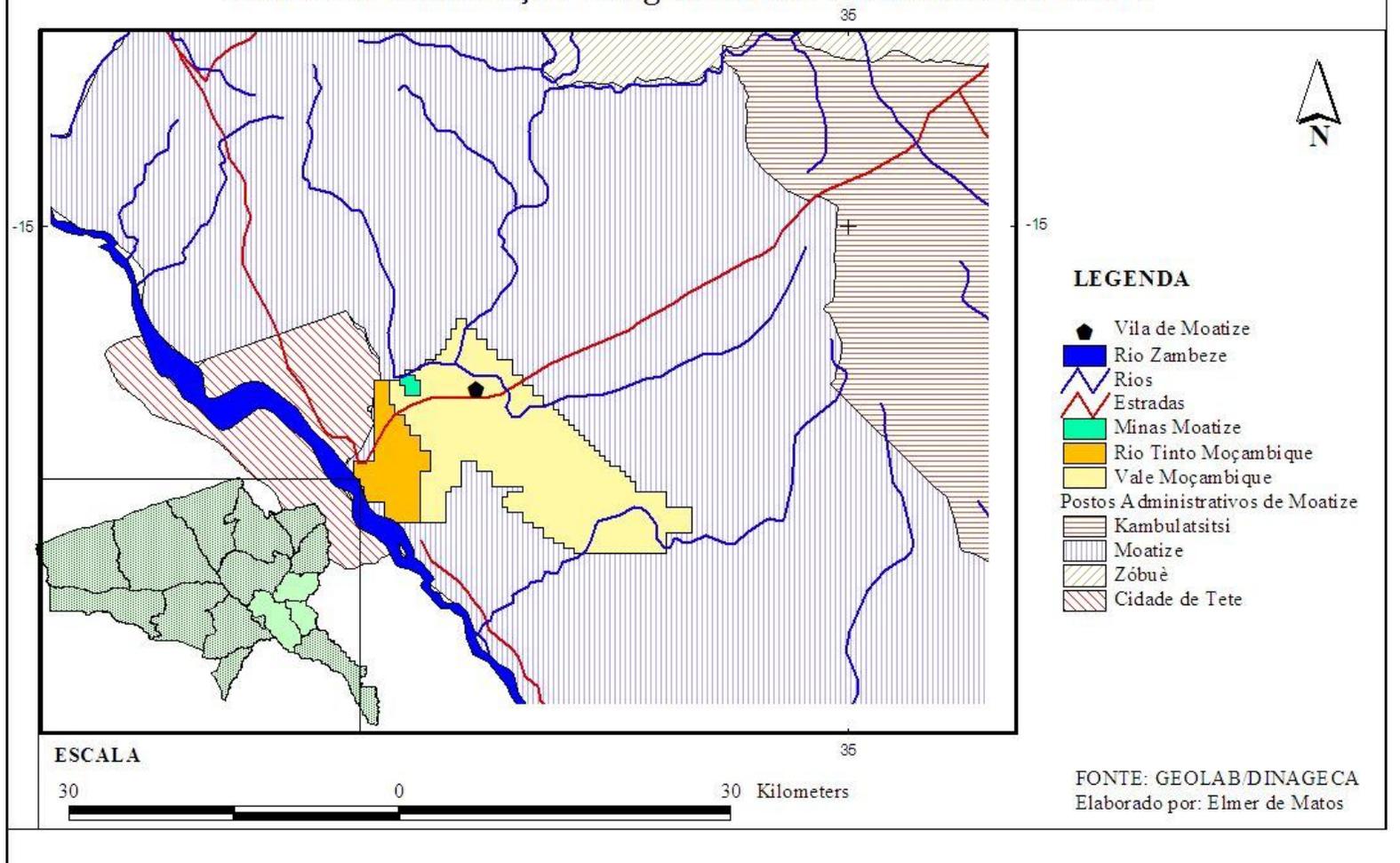
A exploração a partir do método de câmara de pilares durou até o ano de 2009 quando as condições técnicas não permitiram sua continuação, quer por questões associadas com a segurança no trabalho, associadas principalmente com a infiltração de água, quer por questões relacionadas com a viabilidade econômica e ambiental, já que existia a possibilidade de exploração a céu aberto.

O final da guerra civil, que proporcionou maior estabilidade político-social, permitiu o retorno do interesse de companhias estrangeiras para a exploração do carvão de Moatize. Mesmo antes da assinatura dos Acordos Geral de Paz, as autoridades governamentais moçambicanas e as brasileiras assinaram, em 20 de junho de 1989, um protocolo de intenção com o objetivo de estudar alternativas para a viabilização técnica e econômica do carvão de Moatize. Esse protocolo foi assinado pelo Gabinete do Programa do Carvão, em representação do governo e a Companhia Vale do Rio Doce.

Em 2004 a Companhia Vale do Rio Doce vence a licitação internacional para a exploração do carvão de Moatize, tendo assinado um contrato de exploração com o governo Moçambicano em 2007, a partir da sua filial em Moçambique denominada de Rio Doce Moçambique. É também em 2007 o ano da entrada da multinacional Riversdale Moçambique Limitada, subsidiária da Riversdale Mining, para a exploração do carvão, tendo assinado o contrato mineiro com o governo moçambicano em 2009. Embora a Minas Moatize tivesse registrado o início das suas atividades ainda na década de 90, constata-se que o contrato mineiro assinado com o governo de Moçambique e publicado data de 2013. Em 2010 os ativos da mina foram adquiridos pela Beacon Hill Resources, uma empresa sul-africana com sede em Johannesburgo. É igualmente no mesmo ano, em 2013, em que são assinados os contratos mineiros da Rio Tinto Zambeze Limitada, Nkondezi Coal Project e Minas Revúbuè Limitada.

Até o ano de 2014 estavam em funcionamento a Minas Moatize, a Vale Moçambique e a Rio Tinto Benga, multinacional que adquiriu todos os direitos de exploração do carvão mineral de Benga pertencentes à Riversdale Moçambique Limitada (mapa 4). As três companhias ocupam uma área de 28 600 hectares, das quais a maior área é ocupada pela Vale Moçambique que concentra cerca de 83% das áreas concessionadas. A Minas Moatize é a companhia que ocupa a menor área, 260 hectares. A Vale Moçambique e a Riversdale/Rio Tinto são as companhias que precisaram reassentar comunidades que ocupavam as áreas de exploração.

MAPA 4: Localização Geográfica das Concessões Mineiras



A área do distrito de Moatize a ser ocupada pelos projetos de exploração de carvão mineral aumentará significativamente quando as cinco companhias que se encontram em estágio mais avançado de viabilização das suas atividades iniciarem as suas atividades. Algumas dessas companhias já estão no processo de obtenção do DUAT pertencente a comunidades rurais, ou seja, estão negociando o processo de reassentamento. Os novos projetos ocuparão o dobro da área concessionada às três companhias (quadro 2). Além da exploração do carvão em Moatize, a Capital Resource iniciará a exploração de ferro nos distritos de Chiuta e Moatize, sendo que ocupará a maior parte da sua área no distrito de Chiuta.

Quadro 2. Empresas mineiras em Moatize

Empresa	Recursos	Distrito	Área (ha)	Dono/País	Mercado
A operar					
Vale Moçambique	Carvão	Moatize	23 780,00	Brasileiros	China e Índia
Rio Tinto Benga	Carvão	Moatize	4 560,00	Australianos	China e Índia
Minas Moatize	Carvão	Moatize	260,00	Sul Africanos	Malawi, Zâmbia, Congo, Zimbabué
Próximo de operar					
Nkondezi Coal Project	Carvão	Moatize	24 900,00	Ingleses	-*
Rio Tinto Zambeze	Carvão	Moatize	9 715,28	Australianos	-*
Minas Revúbue	Carvão	Moatize	3 964,55	Japoneses	Japão
Eta Star	Carvão	Moatize	4 000,00	Indianos	Índia
Coal Indian African	Carvão	Moatize	10 880,00	Indianos	Índia
Capital Resource	Ferro	Chiúta e Moatize	5 640,00	Australianos	-*

Fonte: Trabalho de campo

* Informação não disponibilizada.

O interesse crescente de consumo de carvão atíça o desejo dos gigantes asiáticos para Moçambique, sendo que atualmente os indianos são os principais detentores das empresas de exploração de carvão mineral. Das oito companhias que exploram e estão em fase avançada para a exploração do carvão mineral no distrito de Moatize, quatro são dominadas por capital indiano. A participação de capitais indianos aumentou com a compra das ações da Rio Tinto por um conglomerado indiano de empresas nacionais, tornando-se, deste modo, o principal explorador do carvão de Moatize. Além dessas quatro empresas, a Índia é detentora da J. S. P. L. JINDAL que explora o carvão no distrito de Marara.

O carvão mineral de Moatize é colocado no mercado internacional, sendo a China e Índia os principais compradores. As duas maiores multinacionais exportam para esses dois países, enquanto que a Minas Moatize, com uma pequena produção, satisfaz as necessidades dos mercados interno e regional, principalmente abastecendo os países vizinhos da região: Malawi, Zimbabué, Zâmbia e Congo. Segundo Mungói (2010), cerca de 70% da produção é colocada no mercado regional, enquanto que o restante é vendido às indústrias de açúcar, de fumo, de cimento e outros interessados. Com relação às cinco companhias que se encontram em fase avançada de início das suas atividades, são os indianos e os chineses que se destacam. O Japão (re)surge como um novo mercado, muito em função da participação de capitais japoneses na Minas Revúbue.

A J. S. P. L Jindal não explora o carvão mineral no distrito de Moatize, transporta o carvão de Marara, via terrestre, até ao distrito de Moatize para poder utilizar as estradas de ferro que estabelecem a ligação entre Moatize e o porto da Beira. Sua utilização pelas três companhias (excetua-se a Minas Moatize que não utiliza esse sistema, em função da localização dos seus mercados) é fundamental nas metas de cada uma delas. Com isso as estradas de ferro foram reabilitadas em função do seu interesse pela exploração do carvão mineral de Moatize, cuja capacidade de transporte da estrada de ferro instalada é de 6,3 milhões de toneladas por ano. Essa capacidade não responde as necessidades de todas as companhias, já que essa meta está próxima da definida pela Vale Moçambique para os seus primeiros anos de atividades.

Da repartição da capacidade das estradas de ferro depende o funcionamento pleno das três companhias. Como também depende do funcionamento da Nkondezi Coal Project, Minas Revúbue, Eta Star e Coal Indian African que deverão utilizar a única via de transporte viável, já que o transporte em estradas de rodagem encareceria os custos de produção. A estrada de ferro em funcionamento beneficia a Vale, que utiliza cerca de 2/3 da capacidade instalada.

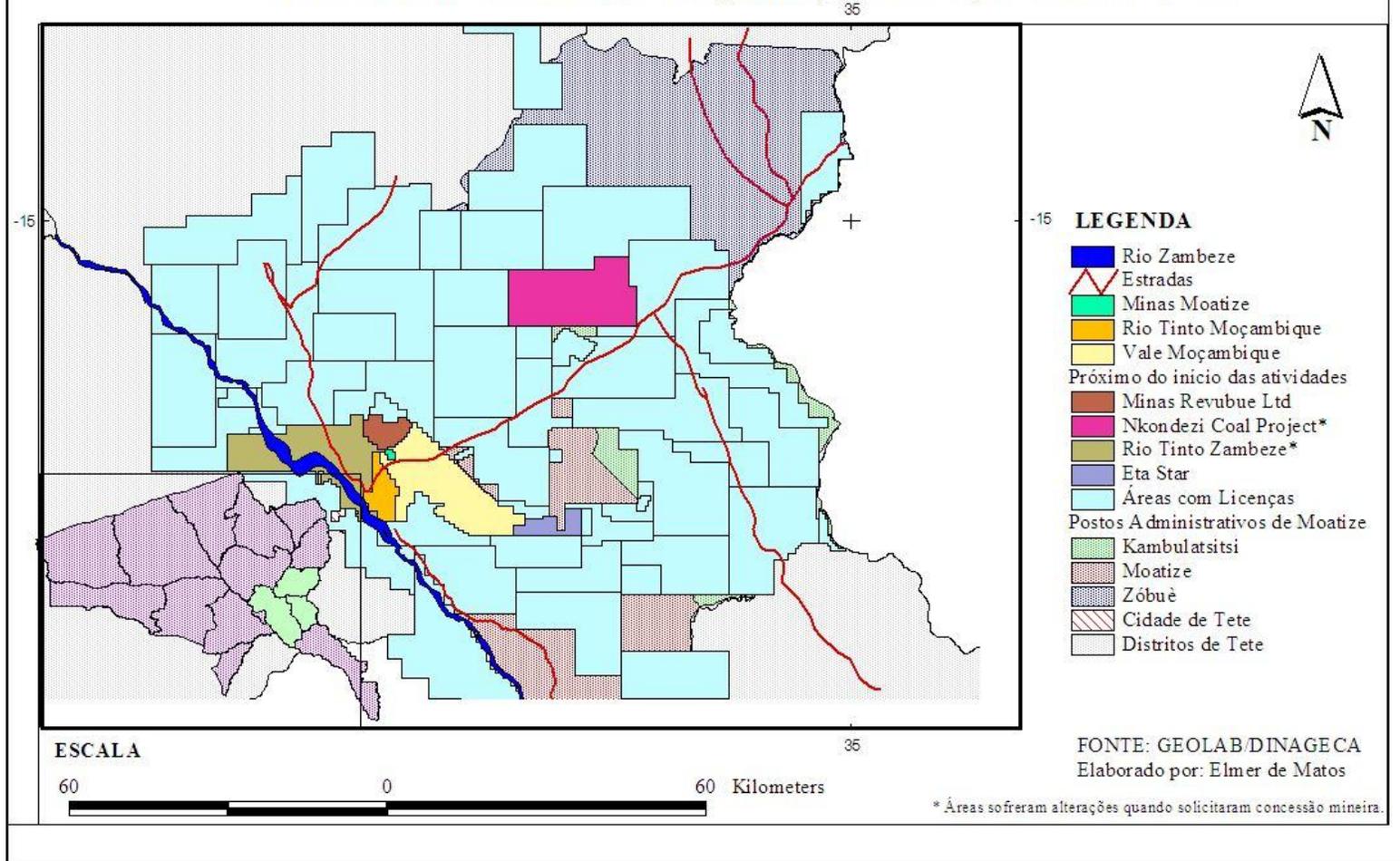
A Rio Tinto Benga está com dificuldades para viabilizar suas atividades, pois os restantes 1/3 da capacidade de utilização da estrada de ferro tem que ser dividido com a JINDAL. As condições são mais preocupantes para a empresa dado que havia submetido ao governo moçambicano o projeto de utilização do rio Zambeze para o transporte do carvão explorado em Benga. O governo bloqueou o projeto alegando ser ambientalmente insustentável. Dadas às condições críticas de transporte, a empresa paralisou parte das suas atividades em princípios de 2014 visto que apresentava grandes quantidades de carvão estocadas, que aguardavam o seu transporte.

Embora a Vale utilize a maior parte da capacidade instalada nas estradas de ferro, considera que a mesma não responde às suas necessidades. Deste modo, está em curso a construção de uma nova estrada de ferro que ligará Moatize ao porto de Nacala (na província de Nampula), passando por Malauí. O projeto aumentará o volume de exportação em três vezes superior ao sistema existente. A Rio Tinto associou-se a Nkondezi Coal Project e Minas Rébúbue para a construção de uma estrada de ferro que ligará Moatize a um novo porto de águas profundas, a norte da cidade de Quelimane. Contudo, esse projeto é para 2018 (RESENFELD, 2012).

A corrida ao minério transformou o distrito de Moatize em território do carvão. Apesar de até ao momento estarem em operação apenas três companhias, brevemente o número aumentará para oito e, no futuro, o número de companhias e de áreas concessionadas mais que duplicará. Observando o número de pedidos de licenças de prospecção e pesquisa, constata-se que perto de 80% do distrito de Moatize está sob pesquisa e concessão mineira¹¹⁰, o que pode resultar na exploração do carvão em quase toda a área do distrito, caso as quantidades e qualidades justifiquem a exploração do mesmo, ou seja, ocorrerá a sua apropriação total pela indústria do carvão mineral (mapa5).

¹¹⁰ Veja o site <http://portals.flexicadastre.com/mozambique/pt/> que demonstra o quanto o distrito de Moatize encontra-se repartido por diversas companhias interessadas na exploração de minérios. Apesar do carvão se configurar como o principal minério de pesquisa, é de salientar que outros minerais também são alvos de prospecção e pesquisa, como o cobre, o ouro, ferro e outros.

MAPA 5: Áreas do Distrito Ocupadas por Licenças e Concessões



É importante esclarecer que para o início da atividade mineira é necessário que se avalie a existência do minério. O processo tem início com o pedido de licença de reconhecimento, onde o interessado faz um estudo exploratório da área pretendida com vista a obter a informação necessária para passar a fase seguinte, que é o pedido da licença de prospecção e pesquisa. Na primeira fase os custos de operação são baixos, pois o objetivo é obter informação básica da existência ou não do recurso. Na fase seguinte os custos aumentam, pois são recolhidas amostras que podem atingir as 200 toneladas, são abertos furos profundos e pode-se utilizar maquinaria para facilitar a pesquisa. Quando se constata que existe o recurso desejado em quantidade e qualidade necessária, passa-se para a fase do estudo de viabilidade econômica¹¹¹, em que se avaliam os custos de produção (de extração, processamento e transporte do minério). Quando os custos situarem-se abaixo dos ganhos advindos da exploração, então se toma a decisão de se submeter a solicitação de concessão mineira. Pode-se obter a concessão mineira sem ainda obter-se a licença ambiental e a autorização do uso e aproveitamento da terra, ou melhor, depois do concessionário obter o contrato mineiro concentrará esforços para a aquisição do DUAT e da licença ambiental dentro de um período de três anos.

A lei de minas concede preferência ao detentor da Licença de Prospecção e Pesquisa na obtenção da concessão mineira. Porém, nem sempre as empresas que detêm essa licença estão interessadas na exploração mineira, podendo se especializar nesse serviço para depois negociar os direitos na aquisição da concessão. De 2003 a 2006 muitas empresas solicitaram a licença de prospecção e pesquisa e, ao final do término do prazo da licença, as áreas solicitadas passaram a ser concessão mineira de outras empresas. São os exemplos da Nkondezi Coal Project e Minas Revúbue que não tinham a licença de prospecção e pesquisa, mas são detentoras de Concessão Mineira. A Eta Star e a Rio Tinto Zambezi haviam solicitado vastas áreas para a prospecção e pesquisa, mas no final acabaram por obter a concessão mineira de parte das áreas das suas licenças.

Após a obtenção da concessão mineira, o concessionário tem o prazo máximo de três anos para iniciar a exploração do recurso pretendido. Geralmente para as empresas,

¹¹¹ Geralmente o estudo da viabilidade econômica inclui a viabilidade técnica e financeira para o processamento, ao mesmo tempo em que no processo de solicitação da concessão mineira o requerente deve demonstrar competência técnica e financeira para explorar o recurso solicitado. Essas garantias são submetidas ao governo, a partir do Plano de Desenvolvimento do Projeto, que deve ser aprovado pelo governo.

a exploração do carvão mineral está condicionada a existência de um mercado consumidor e, muitas garantem o comprador do seu produto em 50%, mesmo antes da assinatura do contrato mineiro com o governo. O restante da comercialização será garantido ao longo do tempo. Mas, como esse mercado é instável, a especulação acaba fazendo parte do jogo das empresas, pois podem querer assegurar as reservas, mas esperar que o preço melhore para garantir altos lucros. Normalmente o prazo de três anos visa minimizar a especulação, mas ela é contornada com a exploração de no mínimo 20%, obrigação das concessionárias. Numa outra estratégia, as companhias podem declarar quantidades menores de exploração para que os 20% seja uma exploração diminuta, enquanto se aguarda a melhora do preço no mercado internacional.

O início efetivo das atividades de exploração mineira está condicionado à aquisição do DUAT da área de concessão. A aquisição do DUAT implica na expropriação da terra das comunidades locais que se reproduziram social, economicamente e culturalmente naqueles territórios agora pertencentes às companhias. A desterritorialização dessas comunidades é irreversível e, para isso, as companhias são obrigadas a apresentarem um Plano de Ação de Reassentamento, que juntamente com o Estudo de Impacto Ambiental devem ser aprovados pelos órgãos competentes.

A atividade das empresas fica condicionada à aprovação desses documentos e a realização do reassentamento das comunidades atingidas pela implantação da mina. Até ao momento, apenas duas empresas (a Vale Moçambique Limitada e a Riversdale Moçambique Limitada) realizaram todo ou parte desses processos, e já se encontram a realizar as suas atividades. A Minas Moatize não necessitou de ter o Plano de Reassentamento aprovado, pois iniciou com uma operação subterrânea e mais tarde passou para exploração a céu aberto e, a área era desabitada. As mineradoras Nkondezi Coal Project e Minas Revúbuè estão negociando a aquisição do DUAT nas áreas concessionadas para a exploração do carvão mineral.

5.3. A expropriação dos territórios das comunidades locais e a produção dos territórios das companhias mineiras em Moatize e na cidade de Tete

5.3.1. A Vale Moçambique e a construção do seu território

O projeto de Carvão de Moatize, interrompido em razão da conjuntura nacional, foi retomado em princípios de 2000, quando o governo lança a licitação para o desenvolvimento do mesmo. Em 14 de maio de 2004 foram realizadas as pré-

qualificações dos concorrentes, tendo sido qualificados o Consórcio BHP Billiton Mitsubishi, Anglo American, Rio Tinto e Itabera Rio Doce Company - ITACO (consórcio detido em 95% pela Companhia Vale do Rio Doce - CRVD, cuja designação atual é Vale).

No decurso do período de preparação das respectivas propostas, a Rio Tinto e a Anglo América desistiram. Em oito de novembro de 2004 foram submetidas as propostas da BHP Billiton-Mitsubishi Consorcio e ITACO Consorcio, tendo sido avaliadas por uma comissão constituída por consultores da IFC (International Finance Corporation) e outros consultores externos especializados. A proposta da BHP Billiton Mitsubishi foi desqualificada porque

... não satisfaz o requisito obrigatório de prestação de garantia de responsabilidade limitada relativa às obrigações previstas no Acordo de Princípios, na medida em que a empresa fixou a sua responsabilidade até ao teto de cem milhões de dólares americanos. Esta limitação constitui um incumprimento substancial de um requisito básico do RFT [Request For Proposals] (MOÇAMBIQUE, 2004b, p.1)

A ITACO Consorcio vencedora da licitação para o desenvolvimento do Projeto Carvão de Moatize cedeu os direitos e obrigações de operar o Projeto do Carvão de Moatize a Rio Doce Moçambique Limitada, que é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, devidamente constituída e registrada ao abrigo da lei moçambicana. Em março de 2005 a Rio Doce Moçambique Ltd adquire a Licença de Prospeção e Pesquisa. É importante destacar que a Rio Doce Moçambique Ltd já havia sido autorizada pelo governo moçambicano, em outubro de 2004, a proceder a recolha de dados geológicos de campo até a data da seleção do vencedor da licitação público.

A Rio Doce Moçambique Ltd, agora designada por Vale Moçambique, é uma subsidiária da empresa brasileira Vale. A Vale está registrada na bolsa de valores de Nova York e tem 500 mil acionistas espalhados pelos cinco continentes. A companhia é a segunda maior mineradora do mundo, a maior empresa privada da América Latina, está presente em 38 países (PINTO, 2012¹¹²). A empresa foi fundada em junho de 1942, como uma companhia estatal e privatizada em 1997, porém mantendo uma estrutura funcional mais próxima de uma empresa estatal. Pinto refere que:

A modelagem do leilão, feita pelo BRADESCO, visou privatizar a Vale sem tirar-lhe a estrutura de estatal. A busca pelo crescimento acelerado e o lucro multiplicado incrementou essa estrutura de governo, dando à nova Vale uma fisionomia bifronte: ora de empresa privada, ora de governo (PINTO, 2012).

¹¹² Site vale que vale. <https://valeqvale.wordpress.com/2012/08/02/a-pior-empresa-do-mundo/>, acessado em 27 de novembro de 2012

Em novembro de 2006 a Vale Moçambique apresentou ao governo o Estudo de viabilidade, demonstrando a viabilidade técnica e financeira para o processamento e a competência técnica e financeira para a exploração do carvão mineral a céu aberto. Em março de 2007 apresentou o Plano de Desenvolvimento do Projeto de Carvão de Moatize e em junho de 2007 é assinado o contrato de exploração mineira. O contrato tem a duração de 25 anos e o projeto ocupa uma área de 23 780 hectares.

A área concessionada à Vale Moçambique está localizada no P.A. de Moatize, a 17 km a noroeste da cidade de Tete, ao longo do rio Zambeze; a cerca de 180 km a Sudoeste da barragem de Cahora Bassa e a 80 km a oeste da fronteira com o Malawi (CONSULTEC, 2014). A área possui quatro aldeias, nomeadamente Chipanga, Bagamoio, Mithete e Malabwe, totalizando 1 109 famílias¹¹³, que devido à exploração do carvão foram obrigadas a abandonar seus territórios. A concessão da área implica na extinção dos direitos de uso e aproveitamento da terra por essas comunidades atingidas, como é referido no contrato assinado pela Vale, que lhe confere

7.1.1. O direito exclusivo de usar e ocupar a Área de Mineração para fins da realização de atividades mineiras, durante o prazo da Concessão Mineira e de quaisquer das suas eventuais prorrogações. (...)

7.1.4. O direito de penetrar, utilizar e ocupar áreas exteriores à Área de Mineração, conforme for necessário e apropriado, incluindo, mas não se limitando aos objetivos da construção e manutenção de quaisquer estradas e outras infra-estruturas necessárias para as Operações Mineiras, sujeito aos pedidos de licenciamento e eventuais restrições do uso da terra por terceiros (MOÇAMBIQUE, 2007d, p.20).

A extinção do DUAT dos anteriores ocupantes da terra obriga à companhia a indenizá-las. Geralmente, como se trata de comunidades locais, o processo de indenização é acompanhado por um processo de reassentamento, onde a companhia negociará com as comunidades locais a aquisição do DUAT. A escolha do novo local de residência é definida por uma Comissão de Reassentamento, formada por órgãos do governo provincial (Direção Provincial para a Coordenação e Ação Ambiental, Direção Provincial dos Recursos Minerais e Energia, Direção Provincial de Agricultura, Direção Provincial de Obras Públicas e Habitação) e distrital (Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas e os Serviços Distritais de Atividades Económicas). Esse processo é fundamental para o início das atividades de mineração, sendo definido que a companhia deve apresentar um Plano de Ação de Reassentamento e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) aprovados pelo Ministério para a Coordenação e Ação

¹¹³ O contrato mineiro assinado pela Vale Moçambique e o governo moçambicano não se reporta ao número de famílias a serem atingidas pelo projeto. Alguns artigos e relatórios apresentam um número de famílias superior a esse (veja MOSCA; SELEMANE, 2011; MATOS; MEDEIROS, 2013; HUMAN RIGHT WATCH, 2013), porém foi esse o número de famílias que se beneficiaram das indenizações.

Ambiental (MICOA). O EIA foi aprovado em 2007, juntamente com o Plano de Ação para o Reassentamento.

O processo de consulta comunitária para a implantação da mina da Vale Moçambique teve início em 2006, quando uma empresa de consultoria contratada pela Vale iniciou o trabalho de escuta junto à comunidade sobre a introdução de uma mineradora. Os encontros visavam fazer um levantamento dos bens, compreender a organização social e espacial das comunidades locais, a história e a cultura e a sensibilização sobre a implantação de um projeto mineiro. É também no mesmo ano que a Comissão de Reassentamento identificou 11 locais para a realização do reassentamento e apresentou a Vale, para que juntamente com alguns técnicos do governo avaliassem as propostas. A proposta apresentada pelo governo indicava oito possíveis áreas para reassentar a população rural e três possíveis para a população urbana, todas localizadas no Posto Administrativo de Moatize. O relatório produzido por esse grupo identificou o povoado de Capanga para o reassentamento urbano e, para o reassentamento rural a área de Inhangoma 2. Ambos foram aceitos pela Comissão de Reassentamento (CR) por se apresentarem melhor que os restantes, principalmente no que se refere à acessibilidade ao espaço e às condições para reassentar todos os atingidos e, além de oferecer condições para a realização das atividades econômicas para garantir o sustento das comunidades atingidas (GPT; RDM, 2006).

Após a produção do relatório do grupo técnico e a conclusão do estudo de avaliação dos bens dos atingidos definiram-se os Planos de Ação para o Reassentamento nos locais selecionados. A Vale estava certa que esses seriam os locais de reassentamento, não existindo possibilidades de novas escolhas, dado o limite de opções fornecidas pela Comissão de Reassentamento e dos resultados apresentados pelo relatório. No entanto, os locais identificados e selecionados pela equipe técnica do governo e da Vale e aprovados pelos líderes comunitários não estavam disponíveis, pois eram áreas licenciadas para prospecção e pesquisa. A ideia principal era reassentar a população dentro do mesmo Posto Administrativo (PA), sujeitas à mesma jurisdição administrativa. A limitante de escolha de uma área que se circunscrevesse no mesmo PA e a amplitude do distrito com licenças de prospecção e pesquisa dificultaram a seleção de espaço para reassentar os atingidos pela Vale. Dessa forma, era necessário rever alguns critérios de seleção das áreas de reassentamento.

Depois de constatada a inviabilidade do relatório da equipe técnica para a seleção do local de reassentamento, a Comissão de Reassentamento identificou Cateme,

no PA de Cambulatsitsi, onde a área não se encontrava sob nenhuma licença e possuía espaço para a construção de habitações e para práticas agrícolas. Para a população urbana foi escolhida a unidade 6 do bairro 25 de setembro, na vila de Moatize. Destarte, a população rural continuaria a desenvolver a sua principal atividade, a agricultura, e a população urbana continuaria a estabelecer vínculos com os dois centros urbanos, a vila de Moatize e a cidade de Tete.

A divisão da população em rural e urbana foi encaminhada para a realização do estudo sócio-econômico das famílias a serem atingidas pelo Projeto Carvão de Moatize. O estudo indicava que existiam dois grupos de população com características diferentes. As diferenças entre os grupos estavam na atividade desenvolvida pelo principal responsável da família. As famílias cuja atividade agrícola se apresentava como o principal sustento do seu agregado familiar foram definidas como rurais e as que desenvolviam as suas atividades no espaço urbano, quer seja como funcionários públicos ou privados ou desenvolvendo atividades cujo principal consumidor se encontrava nos espaços urbanos foram classificadas como urbanas. Essa classificação influenciou na definição dos locais a serem reassentados, sendo uns reassentados na área rural e outros na área urbana.

O Plano de Ação de Reassentamento identificou 712 famílias como rurais e 290 como urbanas. Perto de 110 famílias (107 famílias) preferiram não ser classificadas nem como rurais e nem como urbanas, optando pela indenização dos seus bens. Esse grupo de famílias foi caracterizado como beneficiários da indenização assistida. Nesse tipo de indenização são avaliados os bens e calculados o valor da indenização, porém beneficiaram-se de um acompanhamento e controle com vista a assegurar que cada família adquira uma nova moradia.

As famílias a serem reassentadas tinham que se beneficiar de um conjunto de infra-estruturas, principalmente habitação, já que perderiam as suas e seriam reassentadas em locais desprovidos dessas infra-estruturas. O projeto de Inhangoma 2, agora Cateme, reservava espaço para habitação familiar, com cerca de 8 000 m² e cerca de 900 m² para imóveis comerciais e de uso misto; área para *machambas* individuais e coletivas (cerca de 431,5 hectares); área para construção de cemitérios, locais sagrados, instituições religiosas e para serviços.

Em Cateme foi construída uma vila, contendo o número de habitações de famílias a serem reassentadas, uma escola (desde o nível primário ao secundário), um posto de saúde, um posto policial, fontes para abastecimento de água. A vila recebeu

energia elétrica e foram abertos arruamentos. Cada família reassentada em Cateme beneficiou-se de uma habitação e 1 (um) hectare para *machamba*. No bairro 25 de setembro foram construídas 290 habitações, arruamentos, ligações domiciliárias de abastecimento de água e energia elétrica. Os reassentados foram indenizados pelas culturas e outras atividades econômicas perdidas.

No processo de sensibilização das famílias para o deslocamento foi construída uma casa modelo. O projeto de casa modelo foi produzido pelo arquiteto Carlos Borges e foi desenhado tendo em conta as características culturais das comunidades locais. A ideia da casa modelo era mostrar as necessidades das famílias reassentadas, daí que era constituída por uma casa principal, com cozinha e banheiro separadas da casa principal. Algumas casas tinham uma ou mais dependências para que os filhos tivessem a sua liberdade, como eram nas áreas atingidas pela atividade mineira. Assim, as habitações foram classificadas em A1, a mais simples (com uma área de aproximadamente de 40 m²), a A5 (com aproximadamente 86 m²) em que a habitação comportava cinco divisões. Em Cateme a área habitacional comportava um espaço de 8 000 m² e no bairro 25 de setembro a área ocupava 600 m². Em Cateme também foi projetado o celeiro, para que as famílias conservassem as sementes.

Para se aproximar da organização espacial dos assentamentos originais das comunidades atingidas, o projeto de reassentamento concebeu a divisão de Cateme em quatro aldeias (Chipanga, Bagamoio, Mithete e Malabwe), com a designação dos nomes das aldeias atingidas pelo projeto. Sendo assim, permitia-se que se mantivessem os régulos, ou seja, que cada aldeia continuasse a manter a organização social anterior.

O processo de reassentamento estava previsto para iniciar em 2008, mas só teve início em novembro de 2009 e terminou em junho de 2010 e a mineração do carvão iniciou em maio de 2011. No mesmo ano, a empresa exportou o seu primeiro carvão mineral. A área sob domínio da Vale está dividida em Área Prioritária¹¹⁴ e a não Prioritária. A prioritária encontra-se subdividida em Moatize 1 e Moatize 2. A meta da Vale é exportar 11 milhões de toneladas de carvão por ano na primeira fase. Na segunda fase, a empresa pretende aumentar para 22 milhões de toneladas por ano. Até o ano de 2013, Human Rights Watch (2013) colocava que a empresa já tinha gasto cerca de dois bilhões na sua primeira fase e outros dois bilhões na segunda fase. Também se associa cerca de quatro bilhões em infra-estruturas de apoio, incluindo ligações de transporte.

¹¹⁴ O reassentamento apenas foi realizado para a população que vivia na área prioritária.

Dadas as condições das estradas de ferro existentes e pelo fato de ter que dividir seu uso com outras companhias, a Vale viu-se obrigada a reduzir a sua meta de exportação avaliada em cerca de cinco milhões de toneladas por ano. Para viabilizar os seus objetivos, a Vale conseguiu um financiamento que lhe permite reabilitar as estradas de ferro do corredor de Nacala, permitindo estabelecer ligação entre Moatize e o porto de Nacala-a-Velha, em Nampula.

A aposta do governo aos projetos de exploração mineira no país proporcionaram condições para que se criassem legislações que isentassem e reduzissem a carga de impostos. Em junho de 2002 é aprovado o código dos benefícios fiscais através do decreto nº 16/2002, em que se oferecia um conjunto de isenções e reduções fiscais aos investimentos realizados no país, incluindo os investimentos ao abrigo da Lei de Minas de 2002. Porém, em junho de 2007 se aprova a Lei 13/2007 que revisa os incentivos fiscais à atividade mineira. Nesta legislação, muitos dos benefícios oferecidos não são mencionados, ou seja, deixam de fazer parte dos benefícios oferecidos aos projetos de exploração mineira. É também nesse ano e no mesmo mês que se assina o contrato mineiro da Vale e, para salvaguardar os benefícios de isenções e reduções ao projeto mineiro da Vale, o contrato faz menção de todos os benefícios que a Vale Moçambique gozaria. Dentre os vários benefícios, destacam-se: (i) isenção de Direitos Aduaneiros, do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e do Imposto Sobre Consumos Específicos (ICE) na importação de bens e equipamentos necessários a instalação e operação da mina. Esta isenção tem a duração de 25 anos; (ii) redução em 25% da taxa do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC), incidente sobre os lucros da empresa. Válidos por um período de cinco anos; (iii) isenção de Direitos de Importação de bens classificados na classe "K" da Pauta Aduaneira; (iv) dispensa de retenção na fonte do IRPC ao rendimento concernente a serviços de grande dimensão, isto é, de valor superior a um milhão de dólares americanos, ou não disponíveis no mercado moçambicano e de especialidade ou qualidade requerida pelo projeto. A dispensa tem a duração de cinco anos; (v) redução em 25% da taxa de IRPC devido na distribuição de dividendos aos acionistas da empresa implementadora do projeto, provenientes dos lucros anuais gerados pelo projeto. Tem a duração de cinco anos; e (vi) isenção do pagamento do IVA na prestação de serviços para a expedição de produtos do projeto destinados a exportação (inclusive mas não se limitando a extração, limpeza e beneficiamento de carvão, energia elétrica) com validade de trinta anos (MOÇAMBIQUE, 2007d, p.24-26).

O Estado moçambicano garante a Vale Moçambique a realização de transferências para o exterior como é definido na Lei de Minas de 2002. Apesar dessas garantias já estarem registrados na legislação mineira, o contrato reafirma. Isso permite oferecer maior comodidade e proteção ao investimento da Vale em Moçambique, assim como o disposto no contrato:

9.11.1. Os benefícios e incentivos concedidos nos termos do presente Contrato não devem ser revogados e os direitos adquiridos não podem ser reduzidos, exceto no caso de incumprimento material pelos beneficiários de tais benefícios e incentivos, das suas obrigações e compromissos. (...)

9.11.4. Os termos do presente Contrato vinculam o Estado durante a vigência do Projeto o qual se compromete a não alterá-los unilateralmente ou a atuar de tal forma que possa afetar os termos e condições definidos para a implementação e operação do Projeto (MOÇAMBIQUE, 2007d, p.32).

O contrato obrigou a Vale Moçambique a ceder a favor do Estado Moçambicano uma participação gratuita de cinco por cento do capital social e, a reservar em até dez por cento do capital social para aquisição de outras empresas e/ou instituições moçambicanas.

Não obstante a Vale tenha se beneficiado de um conjunto generoso de isenções e reduções fiscais, os mesmos não evitaram a empresa de atravessar uma crise em 2014, em função da incapacidade da estrada de ferro em responder as necessidades da empresa, bem como a redução em cerca de 50% do preço do carvão no mercado internacional. Dadas às dificuldades que o setor mineiro (especificamente de exploração do carvão mineral) apresentava, a Vale tentou junto do governo a iniciativa de relaxamento de alguns impostos, pelo fato do preço do mercado não justificar a exploração do recurso. Recentemente a Vale teve que colocar parte das suas ações no mercado por forma a superar as dificuldades da crise.

5.3.2. A Riversdale Moçambique e a construção do seu território

As reservas de carvão existentes em Moçambique atraíram o gigante australiano para o país. A Riversdale Mining é uma empresa mineira, registrada na Bolsa de Valores Australiana. A multinacional tem operações na África do Sul e projetos de desenvolvimento na África do Sul e em Moçambique. Na África do Sul a mineradora explora a mina de Antracite da Zululândia e desenvolve um projeto denominado Riversdale Anthracite Colliery.

Em Moçambique a mineradora, através da sua filial moçambicana, denominada de Riversdale Moçambique Limitada, adquiriu 22 licenças de prospecção e pesquisa de carvão mineral na Bacia Carbonífera de Moatize, na província de Tete, uma na

província de Manica e outra na província de Niassa. Oito licenças localizam-se próximo da cidade de Tete, nove nas regiões de Changara e Songo e três próximas da barragem de Cahora Bassa (IMPACTO, 2008).

Benga é a primeira área das licenças de prospecção da Riversdale a ser explorada. Estudos realizados pela companhia indicavam que Benga possui depósitos de carvão metalúrgico e térmico avaliado em cerca de 2,1 bilhões de toneladas. Os mesmos encontram-se a profundidades menores, ou seja, a menos de mil metros de profundidade, podendo ser explorado a céu aberto. A área apresenta um potencial para abertura de uma mina a céu aberto com uma capacidade de minério de 1 760 milhões de toneladas e, a abertura de uma mina subterrânea com capacidade para explorar cerca de 350 milhões de toneladas (IMPACTO, 2008). Segundo o Estudo da IMPACTO, GOLDASSOCIATES; RIVERSDALE (2009) as reservas do carvão de Benga representam apenas 2% do total das reservas sob licença da Riversdale.

Para a abertura da mina de Benga, os estudos de viabilidade econômica indicaram que a Riversdale deveria investir cerca de 800 milhões de dólares americanos. O projeto de exploração de carvão mineral de Benga é um empreendimento conjunto com a Tata Steel¹¹⁵, com 35% das ações. Esta empresa adquiriu o direito de compra de 40% do carvão metalúrgico produzido nas minas de Benga com o objetivo de fornecer, principalmente, as instalações do Grupo Tata Steel na Europa e na Ásia (IMPACTO; GOLDASSOCIATES; RIVERSDALE, 2009).

A companhia iniciou com os estudos exploratórios, principalmente de perfuração na licença de Benga em 2007, tendo completado a abertura de cerca de 100 perfurações para estimar a presença do recurso em quantidade e qualidade. Em 2008 seguiram-se mais estudos com detalhes sobre o plano de mineração e a cinco de novembro de 2008 é submetido o pedido para a concessão mineira. O contrato foi assinado em maio de 2009 e tem a duração de 25 anos.

A atividade mineira estava planejada para ter o seu início em 2010, porém o início oficial das atividades é registrado em 2012 e a exportação do carvão de coque ocorreu em junho do mesmo ano. Foi definido que a partir de 2016 a mina teria uma capacidade de explorar 20 milhões de toneladas por ano de ROM (carvão bruto), com 39% do ROM sendo refugo, do qual produziria seis milhões de toneladas por ano de

¹¹⁵ A Tata Steel é uma empresa indiana e mais antiga, criada em 1907 como a primeira empresa privada de aço na Ásia. A empresa destaca-se como um dos dez maiores produtores de aço do mundo (IMPACTO; GOLDASSOCIATES; RIVERSDALE, 2009).

carvão metalúrgico com a finalidade de exportar, dois milhões de carvão energético para exportar e quatro milhões de carvão energético para o consumo doméstico, vendido, principalmente à central elétrica adjacente a Benga que seria construída em 2012 pela companhia (IMPACTO, 2008).

Para viabilizar as suas atividades, principalmente no que se refere ao transporte de carvão para o porto da Beira, com a finalidade de exportar, a companhia assinou um memorando de entendimento com o Porto e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e a Direção Nacional dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique para o acesso ao porto da Beira. Já que a companhia dos Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) tem a concessão do governo moçambicano para operar no corredor ferroviário da Beira, a Riversdale também assinou um memorando de entendimento com a CCFB. Como já existia um acordo entre esses parceiros e a Vale Moçambique e a capacidade da linha não cobriria as necessidades da Riversdale, a companhia lançou-se num estudo de viabilidade econômica e de impacto ambiental para o transporte fluvial do carvão por batelão utilizando o rio Zambeze.

A mina de Benga localizada na localidade de Benga, no PA de Moatize, a cerca de 14 km a leste da cidade de Tete, cobre uma área de 4 560 hectares, dos quais 4 502 estão localizados no distrito de Moatize e os restantes na cidade de Tete. O sudoeste da mina faz fronteira com o rio Zambeze, no extremo ocidental está a confluência dos rios Zambeze e Revúbuè, estendendo-se para norte ao longo do rio Revúbuè. No lado oriental está a área de concessão mineira da Vale.

A companhia definiu que a exploração da mina estaria dividida em duas fases, sendo que a primeira iniciaria em 2010 e terminaria em 2013. Nessa fase, a exploração do carvão concentrar-se-ia no lado sudeste da mina, próximo das comunidades de Mpala e Nhangango. A segunda fase iniciaria em 2013 e continuaria até o prazo de operação da mina. Essa fase continuaria indo para o norte-oeste da área e movendo-se gradualmente para o sul. Atingiria as comunidades de Nzinga, Gulo e Luani na vila de Capanga.

A aquisição do direito de explorar a mina de Benga implicou na cessação do direito de uso e aproveitamento da terra dos antigos beneficiários. Esse direito está firmado no artigo 4.8 do contrato de exploração mineira assinado com o governo moçambicano que lhes concedeu a "propriedade" da terra por um período de 25 anos, renováveis. O contrato refere que,

O Concessionário Mineiro terá o direito de uso e aproveitamento exclusivo da terra e beneficiar de toda ou qualquer porção de terra dentro de uma Área de Concessão Mineira, sujeito à aquisição do título de uso e aproveitamento da terra e à aquisição e extinção de direitos de terceiros mediante pagamento de compensações e/ou relocação de acordo com a Lei de Minas, e outra Lei Aplicável a este contrato (MOÇAMBIQUE, 2009, p.23).

O contrato reduz tudo a uma questão monetária, considerada “justa” de acordo com as regras do mercado. Além da obrigatoriedade da realização de um reassentamento, que em regra deve repor às famílias prejudicadas, condições que se equipararem às que já possuíam, o mesmo reduz todos os pertences das famílias a valores monetários a serem indenizadas. Nesse aspecto, constata-se a ausência dos valores culturais que efetivamente serão perdidos. A não inclusão, provavelmente, pode estar relacionada com a dificuldade de mensuração econômica desses valores. A “soberania” da propriedade do espaço pelo concessionário é garantida pela recorrência aos tribunais, caso as famílias não concordem com as avaliações monetárias de seus bens. Isto significa que para as famílias atingidas não lhes resta alternativa senão a sua deslocação compulsória.

O título mineiro de Benga atinge oito povoados de três principais comunidades, nomeadamente Benga-Sede, Capanga e Nhambalualu, além de parte do bairro Chingodzi na cidade de Tete. Estas povoações encontram-se dentro ou parcialmente fora da área do título mineiro. Cada comunidade encontra-se subdivida por unidades. As povoações de Capanga Nzinda, Capanga Gulo, Capanga Luani, Mpala, Nhangajo, Chitambo, Benga-Sede e Nhamsembe encontram-se dentro do título mineiro de Benga. Apenas Zinda, Chimulambe e Cangale, pertencentes à comunidade de Nhambalualu, encontram-se fora do título mineiro, mas próximo dele e do rio Zambeze. As comunidades atingidas possuem 5 671 habitantes, distribuídas por 1 147 agregados familiares (IMPACTO; GOLDASSOCIATES; RIVERSDALE, 2009). O contrato obriga a companhia a reassentar essas comunidades.

Em finais de 2009 a Riversdale criou o Plano de Ação de Reassentamento que foi aprovado pelo governo moçambicano. Os estudos realizados pelas empresas contratadas pela Riversdale identificaram que existiam dois grupos de população com perfis socioeconômicos diferentes, isto é, algumas dependiam basicamente da agricultura e apresentavam uma ligação bastante forte com o espaço rural, enquanto o outro grupo era composto por famílias que exerciam as suas atividades no espaço urbano e, a sua relação com esse espaço era bastante significativa. Para responder a esses perfis, definiu-se:

A zona de Mwaladzi, em Cateme, para 445 famílias, cujos sistemas de sobrevivência estão assentes num *modus vivendi* tipicamente rural, e Uma zona de características urbanas, área por definir, cujos sistemas de sobrevivência estão assentes num *modus vivendi* tipicamente urbano (IMPACTO; RIVERSDALE MOÇAMBIQUE, 2009, p.3).

A escolha da área de reassentamento foi da responsabilidade da Comissão de Reassentamento¹¹⁶, que escolheu Mwaladzi, por se localizar numa área “fracamente habitada e é essencialmente utilizada para a prática da agricultura” (IMPACTO, 2009, p.3) e por estar próximo de Cateme. Mwaladzi localiza-se a Este da aldeia de Cateme e faz fronteira a Oeste com a área de reassentamento da Vale. A área de reassentamento faz parte do Posto Administrativo de Cambulatsitsi e pertence à aldeia de Cateme. Segundo o projeto de reassentamento, a área selecionada para reassentar as famílias deslocadas pelo projeto de Benga ocupa 7 285 hectares e é tipicamente rural. O estudo revelou a existência de onze famílias, correspondentes a 58 indivíduos vivendo nessa área, das quais quatro famílias residem permanentemente, enquanto que as restantes habitam temporariamente, ou seja, ocupam as suas áreas principalmente em épocas de produção agrícola.

O projeto de reassentamento aprovado apresentava uma divisão espacial bem nítida, formada por área residencial, agrícola, de pastagem, de florestamento, zona tampão e outras atividades. A área residencial tem uma extensão de 490 hectares, preparada para os lotes de terras familiares destinadas à habitação de 449 agregados familiares. As habitações seriam construídas pela empresa responsável pelo deslocamento compulsório. A área também previa espaços para uma expansão futura num horizonte de 20 anos. Como as populações reassentadas dependiam da agricultura como a principal fonte de subsistência, foi reservado 1 296 hectares para o estabelecimento de 456 campos de cultivo familiares. A área de pastagem ocupou 4 330 hectares e a área de florestamento, onde serão implementadas ações de florestamento com espécies vegetais locais, ocuparia uma área de 717 hectares. O restante da área seria para a zona tampão e para a construção de outras infra-estruturas essenciais à vida social local, como por exemplo, um cemitério. A zona tampão estabeleceria a transição entre a área agrícola e a área de pastagem (IMPACTO; RIVERSDALE, 2009).

Para se aproximar da realidade das comunidades prejudicadas pelo processo de exploração do carvão, a área residencial foi dividida em subdivisões, que representariam as comunidades antigas, ou seja, cada uma das subdivisões foi batizada com o nome das aldeias destruídas. Sendo assim, presumia-se que se manteria a organização social

¹¹⁶ A composição da Comissão de Reassentamento é a mesma descrita anteriormente.

anterior e as lideranças das aldeias continuariam a serem as mesmas, com os mesmos membros das comunidades a viverem na mesma aldeia.

Em Mwaladzi foram construídas novas habitações, com material convencional, substituindo o antigo material que era usado na construção das casas dessas famílias, considerado de material precário. Construíram-se um estabelecimento de ensino primário, uma unidade sanitária, bombas para o abastecimento de água, infraestruturas para o fornecimento de energia elétrica e outras infra-estruturas. Para que as famílias abandonassem as áreas de concessão mineira para o reassentamento de Mwaladzi foram entregues 119 mil meticais¹¹⁷ como resultado das compensações de perdas das suas atividades. O dinheiro foi calculado e considerado como sendo “justo” para que as comunidades iniciassem as suas atividades no novo local de residência. Além dos valores das indenizações, as famílias receberam talhões com área de 40 m por 85 m, contendo casas novas e (1) um hectare preparado para a prática da agricultura, ou seja, lavrado.

A primeira fase de reassentamento teve início em 2011 e foram deslocadas 85 famílias. Esse grupo de famílias se transferiu para Mwaladzi mesmo antes das infra-estruturas estarem concluídas, havendo ausência de escola e de centro de saúde. A segunda fase de reassentamento foi conduzida pela Rio Tinto, multinacional que comprou todos os projetos de exploração mineira da Riversdale Moçambique em 2011. A Rio Tinto comprou todos os projetos da Riversdale Moçambique no país por cerca de quatro bilhões de dólares, incluindo a mina de Benga¹¹⁸. Para dar seguimento às suas atividades, a Rio Tinto iniciou o processo do segundo reassentamento em 2013. Nessa segunda fase foram reassentadas 478 famílias, das quais 354 haviam sido classificadas como rurais, ou seja, apresentavam um perfil socioeconômico definido como rural. Algumas famílias que haviam sido classificadas como urbanas graças a sua relação bastante próxima com as atividades considerada urbanas, preferiram ser integradas ao grupo das famílias classificadas como rurais. Esse grupo de famílias era formado por 35 agregados familiares. Acrescentam-se mais quatro famílias que já viviam permanentemente em Mwaladzi, antes da indicação do local para o reassentamento.

¹¹⁷ Valor equivalente a cerca de 9150 reais. O Câmbio do metical em relação ao real tem variado entre 12 meticais a 15 meticais por cada real.

¹¹⁸De acordo com a Human Rights Watch (2013, p.47-48), "em 2011, a empresa anglo-australiana Rio Tinto, uma das maiores empresas de mineração de carvão em todo o mundo, com presença em quarenta países, adquiriu a Riversdale, empresa que tinha múltiplas concessões de carvão na província de Tete. Essas concessões incluem o projeto "Zambeze" (cerca de 9 bilhões de toneladas), o projeto "Tete Ocidental" (cerca de 5 bilhões de toneladas) e o projeto mais desenvolvido "Benga" (estimado em 4 bilhões de toneladas métricas)".

As famílias consideradas urbanas ainda não foram reassentadas. Esse grupo é constituído por 261 famílias, dos quais 46 famílias foram afetadas pela construção do ramal que facilita o transporte do carvão mineral. As 46 famílias afetadas encontram-se a viver na vila de Moatize, alugando casas avaliadas pela Comissão de Reassentamento e pagas pela empresa. A opção encontrada para essas famílias é considerada temporária, enquanto esperam a realização do reassentamento urbano. Porém, há ainda incertezas de quando essas famílias serão reassentadas, pois o local escolhido pela Comissão de Reassentamento não é aceite pela Rio Tinto, por considerar o terreno acidentado, o que acarretará elevados custos para a construção das infraestruturas necessárias ao reassentamento.

O contrato assinado pela Riversdale Moçambique permitiu-lhe gozar de um conjunto de benefícios e isenções previstas na lei 13/2007. Dentre esse conjunto de benefícios, destacam-se a isenção dos direitos de IVA, ICE e outros impostos no processo de exportação do produto mineral comercial. Também está isento do IVA e ICE dos direitos aduaneiros devidos na importação (refere-se à Pauta Aduaneira "K"). O concessionário goza do direito a suspensão da obrigação do pagamento do IRPC incidente sobre os dividendos a ele atribuídos, apenas se o preço do produto mineral comercial médio de exportação dos diferentes tipos de carvão não se elevar em mais de 4% em relação ao preço médio considerado no modelo financeiro do projeto. É importante destacar que essas isenções matem-se válidas por um período de cinco anos a contar da data do início da exploração mineira, com exceção da última.

O contrato impõe ao concessionário a facilitar a participação de entidades nacionais no capital social, como também, determina que seja reservada uma cota de 5% do capital social ao Estado, mediante o pagamento, ou melhor:

O concessionário mineiro deverá oferecer ao Estado, e o Estado tem o direito de subscrever, a preço justo do mercado, uma série especial de ações, bem como quaisquer contribuições adicionais, que corresponderá a um máximo de 5% do capital social da Riversdale, ou numa sociedade sua sucessora, caso Riversdale, na altura da oferta, não seja uma sociedade anónima, nos termos da lei moçambicana. Os termos precisos da aquisição da participação social serão estabelecidos num acordo de subscrição de ações mutuamente acordados pelas partes (MOÇAMBIQUE, 2009, p.51).

O contrato assinado pela Riversdale, que depois passou a ser cumprido pela sua sucessora, a Rio Tinto, encontra-se mais elaborado, contendo informações relativas ao processo de reassentamento, ao tamanho da população a ser atingida, as obrigações sociais que a concessionária deve ter com a população atingida. É um contrato em que os benefícios fiscais tornaram-se “menos” generosos.

Após a compra dos ativos da Riversdale Mining, a Rio Tinto assumiu em Moçambique a designação de Rio Tinto Coal Mozambique (RTCM) e iniciou as atividades da mina de Benga em 2012 e em junho do mesmo ano exportou o primeiro carvão de coque. Antes de iniciar as atividades, a RTCM fez, logo após a compra dos ativos, um vasto trabalho de prospecção e avaliação das reservas adquiridas, tendo constatado que as estimativas dos volumes de carvão metalúrgico recuperável nas áreas mineiras encontravam-se abaixo do declarado a quando da compra dos ativos.

As condições de operação da mina mantendo os ganhos necessários não aconteciam e em 2014 os ativos da RTCM foram avaliados em 71 milhões de dólares. A queda do preço do carvão no mercado internacional em cerca de 50% terminou com a presença da companhia em Moçambique. A RTCM viu-se forçada a vender todos os seus ativos em Moçambique. O comprador dos ativos da RTCM é uma *join venture* indiana, a ICVL, criada pelo governo indiano para a compra de ativos de carvão no exterior de modo a atender as necessidades de empresas estatais como a Steel Authority of India Limited, Coal India Limited, Rashtriya Ispat Nigam Limited (IPO-RASH.NS), National Mineral Development Corporation Limited e National Thermal Power Corporation Limited. A *join venture* adquiriu os ativos da RTCM por apenas 50 milhões de dólares norte-americanos.

6. AS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CONTEXTO DA ATIVIDADE MINEIRA EM MOATIZE

6.1. Os territórios das comunidades atingidas pelos projetos mineiros

6.1.1. A Organização sociocultural

As atuais comunidades atingidas pelos projetos de exploração mineira construíram os seus territórios ao longo da história, através da ocupação do espaço e na demarcação dos mesmos com base em sacralização de determinados espaços, considerados sagrados e protegidos pelos responsáveis. Os representantes vivos dos territórios são denominados régulos e pertencem a linhagem fundadora do território, sendo escolhidos pelos membros das comunidades com base no comportamento e comprometimento do candidato. Os membros da comunidade regida pelo régulo podem destituir o régulo, o que não é frequente, e escolher um novo. Porém, o novo deve pertencer à família fundadora do território. A exoneração acontece quando os membros constatarem que a conduta e a moral do régulo não são adequadas e não defende os interesses da sua comunidade. O régulo pode ser do sexo feminino, como é o que acontece nas comunidades de Capanga, Benga-Sede e Nhambalualu¹¹⁹.

No processo da administração do seu território, o régulo é coadjuvado por líderes do segundo nível, o qual é denominado de Nhkwaua. Os Nhkwaua administram os povoados que pertencem ao domínio do régulo. Para que um membro se torne um Nhkwaua não é preciso que pertença a linhagem fundadora da comunidade, mas que tenha respeito no seio da sua comunidade e que seja parte do sistema tradicional de governação local. Esses representantes também são eleitos ao nível de cada uma das povoações.

Esta forma de organização social é responsável por manter a coesão dos membros da comunidade. Os régulos são a extensão dos representantes mortos da comunidade, ou seja, são os porta-vozes das decisões e desejos dos ancestrais materializados em determinados animais e em determinados espaços. Só o régulo pode dialogar com o representante morto da comunidade, que geralmente reencarna o seu espírito em animais, como jiboias, leopardo e leão. É o régulo o responsável por perpetuar os valores culturais e sociais na comunidade. O régulo também estabelece a

¹¹⁹ "Em se tratando do distrito de Moatize, existem 468 lideranças, das quais 12 atuam no primeiro escalão da estrutura de governo, sendo quatro delas mulheres" (RDM, 2006, p.52).

relação com as autoridades formais, isto é, mantêm relações com as autoridades indicadas pelo governo para administrarem a localidade.

Cada uma das comunidades ostenta os seus rituais e seus ancestrais. Esses rituais acabam por definir as áreas de extensão de cada território, demarcado, principalmente, pela presença de cemitérios (e/ou outros locais sagrados). Os cemitérios são locais sagrados, de acesso restrito apenas por rituais realizados pelos régulos ou pelos responsáveis dos cemitérios. O EIA realizado pela Vale demonstra a relação entre os vivos e os mortos a partir dos cemitérios,

Toda a aldeia apresenta um cemitério tradicional, e este é o local mais sagrado e respeitado da área, e a partir do qual as pessoas acreditam que os espíritos dos mortos continuam a controlar ativamente os vivos. Práticas realizadas com sepulturas são consideradas como fonte de proteção ancestral e prosperidade da comunidade (RDM, 2006, p.160).

A relação com os espíritos não se restringe apenas aos locais de enterro dos seus ente queridos, eles se estendem para alguns elementos da natureza, como os rios, as árvores (como o Ntondo e o Embondeiro), as cavernas e os morros (ou montanhas). Nesses locais são realizadas diversas cerimônias, com os rituais característicos de cada comunidade, onde é pedida aos ancestrais a chuva, a saúde, a pacificação na comunidade e na família, realização de bons negócios e mais. Esses locais específicos tornam-se sagrados, de acesso restrito e são preservados.

A presença desses locais acompanha as comunidades ao longo da história e faz parte da realidade sociocultural delas. Entender o cotidiano dessas comunidades passa por entender a relação que elas estabelecem com os seus antepassados, através da santificação de determinados espaços. Apesar de serem comunidades que se atrelam ao seu passado e aos seus ancestrais, a presença de outras religiões nas comunidades está associada às relações que foram estabelecendo no decorrer do tempo, em função dos vários movimentos migratórios que caracterizaram o povoamento da província e do distrito de Moatize. Sendo assim, é possível encontrar a presença do cristianismo e do islamismo em diversas comunidades atingidas, sem conflitar com as crenças locais. As comunidades mantêm as suas crenças ao mesmo tempo em que professam as religiões "estrangeiras".

As descobertas das potencialidades do Vale do Zambeze e, principalmente a descoberta do potencial de carvão mineral existente proporcionaram condições para que a área se tornasse espaço de imigração. A construção das estradas de ferro Beira-Malauí-Moatize, os conflitos armados ocorridos e as cheias terão proporcionado a vinda de novos moradores que passaram a construir uma identidade com as comunidades

existentes. O estudo realizado pela Vale alude ao fato de a localidade de Benga ser fruto de um assentamento de imigrantes, tendo como resultado a introdução do hábito de criação do gado bovino (RDM, 2006). Já o estudo da Riversdale, a partir de um inquérito, demonstra que apesar de 25% dos entrevistados terem declarado sempre terem vivido naquelas áreas, constatou-se que a guerra de libertação nacional, a guerra civil e o impacto das cheias de 2000 terão sido os principais responsáveis pelo aumento da população na localidade de Benga (IMPACTO, 2008). Desse conjunto de fatores, o estudo destaca a importância do impacto das cheias de 2000, como o fator que mais contribuiu.

É importante realçar que apesar das migrações virem a aumentar o tamanho da população das aldeias, os territórios continuam a ser da pertença da linhagem fundadora do território, daí que só essa família pode ascender ao cargo de régulo, ou autoridade do primeiro escalão. Porém, é fato que os novos residentes trazem consigo novas culturas e *modos vivendi* que acabam sendo, em parte, incluídos na vida sociocultural e econômica das comunidades, sem destruir a sua história, cultura e o relacionamento com os seus antepassados.

Como na maior parte da província, os territórios em estudo são caracterizados por apresentarem um sistema patriarcal. O sistema patriarcal é caracterizado pelo domínio da família paterna, onde os direitos de herança, sucessão e decisão encontram-se na linhagem paterna. A família é geralmente constituída por pai, mãe, filhos, genros e netos. É comum nos territórios em estudo a presença da poligamia, sendo mais frequente a existência de um homem com duas esposas¹²⁰. Também, há casos em que o homem tem mais de duas esposas, residindo em habitações diferentes e com seus respectivos campos de cultivo. É interessante notar que a proximidade ou não ao espaço urbano influencia no número de esposas que um homem pode ter, ou seja, quanto mais nos afastamos da área urbana o percentual de homens com mais de duas esposas vai crescendo.

6.1.2. A Organização espacial das comunidades

A localização dos assentamentos humanos esteve, quase sempre, associada à presença de cursos de água como forma de garantir as necessidades do dia-a-dia. Os rios

¹²⁰ Mungói (2010, p.209) constata que a poligamia está presente nas comunidades do distrito de Moatize. "Nos anais da tradição local, para o homem, a poligamia revela uma posição social de relevo na comunidade. Quanto maior número de mulheres tiver revela a sua riqueza, avaliada em número de cabeças de gado, hectares disponíveis e, conseqüentemente a aceitação e respeito pela comunidade".

Zambeze, Revúbuè, Moatize e Muarazi desempenharam um papel importante na atração da população para junto de suas margens, onde pudessem aproveitar a qualidade do solo para a prática da agricultura. Os mesmos também passaram a constituir parte de sua existência, ou seja, tornaram-se espaços sagrados e de realização de algumas cerimônias.

A construção de vias de comunicação, como as estradas, passaram também, a desempenhar um papel importante na atração de população. Nesses locais poderiam ser desenvolvidas outras atividades, como o pequeno negócio. Com o tempo, a necessidade de encontrar terra, principalmente para a prática da agricultura, já que as áreas próximas das margens dos principais rios se encontravam ocupadas, as famílias passaram a procurar áreas no interior. Daí a presença de comunidades em áreas do interior, onde os cursos de rio são sazonais e sem vias de comunicação importantes.

De acordo com essa descrição, constata-se que nas comunidades atingidas, as aldeias com mais população são aqueles localizadas próximas das margens dos rios, sendo nessas áreas localizadas as infra-estruturas sociais básicas, como escolas, postos de saúde, moageiras, casas de culto e outras infra-estruturas. Essas características também se aplicam para os assentamentos localizados ao longo das principais rotas. A outra forma de povoamento, com uma baixa densidade demográfica, encontra-se localizada nas áreas do interior, onde a qualidade do solo é precária e coberta por vegetação natural. São áreas com fraca presença de infra-estruturas sociais e, as famílias são obrigadas a deslocarem-se às aldeias mais próximas que dispõem dessas infra-estruturas.

Geralmente os assentamentos são do tipo disperso e cada família possui duas ou mais habitação com funções diferentes, próximas uma da outra, ou seja, no mesmo quintal. Uma das edificações tem a função de abrigo, a segunda é a cozinha, depois tem um celeiro, para a conservação de sementes e outros produtos agrícolas e um abrigo para os animais. Muitas habitações não dispõem de latrinas. Em função da existência de filhos e do sexo dos mesmos, existem mais de uma edificação com a função de abrigar a família.

As habitações são construídas com uso do material local, como estacas, pedras, troncos e colmos. As paredes são edificadas com estacas e pedras encaixadas entre os troncos e cobertas de colmo (capim). Também são encontradas as casas maticadas, em que se usa o barro nas paredes.

A organização do espaço está bastante relacionada com a principal atividade econômica e, como a maior parte da população se dedica a agricultura, constata-se que a localização do assentamento nas margens dos rios é fundamental. As famílias procuram condições para disporem de espaços de cultivo nessas áreas, reduzindo as distâncias a percorrer para a *machamba*, como também produzindo em terras férteis. O tempo de deslocamento da família para alcançar a *machamba* é definido em função da qualidade do solo e da presença de água, ou seja, a família pode estar disposta a percorrer longas distâncias se a qualidade do solo e a presença de um curso hídrico assim o justificarem.

As áreas de cultivo têm em média entre 0,5 hectare e 1 hectare. Porém, as famílias dispõem de mais de uma área de cultivo, podendo, em alguns casos, uma delas se localizar mais próxima da outra e desenvolver culturas diferentes. A prática da agricultura na família é da responsabilidade, tanto do homem quanto da mulher, mas com funções diferentes. As primeiras atividades para a prática da agricultura, como a limpeza do terreno, corte das árvores e queima dos troncos é responsabilidade do homem. A preparação da sementeira, a plantação, a sacha e colheita, tanto na primeira como na segunda época, são responsabilidade da mulher. O homem apenas ajuda, já que este procura encontrar outras fontes de rendimento que permitam a família adquirir os produtos que a *machamba* não pode produzir.

A primeira época de plantio inicia no mês de outubro e termina em junho. A segunda tem o seu início em março e termina em finais de cada ano. A localização adequada da *machamba* e a necessidade de ter mais de uma *machamba* permitem responder as necessidades da família, sustentando-as por pelo menos um ano, desenvolvendo a agricultura em duas épocas. A possibilidade de trabalhar a terra por duas épocas está relacionada à localização estratégica da localidade, bem como da escolha dos assentamentos, pois para além de se beneficiarem da proximidade dos principais rios que atravessam o distrito, oferecendo acesso à água e presença de solos aluvionais relativamente férteis, a área se beneficia da existência de baixas¹²¹. O estudo da Riversdale mostrou essa vantagem,

Benga encontra-se assente no complexo sistema geo-hidrológico, caracterizado pela presença de várias linhas de drenagem. Ao longo dessas linhas de drenagem, muitas famílias têm acesso às áreas baixas, localmente denominadas de baixas, onde o cultivo de sequeiro é desenvolvido (IMPACTO, 2008, p.79).

Essa relativa vantagem para a prática da agricultura permite que se aproveitem as baixas tanto na época chuvosa como na época seca. Na época seca aproveitam-se os

¹²¹ São várzeas do rio.

bancos de terra ao longo dos rios¹²² e é quando os rios reduzem significativamente os seus caudais permitindo o aproveitamento maior do solo e da água para a prática da agricultura. Desta forma, podemos compreender que numa estação a queda de chuvas é fundamental para a prática da agricultura, sendo uma atividade que depende da quantidade de chuva que cai e na outra é a presença de banco de terras ao longo dos rios, onde se pode aproveitar água e solos relativamente férteis. Assim é possível cultivar durante todo o ano.

Nem sempre as condições pluviométricas favorecem a prática da agricultura, já que a quantidade de chuva que cai é reduzida e, o distrito tem vivido períodos de escassez de chuva. Para melhorar essa situação, agudizada pela fraca qualidade do solo, as famílias têm recorrido ao uso de métodos tradicionais para melhorar a qualidade do mesmo (uso de compostos orgânicos como a introdução de folhas e capim no solo), utilização de estrumes de animais (principalmente do gado bovino e caprino), como também recorrem ao pousio. Esses métodos têm auxiliado o processo produtivo, permitindo que a agricultura continue sendo a atividade de subsistência das famílias. As principais culturas desenvolvidas são o milho, feijão nhemba (feijão caupi), amendoim e batata doce. O milho é o principal alimento das famílias.

As famílias que se beneficiam da localização estratégica, com áreas de cultivo próxima das margens dos rios, cultivam vegetais, como o tomate, repolho, pepino, quiabo e cebola. Geralmente esses produtos são colocados no mercado urbano das cidades de Tete e da vila de Moatize, permitindo às famílias a aquisição de rendimento extra.

A forte ligação entre a família e a prática da agricultura influencia no deslocamento temporário dos responsáveis da família, ou do homem, por alguns períodos para se dedicar a agricultura. Nesses períodos é possível encontrar um reduzido número de população nas comunidades, pois é a fase em que a agricultura demanda maior presença. O relatório da Vale aponta esse fato,

Outro aspecto relevante é que uma expressiva parcela da população rural realiza movimentos migratórios sazonais. Essas migrações sazonais explicam-se pela busca de áreas férteis para a agricultura de subsistência e para o pasto. Contudo, essa população retorna aos seus locais de origem após o período da safra. Isso explica a flutuação da população economicamente ativa, sobretudo masculina, verificada nos povoados rurais visitados (RDM, 2006, p.43).

¹²² São áreas que surgem no meio do leito do rio em função da diminuição significativa do caudal do mesmo.

A criação de animais também faz parte do cotidiano de um número significativo de famílias, sendo importante para a dieta familiar, como para a obtenção de rendimento extra a partir da sua comercialização. Mungói (2010) argumenta que o distrito é uma região com grandes efetivos de gado bovino e caprino destinados principalmente à comercialização nos centros urbanos de Moatize e Tete, como também vendem a comerciantes provenientes de longas distâncias, incluindo a cidade de Maputo. A criação de animais é desenvolvida principalmente nas áreas rurais, onde existem condições para alimentar os animais. À medida que nos afastamos das áreas rurais em direção à periferia urbana, o número de famílias que criam animais de grande porte vai reduzindo, dada a falta de condições para alimentá-los. Os principais animais criados são galinhas, cabrito, porco e boi.

A organização espacial das famílias residentes nas áreas urbanas atingidas pelos projetos, tanto da vila de Moatize como da cidade de Tete, próximas das da área rural, constituem uma área de transição para o urbano, onde se convive com algumas características rurais. São áreas que apresentam um crescimento na ocupação do espaço bastante significativo, influenciadas pela necessidade de estarem mais próximas dos núcleos centrais ou mesmo das estradas principais.

Essas áreas são denominadas de áreas peri-urbanas, que segundo a classificação elaborada por Araújo (2003), possuem ainda características rurais e, em alguns casos, os assentamentos são dispersos. Isso se verifica na área de estudo, principalmente na vila de Moatize, onde é possível encontrar uma ocupação dispersa. Porém, é preciso salientar que a sua incorporação ao espaço urbano, tanto da cidade de Tete como da vila de Moatize, deve-se ao fato de serem áreas reservadas à expansão urbana.

Nos últimos anos a ocupação desses espaços vem se densificando e, os espaços que eram reservados à prática da agricultura vêm diminuindo ou mesmo desaparecendo em função da construção de novas habitações. As famílias continuam a praticar a agricultura, obtendo espaços de cultivo mais distantes, onde é possível encontrar terra para a prática da agricultura.

Apesar da maioria das famílias continuarem a desenvolver a agricultura, constata-se que esta deixa de ser a principal atividade e garantia de sobrevivência da maior parte dessas famílias, que passam a depender de pequenos negócios. A proximidade aos principais centros urbanos da província e do corredor de Tete tornam essas famílias próximas dos principais mercados e da oportunidade de trabalho, tanto na

função pública como no setor privado. A venda de produtos agrícolas é também uma vantagem em face de sua localização estratégica.

6.1.3. Acesso aos recursos naturais e principais atividades econômicas

O acesso aos recursos naturais existentes na área permite às comunidades sobreviverem, mesmo em anos de escassez de chuva, em que a produção agrícola é colocada em risco. Também funciona como uma importante fonte de renda para a compra de produtos que não podem ser produzidos na *machamba*. Esse acesso igualmente permite as comunidades estabelecerem um vínculo com os seus ancestrais, como ainda desempenha um papel importante no tratamento de doenças, compensando a falta ou deficiência de infra-estruturas e serviços de saúde.

Este acesso aos recursos existentes tem papel importante para as famílias atingidas, principalmente aquelas residentes nas áreas rurais. Os frutos silvestres são fundamentais para as famílias, podendo ser consumido em épocas de estiagem, como também sendo utilizados para a fabricação de bebidas alcoólicas que são vendidas nos mercados próximos. Os frutos ainda são utilizados nas cerimônias tradicionais.

Tínhamos árvores que eram muito importantes para a nossa comunidade. O embondeiro, a massaniqueira e mitsanha eram frequentemente utilizados por nós. Só para veres, no embondeiro as folhas servem para fazer caril, comemos os frutos e ainda usamos para fazer papas para curar doentes de diarreias e vômitos. Também podemos usar para construir casas. Quando apodrece, no tronco nascem pequenos bichinhos que servem de comida e tornam a área fértil para o crescimento de cogumelos (residente em Cateme).

As plantas são utilizadas como matéria prima para a produção de importantes instrumentos de uso doméstico. A partir do uso da grama, cana, bambus, tronco de plantas e fibras são produzidos materiais de construção (para a edificação das casas locais), cestos, esteiras, redes de pesca, canoas e mobiliários. Esses bens têm um papel importante nas famílias, pois substitui os bens manufaturados por técnicas modernas e caros para a aquisição dessas famílias. Os produtos elaborados por essas famílias também são colocados no mercado urbano da área de estudo.

A presença de terras húmidas, ou de áreas denominadas por baixas, desempenha um papel importante nas famílias, pois para além de fornecer condições para a subsistência das famílias, elas podem ser aproveitadas para a realização de atividade de geração de rendimentos. Nessas áreas, assim como nas margens dos rios podem-se realizar a pesca e atividades pastoris.

A coleta de lenha e a produção de carvão vegetal são atividades desenvolvidas por um número significativo de habitantes, chegando a ter um rendimento anual de

cerca de 250 dólares a 800 dólares americanos por agregado familiar (IMPACTO, 2008). A procura por essas fontes de energia crescem cada vez mais, sendo os residentes da cidade de Tete e da vila de Moatize os principais compradores. Dadas as dificuldades de acesso à energia e, sendo a lenha e o carvão vegetal os principais combustíveis usados na confecção de alimentos, a procura por este produto tende a aumentar. Esses combustíveis também são consumidos nas áreas rurais, principalmente a lenha que tem um uso bastante acentuado, e é colhida no mato pelas famílias. Já o carvão, que passa por um processo de transformação dos troncos das árvores em carvão, tem custo para a sua aquisição, daí o uso reduzido nas famílias rurais, e seu uso também pode significar um nível de vida relativamente melhor, pois implica na compra de fogões a carvão.

Outra atividade que se apresenta como uma importante fonte de rendimento para determinadas famílias é a olaria. Esta é a mais rentável atividade desenvolvida na área, principalmente por habitantes do sexo masculino. A atividade consiste na produção de tijolos, que depois são queimados, usando ou carvão vegetal ou o mineral, tornando-os resistentes e de boa qualidade. O uso desses tijolos pode substituir os blocos de cimento, tornando-os mais procurados em função do preço. É uma atividade desenvolvida principalmente em áreas próximas da Estrada Nacional 7 (EN7) e da vila de Moatize.

É importante ressaltar que a localização das famílias junto aos principais centros urbanos e ao longo da EN7 é fundamental para a sua sobrevivência. Se nas áreas rurais a localização junto aos principais rios e nas baixas configura-se como fundamental, para as áreas urbanas, a proximidade aos centros urbanos e a EN7 também é essencial, pois à medida que se afasta desses locais as oportunidades tendem a reduzir.

As famílias com um dos membros trabalhando fora do setor agrícola se localizam, majoritariamente, nas áreas urbanas ou próximas destas. Trabalham na função pública ou no setor privado e/ou informal, principalmente como trabalhadores domésticos. O estudo realizado pela IMPACTO (2008) indica que os trabalhadores contratados pelo setor privado trabalham para pessoas particulares, acordado a partir de contratos verbais.

6.1.4. Acesso a infra-estruturas

Segundo o estudo da IMPACTO (2008) o distrito de Moatize possuía 12 unidades de saúde, das quais 11 eram centros de saúde e um era posto de saúde. Dos onze centros de saúde oito são do nível II, em que são caracterizados por dispor no mínimo duas enfermeiras, providenciando cuidados de saúde básicos e cuidados de

maternidade. Enquanto que o do nível I providencia os mesmos serviços encontrados na unidade sanitária do nível II, mas com internação.

O Posto Administrativo de Moatize, que é a área onde se localizavam as comunidades atingidas pelos projetos de exploração mineira, tem dois centros de saúde, um localizado na localidade de Moatize-sede, do nível I e o outro localizado na localidade de Benga, sendo este do nível II. Essas unidades sanitárias respondem às necessidades de todas as comunidades desse posto administrativo, como também, as comunidades desses postos podem recorrer às três unidades localizadas na vila de Moatize.

As comunidades abrangidas por essas unidades sanitárias são obrigadas a percorrer distâncias para ter acesso ao atendimento. A maior parte das famílias recorre a essas unidades andando ou utilizando a bicicleta. Em alguns casos, algumas famílias utilizam o transporte público.

A cobertura e o acesso aos estabelecimentos de ensino apresenta-se próxima da descrita para as infra-estruturas de saúde. Em Moçambique, o ensino primário é obrigatório, iniciando da 1ª classe até a 7ª classe. Nesse contexto, existem os estabelecimentos de ensino designados de EP1 que ensinam até a 5ª classe e as EPC que ensinam desde o 1º ano até o 7º. Geralmente as EPC não estão localizadas em todas as comunidades, enquanto que as EP1 distribuem-se em quase todas as comunidades. Há comunidades que não dispõem de escolas, mas podem deslocar-se, a distâncias relativamente curtas, para encontrar os estabelecimentos de ensino primário do primeiro nível.

A qualidade das infra-estruturas nem sempre é a melhor. Algumas escolas foram construídas com material local, pelos membros da comunidade e o Estado garante os professores.

Ainda que a província hospede uma das maiores barragens hidrelétrica da África Austral, esta beneficia um número muito reduzido de habitantes. Nas áreas atingidas pelos projetos mineiros, apenas os bairros localizados na área periurbana da vila de Moatize e da cidade de Tete e a comunidade de Capanga, unidade de Nzinda se beneficiam desses serviços. As restantes famílias recorrem à querosene e à lenha, como as fontes de energia.

O acesso à água, principalmente potável, é uma preocupação para a maioria da população. A recorrência aos rios acaba sendo a opção das comunidades, principalmente por aquelas localizadas próximas dos rios. Geralmente a água é retirada

das poças de água acumuladas sob os leitos secos dos rios. Existem furos construídos pelo governo e geridos pelas comunidades, mas são insuficientes para responderem a demanda.

A salinização das águas dos poços é comum, e não impede o consumo. Geralmente as comunidades que vivem próximo das margens dos rios não enfrentam esse problema. O trabalho de abastecimento de água à família é responsabilidade da mulher e das crianças, que transportam na cabeça durante todo o percurso. São também as mulheres que transportam a água para regar as hortas.

Quanto ao saneamento básico, constata-se que essas comunidades não são abrangidas por uma rede de esgotos. A rede apenas abrange a área central dos centros urbanos. As comunidades recorrem ao uso de latrinas tradicionais ou melhoradas, porém, a maior parte das famílias não dispõe de nenhum saneamento básico. O defecalismo a céu aberto, tanto no mato como nos rios, é uma prática corrente nos territórios em estudo.

6.2. Destruindo territórios e construindo espaços de reassentamento

O reflorescimento da indústria extrativa transportava consigo esperanças e descrédito no seio das comunidades atingidas pelos dois projetos. A exploração do carvão mineral já era antiga e, a vila de Moatize se consolidara como um espaço de atração graças à sua exploração, que proporcionava emprego a um número significativo de habitantes. Quando em 2005 a Vale iniciou o seu processo de escuta às comunidades a serem atingidas pela implantação do Projeto Carvão de Moatize, as famílias não acreditavam que o processo fosse se concretizar, pois em nenhum momento da história a exploração mineira significara a expulsão dos seus territórios. Mas ao mesmo tempo, para as comunidades, a efetivação desse projeto era sinônimo de emprego e possibilidade de melhora das condições de vida.

A Vale, juntamente com a empresa contratada para fazer o estudo sócio econômico das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral, se apresentaram às comunidades e informaram da pretensão dos seus territórios para a implantação do projeto mineiro. Nesses encontros, sem a presença das estruturas governamentais, quer ao nível do governo distrital e provincial, quer ao nível do governo central, os proponentes informaram que as comunidades seriam deslocadas para outro espaço, onde teriam melhores condições de vida e estariam empregadas durante o tempo de vida do Projeto Carvão de Moatize.

Quem foi primeiro a chegar aqui foram os brancos, os brasileiros, o governo atrasou chegar. Eles vieram nos informar que íamos sair desse local, mas nós não acreditávamos porque nunca tinha acontecido uma coisa como essa aqui, nem nunca ouvimos no país (reassentado em Cateme).

Primeiro foram os brancos da Vale que vieram aqui e falavam muita coisa. Vieram prometer muitas coisas e nós estávamos a negar, discutíamos em reuniões, faziam festas e recusávamos. Eles voltavam e nos prometiam mais coisas. Vieram várias vezes (reassentado em Cateme).

A consultora contratada pela Vale iniciou o seu estudo de levantamento das condições sociais, econômicas e culturais das comunidades a serem deslocadas, com vista a facilitar o processo das indenizações e do reassentamento. Foram realizados vários encontros de negociação com as comunidades até se obter o DUAT, cumprindo com os requisitos da legislação.

A maior parte dos encontros foi realizada com os líderes comunitários e, eram os líderes que convenceriam seus povos sobre a necessidade de serem deslocados para outros espaços. Vários estudos foram realizados pelas empresas contratadas pela Vale em 2006, demonstrando as condições das comunidades a serem afetadas. Os estudos demonstravam os pontos fortes e fracos das comunidades, incluindo as questões culturais que mantinham enraizadas as comunidades aos seus territórios e, como seria possível "desenraizá-las". No EIA do Projeto Carvão de Moatize se destaca a relação existente entre as comunidades e determinados locais dos seus territórios,

Tais situações demonstram que o deslocamento de um elemento considerado sagrado pode significar na alteração da relação estabelecida daquele elemento com o lugar de origem, e assim a possibilidade de sua reinserção em outro espaço pode não gerar o mesmo significado sagrado. No entanto, os membros das comunidades não negam de todo o deslocamento de um elemento considerado sagrado desde que sejam considerados os requisitos tradicionais, isto é, a autorização prévia pela autoridade tradicional (Régulo - Nhancuaua) e a realização de uma cerimônia tradicional (RDM, 2006, p.164).

As prováveis vantagens do projeto eram apresentadas como os ganhos que os membros das comunidades aufeririam. O emprego era o ponto forte, já que a empresa estaria presente no distrito em pelo menos 25 anos, de acordo com o contrato a ser assinado em 2007 com o governo de Moçambique. A importância dos elementos sagrados para as comunidades eram suplantadas pelas prováveis melhorias que a Vale ofereceria, bem como com a falta de opção na alternativa à deslocação. A negociação na aquisição do DUAT das comunidades é apenas um passo formal a ser seguido. O EIA do projeto da Vale demonstra como a relação do homem com o território poderia ser vencida,

Os elementos sagrados, árvores não têm muita interferência com o projeto. Podem ser deslocados porque os benefícios de um projeto como este são maiores que os lugares sagrados. Nós fazemos cerimônias de chuva em lugares sagrados, mas mesmo assim não chove e dependemos muito da chuva por causa da agricultura. Com o projeto podemos ter outros rendimentos e

não depender muito da agricultura (Secretário do bairro de Matambanhama) (RDM, 2006, p.164).

No relatório do EIA constata-se que as falas apresentadas pelo estudo se referem aos secretários ou régulos e não a população. Os encontros realizados foram feitos com os líderes comunitários e, quando os membros das comunidades participavam, muitos deles sequer se pronunciavam¹²³. As comunidades mostravam-se reticentes em aceitar as propostas de mudança, principalmente pelo fato de não conhecerem os locais de reassentamento, podendo impactar com as questões culturais, as questões relacionadas com a agricultura e com a proximidade aos mercados. Depois de várias negociações as comunidades cederam e os estudos dos possíveis locais de reassentamento já estavam em fase conclusiva. Apesar da cedência por parte das comunidades, alguns membros da sociedade civil colocam que a aceitação da perda dos territórios das comunidades não foi pacífica, pois

A Vale recorreu a velha estratégia usada até pelos criminosos como pelo colonialismo, que foi embebedar as comunidades. A Vale embebedou as comunidades durante 90 dias e fez com que as comunidades assinassem os papeis. As comunidades assinavam os papeis pensando que estavam assinando a folha de presença (representante de uma organização social).

As comunidades não tinham outra opção. Não havia como recusar sair, pois estamos falando de projeto de desenvolvimento e aprovados ao nível central. A única opção que lhes foi oferecida era aceitar, porque a terra já estava negociada (representante de uma organização social).

A Comissão de Reassentamento selecionou 11 áreas a serem avaliadas para o reassentamento das comunidades atingidas. Foi formada uma comissão técnica de trabalho, constituída por técnicos do governo e da Vale que acabaram por indicar Inhangoma 2 para o reassentamento rural e Capanga para o reassentamento urbano. O relatório produzido por essa equipe foi aprovado pelo Conselho de Ministros e depois informado às comunidades.

O relatório da Comissão Técnica indicava que Inhangoma 2 localizada a 29 km a noroeste da vila de Moatize, apresentava os pontos fortes como o acesso principal pela estrada secundária partindo da EN7, área suficiente para o reassentamento de todas as famílias rurais, presença de recursos hídricos, que mesmo intermitentes apontavam para a disponibilidade de água, pois atravessam à área os rios Moatize, Muarázi e Namwe e não possuía concessão mineira. Para o reassentamento urbano foi indicada Capanga, localizada a 11 km ao sul da vila de Moatize e a 10 km a noroeste da cidade de Tete. Apresenta espaço suficiente para albergar a população a ser reassentada como

¹²³ Em entrevista realizada com funcionários da Vale, os mesmos referiram-se ao fato dos membros das comunidades não terem se pronunciado durante a realização dos encontros de informação, escuta e negociação. A intervenção dos atingidos/reassentados é recente e, principalmente, o fazem para reclamar.

população urbana, livre de concessão, próxima dos centros urbanos e beneficiada por vários equipamentos e serviços sociais (GPT; RDM, 2006).

Depois de aprovada as áreas para o reassentamento pelo Conselho de Ministros, a proposta foi apresentada às comunidades atingidas pela Vale. As comunidades classificadas como rurais recusaram-se a mudar para a área de Inhangoma 2 por localizar-se distante da vila de Moatize, logo perderiam o acesso aos mercados urbanos (da vila de Moatize e cidade de Tete), as oportunidades econômicas e o acesso a infra-estruturas sociais.

O deslocamento para esses locais é cancelado em função da indisponibilidade das áreas selecionadas. A área de Capanga passou a fazer parte da área de licença de prospecção e pesquisa da Riversdale, mais tarde concessão. O mesmo aconteceu para Inhangoma 2 que localizava-se dentro de uma área de licença de prospecção e pesquisa.

É também nesse período que a Riversdale Moçambique inicia os seus estudos exploratórios e o contato com as comunidades, informando-lhes sobre a pretensão da área. Foram realizados levantamentos em todas as comunidades a serem atingidas pelo projeto Benga, incluindo parte da população residente no bairro Chingodzi, na cidade de Tete, que também seria atingida pelo projeto. Com os contatos pretendia-se obter um banco de dados sobre as questões culturais, econômicas e sociais. Essas informações eram fundamentais para facilitar o processo de indenização e de reassentamento.

Após a descoberta da impraticabilidade da realização do reassentamento nas áreas aprovadas pelo Conselho de Ministros, a Comissão de Reassentamento descartou a condição da realização do reassentamento dentro do mesmo PA e, escolheu Cateme, uma área no PA de Cambulatsitsi, próximo da EN7, localizada a 11 km de distância de Inhangoma 2. As comunidades recusaram a nova proposta, até porque não respondia às suas principais contestações, que se resumiam na distância em relação aos centros urbanos, ou melhor, a nova área estava mais distante que a primeira área selecionada pela comissão técnica e aprovada pelo Conselho de Ministros.

Apesar de várias contestações ao local escolhido, a Comissão de Reassentamento não deu alternativas às comunidades. A não concordância quanto ao local de reassentamento retardou o início das atividades da Vale e, obrigou a um posicionamento mais firme e contundente do governo provincial.

As famílias agora reassentadas em Cateme não aceitavam viver em Cateme, alegavam a distância aos centros urbanos, principalmente porque mantinham uma relação próxima com a vila de Moatize. A maior parte da população que vivia em Chipanga surgiu como consequência da guerra civil, e tinham medo de ficar longe da cidade. Também se acrescenta que Cateme era mato,

isolado e sem nenhuma infra-estrutura social. Como a população recusava a abandonar as suas aldeias, o governador da província marcou uma reunião com as comunidades e impôs a mudança (funcionária da Vale Moçambique). Nós não queríamos viver em Cateme. É muito longe da cidade e era mato, sem escolas e nem hospital. Como poderíamos viver numa área onde não conhecemos (residente em Cateme).

Para acelerar o processo de reassentamento, a Vale iniciou a construção da vila, contratando a Odebrecht para a construção das habitações. Para o desenho da planta das habitações a Vale contratou o escritório de Carlos Borges, que a partir dos estudos realizados pela CONSULTEC e, interagindo com as comunidades, foi proposto um modelo de casa que se aproximasse das habitações das famílias atingidas. Este projeto, segundo a Vale e o governo, refletia a forma de organização socioespacial da família rural.

Depois de aprovado o modelo da casa, iniciou-se a construção da vila. Construiu-se a casa modelo, do tipo 1 e, transportaram as comunidades para conhecerem o modelo das futuras residências. Eram casas construídas com material convencional e com alicerces. As comunidades aprovaram a nova habitação e, foram acompanhando a sua construção, através de deslocações promovidas pela Vale.

Enquanto se construía a vila, as atividades de implantação das infra-estruturas mineiras iam acontecendo. Como a sua implantação afetava determinadas áreas, a Vale decidiu impedir que determinadas famílias praticassem agricultura nessas áreas. As famílias interditadas de praticar a agricultura eram transportadas, diariamente, para Cateme, onde foram cedidos espaços para a prática da agricultura. A viagem para Cateme ocorria pela manhã e regressavam ao final do dia. Quando as primeiras casas foram construídas, a Vale privilegiou as famílias que já tinham *machambas* em Cateme e lhes providenciou uma cesta básica, contendo milho, feijão, chicao¹²⁴, amendoim e óleo.

Terminada a construção da vila, o reassentamento teve início em setembro de 2009 e terminou em junho de 2010. A Vale providenciou viaturas para o transporte de cada família, incluindo todos os seus bens. Os animais foram transportados em forma de pastoreio. Foram igualmente transportados bens tradicionais, culturais, espirituais e o património coletivo, material, cultural, tradicional e espiritual de cada comunidade. Os lotes residenciais para cada família já haviam sido sorteados, segundo a Vale, a quando da construção da vila.

¹²⁴É um tipo de peixe característico dos rios da região. Depois de pescado é secado como uma forma de conservação.

Chegados à vila, cada família recebeu (1) uma habitação, contendo a casa principal, (1) uma cozinha e uma casa de banho, 1 (um) hectare de terra lavrado, cesta básica, sementes para o início da atividade agrícola e foi disponibilizado um agrônomo para assessorar as comunidades nos trabalhos agrícolas. A cesta básica foi calculada a partir de uma simulação feita por um agrônomo, em que baseado no tamanho da *machamba* de cada família, no número do agregado familiar e na idade de cada um dos membros calculava-se a quantidade de alimentação a ser fornecida.

A Vale construiu um mini-sistema de abastecimento de água aos fontanários, garantiu o fornecimento de energia elétrica a vila e estabeleceu as ligações domiciliárias apenas para aquelas famílias que já dispunham desse serviço. Para aquelas famílias que não possuíam, coube a sua responsabilização pela sua ligação. Ademais, a Vele eletrificou as infra-estruturas públicas, como o estabelecimento de ensino, o centro de saúde e o posto policial.

Ao final de 2010 todas as famílias classificadas como rurais já se encontravam reassentadas. A vila havia conquistado uma nova dinâmica e as novas habitações e promessas de trabalho pressagiavam um futuro risonho. Porém, alguns reassentados já reclamavam pelo fato de

Ganhei uma casa nova, construída de material convencional, mas é pequena. A minha casa lá era maior e tinham-me prometido uma casa maior como a minha, mas esta é do tipo 1 e eu tinha do tipo 2. Sei que há famílias que tinham casas pequenas e aqui receberam casas grandes. Isso é uma injustiça. (residente em Cateme).

Eu tinha casa com dois quartos e ganhei uma com dois quartos. Mas todos nós que tínhamos celeiros eles não construíram. Quando chegamos e apresentamos essa queixa, eles disseram que iam nos fornecer material para construirmos os celeiros, mas até agora nada. (residente em Cateme).

Simultaneamente em que se fazia o reassentamento das comunidades classificadas como rurais, também acontecia o reassentamento das famílias classificadas como urbanas. As famílias que seriam reassentadas em Capanga não mostraram resistência, pois estavam reassentadas na vila de Moatize, na unidade 6 do bairro 25 de setembro. As famílias também receberam 1 (uma) casa principal, 1 (uma) cozinha e 1 (uma) casa de banho. Como foram populações reassentadas no espaço urbano, sem condições para disponibilizar terreno para a prática de agricultura, as famílias receberiam indenizações das *machambas* e do fabrico de tijolos, perdidos em função da implantação do Projeto Carvão de Moatize. As indenizações permitiriam que cada família adquirisse um terreno para a prática da agricultura ou iniciasse uma nova atividade.

A Vale havia prometido a construção de uma escola, de um centro de saúde, um campo de futebol e um cemitério. Quando as famílias mudaram para a unidade 6 do bairro 25 de setembro não encontraram nenhuma dessas infra-estruturas. As crianças tiveram que percorrer distâncias maiores para ter acesso à escola e sofreram problemas de integração, pois o deslocamento compulsório aconteceu em pleno decurso do ano letivo.

Como essa população considerada urbana vivia na periferia da vila, beneficiando dos serviços de eletricidade e abastecimento de água, quase todas as habitações se beneficiaram de água encanada no quintal e energia elétrica em casa. As ruas beneficiaram-se de iluminação pública. As condições de vida pareciam caminhar para um futuro melhor, já que boa parte das famílias dispunha de um membro empregado ou na Vale ou em uma das suas subcontratadas. Muitos desses empregados estavam a trabalhar na Odebrecht, principalmente na construção da vila.

O processo de reassentamento realizado pela Vale não contou com o apoio das organizações da sociedade civil. Das organizações que atuavam na província e no distrito, apenas uma ainda não tinha sido fundada e, surge em função das constatações que o processo de reassentamento ia despertando na sociedade civil. As restantes não participaram nesse processo por não terem representantes nas comunidades ou mesmo pela ineficiência em acompanhar a dinâmica do processo, antecipando cenários futuros, pois o mesmo aparentava seguir todos os trâmites legais.

As comunidades atingidas pelo Projeto Benga beneficiaram-se do apoio das organizações da sociedade civil, bem como do aprendizado do reassentamento realizado pela Vale. A Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC), fundada em 2009 para apoiar juridicamente as comunidades devido aos atropelos aos seus direitos, e a União Provincial dos Camponeses (UPC), que tinha uma associação legalizada e localizada nas áreas ocupadas pelo Projeto Benga, assessoraram as comunidades atingidas a defenderem os seus direitos, principalmente no processo das indenizações e na conscientização dos líderes e das comunidades sobre o processo de reassentamento.

As comunidades já tinham o conhecimento da experiência vivenciada pelos reassentados pela Vale e sabiam que o reassentamento era inevitável. Por conseguinte, concentraram o seu foco na negociação dos valores das indenizações. Os primeiros contatos realizados pela Riversdale estavam acompanhados das estruturas governamentais. O mesmo aconteceu com a realização dos encontros com os líderes

comunitários e com os membros das comunidades, informando-lhes sobre a pretensão da área pela empresa. A experiência do reassentamento da Vale permitiu que tanto as comunidades como a Riversdale e as estruturas governamentais encontrassem estratégias de contornar os possíveis problemas resultantes do processo de reassentamento.

A cedência do direito de uso e aproveitamento da terra pertencente às comunidades era inevitável. As comunidades não tinham alternativas senão a transmissão do DUAT para a Riversdale. As comunidades negociariam os termos da cedência do DUAT, ou seja, negociariam as indenizações e o processo de reassentamento. A escolha da área de reassentamento era da responsabilidade da Comissão de Reassentamento. A empresa apenas se preocupava em adquirir o DUAT como reza a legislação.

A Comissão de Reassentamento identificou Mwaladzi, no PA de Cambulatsitsi, distanciando-se 4 km de Cateme e 44 km da vila de Moatize. Nem os líderes comunitários e nem as comunidades participaram na escolha do local. O mesmo foi imposto pela Comissão de Reassentamento, que se aproveitou da existência de espaço suficiente para albergar todos os agregados familiares classificados de rurais, como também pela proximidade ao reassentamento de Cateme.

É importante destacar que a área é livre de licenças de prospecção e pesquisa, o que também influenciou na escolha do local. Após a indicação do local de reassentamento, a Riversdale contratou a IMPACTO para realizar o estudo de impacto ambiental simplificado, que tem como objetivo avaliar as condições da área para a realização do Reassentamento. A IMPACTO produziu em 2009 o relatório que depois foi aprovado. Iniciou-se a construção das habitações pela CETA que, com base no conjunto de dados levantados na comunidade, principalmente sobre os tipos de habitações, permitiu a construção das casas da vila de Mwaladzi de acordo com as divisões das habitações que cada família tinha.

Após a construção da casa modelo, as famílias fizeram a primeira visita ao local de reassentamento para conhecerem a casa modelo. A segunda "visita" ao local foi definitiva, ou seja, ela aconteceu depois da construção das habitações e tinha como objetivo ocupar as casas.

Como a empresa pretendia iniciar o processo de implantação das infra-estruturas necessárias a atividade mineira, logo que foram concluídas as primeiras casas, a Riversdale transferiu cerca de 85 famílias para Mwaladzi, podendo assim iniciar o

processo de implantação das infra-estruturas necessárias à atividade mineira. A necessidade de cumprir com os compromissos comerciais sobrepôs-se a necessidade de criar as condições mínimas para reassentar as 85 famílias. Estas foram deslocadas sem que a vila oferecesse o mínimo de condições, como infra-estruturas de ensino e de saúde.

Quando nos transferiram para aqui a vila ainda não estava acabada. Ainda tinha funcionários da CETA a construírem as casas. Nós passamos mal, muito mal. Não tínhamos nem escola e nem hospital. Não podíamos ficar doentes. Onde iríamos tratar os doentes? Em Cateme? Já viste as condições de acesso à Cateme? É uma estrada perigosa (residente de Mualdzi).

Não sei por que nos enviaram para aqui antes de concluírem. Despejaram-nos aqui sem as mínimas condições (residente de Mualdzi).

Realizado o primeiro reassentamento, a implantação da mina teve início, e em 2012 iniciou o seu funcionamento, agora liderado pela Rio Tinto. As obras de construção da vila terminaram em 2013 e iniciou-se a segunda fase de reassentamento da população classificada como rural. A realização do deslocamento das comunidades encontrou alguns entraves, principalmente porque as mesmas reivindicavam que lhes fosse paga, antecipadamente, as indenizações. Algumas lideranças locais se mostravam mais próximas das orientações governamentais e tentavam influenciar as comunidades a aceitarem a transferência sem o pagamento das devidas compensações.

Em Capanga houve um problema entre o líder comunitário e a comunidade, porque o líder comunitário apelava as comunidades a não exigirem as indenizações. A comunidade não acatou os apelos da liderança e lutaram pelos seus direitos. Os líderes comunitários se posicionam de acordo com as vantagens que vão tirar, para além de serem parte da estrutura administrativa do governo (representante de uma organização social).

O posicionamento das lideranças locais é bem complexo, pois tentam defender os interesses da sua população, ao mesmo tempo em que se encontram amarradas às suas obrigações administrativas com o governo. Lembro que convidamos um líder comunitário para receber uma capacitação em Maputo e quando voltou foi bastante interrogado, pois se relacionou com o fato deste líder ter ido receber informações para contrariar o governo (representante de uma organização social).

O reassentamento só teve início quando a empresa fez o depósito dos 119 mil meticais na conta de cada família atingida, pois as famílias recusavam abandonar as suas residências com medo de serem burladas.

Quando nos informaram que íamos mudar para Mwaladzi nós não queríamos sair, pois temíamos que acontecesse o mesmo com o pessoal de Cateme. Daí a empresa nos disse que já tinham depositado o valor. Cada um foi ver e constatou que o dinheiro estava nas nossas contas e aí aceitamos mudar (residente de Mwaladzi).

Só aceitamos sair depois de vermos o dinheiro nas nossas contas. Só depois. (residente de Mwaladzi).

Indenizadas as famílias pelas perdas das suas atividades, a Rio Tinto organizou o transporte das famílias e dos bens de cada uma delas. Chegados a Mwaladzi, cada família encontrou (1) uma habitação, bicicleta e cesta básica para que se alimentassem

enquanto criavam as condições necessárias até passarem a se sustentar com base nas suas antigas atividades de subsistência. A cesta básica seria fornecida com uma periodicidade regular de três em três meses, com a duração de um ano.

As habitações fornecidas aos reassentados foram construídas com material convencional, equipadas com sistemas que pudessem comportar o fornecimento de energia elétrica e o abastecimento de água, principalmente o proveniente das águas pluviais como forma de minimizar o problema de abastecimento de água para o consumo doméstico. As casas também se beneficiaram de um sistema de saneamento aceitável, denominado de latrina melhorada. É importante realçar que, apesar de todos terem recebido habitações novas e convencionais, registraram-se casos em que famílias que tinham casas com dois quartos em Benga acabaram por receber casas com apenas um quarto e outras em que tinham apenas um quarto, receberam casas com dois ou mais quartos. Desta forma, há famílias que foram lesadas no processo de atribuição das novas habitações.

6.3. Reconstruindo a vida nos espaços de reassentamento

6.3.1. A vida em Cateme

As esperanças de um futuro risonho alicerçavam-se nas novas residências, construídas com material convencional (figura 4). Ao chegar ao local de reassentamento, as famílias encontravam uma vila ordenada, com os serviços de educação, saúde, fornecimento de água e corrente elétrica. Muitos desses serviços estavam acessíveis (física e economicamente). Vários reassentados tinham empregos nas empresas subcontratadas pela Vale e mantinham esperanças de continuar empregadas.

Não obstante algumas famílias terem perdido parte do seu gado durante o processo de transferência para Cateme e outras terem sido lesadas nas dimensões das habitações recebidas, as mesmas acreditavam que as condições melhorariam, até porque a Vale e o governo prometiam indenizar as perdas ocorridas durante a transferência das famílias.

As esperanças começam a minguar quando as famílias descobriram que as terras disponibilizadas para a prática da agricultura não eram boas e estavam distante da presença de cursos hídricos. As famílias que dispunham de espaço para a prática da agricultura próxima das suas áreas de residência começaram a enfrentar conflitos com o uso pastoril, já que as terras disponíveis para a pastagem também são péssimas. Muitas

famílias perderam o seu gado durante os primeiros anos e a Vale e o governo se distanciaram da responsabilidade das perdas.

Figura 4. Habitações recebidas pelos reassentados em Cateme



Fonte: Trabalho de campo.

Apesar da Vale ter disponibilizado um agrônomo para assessorar as comunidades no processo produtivo, os resultados não melhoravam e as comunidades contestavam a qualidade das terras atribuídas para a prática da agricultura. Nos

primeiros anos a fraca produção agrícola foi aliviada pelas cestas básicas, pela venda de parte do seu gado e pelo consumo dos valores das indenizações.

Os resultados da campanha de 2011 não foram satisfatórios, colocando em causa a segurança alimentar no ano seguinte. As comunidades solicitaram o apoio à Vale para que lhes cedesse cesta básica para aliviar os maus resultados da campanha agrícola. A Vale mostrou-se indisponível em ajudar os reassentados por considerar que o papel dela no processo de reassentamento havia terminado. As comunidades pressionaram o governo e este solicitou o apoio da Vale, tendo esta disponibilizada a segunda "oferta" de cesta básica.

Em 2012 registrou-se uma fraca produção em Cateme e a população solicitou a nossa intervenção. Achamos que não era nossa responsabilidade fornecer as cestas básicas para não criarmos um vício nas comunidades. Porém, o governo interveio e nós acabamos por providenciar o apoio alimentar, mas exigimos que o mesmo fosse distribuído pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC). Assim nós não teríamos uma intervenção direta na comunidade (funcionária da Vale).

Desde que estamos aqui nós recebemos duas vezes a cesta básica, uma foi quando mudamos e a outra foi em 2012 quando as nossas *machambas* não tinham produzido nada (residente em Cateme)

A falta de terra adequada para a prática da agricultura e de recursos hídricos, com água correndo na maior parte do ano, condicionava o trabalho na agricultura, já que eram comunidades que aproveitavam as proximidades do rio para trabalhar a terra. A sua produção de verduras também ficou comprometida. Essas condições colocavam em xeque a segurança alimentar, já que as estratégias de sobrevivência também estavam limitadas às condições que a vila oferecia.

É difícil para essas comunidades, pois o local escolhido não é propício para se viver porque a qualidade do solo é fraca, não sendo adequada para fazer *machamba* e nem para pastar o gado. A situação complica-se mais pelo fato de naquele espaço já ter famílias que tinham ocupado as terras aptas para viver e os nativos proibiam o uso de determinadas áreas para a pastagem e para a prática da agricultura (representante de organização social).

Aquela terra tem dono e os reassentados conflitam com os donos. Assim a segurança alimentar que estava dependente da agricultura fica comprometida. Nas suas anteriores áreas quando havia uma seca, eles tinham as baixas, próximos dos rios, árvores, solidariedade social como forma de superarem os maus resultados agrícolas. Para além de estarem próximo do mercado e puderem colocar os produtos extraídos da natureza. (representante de organização social).

As opções de sobrevivência escasseavam e muitas das famílias que tinham alguns dos seus membros a trabalhar nas empresas contratadas pela Vale viram seus familiares perderem emprego. A construção da vila terminou e as empresas contratadas para a construção e preparação da vila tiveram os seus contratos vencidos e, conseqüentemente o número de trabalhadores empregados foi demitido. Sem trabalho, com terra inadequada para a prática da agricultura e com impossibilidade de recorrer às

antigas estratégias de sobrevivência, as famílias precisam descobrir novas formas de sobreviver.

Dá pena ver os jovens de Cateme, muitos deles estavam empregados nas empresas subcontratadas pela Vale. Quando terminou o contrato dessas empresas muitos ficaram sem trabalho. Ali não fazem nada, nem podem fabricar tijolos, nem fazer carvão nem nada porque não tem comprador. Transportar para vila é uma grande distância. É muito triste (residente na unidade 6 do bairro 25 de setembro).

A Vale tinha nos prometido emprego durante os 35 anos de contrato com o governo. Viemos aqui e perdemos o emprego. O que vamos fazer aqui? Estamos longe da vila de Moatize, a terra não produz. É para fazermos o quê aqui? Até antes da realização da greve¹²⁵ não tínhamos como ir à vila, pois não havia transporte (residente em Cateme).

As condições de sobrevivência tendem a se agravar, pois a Vale construiu um mini sistema de abastecimento de água que não é suficiente para responder as demandas dos reassentados. Apesar da construção de fontanários de acesso liberado para os moradores, chega-se ao extremo de ficarem-se dias sem o seu abastecimento, obrigando as comunidades a deslocarem-se ao rio mais próximo, para a obtenção da água que, para além da distância, é imprópria para o consumo humano.

As comunidades tornaram-se isoladas, ou seja, foram reassentadas num local distante dos principais centros urbanos e sem transporte público. As condições da estrada que estabelecem a ligação de Cateme à EN7 encontrava-se em péssimas condições, desincentivando a alocação de transporte público. As comunidades estavam obrigadas a caminharem cerca de 6 km até a EN7 e esperarem por uma boleia.

A falta de alternativas oferecidas aos reassentados deteriorava cada vez mais a já precária condição de vida aqui estavam submetidos nas novas áreas de residência. As comunidades endereçaram vários pedidos de cumprimento das promessas feitas quando da negociação do DUAT e solicitaram o apoio do governo, porém sem respostas satisfatórias e com mais promessas. Sem condições para esboçar estratégias de sobrevivência, a única que estava ao seu alcance era a paralisação total da circulação do comboio que transporta o carvão mineral para o porto da Beira, assim a empresa sentiria o impacto "de não fazer nada".

Em princípios de janeiro de 2012, depois de ignoradas várias solicitações de encontros com a Vale e o governo, cerca de 500 famílias reassentadas em Cateme paralisaram a circulação do comboio que transportava o carvão mineral, colocando troncos e outros objetos obstruindo a estrada de ferro. A paralisação do transporte do carvão comprometeu os compromissos comerciais da Vale, resultando em perdas

¹²⁵ Os entrevistados geralmente referem a greve como sinónimo de manifestação, que normalmente culmina com a paralisação das vias de acesso, estratégias para as mineradoras..

financeiras. O governo foi chamado a intervir e, mobilizou as Forças de Intervenção Rápida (FIR) para desbloquear a estrada de ferro. Essas forças, conhecidas como violentas, espancaram os manifestantes e prenderam alguns deles alegando serem agitadores.

Apesar da violência sofrida, os resultados da manifestação foram satisfatórios, pois a mesma mostrou à sociedade civil moçambicana e internacional os atropelos aos direitos dos reassentados, bem como despertou a consciências dos moçambicanos sobre o lado "obscuro" dos reassentamentos, mobilizando mais debates sobre esse processo.

As principais reivindicações eram:

- As habitações construídas não ofereciam segurança e nem comodidade. As moradias começaram a apresentar rachaduras e quando chovia a água da chuva entrava nas casas, dificultando o repouso da família, como também molhando roupa e alimentação;
- O sistema de abastecimento de água não era suficiente para responder as necessidades das famílias reassentadas, chegando a passar dias sem água nos fontanários;
- O solo disponibilizado para a prática da agricultura não era adequado, hipotecando a segurança alimentar das famílias;
- Desde a conclusão do reassentamento até ao ano de 2012 a Comissão de Reassentamento ainda não tinha disponibilizado o segundo hectare que tinha sido prometido;
- Falta de transporte público, tornando a circulação de pessoas e bens difícil. Esta condição ilhava as comunidades;
- Falta de atividades de geração de rendimento. Como o local de reassentamento encontra-se isolado, as alternativas de sobrevivência escasseiam e muitos membros das comunidades encontram-se desempregados. Como sobreviver numa área com solos pobres para a prática da agricultura e longe dos centros urbanos?

A manifestação realizada pelos membros das comunidades reassentadas em Cateme forçou a empresa e o governo a reverem as condições de vida em que se encontravam as famílias reassentadas. Os acordos assinados em 2005 com vista a garantir a qualidade de vida dos reassentados foram cancelados e novos acordos foram firmados. Segundo a CONSULTEC (2014, p.7),

Em 2005, a empresa assinou um Memorando de Entendimento (MdE) com o governo de Tete para a implementação de projetos sociais no âmbito de saúde, assistência social, educação e cultura, agricultura e infra-estruturas. Em parceria com a empresa Diagonal Urbana, a Vale elaborou e iniciou então um Programa de Desenvolvimento Social junto das comunidades afetadas.

Em 2012, após diversas manifestações das famílias reassentadas, o governo decidiu elaborar um novo MdE e suspender o programa de desenvolvimento social da Vale, substituindo-o por compromissos específicos do MdE. A Vale iniciou então atividades direcionadas ao cumprimento destes objetivos.

Logo após o fim das manifestações a Vale iniciou a construção de um sistema definitivo de abastecimento de água, substituindo o mini-sistema que havia sido implantado. O novo sistema permitiu abastecer a vila de Cateme com certa regularidade, apesar de ocorrerem alguns cortes no abastecimento de água. As condições de fornecimento de energia melhoraram substancialmente, pois a Vale apenas tinha disponibilizado a energia para as instituições públicas.

Quando as famílias foram reassentadas haviam sido prometidas a construção de um sistema definitivo de abastecimento de água, mas a empresa apenas construiu um mini-sistema provisório. Foi com a manifestação que se construiu um sistema definitivo, com a construção de um tanque maior para abastecer a vila. A energia elétrica apenas abastecia as instituições públicas, com a greve o sistema foi melhorado substancialmente e houve iluminação pública (representante da Comissão de Reassentamento).

Foi introduzido o transporte público, estabelecendo a ligação entre a vila de Cateme e a vila de Moatize. Com a melhoria da via de acesso, principalmente a que estabelece a ligação entre Cateme e a EN7, o setor privado iniciou a exploração da rota. As comunidades passaram a ter mais opções de transporte e com certa regularidade, sendo o transporte público o mais acessível financeiramente (20,00Mts) e o privado, o mais frequente (30,00Mts).

No tocante a qualidade da terra e a disponibilização do segundo hectare, em meados de setembro uma equipe multi-setorial, constituída por técnicos dos Serviços Distritais de Atividades Económicas (SDAE), dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI) e os técnicos da Diagonal realizaram alguns encontros com as quatro comunidades reassentadas em Cateme com vista a fornecer o segundo hectare prometido. Dos quatro encontros realizados no mês, as comunidades mostraram-se indisponíveis a aceitar o segundo hectare, pois receavam que: (a) a terra a lhes ser fornecida não teria qualidade para a prática da agricultura; (b) a existência de prováveis conflitos de terra, visto que alguns membros da comunidade tinham perdido terra, arrancados pelos nativos; (c) a terra a ser disponibilizada encontrava-se próxima de Mwaladzi, não sendo fértil e podendo ser invadida por gado da população

circunvizinha; e (d) a terra estava sendo atribuída tardiamente, não podendo ser lavrada para a prática da agricultura naquela época.

Como solução para este impasse, as quatro comunidades foram unânimes em solicitar que o segundo hectare prometido fosse atribuído em valores monetários, para que cada família pudesse comprar a melhor terra para a prática da agricultura. A mesma poderia ser adquirida aos nativos que dispunham da melhor terra ou mesmo fora das proximidades de Cateme. O estudo da Diagonal mostra que as comunidades tiveram que assinar uma declaração onde assumiam que não pretendiam receber o segundo hectare e que o mesmo fosse compensado em valores monetários (DIAGONAL, 2012). No final, cada família foi compensada com 119 mil meticais para a compra do segundo hectare.

O principal motivo que gerou a realização da manifestação tinha sido a qualidade das habitações. As comunidades já haviam manifestado o seu descontentamento durante a construção das habitações, pois as casas estavam sendo construídas sem alicerces. A não colocação de alicerces preocupava as comunidades, pois as casas precárias, construídas pelas comunidades, tinham alicerces como forma de garantir durabilidade ao longo do tempo, já que as condições climáticas e culturais da região assim o solicitavam. As reclamações das comunidades eram rebatidas com a promessa de que se estava construindo habitações modernas, seguindo técnicas utilizadas em países mais avançados, como o Brasil. Era o sistema radier¹²⁶, que é simples de construir e é econômico.

Após a imposição na forma de construção das habitações, as comunidades tiveram que aceitar o modelo. Em menos de dois anos as casas começaram a ter problemas, apresentando rachaduras e problemas de infiltração. Com a realização da manifestação, a Vale prometeu resolver o problema, tendo contratado uma empresa para realizar a reabilitação das habitações. A técnica utilizada para solucionar os problemas das casas não agradou as comunidades, tendo um número significativo de famílias recusado a intervenção da Vale e, solicitado que se introduzisse alicerce para uma solução definitiva ou que lhes fosse dado dinheiro para construírem uma nova habitação. Cerca de 90 famílias¹²⁷ residentes em Cateme não aceitaram a reabilitação e, as que aceitaram mostraram-se arrependidas, pois

¹²⁶ Para mais informações visite o sitio acessado em 09/12/2015 <http://wwwo.metalica.com.br/radier-inovacao-tecnologica-aplicada-na-construcao>.

¹²⁷ Os representantes da Vale afirmam que 92 famílias recusaram a reabilitação das habitações em Cateme e, alguns entrevistados alegam ser mais de 100 famílias.

Essa forma de reabilitar a casa é uma farsa. Estão a colar a casa! Como podem colar uma casa? É possível aceitar uma forma de reabilitação em que os técnicos chegam e colam as casas e depois pintam? Se a casa entra água de baixo, não sei como entra, mas entra. Pode ser porque não tem alicerce (residente em Cateme).

A minha casa foi reabilitada, mas aquilo não é reabilitar, pois continua a ter os mesmos problemas. Eles chegaram e colocaram uma cola e depois pintaram. Isso é resolver o problema? Ou é adiar? Por isso que outras famílias não aceitaram porque nem as nossas casas, que vocês chamam de precárias, são construídas dessa forma. Nem nós burros, como vocês nos chamam, colamos as nossas casas (residente em Cateme).

Aquilo que a Vale está a fazer é reabilitar casa? Aquilo é enganar as famílias. Que tipo de reabilitação é aquela? Vá para Cateme! Vá ver o que estão a fazer com aquelas pessoas (representante de uma organização social).

Com o cancelamento do MdE assinado em 2005, novos projetos foram introduzidos na comunidade, fazendo parte do novo MdE assinado em 2012. O novo compromisso se alicerça em três grandes programas: (a) Programa de Relacionamento com a Comunidade; (b) Programa de Desenvolvimento Rural; e (c) Programa de Desenvolvimento Urbano, direcionado para a unidade 6 do bairro 25 de setembro. A Vale reconheceu que as condições a que estavam submetidas as famílias reassentadas haviam degradado a qualidade de vida delas. No relatório elaborado pela CONSULTEC atesta-se o seguinte:

O reassentamento destas famílias gerou uma grande perturbação na sua vida, como por exemplo a mudança nas suas estratégias de sobrevivência, uma vez que a área de reassentamento não é propícia para a prática da agricultura, perda de laços com a vila de Moatize, local onde as famílias compravam alimentos e vendiam os seus produtos, entre outras. Devido a estas mudanças no cotidiano dos afetados, a Vale elaborou diversas estratégias para que as pessoas afetadas não apenas estabelecessem as suas vidas, mas melhorassem o seu nível de vida (CONSULTEC, 2014, p.9).

Para melhorar a qualidade de vida dos reassentados, o Programa de Desenvolvimento Rural tem como principais objetivos: (i) aumentar a produtividade agrícola e agropecuária; (ii) melhorar o rendimento financeiro das famílias; (iii) melhorar a dieta alimentar das famílias; (iv) melhorar o conhecimento das famílias de Cateme no âmbito da agricultura e pecuária; e (v) aumentar a taxa de auto emprego na comunidade de Cateme (CONSULTEC, 2014).

Os programas de desenvolvimento rural tiveram início em 2012, com duração máxima de cinco anos. Segundo a CONSULTEC (2014) foram implementados os seguintes projetos:

- O Projeto de Avicultura, iniciado em 2012 como projeto piloto, beneficiou duas famílias. Depois foram incluídos mais 13 beneficiários na criação de frangos e até o ano de 2014, 57 famílias tinham sido beneficiadas com o projeto;

- Na campanha 2012/2013 foi introduzido o projeto de culturas de rendimento no campo de demonstração de resultados da Fazenda Modelo da Vale, construído em 2011, em Cateme, onde eram demonstradas novas técnicas de produção e treinados alguns membros das comunidades reassentadas para a sua aplicação. Foram disponibilizados cerca de 100 hectares para o desenvolvimento de culturas de rendimento como o gergelim e o amendoim. Dos 100 hectares disponibilizados, 12 hectares não eram propícios para a prática da agricultura. Foram beneficiadas 176 famílias, cada uma com 0,5 hectares;
- O Projeto de Fomento Pecuário que consistiu num projeto de tração animal e fomento pecuário a partir dos efetivos existentes na Fazenda Modelo da Vale, também incluía o melhoramento genético com a aquisição de 30 touros reprodutivos. O projeto teve início em 2012, beneficiando inicialmente 20 famílias, com três cabeças de gado para cada família. A lógica do projeto era que após a reprodução do gado, o beneficiário deverá passar a fêmea reprodutora à outra família. Este projeto ficou na responsabilidade do Departamento Provincial de Agricultura. Os beneficiários também se favoreceram de uma formação técnica sobre tração animal. O projeto encerrou em 2013;
- O Projeto de Hortícolas iniciou em 2013 com o objetivo de demonstrar que era possível cultivar hortícolas na área de reassentamento. O projeto foi lançado como teste piloto na Fazenda Modelo da Vale, a partir de um sistema de regadio, com capacidade de irrigar 20 hectares. Com o sucesso do projeto, este foi lançado às famílias de Cateme, selecionadas a partir da experiência das famílias na área. O projeto beneficiou 69 famílias que se inscreveram.
- O Projeto de Micro Finanças surgiu de uma proposta submetida a Vale pela GAPI Sociedade de Investimentos, SA., prevendo a criação de dez Grupos de Poupança e Empréstimos (GPE), envolvendo 300 pessoas residentes em Cateme. A proposta do projeto foi dotar as comunidades abrangidas o espírito de poupar capital próprio e efetuar empréstimos de forma rotativa para uso em diversas atividades ou em iniciativas empreendedoras. O reembolso dos valores deve ocorrer dentro do período acordado entre os membros. O projeto iniciou em 2014;
- Também foram criadas iniciativas de criação de Associação de Desportos de Cateme com o objetivo de incentivar o desporto na área de reassentamento.

Igualmente foram realizadas iniciativas de capacitação da população em métodos de agricultura de sequeiro e de gestão de pequenos negócios.

Apesar da realização desses projetos com o objetivo de melhorar o rendimento das famílias reassentadas, constata-se que os resultados ainda são insatisfatórios. Os mesmos ainda não se converteram em estratégias de sobrevivência para as famílias reassentadas. Muitas dessas estratégias estão relacionadas com a demonstração da possibilidade de que em Cateme é possível praticar a agricultura e a pecuária, mas quase todas elas se resumem à Fazenda Modelo da Vale.

É melhor visitar os nossos campos de cultivo para poder ver se produz alguma coisa. Vejo nos vossos relatórios fotografias de culturas produzidas em Cateme. Não é em Cateme. É na Fazenda Modelo da Vale. Aqui não se produz como nessa fazenda (residente em Cateme).

A Vale está tentando mudar as coisas, criando projetos, mas nada está a mudar significativamente nas famílias. Muitos desses projetos que a Vale diz ter implementado estão a fracassar. O principal problema é que aquelas famílias não têm trabalho, não têm como sobreviver naquela área (representante de uma organização social).

Algumas famílias têm recorrido à venda de terreno como forma de angariar recursos financeiros para a sobrevivência e para investir em projetos familiares. Os quintais das habitações, geralmente, apresentam espaço suficiente para a construção de uma nova habitação. É nesses espaços em que as famílias colocam à disposição dos interessados para a construção de novas habitações. Apesar da terra não ser vendida, a transferência de parte desta para as novas famílias é do conhecimento das autoridades governamentais do distrito, que não encontram argumentos para impedir que essa prática ocorra. Como a venda de terreno se configura como uma estratégia de sobrevivência, as estruturas administrativas enfrentam dificuldades para pôr fim.

A presença de novos residentes tem aumentado significativamente nos últimos anos. Apesar dos reassentados apresentarem problemas em sobreviverem em Cateme, a vila tem sido um espaço que vem atraindo novas famílias, aliciados pelas facilidades de acesso a determinadas infra-estruturas e alguns serviços, como as unidades sanitárias, escolas, posto policial, acesso a energia elétrica e abastecimento de água. A circulação de transporte público com certa regularidade torna a área integrada à vila de Moatize.

6.3.2. A vida na unidade 6 do bairro 25 de setembro

O processo de reassentamento da população classificada como urbana apresentava-se como a menos contestada, pois o local escolhido para a realização do reassentamento respondia aos interesses das famílias. A troca de Capanga para o bairro 25 de setembro não defraudava as expectativas dos reassentados, visto que os mesmos

estavam localizados no perímetro urbano, com a vantagem desta última área estar mais próxima do centro da vila de Moatize.

O ganho de novas casas e a localização na vila de Moatize oferecia grandes expectativas para os novos residentes, porém havia um grupo de reassentados que ainda não tinha resolvido a questão das indenizações. Esse grupo de reassentados era conhecido como os oleiros, que se dedicavam ao fabrico de tijolos. O processo de pagamento das indenizações arrasta-se por longo tempo, tendo sido pagos apenas uma parte.

A necessidade de rapidamente obterem as indenizações para a realização das suas atividades e investirem em seus objetivos, criou condições para que os oleiros aceitassem receber parte das indenizações, assumidas pelo governo e pela Vale como sendo o valor total.

Nós oleiros ainda não recebemos as indenizações das nossas atividades na totalidade. Quando nos encontramos com o administrador do distrito, ele nos informou que o pedido de indenização que havíamos solicitado era muito alto e que só a empresa poderia indenizar um valor que variava de 100 a 120 mil meticais. Nós aceitamos e depois de vários encontros o administrador nos informou que o valor já estava disponível nas nossas contas e que era 60 mil. Como precisávamos daquele dinheiro, nós não reclamamos e achamos que era apenas uma parte do valor (residente na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

O administrador enganou-nos. Nós tínhamos acordado um valor e apenas nos entregaram outro. Agora que estamos a exigir a outra parte, eles alegam que já pagaram tudo. A nossa atividade era lucrativa, 60 mil não cobre nada. Nós vamos lutar até o fim (residente na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

O braço de ferro entre os oleiros e o governo e a Vale continua, estando alguns oleiros a recusarem receber as indenizações por considerarem irrisórias para a compensação das suas atividades. Têm-se realizados vários encontros, principalmente entre o governo e os oleiros para se alcançar um consenso, mas até ao momento as coisas parece divergirem.

Muitos dos reassentados na unidade 6 do bairro 25 de setembro conseguiram trabalhar nas empresas subcontratadas pela Vale, principalmente na área de construção. Quando a construção das casas foi concluída, muitos reassentados ficaram desempregados. Sem muitas alternativas, apesar de estarem localizadas na vila, as vantagens de que dispunham nas anteriores áreas de assentamento escasseiam. Era o rio que estava próximo, era o cultivo de hortícolas, era o corte de lenha e a produção de carvão, todas essas atividades encontram barreiras para serem desenvolvidas, principalmente pelo fato da aceitação dos vizinhos não ser simpática.

Lá onde vivíamos o rio passava perto da comunidade e íamos tomar banho lá, lavar a roupa. Aqui tem rio, mas tem crocodilos e somos assustados pelos

nativos de que se formos poderemos ser comidos pelos crocodilos (residente na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

O rio estava bem próximo de nós e no nosso quintal tínhamos a nossa horta, onde cultivávamos as nossas culturas que ajudavam-nos a sobreviver. Tínhamos árvores de fruto em casa, que servia como alimentos e sombra, mas aqui não temos nenhuma árvore. Prometeram-nos que ao chegar iam nos dar mudas para plantar árvores, mas as mudas só recebemos este ano [2014], depois de reclamarmos. As casas com árvores, como a minha, é da iniciativa individual (residente na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

As condições das habitações apresentam as mesmas preocupações das casas construídas em Cateme, visto que o modelo é o mesmo e foi a mesma empresa que construiu. As casas apresentam rachaduras e fissuras, permitindo a infiltração da água das chuvas.

Essas casas são uma vergonha. Quando chove não se dorme e quando chover enquanto não estamos em casa, encontramos a comida toda estragada, porque a chuva entra e molha a comida (residente na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

As casas deixam muito a desejar, não foram bem feitas, estão cheias de rachas. Quando chove entra muita água. O alicerce é falso. A casa não dá segurança e é impossível reabilitar essas casas, pois tudo falhou no princípio. Só destruindo e fazendo outra (inquilino residente na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

O sistema de saneamento associado ao sistema de drenagem é precário e incompatível com o nível de rendimento das famílias reassentadas, ou seja, as águas domésticas (ou águas claras) drenam para a casa vizinha e depois para a rua e o vazamento do esgoto está dependente de um sistema que permite o escoamento do mesmo após o enchimento (figura 5).

O problema de drenagem das águas da casa de banho é preocupante. Elas drenam para a casa do vizinho e do vizinho para a casa do outro vizinho assim sucessivamente e depois para a rua. Não sei como foi pensado isso, porque sempre tem água em casa e na rua (residente na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

Já reclamamos com o pessoal da Vale porque esse sistema de drenagem é uma aldrabagem. E tem outro problema que vamos sofrer no futuro, as latrinas foram construídas tendo como forma de vazamento a recorrência a caminhões para vazar as fezes. Daqui a pouco vai encher e onde vamos encontrar dinheiro para pagar um caminhão de vazamento (residente na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

Associados aos problemas de drenagem estão as condições de abastecimento de água potável. Nos primeiros anos a quantidade de água que chegava às habitações era regular e suficiente para responder as demandas familiares. Com o tempo, o número de solicitações aumentou, pois várias habitações localizadas na vizinhança da unidade passaram a ter a água no quintal e a pressão diminuiu significativamente. É importante realçar que apesar desse inconveniente, a água continua a ser um dos ganhos dos reassentados.

Figura 5. Habitações recebidas com problemas de drenagem das águas claras



Fonte: Trabalho de campo

O acesso aos serviços de educação e de saúde é uma das preocupações dos residentes. Muitos dos reassentados dispunham desses serviços próximos e, quando foram impostos o reassentamento, a Vale prometeu construir uma escola e um centro de saúde. A escola não foi construída, tendo sido ampliado uma já existente nas proximidades do bairro, mas que é distante para as crianças. Em relação ao centro de saúde, a Vale construiu e equipou o centro há tempo, mas só foi inaugurado em 2013, forçando as pessoas a terem que percorrer longas distâncias para terem acesso aos cuidados médicos. O centro de saúde inaugurado funciona até às 14 horas e apenas a maternidade está aberta 24 horas por dia.

A precariedade das habitações, associados à falta de emprego e indenizações polémicas aos oleiros, motivou a entrada de vários residentes no apoio das manifestações realizadas em janeiro de 2012 pelos reassentados de Cateme. Os frutos modestos da manifestação de janeiro de 2012 também abrangeram os assentados da unidade 6 do bairro 25 de setembro. No MdE assinado com o governo, a Vale produziu um conjunto de programas de desenvolvimento urbano com o objetivo de melhorar o rendimento financeiro das famílias e melhorar o nível de conhecimento e informação das famílias da unidade 6 do bairro 25 de setembro. De acordo com a CONSULTEC (2014), os principais programas introduzidos foram os seguintes:

- Introdução de cursos profissionalizantes em que se previa a formação de 300 membros dos reassentados em várias áreas de conhecimento, por forma a facilitar a entrada no mercado de trabalho. Os cursos ocorreram entre 2012 e

2013 e foram administradas por duas instituições, nomeadamente: Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) e a Tecnicol;

- Projeto de Avicultura que foi inspirado no projeto introduzido em Cateme. O projeto teve início em 2014, como um projeto piloto e beneficiou seis famílias;
- Projeto de Hortícolas, que também se inspira no projeto introduzido em Cateme. O projeto iniciou no primeiro semestre de 2014, com a inscrição de 20 beneficiários.

Além desses projetos, a Vale, como tinha o conhecimento da importância da olaria no seio da família de muitos reassentados, encomendou um estudo a uma empresa de consultoria para o desenvolvimento de cadeia de valores de tijolos melhorados, com o objetivo de organizar os oleiros em associações e melhorar a qualidade dos tijolos produzidos. A ideia não foi aceita pelos oleiros, pois

Agora estão a dizer que temos que nos organizar em associações que a Vale vai nos ajudar a fazer uma empresa que produz tijolos. Mas nós sabemos que associação acaba mal, pois o nosso vizinho fazia bloco em associação com o irmão e depois discutiram e a associação acabou. Nós não queremos associação, queremos ter nosso dinheiro sozinho e trabalhar sozinho. Isso de projeto em associações não é bom. Eu fiz hidráulica e posso fazer projeto em hidráulica e meu colega querer outro projeto e isso criar problemas (residentes na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

Não concordo com essa ideia de organizarmos em associações. Isso pode dar confusão entre os membros (residentes na Unidade 6 do bairro 25 de setembro).

E com relação aos problemas das habitações, os reassentados recusaram as reformas propostas pela Vale, depois de observarem a forma de trabalho da equipe contratada para atender às reivindicações. Para os reassentados a solução passa pela construção de novas residências com alicerces (ou no mínimo que se colocassem alicerces nas casas) ou na indenização das famílias para a construção de uma nova residência.

A Vale está estudando a melhor forma de solucionar o problema sem envolver altos custos na operação, pois a maior parte das habitações dos reassentados em Cateme já foi "reabilitada". Dependendo da solução a ser encontrada, ela pode significar a inclusão dessas famílias que já se beneficiaram da intervenção da equipe contratada pela Vale. As negociações entre a Vale e os reassentados estão difíceis pelo fato dos reassentados terem criado uma organização sem a participação da liderança da unidade 6 do bairro 25 de setembro, com o qual a Vale mantinha um ótimo relacionamento.

A organização tem solicitado às famílias, principalmente aquelas que dispõem de condições para a construção de uma nova residência, a não destruírem as habitações recebidas no processo de reassentamento. Essa sugestão está relacionada com a possibilidade de uma provável solução que exclua as famílias que tiverem destruído as antigas habitações.

As estratégias introduzidas pela Vale após as manifestações não estão a surtir efeitos positivos. Os cursos oferecidos aos reassentados não estão relacionados com as oportunidades de emprego oferecidas pela Vale. Muitos dos que se beneficiaram desses cursos não encontram emprego, tanto na função pública como no setor privado local. O número de desempregados aumenta e o descontentamento com a Vale também, pois a esperança era de conseguir trabalho na multinacional brasileira.

Para suprir as dificuldades financeiras e a falta de emprego, muitas famílias alugam suas habitações e se mudam para outros bairros. As famílias que dispõem de condições financeiras constroem outra habitação no seu quintal e alugam a casa recebida no processo de reassentamento.

Já é visível a retomada da atividade de olaria, alimentando principalmente as famílias que estão a construir novas habitações (figura 6). A compensação dos 119 mil meticais para a compra do segundo hectare prometido aos reassentados de Cateme também beneficiou aos reassentados da unidade 6, que ainda não tinham sido indenizados pela perda das suas *machambas*. Esses valores têm promovido, dentre outras atividades, a olaria, já que a procura por habitação cresceu significativamente em função dos investimentos na indústria extrativa em Moatize.

Figura 6. Construção de novas casas na Unidade 6 do bairro 25 de Setembro



Fonte: Trabalho de campo

6.3.3. A vida em Mwaladzi

Como o processo de reassentamento da Rio Tinto aconteceu depois do da Vale e depois da manifestação protagonizada pelos reassentados de Cateme, as habitações construídas pela empresa contratada estavam a incorporar as principais reclamações dos reassentados da Vale. As indenizações foram pagas com antecedência, motivando a transferência para a nova área. As primeiras semanas e meses foram marcados por euforias, pois membros das comunidades reassentadas haviam conseguido trabalho na construção das habitações em Mwaladzi, haviam recebidos valores monetários “significativos”, isto porque essas famílias não estavam habituadas a lidar com essas quantidades. A euforia de viver em casas novas, construídas com materiais convencionais, atiçava o desejo de mais famílias pretenderem ser reassentadas como rurais (figura 7).

Figura 7. Habitações recebidas pelos reassentados em Mwaladzi



Fonte: Trabalho de campo

No entanto, o momento de euforia teve um tempo de duração muito curto. As famílias começaram a perceber que os campos de cultivo fornecidos para a prática da agricultura não eram férteis e alguns desses campos ficavam a uma distância de cerca de 6 km. A falta de água, tanto para as necessidades domésticas como para a prática da agricultura foi e é ainda preocupante.

“As nossas *machambas* estão distantes. Levo muito tempo para chegar a minha *machamba*. Na nossa antiga comunidade a *machamba* estava muito perto e ainda tinha o rio próximo” (residente de Mwaladzi).

“Já imaginou a distância que eu ando para chegar à minha *machamba*? Fica a 6 km, a terra não é boa, é vermelha e não tem água. Ando toda essa distância com criança no colo, botija de água, enxada. Não dá para deixar criança em casa. Isso é um sofrimento” (residente de Mwaladzi).

“Não vou dizer que toda a terra é péssima. Isso varia de família para família. Há quem encontrou boa terra e há quem não encontrou. Mas mesmo assim, a maioria da terra não é boa para agricultura. Aonde viemos todos tínhamos terra boa e produzíamos milho, mapira e legumes. Aqui não produzimos nada” (residente de Mwaladzi).

Para estas famílias consideradas rurais e dependentes da agricultura, não encontrar terras adequadas para a prática da agricultura é condicionar a sua segurança alimentar à incerteza. Além da prática da agricultura, os membros dessas comunidades cortavam lenha, fabricavam carvão e tijolos e quebravam brita que eram vendidos nos mercados próximos. A nova localização não permite o desenvolvimento dessas atividades.

“Aqui o nosso trabalho é acordar ficar sentado. Não se faz nada. Não fabricamos tijolos, nem carvão e nem cortamos lenha. Onde vamos vender? Quem vai comprar? Lá, nós vendíamos isso porque o mercado estava próximo e tinha gente que comprava. Prometeram-nos trabalho, mas nada. Não se faz nada” (residente de Mwaladzi).

“Lá eu vendia brita e ganhava o suficiente para me sustentar. Aqui não vendo nada. Nem sei onde encontrar a brita. Mesmo se encontrar quem vai comprar? Estamos muito longe do mercado. É isso que fazemos aqui, isso que estás a ver. Nada. Só acordar e sentar” (residente de Mwaladzi).

Sem campo de cultivo adequado para a prática de agricultura e sem as atividades de sobrevivência que garantiam a segurança alimentar, as famílias se encontram em situação de grande fragilidade, suas estratégias de sobrevivência escassearam.

“Sobrevivemos mal. Sobrevivemos da venda da cesta básica que nos dão e que termina neste mês [junho de 2014]” (residente de Mwaladzi).

“Este ano [2014] não produzimos nada, o tempo não ajudou. E como a terra é péssima e o tempo foi mau, então não houve produção. Como vamos viver? A cesta básica terminou. Algumas famílias estão a regressar, pois aqui não dá para viver” (residente de Mwaladzi).

“Não sei o que será dessas famílias, pois a cesta básica terminou neste mês. Como acha que vão sobreviver numa vila onde a terra não é boa, não tem água, estão longe dos mercados, tanto de venda como de consumo? Serão capazes de fazer manifestações e fecharem a estrada principal, porque não há como sobreviver” (representante de uma ONG que tem trabalhado nessas comunidades)

Apesar da vila estar equipada com o abastecimento de energia elétrica, constata-se que nem todas as habitações se beneficiam desse serviço. As fontes de abastecimento de água são poucas, ou seja, das três fontes existentes, apenas duas estão a funcionar para cerca de 480 famílias reassentadas. O abastecimento de água para a vila é preocupante, pois há registro de dias em que não há fornecimento de água. O problema se agrava ainda mais pelo fato de não haver um curso de água permanente próximo, o

que poderia aliviar as necessidades das famílias. A falta de água conduziu à realização de uma manifestação em que os residentes bloquearam a passagem de caminhões. A manifestação foi silenciada e gerida pela empresa, assim como pelo governo, evitando-se que chegasse aos órgãos de comunicação social. A manifestação acabou por forçar uma negociação com os responsáveis da Rio Tinto, culminando com a resolução das preocupações dos residentes, com destaque para a abertura de novos poços de água.

Eram evidentes as preocupações com o abastecimento de água levantado pelos reassentados e, já estavam colocadas no Plano de Reassentamento de Mwaladzi. Porém, o mesmo se reportava a um horizonte de 20 anos em que era considerado o prazo máximo para a saturação da capacidade de carga do assentamento, ou seja, fica evidente que depois de 20 anos os recursos disponíveis não atenderão as necessidades das famílias e poderão dificultar ainda mais sua vida de reassentado. O estudo faz referência que “... num horizonte de 20 anos, a capacidade de regeneração do aquífero local poderá ser comprometida com o aumento da população e subsequente aumento da demanda de água, conduzindo a situações de **sobre-exploração dos recursos hídricos subterrâneos**” (IMPACTO, 2009, p.12, grifo do autor). O mesmo estudo ainda demonstra a necessidade de se sensibilizar a futura população a fazer um uso racional de água e, a necessidade de implementação de projetos de captação e abastecimento de fontes alternativas, como o das águas pluviais. Contudo, parece que o estudo equivocou-se quanto ao horizonte temporal, pois nos primeiros meses de vivência no reassentamento já começaram a surgir os problemas de abastecimento de água,

“O problema de água é grave. Num dia acordamos com as velhas a reclamarem a falta de água, pois em nenhuma bomba a água saía. Tivemos que paralisar a estrada principal para forçarmos a Rio Tinto a resolver esse problema, pois já era constante e eles nunca resolviam” (residente de Mwaladzi).

“Água é o maior problema que temos. Sem água não há vida. Já ficamos uma semana sem sair água. A bomba que construíram foi graças à greve que fizemos. Construíram na época chuvosa. Vai secar um dia. E como ficaremos?” (residente de Mwaladzi).

“Água é um dos principais problemas daquele reassentamento. Não tem rio próximo. Como podem sobreviver sem água nas bombas e sem rio próximo. Aquilo é uma tristeza” (representante da ONG que trabalha nas comunidades reassentadas).

Outro problema no reassentamento é a falta de transporte que encarece os custos de sobrevivência dessas famílias. O transporte público existente apenas circula entre a vila de Moatize e a área de reassentamento da Vale, que dista cerca de 4 km da de Mwaladzi. Para se deslocarem as famílias gastam 35,00 meticais¹²⁸ para chegar ao

¹²⁸ São aproximadamente 3,00 reais. São motoboys que fazem o transporte de pessoas e alguns bens.

reassentamento da Vale, onde pagarão mais 20,00 ou 30,00 meticais para chegar à vila de Moatize. Mas, apesar desses valores pagos os reassentados consideram ainda um ganho, pois até finais de 2013 não havia transporte público para a vila, as comunidades estavam isoladas.

O percurso de 4 km até ao reassentamento da Vale poderia ser feito a pé, porém, esse percurso é inseguro em razão da violência, com denúncias de assassinatos. Isto porque no início do processo de reassentamento as famílias ainda possuíam os valores das indenizações e alguns investiram em motos e outros bens, que atraíram vândalos que passaram a atuar neste trecho da estrada. As meninas que tinham que estudar na escola do reassentamento da Vale, escola do nível médio, desistiram com medo de violência sexual que crescia. Foi com a manifestação pela falta de água realizada por essa comunidade, que acabou por forçar a Rio Tinto a colocar um meio de transporte para as crianças irem à escola. Esse meio de transporte pode ser aproveitado pelos habitantes de Mwaladzi. Os estudantes se beneficiam gratuitamente, mas os demais habitantes pagam pelo seu uso. Porém, é importante destacar que esses meios de transporte apenas circulam em determinadas horas do dia, em função do horário escolar.

O projeto de reassentamento também incluía a construção de um cemitério e de locais de cultos. Passados mais de três anos depois da realização do primeiro reassentamento constata-se que não existem locais de cultos, nem mesquitas e nem igrejas. Os entrevistados relatam serem "obrigados" a viajarem até a vila de Moatize para terem acesso a uma mesquita ou igreja.

O processo de reassentamento, portanto, não resgatou os locais sagrados. As comunidades perderam esses espaços. E um dos principais constrangimentos nesse processo está relacionado com a construção do cemitério. O projeto demarcou um espaço para a sua localização, porém as famílias reassentadas, assim como as famílias que já viviam naquela área, comungam o fato de não utilizarem esse serviço, pois segundo suas crenças, a partir do momento em que for criado o cemitério serão provocadas novas mortes nas comunidades.

“Não usamos esse cemitério porque aquela família que passar a usar esse cemitério irá chamar outros membros dessa família. Preferimos enterrar no cemitério da vila de Moatize” (residente de Mwaladzi).

“Existe sim um cemitério, mas todos estão com medo de enterrarem os seus familiares aí. Ainda não foi realizada nenhuma cerimônia completa... Medo dos mortos lhes chamar” (residente de Mwaladzi).

A preocupação com as questões culturais parece não ter sido considerada. Os planos de reassentamento não tratam da questão cultural, apesar de se ter o

conhecimento da ligação das famílias rurais com os seus antepassados. Essa relação dos reassentados encontra-se sacralizada no espaço, o que torna difícil de ser resgatada, pois o deslocamento compulsório acaba por destruir todo e qualquer tipo de relação que mantinham com aquele espaço específico, que fazia parte do seu cotidiano e de sua vida sociocultural.

Os deslocamentos compulsórios promovidos pelas empresas mineradoras são responsáveis por destruírem os territórios das comunidades locais, que foram construídos ao longo do tempo, numa relação complexa, envolvendo a ligação com os seus antepassados. Esse processo, materializado na desterritorialização e na consequente reterritorialização, é movido por diferentes atores, como as mineradoras e o Estado, localizados nas escalas internacional e nacional, coadjuvados pelas escalas intermédias.

7. ATORES E ESCALAS NAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM MOATIZE

7.1. Território de governança versus territórios locais

A construção do território uno, resultante da conferência de Berlim, e implementado no atual território moçambicano nas primeiras décadas do século 20, teve a sua afirmação e ratificação com o alcance da independência. A marginalização dos territórios fruto das relações socioculturais, construídas ao longo do tempo, permitiu a consolidação do território uno, ou seja, o território de governança.

O território de governança¹²⁹ é um território marcadamente político, de imposição das ações políticas a qual se encontra circunscrito. A ação desse tipo de território, reconhecido, quase sempre, pelas Nações Unidas, são apoiadas por normas, leis e regulamentos que configuram a dinâmica social dos povos. O reconhecimento desse território implica na marginalização de outros territórios, internos, que são obrigados a se regerem com base nos preceitos das instituições políticas que, em casos de discórdia e resistência, o uso da força legítima é acionado.

O território de governança é também constituído por unidades políticas integradas e encaixadas, donde reproduzem as ações político-administrativas necessárias a gestão do território. Cada uma dessas unidades é gerada com o objetivo de manter e reproduzir a presença do poder político central. São as subunidades da província, distrito, posto administrativo e localidade. Estas subunidades contêm as normas e regras definidas ao nível central, impondo, sempre que necessário, a sua presença.

A compreensão do funcionamento dessas unidades escalares, de conteúdo político-administrativo, é importante para compreender como o governo central (re)estrutura o território de governança para introduzir projetos e programas de desenvolvimento. Ao serem introduzidas nas suas diferentes subunidades, as mesmas podem entrar em choque com os territórios e as territorialidades locais, que são resultantes das relações sociais, construídas ao longo do tempo, e esquecidas em função das necessidades conjunturais e estruturais.

¹²⁹ Inspiramo-nos em Fernandes (2008), quando discute a importância de uma análise de níveis e escalas territoriais, apresentando o primeiro território formado pelos espaços de governança, em diferentes escalas, e o segundo território formado pelos diferentes tipos de propriedades.

O reconhecimento da existência de outros territórios imersos no território de governança é manifestado na aceitação e cooptação das lideranças locais, colocadas ao serviço das instituições político-Administrativas. A incorporação de representantes das administrações políticas nos territórios locais é uma estratégia de domínio e integração desses territórios ao território de governança. Essa integração é garantida graças à aceitação e conservação das várias dimensões desses povos, incluindo a política, onde apenas as lideranças são integradas às instituições político-administrativas e, acionadas sempre que for imprescindível introduzir objetos e ações necessárias à materialização de objetivos do território de governança.

As lideranças locais passam a desempenhar dois papéis fundamentais e contraditórios, concentrados no seu posicionamento de gestor e administrador do território local, ou seja, o papel de liderança atende a dois propósitos antinômicos, o de ser o responsável pela reprodução das relações sociais alicerçadas no tempo, permitindo a reprodução dos hábitos culturais e mantendo a unidade do território. Por outro lado, é um agente do poder político central, acionado sempre que for inevitável, mesmo que para tal coloque em causa a reprodução dos seus espaços de vida e de produção. O não desempenho dessas funções é perigoso para sua continuidade como gestor e administrador do povo, podendo ser substituído, quer por ações desencadeadas pelas instituições políticas, quer pelas ações do povo que sente os seus direitos usurpados.

O posicionamento contraditório e, por vezes ambíguo das lideranças locais, obriga-os a obtenção de astúcia necessária para jogar o jogo conjuntural. O poder exercido pelas instituições políticas é pujante, capaz de dissolver os territórios locais. A aceitação desse poder é fundamental para que os territórios locais possam se reproduzir ao longo do tempo, integrando-se precariamente ao jogo político do poder central e conservando objetos e ações necessárias a reprodução da sua história e cultura.

A luta pela destruição dos territórios locais (tradicionalis?) acompanhou a luta pela destruição do pequeno burguês e da formação do capitalismo logo após a independência. A construção das aldeias comunais era também uma estratégia de aniquilação dos territórios locais, materializados nas suas formas próprias de relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Os programas e projetos de desenvolvimento carregavam consigo a produção de uma nova sociedade, homogênea, sem conflitualidades internas. Uma sociedade alicerçada nas relações sociais socialistas.

O projeto socialista definido ao nível central e materializado pelas subunidades do território de governança encontrou empecilhos, tanto ao nível interno como ao nível

externo. Os embaraços externos condicionavam o progresso do projeto socialista, como também alimentavam o descontentamento interno. A gestão do território era verticalizada, com as ações a serem definidas ao nível do governo central e aplicadas em todas as suas escalas político-administrativas. A limitação da circulação desenfreada do capital ocidental alimentava a imposição de barreiras no acesso ao financiamento internacional.

O fechamento das fronteiras do território nacional ao apetite do capital internacional era o principal empecilho do sucesso nas suas estratégias de desenvolvimento. A sua abertura para o capital internacional permitiu o surgimento de estratégias de desenvolvimento, agora alinhadas às políticas neoliberais, que transportaram consigo a privatização, a atuação do Estado menos interventivo nas questões sociais, a abertura para as organizações da sociedade civil e a descentralização.

A descentralização era fundamental, já que os poderes encontravam-se todos concentrados, tanto ao nível da escala nacional, através do poder central, como ao nível de um único ator, o Estado. A abertura à possibilidade de exercício de atividades de organizações não governamentais e a descentralização do poder, permitia fomentar a (re)criação do papel do setor privado no seio da sociedade moçambicana e demonstrar que existiam outras organizações capazes de realizarem algumas tarefas que antes eram de domínio exclusivo do Estado.

A aplicação das políticas neoliberais permitiu "emancipar" os territórios locais, ou seja, a estratégia de destruição desses territórios foi substituída pela sua integração ao território de governança, estando aberta às incursões da mais-valia caso esses territórios atissem interesse do capital, tanto nacional como internacional. As estratégias de desenvolvimento incluíam a integração desses territórios ao território do capital, ou seja, esses territórios passavam a serem espaços disponíveis aos apetites do lucro.

É a terra e não o território o que está em jogo para os interesses capitalistas. O capital precisa ter acesso facilitado à terra, para isso era importante dismantelar a proteção estatal sobre esse fator de produção. A "emancipação" do território local transportaria consigo a libertação da terra. Para as comunidades locais o que lhes interessa é o território e não necessariamente a terra, pois esta está contida nela, a luta desse grupo se materializa na reivindicação pelo território.

A primeira batalha relativamente vencida pelo capital foi a revogação da Lei de Terras de 1979 e a sua substituição pela Lei de Terras de 1997. Esta lei preserva os direitos das comunidades locais, ou seja, garante que se respeite o "direito ao território"

das comunidades locais, ao defender que a "propriedade" da terra das comunidades locais é garantida pela sua ocupação histórica e que não necessita de procedimentos de registros formais para garantir a sua posse e segurança. Ao mesmo tempo em que se garante o "direito ao território" às comunidades locais e às famílias, a mesma legislação permite que o capital tenha o acesso aos territórios locais a partir da manifestação do seu interesse e, desde que garante uma indenização justa aos expropriados. Nesse cenário, o Estado tem o dever de garantir que se crie um ambiente adequado à negociação da terra, entre as comunidades (e/ou as famílias) com os investidores.

O Estado apenas tem o papel de "moderador" na relação entre as comunidades locais e os investidores. Num país onde a terra desempenha um papel importante para o crescimento econômico, garantir o "direito ao território" concomitantemente em que se facilita o acesso da terra aos apetites do capital internacional é condicionar o primeiro direito. Senão vejamos, a terra continua sendo propriedade do Estado, não podendo ser vendida, alienada, hipotecada e nem alugada. Apenas se transmitem os direitos de uso e aproveitamento da terra entre as comunidades, entre comunidades e famílias e entre comunidades e investidores, ou seja, o DUAT pode transitar de uma comunidade para um investidor, mas a terra continua sendo pertença do Estado. Mas como os projetos e os programas de desenvolvimento, principalmente os de origem neoliberal, necessitam da terra para a sua materialização, logo o "direito ao território" se encontra condicionado, pois o mesmo pode ser disponibilizado ao capital. O capital apenas tem o dever de firmar acordos com as comunidades para a transmissão do DUAT, onde depois é delimitado e registrado. Garante-se, assim, a segurança e posse da terra aos investidores e assegura-se a "propriedade" da terra pelo tempo necessário aos seus investimentos.

Se a legislação de terra não se apresentava explícita quanto à sua inclinação ao capital, tanto internacional como nacional, a legislação de minas de 2002 vem clarear essa situação, ao determinar que o uso da terra para operações mineiras tem primazia sobre qualquer outro tipo de uso, ou seja, o "direito à exploração mineira" se sobrepõe ao "direito ao território". Isso implica em deslocar compulsoriamente toda a população que for atingida por projetos mineiros. É curioso notar que as duas legislações, a de terra e a de minas ao destruírem o direito das comunidades ao seu território concedem, por outro lado, o direito dessas comunidades a terra. Ou melhor, se numa mão as legislações entregam os territórios das comunidades aos apetites do capital, na outra, as legislações garantem que essas comunidades tenham acesso a terra. Essa estratégia que

aparece nas legislações mascara as verdadeiras implicações desse processo, pois numa análise pouco atenta, o processo apenas implica na troca de terra, transferindo as comunidades da sua terra para outra. Mas, para uma análise mais atenta e consistente, a percepção vai para além de troca de terras, é uma transição de território para espaço, isto é, abandona-se um espaço contendo tempo condensado para outro desprovido de narrativa.

Os alertas levantados por Fernandes (2007) demonstram como as políticas de carácter neoliberal se encontram ao serviço do capital. Para o autor,

o avanço das políticas neoliberais e seus ajustes estruturais provocaram, pelo menos, duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, dos territórios (FERNANDES, 2007, p.287).

Isso é o que se verifica em Moçambique, mas não necessariamente a minimização do Estado como é referido por Fernandes, mas sim a sua máxima intervenção, sempre que é chamado. O posicionamento do Estado é cada vez mais presente, principalmente ao aprovar legislações que favorecem a circulação desenfreada do capital. São exemplos as legislações de terra, de minas, de investimento estrangeiro, dos benefícios fiscais, os contratos mineiros e ainda o decreto que orienta a realização dos reassentamentos. Estas legislações e contratos são claros exemplos da assistência do Estado na facilitação da circulação do capital, criando as condições necessárias para que os territórios locais se tornem espaços acessíveis ao capital.

É o Estado neoliberal desempenhando as mesmas funções do Estado de orientação socialista, com a diferença, significativa, ligada aos principais beneficiários. Enquanto o Estado neoliberal providencia políticas direcionadas para atender o capital, principalmente o internacional, o Estado de orientação socialista direcionava as suas políticas de cunho socialista, para a formação e consolidação de um Estado nacionalista. Isso demonstra que os processos de destruição dos territórios locais ocorreram nos dois momentos históricos, mas, claro, com estratégias diferentes.

Entender a atuação do Estado neoliberal, principalmente a partir das suas escalas político-administrativas permite-nos apreender como as escalas político-administrativas intermédias se encontram ao serviço do poder central. Compreendendo essa dinâmica, é possível perceber que na realidade apenas existem duas escalas, uma do mandar fazer e a outra do acontecer das ações decididas na escala do mandar. Autores como Milton Santos, Iná de Castro e Bernardo Fernandes ajudam-nos a compreender como os

territórios de origem nas relações socioculturais e (re)produzidos na história são destruídas.

7.2. Atores e escalas nas transformações dos territórios comunitários em territórios do carvão

O alcance da independência promoveu um Estado bastante interventivo, concentrador e centralizador da gestão do território nacional. Este ator dificultava a existência e sobrevivência de outros atores com posições diferentes e, quiçá, contrárias. O Estado, limitando a iniciativa privada, e tornando-se o gerenciador do mercado interno, determinando o que produzir, onde produzir, como produzir, assim como controlando a alocação de recursos e fatores de produção, arrumava o mercado sob seu controle, com condições para se impor como um Estado totalitário. As organizações da sociedade civil que poderiam atuar estavam estreitamente ligadas à filosofia do partido-governo, ou seja, essas organizações sociais eram braços de controle e domínio social do Estado.

A crise dos anos 80, que forçou a abertura ao Ocidente, cortou o "cordão umbilical" entre o Estado e o mercado. As organizações sociais que existiam continuaram a existir, mesmo mantendo a mesma filosofia, mas abre-se à proliferação de novas organizações não governamentais, com objetivos e metas diferentes e por vezes contraditórias. Essas organizações, apoiadas por parceiros internacionais, viradas para a materialização dos interesses internacionais no país, abriram a possibilidade de agirem nos territórios locais, a margem da atuação do Estado e, algumas delas fomentado o (re)nascimento do setor privado, considerado importante para os tempos que se avizinhavam (é o exemplo da USAID).

A introdução de projetos e/ou programas de desenvolvimento no país, financiados por atores internacionais, levou a atuação de determinadas organizações sociais a funcionarem como agentes de preparação das comunidades locais para compreenderem o seu papel nos projetos e/ou programas a serem executados. Como o papel do Estado encontrava-se reduzido, principalmente nas questões sociais, e ampliado quando se tratasse de fortalecer o setor privado (o mercado), as organizações da sociedade civil funcionavam, ora como atenuantes dos efeitos negativos desses programas/estratégias, ora como formadores e "formatadores" das comunidades aos novos interesses do Estado e do mercado.

Apesar da atuação das organizações da sociedade civil não ser homogênea, mas sim heterogênea, pois a presença de várias organizações com finalidades, atuações e filosofias diferentes garante que se abarquem as mais diversas dimensões do desenvolvimento (territorial). A mesma atuação das organizações da sociedade civil pode ser equiparada à do Estado, que apresenta várias agências com finalidades e atuações diferentes, sendo algumas viradas para facilitar a atuação do mercado e, outras funcionando no sentido contrário, ou seja, defendendo os interesses das comunidades locais.

A atuação dúbia do Estado foi mencionada nos estudos de Echave et al. (2009), na América Latina, mas demonstrando que no final a atuação do Estado tende a favorecer o mercado. Adespite dessa ambiguidade do Estado demonstrada por esses atores, que também acontece em Moçambique, constata-se que o Estado neoliberal tende a satisfazer, quase sempre, as ações do mercado. Para o caso das organizações da sociedade civil, apesar de algumas funcionarem como braços do capital, constata-se que no geral atendem às necessidades das comunidades, que se encontram desprotegidas das ações do Estado.

Com base no exposto, apreendemos a existência de três principais atores, sendo (i) o Estado, o definidor das regras de jogo, pendendo muitas vezes a privilegiar a atuação do mercado; (ii) o mercado, centrado na obtenção de lucros; e (iii) a sociedade civil formada por aqueles movimentos que desafiam (e/ou funcionam como extensão da) a atuação do mercado e do Estado, isto é, são as organizações que assessoram as comunidades locais na "defesa" dos seus interesses.

Se nos associarmos a Castro compreenderemos o Estado e a sua atuação como o espaço político onde se encontra "circunscrito pelas ações das instituições políticas e pelas forças instituintes, que lhes conferem um limite, dentro do qual há efeitos identificáveis e mensuráveis" (CASTRO, 2007, p.63). A autora refere ainda que as instituições políticas são "aquelas cujas decisões e ações, apoiadas por normas, leis e regulamentos, afetam amplamente diferentes instâncias da vida social (...) (IDEM)". Nesse contexto, para que o Estado se faça presente em todo o seu território, há a necessidade de criar os seus representantes e, muitas vezes, a sua atuação encontra-se descentralizada, cedendo parte das suas atribuições às suas subunidades. Teremos assim as escalas político-administrativas, onde temos o nível da província, do distrito, do posto administrativo e da localidade. O Estado central se faz presente nas subunidades

através das suas representações, emanando ações que são implementadas ao nível dessas escalas.

Apesar da descentralização, os poderes provinciais e distritais ainda não encontram uma autonomia plena, sendo muitas vezes unidades territoriais de recepção das estratégias e políticas definidas ao nível central. Os programas e estratégias de desenvolvimento esboçados por essas unidades político administrativas devem se submeter aos programas e estratégias centrais.

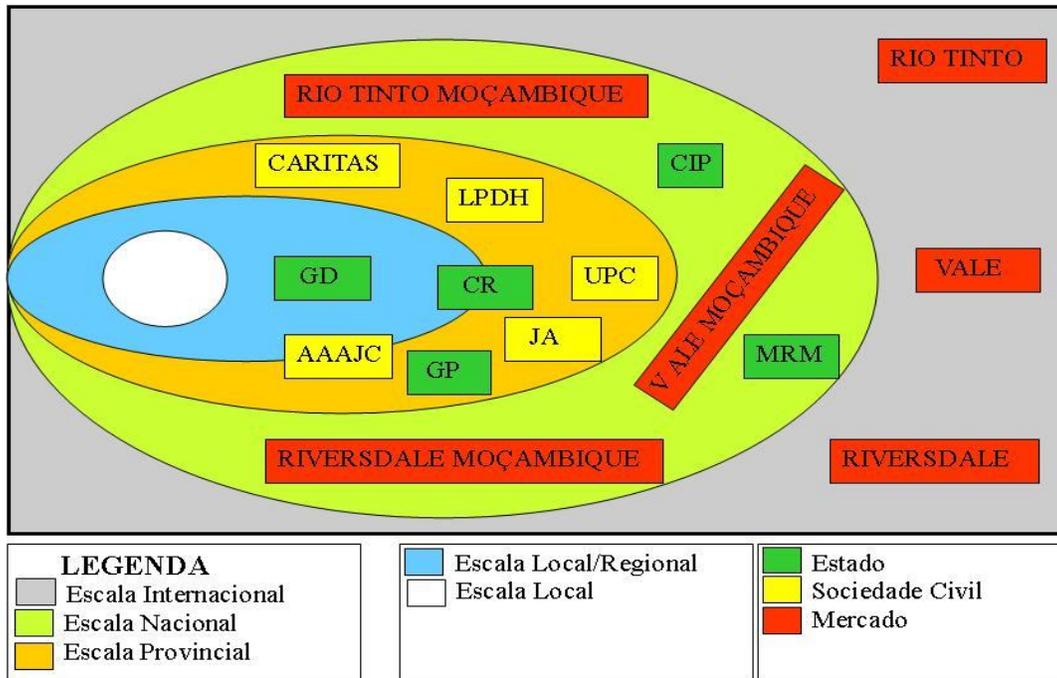
Em relação às organizações da sociedade civil, constata-se que elas, tal como o Estado, mantêm representações ao nível das subunidades político-administrativas, enquanto o seu centro de comando se encontra ao nível central. As delegações, que são os seus níveis de representação ao nível dessas subunidades apresentam-se como extensões do poder central. Muitas vezes as delegações se restringem ao nível provincial, tendo atuação e representação ao nível distrital quando as necessidades assim o justificarem. Já no tocante ao mercado, a obrigação é em obter uma representação ao nível central, principalmente quando se trata de capital estrangeiro, onde facilmente estabelecem as relações com o poder central. Como o seu interesse de atuação é ao nível do território das comunidades, as empresas abrem escritórios na área de atuação.

Analisando os diferentes atores atuantes no distrito de Moatize é possível perceber a presença dos três grupos de atores, mas com maior concentração deles na escala provincial e nacional, ou seja, a maior parte dos atores apresenta as suas sedes na capital nacional, apesar de desenvolverem atividades na área de estudo, muito em função dos seus interesses. Analisando a densidade institucional podemos perceber que tende ao nível 01, ou seja, em torno do projeto de exploração do carvão mineral em Moatize temos a presença de atores da sociedade civil, do Estado e do mercado, localizando-se desde a escala local/regional até a escala nacional e internacional.

A localização dos atores nas escalas esboçadas na figura 8 é em função da localização dos seus importantes escritórios. Dessa forma, a área de estudo é apenas o espaço de convergência das ações de todos esses atores. Ela é o substrato de implementação das ações definidas ao nível nacional e internacional. A atuação do Estado com a aprovação de políticas e legislações favoráveis a entrada de Investimento Direto Estrangeiro e a presença de recursos minerais em quantidades e qualidades atraiu as mineradoras multinacionais para a sua exploração. Como condição para que as

empresas atuem no país, são obrigadas a criarem uma firma sediada no país, podendo ser a filial da empresa maior, com sede na cidade capital do país.

Figura 8. Mapa de densidade institucional



Fonte: Organizado pelo autor

Satisfeita essas exigências, as empresas iniciam os processos legais para o início das atividades, destacando-se a obtenção da licença de prospecção e pesquisa, a assinatura do contrato, a realização dos Estudos de Impacto Ambiental e a aquisição do DUAT. Para a realização das suas atividades, as mineradoras abrem os seus escritórios, ou na cidade de Tete (para o caso da Rio Tinto) ou na vila de Moatize (o caso da Vale). A atuação das mineradoras é facilitada pelo Estado, nas suas diferentes escalas, tendo as decisões sido tomadas ao nível central e, as unidades escalares subalternas se responsabilizando apenas pela facilitação na implementação dos projetos.

Os projetos de mineração daquela envergadura são aprovados ao nível do Ministério dos Recursos Minerais em Maputo. Nós apenas fazemos um parecer, mas a competência é central. O governo provincial e distrital não tem influência nenhuma (membro da Comissão de Reassentamento.).

Os projetos são de importância nacional e para o desenvolvimento do país como é dito pelos governantes. São aprovados em Maputo e aqui apenas se implementa. Mesmo que esses projetos não beneficiem a população local, os governos distrital e provincial não têm competência para impedir (representante de uma organização da sociedade civil).

Os benefícios são para todo o país. Não beneficiamos diretamente pela exploração do recurso, pois o bolo vai para o governo central que aloca aos distritos, no orçamento geral, que é definido por outras variáveis e não a existência ou não de empresas mineiras (funcionário do governo distrital).

As organizações da sociedade civil agem com o intuito de garantir que no processo de obtenção do DUAT da área se respeite os direitos das comunidades. A presença das organizações da sociedade civil é vista, pelo Estado e pelo mercado, como desestabilizadoras do desenvolvimento, pois aparecem para fortalecer as posições de dificultar a aquisição de DUAT. As organizações da sociedade civil sabem que o processo de atribuição de DUAT às mineradoras é irreversível, pois a legislação que orienta esse processo e as políticas adotadas pelo governo caminham na direção de favorecimento das mineradoras. Contrariar esse processo é "impossível", mas lutar para que se realize um processo que garanta o mínimo de respeito do direito das comunidades atingidas e, que se realize um processo de indenização justo é o objetivo dessas organizações.

Não obstante a presença de um número significativo de organizações da sociedade civil no país e na província, o processo manteve-se à margem da participação dessas organizações, quer porque o processo se apresentava novo para a maior parte das organizações, quer porque a legislação de terras aparentava defender os interesses das comunidades. A confiança na legislação de terras e na atuação do governo, principalmente no respeito à legislação, distanciavam a participação das organizações da sociedade civil. É importante referir que a negociação para a obtenção do DUAT iniciou sem a presença das organizações da sociedade civil e nem do Estado. As primeiras porque não tinham o conhecimento do andamento do processo, não estando em condições organizacionais adequadas para acompanhar. A segunda tinha o conhecimento do curso do processo, mas manteve-se afastada dos primeiros contatos com as comunidades, facilitando a atuação da mineradora na aquisição do DUAT.

A participação, tanto das organizações sociais bem como do Estado nas suas diversas escalas, só aconteceu quando as negociações não estavam chegando a consensos. A presença das organizações da sociedade civil foi bem mais tarde, quando os locais de reassentamento já se encontravam definidos, não havendo possibilidades de reverter os passos já encaminhados. É importante destacar que as comunidades atingidas pelo projeto da Vale foram as que menos se beneficiaram da atuação das organizações da sociedade civil, pois a sua intervenção, modesta, teve início apenas a partir de 2009.

A falta de assessoria às comunidades terá influenciado, principalmente para o caso das comunidades atingidas pelo projeto da Vale, no drible dos direitos das comunidades. Sem o domínio das legislações e da atuação de empresas desse gabarito, as comunidades facilmente são burladas a ceder o seu território em função de promessas

de emprego e de melhores condições de vida. Se o Estado e o mercado estão interessados em impor as suas necessidades, as organizações da sociedade civil estão para atenuar os impactos negativos desse processo.

Mais do que compreender a presença de diferentes atores e relacionar no território em estudo, o mais importante é captar o poder que cada um desses atores possui. Observando a figura 8 é possível constatar a presença de um número significativo de atores representantes da sociedade civil presentes e atuantes na área de estudo. Apesar desse grupo de atores apresentarem uma missão que se resume em atenuar os efeitos da atuação dos outros atores, o poder exercido por eles é diminuto, sem condições para enfrentar as decisões tomadas pelo Estado.

O Estado tem o maior poder de transformação dos territórios. A partir das legislações, decretos e regulamentos as suas ações se apresentam como uma imposição nos territórios, ou seja, o Estado possui os mecanismos e instituições necessárias para implantar as suas vontades. A partir desse poder, alicerçado somente numa única dimensão, a dimensão política, o Estado concebe qualquer parte do seu território como sendo homogêneo, liso e espaço de exercício de governança, isto é, o território uno. A partir da legitimação que lhe é conferida, a imposição das suas vontades pode ser impingida a partir da recorrência do uso da força legítima. Só o Estado pode recorrer a essa força e só ele está autorizado a possuir esse tipo de instituição.

Esta posição do Estado lhe confere vantagens de poder sobre os diferentes atores. A necessidade de uma associação com o Estado pode significar primazia no alcance dos seus interesses. O mercado, que ao mesmo tempo em que necessita da ausência do Estado, precisa que a mesma esteja também presente, sempre que assim o necessitar. O Estado passa a se ausentar sempre que o mercado demandar a sua abstenção, e chamado quando os processos encontrarem entraves.

A associação do poder político com o poder econômico, detido pelo mercado, impõem as suas necessidades nos territórios locais, conformando uma dinâmica que atende aos novos usos do território. A conformação de uma nova realidade, um novo uso no território, é recebida com ações de contestação e resistência. As comunidades locais recusam-se a aceitar os novos usos do território e, empreendem ações de resistência, como forma de resgatar a sua história e cultura inscrita naquele espaço. Porém, são nesses casos em que o Estado é chamado a desempenhar o seu poder de imposição, ou melhor, a recorrência o uso da força legítima em última instância.

Se analisado de uma forma mais generalizada, podemos compreender, na prática, a existência de duas escalas de ação e de poder, uma representada pela escala de comando das ações, onde é a sede dos macroatores e a outra que é a escala da realização das ações, que é o espaço do acontecer das ações definidas pelos macroatores. Nessa vertente, podemos compreender que as ações são definidas fora do local de sua materialização, onde os macroatores (o Estado e o mercado) definem os abjetos a serem implantadas e as ações a serem realizadas. Todos os atores envolvidos nas transformações territoriais não se localizam nos territórios atingidos pelos projetos mineiros. Esses territórios somente são espaços de convergências das diferentes ações dos diferentes atores.

As escalas intermediárias fazem parte da escala do mandar, pois funcionam como braços de atuação dos atores localizados na escala do mandar. Ou seja, a atuação do Estado, fazendo cumprir as suas intenções são materializadas ou impostas por suas extensões localizadas nas escalas intermediárias. Nessas escalas intermédias, os atores aqui localizados não apresentam funções diferentes das dos seus pares localizados na escala nacional. O mesmo acontece com os atores da sociedade civil, que tendo as suas sedes principais na escala nacional, apresentam delegações nas escalas intermédias e sempre com os mesmos objetivos e metas desenhadas pelas instituições mãe.

Apesar dos atores das organizações da sociedade civil apresentarem objetivos e metas diferentes das dos macroatores, estes além de funcionarem como amortecedores das transformações territoriais, desempenham o papel de formação (e formatação?) na aceitação dócil das ações dos macroatores. Senão vejamos, a maior parte das organizações da sociedade civil atuantes nos territórios dos atingidos lutam para que sejam respeitados os direitos das atingidos que estão apoiados nas legislações, ou seja, esses direitos se resumem na aceitação da troca do território por terra; na luta por um processo de indenização justa, no entanto esse processo é definido pelas regras do mercado.

A Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LMDH), delegação da província de Tete e a Associação de Assistência e Apoio Jurídico às Comunidades (AAAJC) têm como parte das suas atividades a formação jurídica das comunidades bem como a prestação de serviços (de assessoria) a essas comunidades. A primeira já se encontra a operar no distrito há quase 15 anos e a segunda iniciou as suas atividades em 2009. A LMDH não foi capaz de prever os atropelos aos "direitos" das comunidades, como também não participou no processo de obtenção do DUAT pelos projetos. A atuação

dessa organização foi mais visível quando da realização das manifestações realizadas em janeiro de 2012. A AAAJC iniciou as suas atividades quando o processo de obtenção do DUAT já se encontrava finalizado. Dessa forma, essas duas organizações que velariam pela defesa dos "direitos" das comunidades pouco envolvimento tiveram na defesa dos interesses dos atingidos.

A União Provincial dos Camponeses¹³⁰ (UPC), a Justiça Ambiental (JA), delegação de Tete e a Caritas (delegação de Tete) que também já se encontravam a trabalhar na província, mesmo antes do início do processo das empresas vencerem a licitação para a exploração do carvão mineral, não participaram no processo de obtenção do DUAT. A Caritas e a Justiça Ambiental tiveram uma atuação mais discreta nas comunidades, apenas participando em reuniões de debate sobre os impactos sociais e ambientais da atividade mineira. A Justiça Ambiental vêm denunciando os problemas ambientais e sociais decorrentes da territorialização das mineradoras, através de publicações periódicas. A UPC não participou no processo de aquisição do DUAT pela Vale, pois não tinha nenhuma representação atingida pelo projeto. Apenas cooperou nos atingidos pela Riversdale/Rio Tinto porque tinha uma representação distrital atingida. A UPC auxiliou os atingidos pela Riversdale/Rio Tinto no processo das indenizações e tem estado a auxiliar a todos os atingidos no processo produtivo, capacitando as famílias na recorrência à prática da agricultura de conservação.

Todas as organizações da sociedade civil tinham uma atuação na província muito antes do início do processo de negociação do DUAT pelas mineradoras, com a exceção da AAAJC, que surge, depois do processo da Vale estar concluído. A atuação de todas as organizações da sociedade civil se resume na conquista de uma indenização justa. A luta se limita a essa esfera pelo fato de ser um processo que envolve uma negociação entre os pretendentes e os atingidos. Na escolha dos espaços de reassentamento, essas organizações não conseguem intrometer-se por ser de domínio exclusivo da Comissão de Reassentamento. Sendo assim, a capacidade de intervenção dessas organizações encontra-se bastante limitada e sem poderes de intervenção direta no processo.

O desempenho dessas organizações continua a ser limitado pela legislação. Se quando da realização do processo de aquisição do DUAT e da definição do processo de

¹³⁰ É parte da União Nacional dos camponeses.

reassentamento ¹³¹ a participação e intervenção dessas organizações não estava normalizada por decretos ou leis, sendo uma imposição "ilegítima", com a aprovação do Regulamento Sobre o Processo de Reassentamento Resultante das Atividades Econômicas, em 2012, fica claro que a atuação dessas organizações se limitará a opinar sobre o processo, não podendo influenciar na decisão final. Esse regulamento, que embora apresente alguns avanços, mantém o processo de reassentamento apenas de domínio da Comissão de Reassentamento, não alterando a forma como o processo vinha sendo executado. Sendo assim, a atuação dessas organizações é direcionada para os sintomas e consequências do processo e não na prevenção e luta pela manutenção do "direito ao território", ou seja, não é direcionada para a formação de movimentos de resistência e contestação do sistema.

Ao se balizar o processo de participação ¹³², tanto dos órgãos da sociedade civil bem como da população atingida e das suas lideranças no processo de reassentamento, está-se condicionando o futuro das comunidades atingidas. O processo de abandono dos seus territórios locais é uma ação compulsória e, se a escolha do novo espaço e os processos que o conduzem não é participativo, a reterritorialização será precária, ou seja, não se encontrarão condições adequadas para a (re)produção de espaços de vida e de produção.

7.3. Do território aos espaços de reassentamento (e destes ao território?)

A distinção entre território e espaço é fundamental para compreendermos as ações de contestação e resistência à perda de espaços de reprodução de vida e de produção construídos ao longo do tempo. Quando tratamos de território não olhamos para terra unicamente como espaço de (re)produção das diferentes atividades (incluimos as de subsistências), mas sim como o espaço implantado de objetos com história e reprodutoras de ações que conformam a área de influência dos seus habitantes. Entender o território como parte dos seus ocupantes é compreender o espaço como sendo constituído por um tempo condensado.

As dinâmicas atuais, encabeçadas pelas políticas neoliberais, que transportam a acumulação por espoliação, entendida como a acumulação de capital que se materializa

¹³¹ Para a realização do reassentamento, as mineradoras recorreram às regras do Banco Mundial, pelo fato de não existir uma legislação que orientava o processo de reassentamento. Veja o trabalho de Matos e Medeiros (2015).

¹³² Como é tratado no Regulamento Sobre o Processo de Reassentamento Resultante das Atividades Econômicas.

na ocupação do território para a extração da mais-valia, é agora um fenômeno que se consolida nos países da periferia. A preocupação das políticas neoliberais é criar condições para que os diversos países se tornem em espaços, lisos, capazes de absorverem com facilidades a acumulação por espoliação.

Forçado a abrir as suas fronteiras ao interesse capitalista, Moçambique cede às chantagens e se torna um país integrado a dinâmica capitalista. O fluxo de capital estrangeiro com destino a Moçambique aumentou a partir da década de 90, quando um conjunto de legislações é aprovado, com a finalidade de atração de Investimento Direto Estrangeiro. Desse conjunto, destacam-se os investimentos na indústria extrativa, principalmente na exploração do carvão mineral.

As descobertas das riquezas de carvão mineral já eram antigas, mas é na primeira década deste século que o interesse se avoluma e várias empresas internacionais se interessam por explorar o carvão mineral de Tete, com destaque para o de Moatize. Se o interesse de tornar o carvão mineral um recurso capaz de captar divisas e contribuir para o crescimento econômico, alimentando a melhora da qualidade de vida já era defendida nos primeiros anos após a independência, quando o país se definia como socialista, agora este recurso alcança o máximo empenho do Estado, facilitando a sua exploração pelas empresas internacionais.

Apesar das quantidades e qualidades do recurso, o governo concede um conjunto de isenções e reduções fiscais como forma de atrair essas empresas e, define a sua exploração como imperiosa, chegando a colocar os ganhos econômicos das empresas acima dos ganhos econômicos e sociais para o Estado, assim como para as comunidades.

A ocupação do território das comunidades locais pelas empresas é apenas um processo inicial para a materialização da acumulação por espoliação. As legislações e os contratos mineiros oferecem às empresas a "propriedade" dos territórios durante o tempo necessário às suas atividades. Como forma de viabilizar a retirada das comunidades atingidas, as legislações oferecem aos atingidos "espaços primitivos", onde serão implantados objetos novos e considerados modernos, capazes de proporcionar ações que possam oferecer uma qualidade de vida melhor para os deslocados.

A desterritorialização das comunidades atingidas é inevitável. O deslocamento compulsório é, geralmente, antecedido por uma negociação entre os atingidos e as empresas com vista a encontrarem as melhores formas de indenização. O pagamento

das indenizações assim como da obrigatoriedade na realização do reassentamento são garantidas às comunidades por legislações. Ao mesmo tempo em que se garantem esses direitos, são imputados o dever de abandonar compulsoriamente os territórios, ou seja, as comunidades atingidas não têm a opção de recusar a perda dos seus territórios, apenas têm o direito de negociarem as compensações das perdas das suas atividades.

Esse processo contraditório que se apresenta como garantidor dos direitos das comunidades a um novo espaço de vida e de produção é também o mesmo que garante o direito dos espoliadores a se apropriarem dos territórios dos atingidos. Se por um lado as leis, contratos e regulamentos condicionam a atividade mineira a um acordo entre os atingidos e as empresas no que concerne as compensações e a um espaço de reassentamento, as mesmas submetem as comunidades a um movimento compulsório que por si só é um processo que deteriora as bases de negociação das comunidades locais.

Os direitos das comunidades estabelecidos pelas leis, contratos e decretos se tornam em pseudo direito, onde a capacidade de negociação dos atingidos se dilui na imperatividade de compulsoriamente terem de abandonar os seus territórios. Essa condição se torna uma vantagem para as empresas, que se apoderam dessa condição e da falta de domínio das regras de funcionamento do mercado que os atingidos enfrentam, para imporem indenizações que satisfaçam os seus interesses. Se o Estado funciona apenas como árbitro nesse processo e, o apoio das organizações da sociedade civil tarda a chegar e as comunidades apresentam deficiente domínio de capacidade de negociação, então as vantagens tendem a favorecer as empresas, bem mais acostumadas a esse processo e com vasta experiência.

O processo de negociação da aquisição do DUAT, o principal processo necessário para o início das atividades, é apenas uma condição formal a ser seguida, pois a partir do momento que as empresas têm a aprovação do governo para a realização das suas atividades, a obtenção do DUAT é apenas uma formalidade para respeitar a falsa proteção que a lei de terras oferece às comunidades locais. A assinatura dos contratos de exploração mineira que acontecem mesmo antes da obtenção do DUAT é um exemplo ilustrativo de que a sua negociação com as comunidades é apenas um processo formal, pois as empresas já possuem a "propriedade" da terra pretendida para as suas atividades.

Além de ser formal, é também necessário para que a recorrência ao uso da força legítima seja utilizada apenas em casos excepcionais. As empresas têm a "consciência"

de que a partir do momento da assinatura do contrato com o governo, este lhes cedeu a "propriedade" da terra e que o próximo passo é apenas garantir que as indenizações e o processo de reassentamento sejam cumpridos, pois estes são os direitos dos espoliados. Para as comunidades, perder o território é o mesmo que perder parte do seu corpo e, se desfazer do mesmo é um processo complexo. As comunidades se opõem, mesmo sabendo que a terra legalmente já não lhes pertence. Para facilitar a obtenção do DUAT e iniciar a implantação das infra-estruturas necessárias ao início das suas atividades, as empresas lançam promessas de futuros promissores, fomentando expectativas nas comunidades com a oferta de trabalho.

É importante realçar que ao mesmo tempo em que o Estado garante que as empresa cumpram com os direitos dos espoliados, o mesmo Estado não cria condições para que esses direitos sejam respeitados, principalmente quando nos referimos a comunidades que detêm um precário domínio do funcionamento do mundo moderno. Ao se garantir pelo Estado que as comunidades sejam compensadas pelas suas perdas, é o Estado que condiciona essa compensação justa, definida pelas regras do mercado. Nesse contexto, alguns bens podem ser mensurados pelas regras do mercado e outros podem ser subestimados pelo mesmo mecanismo, como os casos de objetos simbólicos e históricos. Como mensurar o rio, o embondeiro, o cemitério que são objetos sagrados e históricos? Como mensurar uma árvore que desempenha o papel de fornecedor de alimentos em tempos de escassez de produção agrícola e ao mesmo tempo desempenha papel de provedor de sombra? Como mensurar a proximidade da floresta, onde se apoderam dos recursos naturais para a confecção de bens e utensílios domésticos que também podem ser colocados no mercado? Todas essas facilidades e serviços que o território lhes proporciona apresentam dificuldades de mensuração de acordo com as regras do mercado.

Garantir que o processo de reassentamento seja um direito para os espoliados quando se lhe retira a possibilidade de escolha do local para reassentar é comprometer a qualidade de vida dos deslocados compulsoriamente. Se se pretende que os espaços de reassentamento se tornem espaços de vida e de produção é preciso compreender quais os fatores de localização foram tomados em conta pelas comunidades atingidas para a escolha dos seus assentamentos. A escolha dos atuais territórios não foi espontânea, ela obedeceu a determinados critérios fundamentais para a reprodução de espaços de vida e de produção. Mas, no processo de escolha dos novos locais de reassentamento, as comunidades são excluídas de participar na sua escolha. É criada uma comissão técnica,

constituída por técnicos do governo distrital e provincial e os das empresas detentoras da “propriedade” da terra dos atingidos para avaliarem os locais selecionados pela Comissão de Reassentamento. As comunidades apenas são informadas das conclusões "técnicas" da área adequada para a realização do reassentamento. Quando as comunidades não concordam com as conclusões "técnicas" apresentadas, apontando novos espaços, a Comissão de Reassentamento ignora as escolhas das comunidades atingidas e impõe as suas conclusões.

Recusar os novos espaços escolhidos e impostos aos atingidos não seria uma forma de reivindicar os seus direitos no processo de reassentamento? Participar na escolha dos novos locais de reassentamento não seria um direito das comunidades atingidas? Mas, recusar os novos locais é comprometer as atividades das empresas mineradoras e colocar o direito das mineradoras em causa e, conseqüentemente prejudicar os compromissos comerciais das empresas. Quando isso acontece o Estado é chamado a intervir com vista a repor os direitos das empresas. Foi o que aconteceu com os atingidos pela Vale, que se recusavam a abandonar o seu território pelo fato das áreas de reassentamento não responderem às necessidades dos atingidos. A presença do governador foi fundamental para forçar as famílias a aceitarem os espaços de reassentamento escolhidos pela Comissão de Reassentamento.

A aceitação dos novos espaços, incluindo os objetos naturais existentes e os artificiais a serem construídos, é inevitável. A perda dos seus territórios é compensada pela construção de espaços sem história, acompanhadas por promessas de oportunidades de trabalho e de melhora das condições de vida, ou seja, a desterritorialização é acompanhada pela reterritorialização em espaços lisos, primitivos. Esse processo que é financiado pelas empresas mineradoras, forçado pelo Estado e acompanhado pelas organizações da sociedade civil é também carregado de ações de obtenção da mais-valia. A desterritorialização e a conseqüente reterritorialização é produtora de aglomerados de exclusão, que devido à separação geográfica encontram dificuldades de inserção na sociedade, ao mesmo tempo em que as mineradoras investem pouco nesse processo.

Apesar de ser um processo carregado de exclusão e bastante reivindicado pelos atingidos, o mesmo obteve alguma aceitação. Sem opções, a esperança nas promessas é o que mantinha vivo o sonho dos atingidos num futuro auspicioso. Abandonados após o reassentamento, os atingidos deparam-se com condições de solo inadequadas para a

prática da agricultura, habitações com graves deficiências, isoladas dos mercados e da dinâmica urbana e dependentes das cestas básicas que recebiam.

É preciso construir o território, torná-los espaços de vida e de produção, mas a realidade direciona no sentido contrário. Se os atores que deveriam amortecer o impacto do processo se encontram imputados, sem condições para assessorarem na melhora das condições de vida, o Estado e as mineradoras consideram o processo concluído e que o passo seguinte é o “trabalho” das famílias, então só resta o acionamento de processos de contestação. Esses processos se manifestam na contraposição à obediência e configuram-se em ações práticas de reivindicação, que para o caso dos atingidos, foi a paralisação das vias de acesso que se apresentavam estrategicamente importante para o cumprimento dos acordos comerciais.

A paralisação das vias de acesso obrigou as mineradoras e o governo a reverem a política de acompanhamento dos reassentados. Mesmo recebidos com violência por parte do Estado, as comunidades perceberam que só afetando os compromissos comerciais das mineradoras seria possível forçar a uma negociação, ou seja, forçar ao cumprimento das promessas. Após a realização das manifestações, as comunidades obtiveram alguns ganhos significativos e conquistaram o apoio da sociedade civil que se apercebeu dos processos precários com que estavam a ser conduzidos os reassentamentos. Tanto o Estado como as mineradoras compreenderam que o processo de reassentamento tinha sido injusto,

Depois da paralização da estrada de ferro em 2012 a vida daquelas comunidades melhorou. Foi alocado transporte público, melhorou-se o sistema de abastecimento de água, foram introduzidos novos projetos de geração de renda. Houve melhorias (representante da Comissão de Reassentamento).

Depois da paralisação, a Vale assinou um novo memorando de entendimento com o governo. Novos projetos foram desenhados e estão sendo implementados. A Vale nunca quis se encarregar por todo esse processo, pois reassentamos e depois a responsabilidade deveria ser do governo distrital, pois o nosso papel terminou com o reassentamento (funcionária da Vale).

Quando paralisamos a estrada que atravessa o nosso reassentamento, a Rio Tinto veio a correr para negociar conosco. A nossa greve não teve o conhecimento da imprensa devido à rápida intervenção da empresa. Acho que eles já sabiam do que aconteceu com a paralisação em Cateme e não queriam que tivesse a mesma repercussão (residente de Mwaladzi)

O novo desafio para as comunidades reassentadas é transformar os espaços de reassentamento em territórios. É um processo que pode dar resultados positivos como não. Sem muitas alternativas, as comunidades estão produzindo a sua nova história no local, desenhando novas alternativas de sobrevivência adequadas às condições do espaço. À medida que esse processo acontece, a produção de um novo território, que

será diferente do anterior, vai conformando uma nova identidade nos atingidos. Entre erros e acertos, o novo território será formado e será diferente daquele (re)produzido durante várias gerações.

Nessa luta para tornar os espaços de reassentamento em territórios, há desistências como também imigrações. Nos assentamentos classificados de rurais, mas que carregam consigo o modelo de habitação urbana e formas de organização do espaço urbano, encontram-se famílias que estão desistindo de sobreviver nesses espaços dadas as precárias condições de vida. Algumas famílias estão retornando aos anteriores territórios, preferindo regressar para os seus territórios, onde as condições são melhores, mesmo que para isso estejam sujeitos aos impactos ambientais resultantes das atividades de mineração, como também de perderem os seus espaços com a evolução da atividade.

As condições de vida aqui são piores que as que tínhamos nas nossas antigas aldeias. As pessoas não estão a conseguir sobreviver aqui, conheço famílias que estão a abandonar Mwaladzi e a voltar para Capanga. Meu vizinho regressou (residente em Mwaladzi).

Desde que nós viemos aqui as coisas não melhoram. Vivemos de promessas. A terra é fraca. Meu marido voltou para nossa antiga casa e lá está a fazer *machamba*, porque aqui não dá para viver (residente de Cateme).

A situação está muito difícil que algumas pessoas estão a regressar (residente de Mwaladzi).

À medida que esses espaços se tornam área de expulsão de famílias ocorre, também, que os mesmos se transformam em espaços de atração para um grupo de famílias que consideram as áreas adequadas para a construção de uma nova vida. A venda de terras por parte dos reassentados apresenta-se como uma estratégia de sobrevivência ao mesmo tempo em que se configura como uma oportunidade para algumas famílias (re)construírem uma nova página na vida. As melhorias resultantes das manifestações de 2012, mesmo que estejam concentradas no campo infra-estrutural do reassentamento, principalmente com a introdução do transporte público, aumentou a atração por ocupação de espaço. Em Mwaladzi o processo de imigração ainda está na fase embrionária, podendo ser explicada, principalmente, pela falta de transporte público.

A transformação desses espaços de reassentamento em territórios implicará num processo de luta, contínua, não só para o cumprimento das promessas, mas também para a descoberta de novas estratégias de sobrevivências adequadas às condições físico-ambientais do espaço. As propostas de desenvolvimento esboçadas para esses espaços não garantem, ainda, condições para a sobrevivência dessas famílias. As mesmas encontram-se confinadas às áreas de demonstração, não se refletindo na vida das famílias. Apesar de se apresentarem como futuras estratégias de sobrevivência para os

atingidos, as mesmas continuarão dependentes da intervenção financeira das empresas mineradoras. Muitas dessas atividades, das técnicas e dos modelos a serem empregues ainda são lisas na história desse povo, podendo ter que necessitar de tempo para a sua incorporação às rugosidades dos atingidos. Enquanto essa transição estiver condicionada à escala histórico-cultural dessas famílias, o mesmo pode inviabilizar a sua materialização. Dessa forma, estratégias de sobrevivência endógenas podem desempenhar um papel importante na transformação desses espaços em territórios e, isso só o tempo poderá confirmar ou refutar.

As dinâmicas atuais, mesmo não proporcionando um espaço de vida e de produção para os assentados, elas caminharão para essa direção. Esse processo pode ser lento, devido às dificuldades que os espaços impõem aos seus residentes. O tempo será responsável por produzir relações sociais, econômicas e culturais necessárias à apropriação do espaço pelas comunidades atingidas. A falta de opções a que o processo está inculcado forja a apropriação do espaço pelas comunidades, pois a opção manifestada por algumas famílias em regressar aos seus anteriores territórios é temporária e insegura, pois o avanço da atividade mineira expulsará novamente as famílias regressadas.

No reassentamento urbano as condições são relativamente adequadas à construção de espaços de vida e de produção. A quantidade de casas novas que estão a ser construídas e alugadas aumenta. A localização estratégica do reassentamento facilita a integração de várias famílias no mercado imobiliário, como também permite que as famílias se integrem ao mercado urbano, tanto da cidade de Tete como da vila de Moatize. Apesar das reivindicações dos atingidos, principalmente no que se refere a qualidade das habitações e da falta de emprego, a integração dos atingidos está a ser menos lenta que dos reassentados nas áreas rurais. Este grupo de reassentados está bem mais próximo de construir a sua história, que é também erguida a partir de erros e acertos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do território é um processo forjado na luta pelo domínio dos objetos e das ações que se materializam nele. Entender esse processo como dinâmico, produto de confronto dos diferentes atores que pretendem impor as suas vontades no espaço, é um caminho trilhado para entender os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR). Aceitar que o processo TDR faz parte da dinâmica territorial é também uma etapa para compreendermos que os territórios são construídos, destruídos e reconstruídos, num decurso que atende à história.

Num mundo em que a globalização neoliberal se assume como o principal fator desterritorializante dos territórios locais, constata-se que o processo TDR torna-se mais rápido e promotor de populações colocadas à margem desse processo, ou seja, geram aquilo que Haesbaert chama de aglomerados de exclusão. Porém, mesmo desterritorializados, as populações procuram se reterritorializarem, ainda que o processo leve muito tempo e seja carregado de precarização das condições de vida.

Harvey se refere ao fato do sistema capitalista precisar, sempre, que os diversos cantos do globo terrestre estejam constantemente ao seu dispor assim que o demandar. Essa necessidade capitalista atende àquilo que o mesmo autor sublinha ser indispensável à sobrevivência do sistema, que é a capacidade de fuga espacial e temporal, ou seja, o capital precisa recorrer a novas "áreas de pasto" e em tempo que lhe for conveniente para a conservação e ampliação da mais-valia. Essa condição terá forjado a entrada de Moçambique ao jogo do capitalismo. Com a sua adesão às Instituições de Breton Woods, em 1984, e a implementação dos Programas de Ajustamento Estrutural, em 1987, o país se colocou ao serviço do capital internacional.

Após a independência, o Estado moçambicano se posicionou como revolucionário e com a ambição de construir uma nova sociedade, a sociedade socialista que era contra a "exploração do homem pelo homem"¹³³ e contra o "obscurantismo"¹³⁴. O Estado nacionalista organizou o espaço nacional, introduzindo objetos que atendessem às suas vontades e produtoras de novas relações sociais. Os novos objetos e ações introduzidas pretendiam destruir os territórios das comunidades locais. A terra era propriedade do Estado e este tinha o direito e o poder de transformar os territórios locais (a partir da apropriação da terra), em novos territórios com novas dinâmicas. A

¹³³ Aqui se lutava contra a sociedade burguesa ou a capitalista.

¹³⁴ Aqui se lutava contra a sociedade feudal, materializada nos regulados.

aprovação da Lei de Terras de 1979 veio a materializar o plano nacionalista do Estado e permitiu a construção das aldeias comunais, que significavam a concentração compulsória da população em determinados espaços, escolhidos com base em critérios "técnicos", definidos por uma equipe qualificada para a função. Esse projeto era alimentado pela necessidade de melhora da qualidade de vida de um povo oprimido e marginalizado por cerca de 500 anos de domínio colonial.

O Estado neoliberal, saído da "revolução" legislativa iniciada em finais da década de 80, se apresenta como uma oportunidade de salvação da população que fora oprimida e marginalizada durante o período do Estado de orientação socialista. São implantadas as "liberdades" individuais e corporativas. As pessoas devem ter a "liberdade" de escolher o que lhes é melhor, até mesmo de viver em seus territórios e de os "vender" a quem lhes proporcionar maiores ganhos. A autonomia dos territórios das comunidades locais é disfarçada na Lei de Terras de 1997, que garantiu a segurança e posse da terra às mesmas através da ocupação histórica e através de métodos consuetudinários. A legislação coloca a terra no jogo do mercado, ao permitir que as comunidades negociem com os investidores a sua aquisição, ou seja, a terra é propriedade do Estado, mas o DUAT pode ser transferido (negociado) entre os interessados. O Estado apenas arbitrará o jogo do DUAT e intervirá apenas em caso de especulação.

A aprovação da Lei de Minas de 2002 vem expressar claramente que o Estado tem o poder de deslocar compulsoriamente qualquer comunidade (e/ou família) que se encontra a residir em qualquer parte do território nacional à favor da exploração mineira. O Estado ao se posicionar a favor da exploração mineira, permitindo a transferência do território das comunidades para os projetos mineiros, condiciona que a mesma seja antecedida do pagamento de uma indenização e da realização do processo de reassentamento. Porém, esses condicionalismos apresentam-se mais favoráveis aos expropriadores que aos expropriados, pois as lógicas que conduzem esse processo são de domínio dos expropriadores que o executam de acordo com as suas necessidades.

Apesar das legislações garantirem alguns direitos aos deslocados compulsoriamente, como as indenizações e um novo espaço de reassentamento, as mesmas não permitem que esses direitos sejam cumpridos de acordo com os interesses das comunidades locais, ou seja, as garantias oferecidas pelas legislações são fracas, com possibilidade de deteriorarem a qualidade de vida dos atingidos. As indenizações são pagas de acordo com as regras do mercado, mas há muitos serviços que o território

oferece, mas que a terra não os consegue apresentar. Essa diferença entre terra e território é fundamental para se entender o porquê da resistência das comunidades em abandonar os seus territórios para novos espaços de reassentamento, pois as oportunidades e serviços oferecidos pelo território são maiores do que as oferecidas pelo espaço. Esses serviços e oportunidades oferecidos pelo território não são justamente mensurados e indenizados pelas regras do mercado, como também são ignorados pelo mesmo mecanismo.

O processo de reassentamento é dominado por uma comissão técnica, considerada competente e com condições de encontrar espaços adequados a "brotar" uma nova história. Porém, a não participação das comunidades nesse processo condiciona a escolha de locais adequados à produção de novos territórios. A experiência de muitos anos, construindo os seus territórios, numa luta constante, envolvendo contatos diversos, produziu territórios adequados às dinâmicas locais. Estar excluído desse processo é recusar o aproveitamento das asperezas desse povo, que se adequando à dinâmica local foi capaz de sustentar a sua história e cultura, ameaçada ao longo do tempo.

O processo de expropriação da terra das comunidades locais fomentados e facilitados pelas legislações, principalmente da Lei de Terras e de Minas, transportam consigo a acumulação por espoliação. O capital consegue lucrar, não só ao apropriar-se do território dos nativos, como também ao produzir processos de reassentamento em que se reduzem os custos das indenizações e se precariza na construção dos novos espaços de reassentamento, com impactos na qualidade de vida dos atingidos. Os atingidos são colocados à disposição das mineradoras e, utilizados sempre que for necessário.

Na produção do território de exploração mineira, que excluiu as anteriores territorialidades, as comunidades apenas são informadas da perda dos seus territórios. O Estado e as mineradoras, auxiliadas pelos poderes estatais intermédios reproduzem as ações definidas nas escalas do mandar. O poder político, associado ao poder econômico, impõem as suas vontades e restringem a participação das comunidades atingidas, até da escolha do novo local de reassentamento. Apesar da escolha dos novos locais de reassentamento ser uma decisão política, as mineradoras se beneficiam dessa limitação (da participação dos atingidos e da sociedade civil no processo de reassentamento) para reduzirem os custos desse processo e jogarem toda a responsabilidade dos problemas futuros para o poder político. Ou seja, a questão da qualidade do solo, dos recursos

hídricos e da distância aos mercados urbanos é da responsabilidade do Estado que define uma determinada área para o reassentamento. Mas a questão da qualidade das infra-estruturas, incluindo as habitações, e o cumprimento das promessas é das mineradoras. Sendo assim, os dois grupos de atores se unem e condicionam a qualidade de vida dos reassentados.

No decurso desse processo, em que o Estado se coloca a disposição das mineradoras, as comunidades esboçam resistências, algumas delas apoiadas pelas organizações da sociedade civil. Nesse processo, a luta travada entre os expropriados e os expropriadores não é apenas pela terra, mas sim pelo território. A luta sustentada pelos expropriados é desde o início condenada ao fracasso, pois a perda do território é inevitável, principalmente quando o Estado se coloca ao serviço do capital. As comunidades, precariamente apoiadas pelas organizações da sociedade civil, lutam por um processo de reassentamento que não degrade a qualidade de vida. Apesar do envolvimento das organizações da sociedade civil ser deficiente e incapaz de proporcionar condições ótimas de reassentamento, a sua participação afigura-se importante, principalmente por ampliar o grito de socorro.

Mesmo que a substituição do território por um espaço não seja o melhor direito garantido pelo Estado a essas comunidades, o mesmo pode significar uma nova oportunidade de vida. Se entendermos que os territórios são dinâmicos e, principalmente num mundo globalizado, onde os ditames de funcionamento dos territórios nacionais são influenciados por instituições ou macroatores internacionais, é preciso proporcionar condições que garantam que essa substituição seja o menos impactante na vida dos atingidos e que represente uma nova oportunidade. Para o caso em estudo, as legislações aprovadas, incluindo o regulamento do Processo de Reassentamento Resultante das Atividades Econômicas, não oferecem condições para que as comunidades atingidas pelos projetos mineiros melhorem a qualidade de vida ou mesmo que mantenham o nível de vida que possuíam antes da perda dos seus territórios.

Introduzidas nos novos locais, as comunidades são obrigadas a encontrar soluções para sobreviverem. Como o processo de desterritorialização tem como consequência a reterritorialização, mesmo que essa seja precária, constata-se que a reterritorialização acontecerá. Num local desprovido de memória, as condições físico-ambientais desempenhariam um papel importante para uma população que depende da agricultura. Mas não seria o suficiente, seria uma condição necessária, pois há outras dimensões que precisam ser desenvolvidas. Todavia, é uma condição necessária porque

ofereceriam condições fundamentais para iniciarem a construção da sua história com relativa facilidade.

As comunidades atingidas pelos projetos mineiros da Vale e da Riversdale/Rio Tinto têm a sua condição de sobrevivência ameaçada nos locais de reassentamento. O processo de reassentamento foi carregado de irregularidades, promessas não cumpridas e falta de participação. As comunidades não participaram no processo de escolha das áreas de reassentamento, tendo sido impostas pela Comissão de Reassentamento e obrigadas pelo governo a aceitarem. Na esperança de um futuro melhor, com habitações novas, com acesso a infra-estruturas e possibilidade de trabalho nas mineradoras, as comunidades aceitaram a troca do território por terra, onde poderiam construir o novo território. A aceitação dessa troca não foi passiva, ela representou apenas um processo a ser seguido para a produção do território de exploração mineira (o corporativo).

As condições definidas para a escolha dos novos locais de reassentamento impunham a não transferência para outras unidades administrativas. Esta imposição foi alterada depois da inviabilização dos primeiros locais escolhidos para a realização do reassentamento estarem ocupadas por licenças de prospecção e pesquisa de terceiros. A retirada dessa condição poderia permitir que as comunidades fossem reassentadas no posto administrativo de Zóbuè, considerado como tendo ótimas condições para a prática da agricultura. Escolher esse posto administrativo responderia ao problema de produção agrícola, mas afastaria as comunidades das áreas urbanas com que mantinham uma relação próxima. O posto administrativo escolhido (Cambulatsitsi) não oferece as condições necessárias para que as comunidades continuem a desenvolver a atividade que as classificou como rurais e nem as coloca próximo das áreas urbanas (quer se tratando de acessibilidade física quer se tratando de acessibilidade econômica).

Chegados à "terra prometida" as comunidades deparam-se com condições adversas, desde a fraca qualidade dos solos até às precárias condições das habitações. Se os valores monetários resultantes das compensações das perdas das suas atividades, avaliadas pelas regras do mercado, haviam proporcionado ilusões de uma vida melhor, o tempo foi se encarregando de demonstrar que as quantias financeiras deveriam ser alocadas na compra de produtos que a agricultura já não oferece. A agricultura é parte dessas comunidades, mesmo tendo outras fontes de rendimento, a prática da agricultura não é descartada, pois esta permite desviar os ganhos obtidos em outras atividades da compra de produtos alimentares.

Sem (ou com escassas) alternativas de sobrevivência, pois estão num espaço e não num território, as comunidades solicitam o apoio dos que lhes forçaram a migrar. Além de solicitarem apoio, as comunidades reivindicam melhores condições nas novas aldeias comunais. Os responsáveis por criarem essas condições consideram que a sua participação estava encerrada e que agora as comunidades deveriam "trabalhar" e deixarem de ficar dependentes das mineradoras. O agravar das condições levou a realização de manifestações que culminaram com a paralisação da circulação do comboio que transporta o carvão mineral para o porto da Beira e a circulação de caminhões. As mineradoras foram obrigadas a negociarem, pois as comunidades descobriram que ao colocarem as mineradoras na mesma condição em que muitos jovens prometidos empregos se encontram, a situação levaria a uma (re)negociação das condições de vida dos reassentados.

O "antídoto" descoberto pelas comunidades é carregado de efeitos colaterais graves, mas que aliviam o sofrimento por algum tempo. Recorrer a esse "antídoto" pode ser a estratégia a ser utilizada pelas comunidades para a reconstrução da nova história. Os momentos de alívio transportam alguma esperança. Na (re)construção da nova história, as comunidades deverão encontrar estratégias endógenas, pois a dependência a estratégias desenhadas pelas mineradoras parecem não ser sustentáveis, como também o tempo de sua incorporação às rugosidades dos reassentados pode não coincidir com o tempo de vida do financiamento. Isto é, o tempo necessário a sua incorporação às rugosidades pode não encontrar ajustamento ao tempo que durará o financiamento das estratégias, colocando em causa a sobrevivência das famílias reassentadas.

A reterritorialização dessas comunidades será sustentada com base na descoberta de estratégias endógenas, mais ajustadas às condições locais. Essas estratégias poderão ser dosadas com a recorrência do "antídoto" até que as estratégias adotadas solucionem o problema ou que produzam condições de estabilidade.

A organização do espaço das novas aldeias comunais com novos objetos reproduzem novas ações. Essas ações ainda não são dominadas pelos reassentados. Reproduzir as antigas ações encontra entraves, pois a forma de organização dos novos objetos contrapõe a recorrência das antigas ações. O novo espaço, composto de novos objetos, idealizados para se aproximarem dos antigos objetos, é desprovido de tempo condensado e distanciam-se da antiga ordem espacial. A luta por construir ações adequadas ao novo espaço far-se-á a partir de erros e acertos até se encontrar uma forma de compatibilizar a atual organização do espaço com ações necessárias a (re)produção

da nova história. É esse processo que precisa ser compreendido e que levará o tempo necessário para que os sujeitos se apropriem do espaço. E isso será a história incorporada à geografia ao mesmo tempo em que a geografia irá incorporando a história.

Estudar o processo de TDR é fundamental para compreendermos as dinâmicas das políticas neoliberais, fomentadoras da acumulação por espoliação que estão e continuarão a acontecer em Moçambique, dada a riqueza de minérios. Mesmo com as novas legislações aprovadas, constata-se que as mesmas não limitam a espoliação da terra das comunidades e nem atenuam o efeito dos processos de reassentamento. Para o caso do distrito de Moatize, a realização desses estudos tornar-se-ão cada vez mais importantes, pois mais processos de reassentamento acontecerão e, as áreas disponíveis para o reassentamento escasseiam. Onde e como reassentar? Só o futuro responderá esta questão que certamente necessitará cada vez mais de participação ativa das comunidades para enfrentar a força do capital e do Estado.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. "Território e Poder: as políticas das escalas". IN: FISHER, Tânia (org). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- AfDB; OECD; UNDP; UNECA. "Moçambique 2012". In: **Perspectivas Econômicas em África**. Maputo, 2012.
- AHAMAD, Aijaz. "Imperialismo de nuestro tiempo". In: **Socialist Register**: el nuevo desafío imperial. 2004. Disponível em: http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/1167#.Ut_9rRBTvIU. Acessado em 12/12/2013
- ALBERTS, Tom. **Collectivized agriculture**: the case of Mozambique. Maputo. August 1983.
- ALBO, Gregory. "La vieja y la nueva economía del imperialismo". In: **Socialist Register**: el nuevo desafío imperial. 2004. Disponível em: http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/1167#.Ut_9rRBTvIU. Acessado em 12/12/2013
- ALMEIDA SERRA, António M. de. **Política agrária e desenvolvimento econômico na República Popular de Moçambique, 1975-85**. 1991. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1991.
- AMIN, Samir. "O imperialismo, passado e presente". In: **Tempo**. nº 18. Rio de Janeiro, 2005, p. 77-123.
- ANDERSON, Perry. "Balaço do neoliberalismo". In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 9-23
- ANDRADE, Manuel C. de. "Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local". In: SANTOS, Milton; Souza, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Org). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 213-220.
- ARÁOZ, Horacio M. "Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones". In: **RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. V. 12, n. 34, abril de 2013, p. 12-37
- _____. "El auge de la minería transnacional en América Latina: de la ecología política del neoliberalismo a la anatomía política del colonialismo". In ALIMONDA, Héctor (coord). **La natureza colonizada**: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLASCO, 2011. p.135-179.
- _____. "Territorios, colonialismo y minería transnacional. Una hermenéutica crítica de las nuevas cartografías del imperio". In: **III Jornadas del Doctorado en Geografía**. Desafíos teóricos y compromiso social en la Argentina de Hoy. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de la Plata. 29 y 30 de septiembre de 2010.
- _____. "Identidades en conflicto. Reconversión neocolonial, conflictos socioterritoriales y procesos de subjetivación en un contexto periférico del capitalismo global". In: **Boletín Otealken**. No. 7. Mayo 2009, p. 73-87.

_____. "Auge minero y dominación neocolonial en América Latina: ecología política de las transformaciones socioterritoriales neoliberales". s/d.
http://www.estudiosecologistas.org/docs/ecopolitica/intro/auge_mineroAL.pdf,
acessado em 10/11/2012.

ARAÚJO, Manuel G. M. "Os Espaços Urbanos em Moçambique". **GEOUSP Espaço e Tempo**. n° 14, p. 165-182, 2003.

ARAÚJO, Manuel G. M. de. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo**. 1989. Tese de doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, 1989.

BAfD/OCDE. "Moçambique". In: **Perspectivas econômicas na África**. Maputo, 2005, p. 66-80.

BANCO MUNDIAL. **Trends in developing economies 1991**. Washington, D.C., 1991.

BARÓN, Atilio. "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal". SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BARROS, Aidil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 18. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BAUMAN, Zygmant. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, Bertha. "O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo". In: BECKER, Bertha; COSTA, R.; SILVEIRA, C. (Org). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 1-21.

BELLUCCI, Beluce. "Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique". In: **La globalización y el Consenso de Washington: sus influencias sobre la democracia y el desarrollo en el sur**. CLACSO, 2008. p. 125-137.

BERNARDELLI, Camila. **Os efeitos socioespaciais das usinas hidrelétricas amador aguiar I e II: o assentamento Vida Nova em Uberlândia - MG**. 2012. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRAUN, Gerard. **War and economic reform in Mozambique**. Freiburg, Dez. 1988.

CALIN, Daniel. **Construction identitaire et sentiment d'appartenance**. Ce texte a servi de base à une conférence donnée le 11 décembre 1998 dans le cadre des *Amphis de l'A.I.S.* de l'I.U.F.M. de Paris, 2000.

CAMBAZA, Virgílio V. M. "Lei de terras, de minas e sistema de direitos consuetudinários". In: **II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos**. Maputo, 23 de abril de 2009.

CARVALHO, Orlando A. **Água sobre terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas**. 2006. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociência, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** - A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. **Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique**. Maputo: Cadernos IESE, no. 1. 2010.
- _____. **Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique**: contributo crítico. Discussion Paper ° 03/2008. Maputo: IESE, 2008a.
- _____. "Os mega projetos em Moçambique: que contributo para a economia nacional". In: **Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extrativa**. Maputo, 2008b.
- _____. "Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento". In: **I Quaderni della Cooperazione Italiana**. N. 3. Maputo, 2003.
- _____. **Opções Económicas em Moçambique 1975-1995: problemas, lições e ideias alternativas**. In Mazula (ed.) 1995. (disponível através do link <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Problemas%20licoos%20e%20Ideas%20Alternativas.pdf>), acessado em 10/09/2015.
- _____. **A questão agrária em Moçambique**. Centro de Estudos Africanos: workshop Moçambique no pós-guerra: Diálogos e perspectivas. Maputo.
- _____. **Trabalho assalariado e pequena produção mercantil na estratégia de socialização do campo**. Maputo: Centro de Estudos Africanos/Departamento de Economia do Comité Central do Partido Frelimo, 1984.
- CASTRO, Iná E. "Do espaço político ao capital social. O problema da sobre-representação legislativa nos municípios pequenos". In: **REDES**. V. 12. n. 2. Santa Cruz do Sul, 2007. p. 56-72.
- CDE; MDPE. **Valorização do carvão**. No 2/77. Maputo, 1977
- CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. **As famílias camponesas da Angónia no processo de socialização do campo**. Maputo: Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, 1983.
- CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. **Problemas de transformação rural na província de Gaza**: um estudo sobre a articulação entre aldeias comunais selecionadas, cooperativas agrícolas e a unidade de produção do baixo Limpopo (unpbl). Maputo: Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, 1979.
- CENTRE FOR DEVELOPMENT RESEARCH. **Rural development in Mozambique**. Copenhagen: CDR Project Proposal D 78.6, march, 1978.
- COELHO, Maria C. N.; CUNHA, Luis H.; WANDERLEY, Luiz J. de M. "Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná". In: ZHOURI, Andréa; LASCHESFKI, Klemens (Org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 278-300.
- CONSULTEC. **Estrutura do Plano de desenvolvimento social da Vale Moçambique, S. A., no distrito de Moatize**. Maputo, 2014.
- CORRÊA, Roberto L. "Territorialidade e corporação: um exemplo". In: SANTOS, Milton; Souza, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Org). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 251-258.

- COSTA, Ana B. da. "A pobreza, a guerra e a paz em Moçambique: teorias, relações e percepções". In: **II Conferência do IESE**. Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação econômica em Moçambique. Conference Paper no. 20. Maputo, 2009.
- CRUZ, Valter do C. "Territorialidades, identidade e lutas sociais na Amazônia". In: ARAÚJO, Frederico G. B.; HAESBAERT, Rogério. **Identidade e território**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access. 2007. p.93-122.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**: capitalismo e esquizofrenia. 2ª edição. São Paulo: Ed. 34. 2011.
- DEN BOOM, Bart Van. **Análise da pobreza em Moçambique**: situação da pobreza dos agregados familiares, malnutrição infantil e outros indicadores 1997, 2003, 2009. Maputo, 2011.
- DIAGONAL. **Relatório social**: relatório com a comunidade. Processo nº 17. Tete/Moatize, 2012.
- ECHAVE, José de et al. **Minería y conflicto social**. Lima, CBC, CIPCA, CIES, IEP, 2009.
- ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Colombia: Enció Editores, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. "Entrando nos territórios do Território". In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 273-302.
- FIAN. **Desenvolvimento, para quem?** impacto dos projetos de desenvolvimento sobre os direitos sociais da população rural moçambicana. Heidelberg: FIAN Internacional, 2010.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2ª edição, Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.
- FOSTER, John B; CLARK, Brett. "Imperialismo ecológico: la maldición del capitalismo". In: **Socialist Register**: el nuevo desafío imperial. 2004. Disponível em: http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/1167#.Ut_9rRBTvIU. Acessado em 12/12/2013.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOMES, Paulo C. da C. "Sobre territórios e responsabilidade". In HEIDRICH, Álvaro L. (orgs). **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 37-46.
- GPT. **Relatório quinquenal**: versão final. Tete: Direção Provincial das Obras Públicas e Habitação. 2014a.
- GPT. **Relatório balanço 10 anos da presidência 2005-2014**. Tete: Direção Provincial das Obras Públicas e Habitação. 2014b.
- GPT; RDM. **Relatório técnico de estudo das alternativas para definição da área anfitriã**: plano de reassentamento da área de operação do Projeto Carvão de Moatize. Moatize/Tete, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

- _____. **Territórios Alternativos**. 2ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011a.
- _____. "O território e a nova des-territorialização do Estado". In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (org). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular. 2011b. p. 17-37.
- _____. "Concepções de território para entender a desterritorialização". In: SANTOS, Et Al. (Org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2011c. p. 43-71.
- _____. "Identidade territorial: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)". In: ARAÚJO, Frederico G. B.; HAESBAERT, Rogério. **Identidade e território: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access. 2007. p. 33-56.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. 1, reimp. Rio de Janeiro: DP&A. 2011.
- HALKES, Jam; OPPEWAL, Jolke. **Moçambique, socialismo e solidariedade**. Amsterdão: Edição da Fundação Eduardo Mondlane, 1989.
- HANLON, Joseph. "Is poverty decreasing in Mozambique". In: **Conferência Inaugural do IESE**. Desafios para a investigação social e econômica em Moçambique. Maputo: Conference Paper no 14, 2007.
- HARDT, Michael; NEGRI, António. **Império**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- HARVEY, David. **Para entender O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Condição pós-moderna**. 22ª edição. São Paulo. Edições Loyola, 2012a.
- _____. **O novo imperialismo**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.
- _____. **Géographie et Capital: vers un matérialisme histórico-géographique**. Paris: Syllepse. 2010
- _____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.
- HEIDRICH, Álvaro L. "Território e cultura: argumentos para uma produção de sentido". In: HEIDRICH, Álvaro L; COSTA, Benhur P; PIRES, Cláudia L. Z. (org). **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013.
- HEDGES, David. **História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961**. Volume 2. Maputo: Livraria Universitária Eduardo Mondlane, 2ª edição, 1999.
- HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e Identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c. 1872-c 1926)**. SUMÁRIO PORMENORIZADO DA LIÇÃO DE SÍNTESE APRESENTADA A PROVAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE PROFESSOR AGREGADO DO 4.º GRUPO (HISTÓRIA) DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, CONFORME O DECRETO-LEI 301/72 DE 14 DE AGOSTO. Lisboa, 2003

HERMELE, Kenneth. **Moçambique numa encruzilhada**: economia e política na era de ajustamento estrutural. Bergen: CHR. Michelsen Institute/ Departamentos Social Science and Development, 1990.

_____. **War and stabilization**: a mid-tern review of Mozambique's Economic Rehabilitation Programme (PRE) with implications for Swedish development assistance. Country Report Mozambique, october 1988.

_____. **Diferenciação rural e estratégia de desenvolvimento**: apontamentos sobre Moçambique no período de transição 1974-1977. Rascunho. Estocolmo, fevereiro de 1987.

_____. **Reorganization and interdependence**: the agricultural set-up in Chokwe, Gaza province. Maputo, march 1986.

HUMAN RIGHTS WATCH. **"O que é uma casa sem comida?"** o boom da mineração em Moçambique e o reassentamento. Estados Unidos da América, 2013

IMPACTO. **Projeto de reassentamento de comunidades deslocadas na área de Muarádi, distrito de Moatize**. Documento de discussão. Maputo, 2009.

_____. **Socio-economic impact assessment for the proposed Benga Coal Mining Project in Mozambique**. Prepared on behalf of Golder Associates Africa (Pty) Ltd. Draft Report. Maputo, february, 2008.

IMPACTO; RIVERSDALE. **Projeto para o reassentamento de comunidades deslocadas na área de Muarádi, distrito de Moatize**: termos de referência do estudo ambiental simplificado. Maputo: IMPACTO, 2009.

INE. **Estatísticas do distrito Moatize, 2011**. Maputo: INE, 2011.

_____. **35 anos de independência nacional, um retrato estatístico**. Maputo: INE, 2010.

_____. **Manual do recenseador 2007**. Maputo: INE, 2007.

_____. **Resultados do primeiro inquérito nacional ao setor informal (INFOR - 2004)**. Maputo, 2006.

JOURDAN, Paul. "The mineral industry of Mozambique". In: **Raw Materials Report**. Vol. 4. No. 4, 1986. p. 31-45.

LASCHEFSKI, Klemens. "Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico". In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 63-91.

LATOCHE, Serge. "A África pode contribuir para resolver a crise do ocidente?". In: **Espaço Plural**. Ano XIV. No 28. 1º semestre, 2013. p. 175-197.

LEROY, Jean P. "Amazônia: território do capital e território dos povos". In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 92-113.

LILLYWHITW, S.; KEMP, D.; STURMAN, K. **Mining, Resettlement and lost livelihoods: listening to the voices of resettled communities in Muarádi, Mozambique**. Oxfam: Melbourne, 2005.

MACAMO, Elísio. "Da disciplinarização de Moçambique: ajustamento estrutural e as estratégias neo-liberais de risco". In: **Africana Studia**. Nº 6. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2003, p. 231-255.

MACKINTOSH, Maureen; WUYTS, Marc. "Accumulation, socialism services and socialist transition in the third world: reflections on decentralized planning based on Mozambican experience". In: **DPP Working Paper**.no. 9, United Kingdom: The Open University, 1987.

MADER; FAO. **Lei de terras 19/97 e seus regulamentos**: português - xisena. Maputo, 2001.

MARAFON, Glaucio J. "O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária". In: RAMIRES, Cesar de L.; PESSÔA, Vera L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 379-394.

MARCONI, Maria de A; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1986.

MARSHALL, Judith. **Guerra, dívida e ajustamento estrutural em Moçambique**: o impacto social. Ottawa: The North-South Institute, 1992?

_____. "Structural Adjustment and social policy in Mozambique". In: **Review of African Political Economy**. no. 47, Spring 1990.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tomo 2. Capítulos XXI a XXV). São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Editora Fulgor, 1964.

MATAKALA, Patrick W. e MUSHOVE, Patrick T. **Arranjos institucionais para o manejo comunitário dos recursos naturais (MCRN)**: perfis e análises de 42 iniciativas de MCRN em Moçambique. Maputo: Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, 2001.

MATINE, Leonor T.; FONSECA, Ambrósio da. "Vulnerabilidade e estratégias de sobrevivência de famílias na periferia da cidade de Tete: o caso dos bairros Matundo e Mateu Sansão Muthemba". In: **II Conferência do IESE**. Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação econômica em Moçambique. Maputo: Conference Paper no. 33, 2009.

MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. "Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação". In: **Revista NERA**. Ano 18, nº. 28 - Edição especial. p. 106-131, 2015.

_____. "Acesso a terra e exploração mineira em Moçambique: que implicações para as comunidades locais". In: **Campo e Território: revista de geografia agrária**, v.9, n.17, p. 559-621, abri., 2014

_____. "Acumulação por espoliação: uma reflexão sobre a sua introdução em Moçambique". In: **Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro - RJ, v. 7, n. especial, 228-259. 2013.

_____. Evolução e distribuição espacial da população na cidade de Mocuba. In: **Geografia Ensino de Pesquisa**. Santa Maria, v. 14, n. 3, p. 46-61, jul/dez, 2010.

MATOS, Elmer A. C. de. "Desenvolvimento urbano sustentável: o caso da cidade de Mocuba". In: **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 1. p. 83-102, 2012.

_____. **A nova abordagem de gestão de áreas de conservação e suas implicações socioespaciais: o caso de Chimanimani no centro de Moçambique.** 2011. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociência, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MATOS, Patrícia F. de; PESSÔA, Vera L. S. Observação e entrevista: a construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Cesar de L.; PESSÔA, Vera L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291

MBEMBE, Achille. "As formas africanas de auto-inscrição". In: **Estudos Afro-Asiáticos.** Ano 23, nº 1, 2001, p. 171-209.

MEDEIROS, Rosa M. V. "Camponeses, cultura e Inovação". In LEMOS, Amália I. G. de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. (org). **América Latina: cidade, campo e turismo.** 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO/ São Paulo: Universidade São Paulo, 2006. p. 281-293.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 20/2014 de 18 de agosto - Lei de Minas.** Maputo: Boletim da República, 2014.

_____. **Cenário fiscal de médio prazo 2013-2015.** Ministério da Planificação e Desenvolvimento; Ministério das Finanças. Maputo, 2012a.

_____. **Lei nº 31/2012 de 8 de agosto - Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Econômicas.** Maputo: Boletim da República, 2012b.

_____. **Pobreza e bem-estar em Moçambique: terceira avaliação nacional.** Ministério da planificação e Desenvolvimento: Direção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Maputo, 2010.

_____. **Contrato mineiro entre o Governo da República de Moçambique e Riversdale Moçambique limitada.** Maputo, 2009.

_____. **Lei nº 5/2008 de 9 de abril - Regulamento dos Impactos Específicos da Actividade Mineira.** Maputo: Boletim da República, 2008.

_____. **Lei nº 11/2007 de 27 de junho.** Maputo: Boletim da República, 2007a.

_____. **Lei nº 13/2007 de 27 de junho.** Maputo: Boletim da República, 2007b.

_____. **Estratégia de Desenvolvimento Rural.** Maputo: Conselho de Ministros, 2007c.

_____. **Contrato mineiro relativo a concessão mineira da mina de carvão de Moatize entre Governo da República de Moçambique e Rio Doce Moçambique limitada.** Maputo, 2007d.

_____. **Decreto nº 62/2006 de 26 de dezembro - Aprova o Regulamento da Lei de Minas.** Maputo: Boletim da República, 2006

_____. **Perfil do distrito de Moatize, província de tete.** Séries Perfis Distritais. Maputo: Ministério da Administração Estatal, 2005.

_____. **Decreto nº 26/2004 de 20 de agosto - Regulamento Ambiental para a Actividade Mineira.** Maputo: Boletim da República, 2004a.

_____. **Relatório de avaliação das propostas de concurso relativo o projeto de carvão de Moatize.** Maputo, 2004b.

_____. **Lei nº 28/2003 de 17 de junho - Regulamento da Lei de Minas.** Maputo: Boletim da República, 2003.

_____. **Lei nº 14/2002 de 26 de Junho - Lei de Minas.** Maputo: Boletim da República, 2002a.

_____. **Decreto nº 16/2002 de 27 de junho - Código dos Benefícios Fiscais.** Maputo: Boletim da República, 2002b.

_____. **Lei nº 2/97 de 28 de Maio – Lei de Bases das Autarquias.** Maputo: Assembleia da República, 1997.

_____. **Lei nº 5/94 de 13 de setembro.** Maputo: Boletim da República, 1994.

_____. **Lei nº 3/93 de 24 de junho.** Maputo: Boletim da República, 1993.

_____. **Constituição da República de Moçambique.** Maputo: Boletim da República, 1990.

_____. **Lei nº 13/87 de 13 de fevereiro - Aprova o Regulamento da Lei de Minas.** Maputo: Boletim da República, 1987a.

_____. **Decreto nº 16/87 de 15 de julho - Aprova o Regulamento da Lei de Terras.** Maputo: Boletim da República, 1987b.

_____. **Lei nº 1/86 de 16 de abril - Sobre a alteração do nº 3 do artigo 10 da Lei nº 6/79, de 3 de julho, Lei de Terras.** Maputo: Boletim da República, 1986a.

_____. **Lei nº 2/86 de 16 de abril - Lei de Minas.** Maputo: Boletim da República, 1986b.

_____. **Lei nº 4/84 de 18 de agosto - Aprova a Lei do Investimento Estrangeiro.** Maputo: Boletim da República 1984.

_____. **Moatize Coal Development Program.** Executive Summary. Maputo: GSECHI - Cabinet of State Secretariat for Coal and Hydrocarbons, december 1983.

_____. **Lei nº 6/79 de 3 de julho - Lei de Terras.** Maputo: Boletim da República, 1979.

_____. **Atribui à CARBOMOC algumas competências.** I Série (56), Suplemento, 1978-05-11, Maputo: Boletim da República, 1978.

MRM. **Proama do Carvão de Moçambique.** Maputo: Gabinete do Programa do Carvão e colaboração com Grupo Português EDP/CIMPOR/Construções Técnicas/Teixeira Duarte PARTEX-CPS, abril de 1986.

MOSCA, João. **Políticas agrárias:** de (em) Moçambique (1975-2009). Maputo: Escolar Editora, 2011.

_____. "Pobreza, economia 'informal', informalidades e desenvolvimento". In: **II Conferência do IESE.** Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique. Maputo: Conference Paper no. 34, 2009.

_____. **Economia de Moçambique: século XX.** Lisboa: Instituto PIAGET, 2005.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete:** os mega projetos de mineração. Maputo: CIP, 2011.

MPD; DNEAP. **Pobreza e bem-estar em Moçambique:** terceira avaliação nacional. Maputo, 2010.

- MPF; IFPRI; UNIVERSIDADE DE PURDUE. **Pobreza e bem-estar em Moçambique**: segunda avaliação nacional. Maputo, 2004.
- MUTEIA, Helder. **A problemática de terras em Moçambique**: subsídio para a revisão de legislação. Maputo: MULEIDE, 1996.
- MUNGÓI, Cláudio A. **Desenvolvimento regional no Vale do Zambeze – Moçambique em perspectiva**. 2010. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2010.
- MYERS, Gregory W. **Land tenure issues in post-war Mozambique**: constraints and conflicts. Madison: Land Tenure Center/University of Wisconsin-Madison, 1993.
- MYERS, Gregory W.; WEST, Harry G.; ELISEU, Julieta. **Segurança de posse de terra e desinvestimento das empresas agrícolas estatais em Moçambique**: estudo de três casos específicos nos distritos de Nhamatanda, Manica e Montepuéz. Madison: Land Tenure Center/ Universidade de Wisconsin-Madison. Papel de Investigação no. 110, 1993.
- NEGRÃO, José. "A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres". In: **Oficina do Centro de Estudos Sociais**. Coimbra: Universidade de Coimbra. Nº 179, setembro de 2002.
- _____. **A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais**. Maputo: Projeto COMRES, GTA/MICOA, junho 1996.
- _____. "A terra e a economia da família rural no Delta do Zambéze". In: **Seminário da Comissão de Terras**. Maputo: Núcleo de Estudos Terra & Desenvolvimento, 1995.
- O'LAUGHLIN, Bridgest. "Past and present options: land, reform in Mozambique". In: **Review of African Political Economy**. no. 63, p. 99-106. 1995
- OLIVEIRA, Maria M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ª ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- PETRAS, James. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: Ed. FURB, 1999.
- PINTO, Lúcio Flávio. **A pior empresa do mundo?** disponível em: . <https://valeqvale.wordpress.com/2012/08/02/a-pior-empresa-do-mundo/>, acessado em 27 de novembro de 2012
- PITCHER, A. Anne. "Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique". In: **Análise Social**. vol. XXVIII (168). p.793-820, 2003
- RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. "Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia". In: **Revista Brasileira de Geografia**, v.45, n.1, p. 123-135, jan.-mar. 1983.
- RAFFESTIN, Claude. "Uma concepção de território, territorialidade e paisagem". In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (Org). **Teorias e práticas territoriais**: análise espaço-temporais. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-23.
- _____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Anelise G. **Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da nova sociologia econômica e nova economia institucional**: um estudo de experiências no nordeste gaúcho. 2011. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

RAMBO, Anelise G. **A contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local / regional**: a experiência da Coopercana – Porto Xavier / RS. 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2006.

RDM. **Projeto de Carvão de Moatize**: Estudo de Impacto Ambiental do complexo industrial de Moatize. Volume II. Maputo, nov. 2006.

RESENFELD, David. "The coal mining sector in Mozambique: a simple mode of predicting government revenue". In: **III Conferência Internacional do IESE**. Moçambique: acumulação e transformação em contexto de crise internacional. Maputo: Conference Paper nº 9, 2012.

RÜCKERT, Aldomar A. e RAMBO, Enelise G. "Metodologia das escalas geográficas de gestão e poder aplicadas aos estudos de desenvolvimento em quatro territórios rurais". In: XLV Congresso do Sober. *Conhecimentos para a agricultura do futuro*. Londrina, 2007.

RÜCKERT, Aldomar A. "Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades". In: **Geusp**: Espaço e tempo. São Paulo, no. 17, 2005. p. 79-94.

RUPPENTHAL, Eduardo L. **Reterritorialização dos atingidos pela barragem Barra Grande - RS/SC**. 2013. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013.

SACK, Robert D. "O significado de territorialidade". In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (Org). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular. 2011. p. 63-89.

SANTOS, Boaventura de S. "A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna". In: **Revista Crítica de Ciências Sociais** [online, 72], 2005, p. 7-44

_____. "A construção multicultural da igualdade e da diferença". In: **Oficina do CES**. nº 135. Coímbra, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição. 7ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. "O dinheiro e o território". In: SANTOS, Et Al. (Org). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 13-21

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 18ª edição. Rio de Janeiro: Record. 2009.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

- _____. "O retorno do território". In: SANTOS, Milton; Souza, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Org). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hicitec, 1994. p. 15-20.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ª Edição. Rio de Janeiro, 2003.
- SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- _____. **Abordagens e concepções de território**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCOTTO, Gabriela. "Estados nacionais, conflitos ambientais e mineração na América Latina". In: **4º Seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da sociedade e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2011.
- SELEMANE, Tomás. **Questões à volta da mineração em Moçambique: relatório de monitoria das atividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga**. Maputo: CIP, 2010.
- SELEMANE, Tomás. **Alguns desafios da indústria extrativa em Moçambique**. Maputo: CIP, 2009.
- SEVÁ Fo., Arsênio O. **Territórios-resistência do povo e regiões-alvo do capital: notas sobre a espoliação e a luta política**. Texto apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo, de 2 a 5 de julho de 2012.
- SILVEIRA, Maria L. "Novos acontecimentos, novas territorialidades". In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (Org). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular. 2011. p. 39-62
- SOUZA, Marcelo L. "O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná E. de et al. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116.
- SOUZA, Edevaldo A.; PEDON, Nelson R. "Território e identidade". In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 – n.º 6 - ano 4, Novembro de 2007**. p. 126-148.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. **El derecho de sobrevivencia: la lucha de los pueblos indígenas en América Latina contra el racismo y la discriminación**. Santiago de Chile: IIDH, 2001. Disponível em: http://www.cepal.org/mujer/publicaciones/sinsigla/xml/6/6826/sobrevivencia_stavenhagen.PDF, acessado em 1/3/2013.
- VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera L. S. "O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar". In: RAMIRES, Cesar de L.; PESSÔA, Vera L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 317-336.
- VIEIRA, Sérgio. "O homem novo é um processo". In: **Movimento das ideias**. Maputo, [1979?].

WORLD BANK. **Perspectivas para os pólos de crescimento em Moçambique:** sumário do relatório. Finance & Private Sector Development: Africa Region, 2010.

WUYTS, Marc. **Foreign aid, structural adjustment, and public management the Mozambique experience.** DPP Working Paper no. 36, 1996.

_____. "Será que crescimento é sempre redutor da pobreza? reflexões sobre a experiência de Moçambique". In: **IDEAS**. Boletim no. 35P. Maputo: IESE, 2011

_____. **Economic management and adjustment policies in Mozambique.** Kingston: Working Paper Series no. 52, 1989.

ZHOURI, Andréa; LASCHESFKI, Klemens. "Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação". In: ZHOURI, Andréa; LASCHESFKI, Klemens (Org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 11-31.

APÊNDICE1: Roteiro de entrevista para os líderes comunitários

A. Dados gerais do entrevistado

1. Nome do entrevistado
2. Comunidade a que pertencia
3. Sexo
4. Idade
5. Estado Civil
6. Número de membros da família (incluindo ele)
7. Local de nascimento (distrito e localidade)
8. Nível de escolaridade
9. Línguas faladas

B. História da comunidade

1. Ano e local de criação da comunidade
2. Fundador da comunidade
3. Número de famílias da comunidade
4. A razão da escolha daquele local para fixar a comunidade
5. Organização social e espacial da comunidade
6. Relação da comunidade com outras comunidades
7. Relação da comunidade com as autoridades administrativas
8. Caracterização da comunidade durante a colonização e os primeiros anos de independência e período de guerra civil
9. Tipo e número de infra-estruturas que existiam na comunidade e próximo dela
10. Formas de acesso aos recursos naturais

C. Valores e tradições

1. Religiões
2. Tipos e número de locais sagrados
3. Principais manifestações culturais e como são realizadas
4. Exclusividade ou não dos valores e manifestações culturais

D. Formas de sobrevivência das comunidades

1. Principais atividades econômicas
2. Principal forma de sustento para a maioria das famílias da comunidade
3. Tamanho e número de explorações (machambas) por família
4. Importância da agricultura para as famílias
5. Tipo e número de animais criados pelas famílias
6. Importância da criação de animais para as famílias

7. Importância das condições naturais (solo, pluviosidade, proximidade de fontes de água) para o desenvolvimento dessas atividades
8. Alternativas adotadas pelas comunidades em tempos de crise
9. Durante a exploração do carvão mineral (antes da implantação dos novos projetos) existiram alguns membros da comunidade que trabalhavam lá

E. Processo de perda do DUAT

1. Ano e como souberam que iam ser deslocadas
2. Processo de negociação das terras com os projetos
3. Atores envolvidos no processo
4. Alternativas apresentadas às comunidades
5. Tempo e avaliação que se faz do processo de perda do DUAT
6. Acordos feitos com os projetos

F. Implantação dos locais de reassentamento e funcionamento das atividades dos projetos

1. Processo de escolha dos locais de reassentamento (quem escolheu, como foi escolhido, havia alternativas)
2. Pontos positivos do local de reassentamento (benefícios que tiveram nos locais de reassentamento)
3. Pontos negativos dos locais de reassentamento (prejuízos que tiveram nos locais de reassentamento)
4. Atividades econômicas
5. Formas de sustento das famílias
6. Estratégias adotadas em tempos de crise
7. Tipo e número de infra-estruturas do local
8. Formas de organização espacial das famílias
9. Organização social das famílias
10. Formas de manifestação dos valores culturais
11. Formas de acessos aos recursos naturais
12. Relação entre os reassentados e a empresa
13. Relação entre os reassentados e a administração distrital (órgãos do governo)
14. Relação entre os reassentados e os antigos moradores
15. Número de membros na comunidade empregados nos projetos
16. Acesso aos locais sagrados

APÊNDICE2: Roteiro de entrevista para os membros da comunidade

A. Dados gerais do entrevistado

1. Nome do entrevistado
2. Comunidade a que pertencia
3. Sexo
4. Idade
5. Estado Civil
6. Número de membros da família (incluindo ele)
7. Local de nascimento (distrito e localidade)
8. Nível de escolaridade
9. Línguas faladas

B. História da comunidade

1. Há quanto tempo vivia na comunidade
2. Quem foi o fundador da comunidade
3. Número de famílias da comunidade
4. Como estão organizadas social e espacialmente as famílias
5. Relação intra e inter comunidades
6. Relação da comunidade com as autoridades administrativas
7. Tipo e número de infra-estruturas existentes na comunidade e próximo dela
8. Formas de acesso aos recursos naturais

C. Valores e tradições

1. Qual a sua religião
2. Tipos e número de locais sagrados que conhece
3. Principais manifestações culturais e como são realizadas
4. Exclusividade ou não dos valores e manifestações culturais

D. Formas de sobrevivência das comunidades

1. Principal atividade econômica
2. Principal forma de sustento para a família
3. Tamanho e número de explorações que possui
4. Importância da agricultura para a família
5. Tipo e número de animais que possui
6. Importância da criação de animais para a família
7. Importância das condições naturais (solo, pluviosidade, proximidade de fontes de água) para o desenvolvimento dessas atividades
8. Alternativas adotadas pela família em tempos de crise
9. Conhece alguém que já trabalhou nas minas de carvão em Moatize e que era membro da sua comunidade

E. Processo de perda do DUAT

1. Ano e como souberam que iam ser deslocados
2. Participou no processo de negociação da terra com os projetos
3. Conhece alguns atores envolvidos no processo
4. No processo de negociação, qualquer membro poderia expor a sua opinião? Quem tinha o poder de decidir sobre a saída ou não da terra ao nível da comunidade
5. Tempo e avaliação que se faz do processo de perda do DUAT
6. Para abandonar a terra, foi prometido algo?

F. Implantação dos locais de reassentamento e funcionamento das atividades dos projetos

1. Quem participou no processo de escolha dos locais de reassentamento (quem escolheu, como foi escolhido, havia alternativas)
2. Quais as vantagens que você acha que o novo local oferece
3. Quais as desvantagens que você acha que o local apresenta em relação às áreas anteriores de residência
4. Continuou a desenvolver a atividade que fazia anteriormente? Justifique
5. Qual a principal forma de sustento da sua família
6. Quando passa por um processo de crise, que alternativas tem?
7. Tipo e número de infra-estruturas no local
8. Formas de organização espacial e social das famílias
9. Formas de manifestação dos valores culturais mantidas e perdidas
10. Quais as formas de acesso aos recursos naturais? Mudaram ou ainda são as mesmas
11. Conhece alguém da sua comunidade ou de outra deslocada que trabalha nos projetos
12. Têm acesso aos anteriores locais sagrados
13. Quando reivindicam algo a quem recorrem? São atendidas?

APÊNDICE3: Roteiro de entrevista para os responsáveis dos projetos de exploração mineira

1. Informações gerais da empresa
2. Ano de surgimento do interesse pela exploração do carvão em Moçambique
3. Número e tipo de projetos que tem em Moçambique. E quais pretendem ter
4. Procedimentos para a obtenção da concessão mineira
5. Quantidade e qualidade do carvão mineral existente
6. Período de validade da concessão mineral
7. Tempo de esgotamento do recurso
8. Quando iniciaram as atividades
9. Qual a área ocupada pelo projeto em Moatize
10. Número de famílias atingidas e suas atividades
11. Processo de obtenção do DUAT
12. Processo de reassentamento
13. Processo de gestão das áreas sagradas das comunidades
14. Processo de produção e exportação do carvão mineral
15. Número de funcionários no projeto
16. Número de pessoas das comunidades deslocadas, do distrito e da província empregados no projeto
17. Relacionamento da empresa com as comunidades locais
18. Relacionamento da empresa com as autoridades administrativas do distrito e da província
19. Que benefícios a empresa trouxe para as comunidades atingidas, para o distrito e para a província
20. Que prejuízos considera que a empresa trouxe para as comunidades atingidas, para o distrito e para a província
21. Quais os desafios para as comunidades deslocadas e para a atividade mineira

APÊNDICE 4: Roteiro de entrevista para as ONG's

1. Nome da ONG
2. Ano de formação
3. Área de atuação
4. Tempo de trabalho no distrito
5. Participou no processo de obtenção do DUAT pelos projetos. Que leitura faz desse processo
6. Qual a área ocupada pelos projetos
7. Número de famílias atingidas pelo projeto
8. Papel dos líderes comunitários e dos atingidos no processo de obtenção do DUAT
9. Como descreveria e avalia o processo de reassentamento
10. Como foi ou estão sendo geridos os locais sagrados
11. Quais as principais características sociais e culturais das comunidades deslocadas
12. Como foi a inserção das comunidades deslocadas nos locais escolhidos para o reassentamento
13. Como caracteriza o relacionamento entre as empresas e as comunidades deslocadas
14. Como caracteriza o relacionamento entre a empresa e as autoridades administrativas do distrito e da província
15. Como caracteriza o relacionamento entre as comunidades deslocadas e as autoridades administrativas do distrito e da província
16. Já tiveram acesso ao processo produtivo das empresas? As empresas estão abertas às vossas solicitações de diálogo sobre o processo de reassentamento?
17. Como estão sendo geridos os rejeitos resultantes do processo de exploração
18. Que impactos acha que o processo de exploração mineira está a ter no ambiente local
19. Que papel tem desempenhado para responder os interesses das comunidades reassentadas
20. Existe uma união entre os dois grupos de deslocados (incluí-se aqui a divisão feita no processo de reassentamento entre os semi-urbanos e rurais). As reivindicações são as mesmas? Qual dos grupos é mais lesado
21. Existem diferenças acentuadas entre o processo de reassentamento realizado pela Vale e pela Rio Tinto?
22. A partir dos meios de informação, constata-se que os que mais reivindicam são as comunidades reassentadas pelo projeto Vale. O que está por detrás disso? Pode-se considerar que o reassentamento promovido pela Rio Tinto foi consensual?
23. Inserção das comunidades nos novos locais de reassentamento
24. Que desafios as comunidades reassentadas enfrentam

APÊNDICE 5: Roteiro de entrevista para pesquisadores da área

1. Nome do pesquisador
2. Área de formação
3. Área de atuação
4. Há quanto tempo pesquisa os considerados megaprojetos
5. Que contributos esse tipo de empreendimento gera para a economia nacional, provincial, distrital e local
6. Que prejuízos esse tipo de empreendimento gera para a economia nacional, provincial, distrital e local
7. Acompanhou o processo de implantação dos projetos de exploração de carvão mineral no distrito de Moatize. Que leitura faz
8. Acompanhou o processo de reassentamento das comunidades afetadas pelos projetos. Que leitura faz
9. De acordo com a informação veiculada pelas mídias, constata-se que são as comunidades reassentadas pela Vale as que mais reivindicam. Será que o processo de reassentamento da Rio Tinto foi consensual? O que explica essa diferença
10. Como caracteriza o atual estágio das manifestações realizadas pelos deslocados compulsoriamente
11. Como analisa a lei de minas que concede a exploração mineira como sendo prioritária, tendo em conta os interesses das comunidades
12. Quais os benefícios considera importante com a implantação dos projetos de exploração mineira no distrito de Moatize
13. Quais os prejuízos considera importante com a implantação dos projetos de exploração mineira no distrito de Moatize
14. Que papel os governos distritais e provinciais têm sobre os projetos. Considera que são poderes suficientes para defenderem os interesses dessas escalas? Quem defende os interesses das comunidades? Que alternativas
15. Em relação à questão ambiental. O debate sobre a exploração mineira no país tem sido direcionado para a questão social e econômica e muito pouco sobre a questão ambiental. Qual a razão para isso?
16. Teve acesso ao Estudo de Impacto Ambiental realizado para a atribuição das concessões mineiras às empresas em Moatize?
17. Considera a aposta aos mega projetos como alternativa de desenvolvimento nacional?

APÊNDICE 6: Roteiro de entrevista para os membros da Comissão de Reassentamento

1. Nome
2. Instituição a que pertence
3. Papel da sua instituição na comissão
4. Forma de funcionamento da comissão de reassentamento
5. Participaram no processo de obtenção de DUAT? Que leitura faz desse processo
6. Como são escolhidos os locais de reassentamento. Quais as características relevantes que os espaços de reassentamento devem ter?
7. Quem é externo a Comissão de Reassentamento pode participar? Como participa?
8. Quando termina o papel da comissão
9. Como a comissão avalia o processo de reassentamento?
10. Como está sendo a inserção dessas comunidades nos espaços de reassentamento?
11. Têm acompanhado a inserção dessas comunidades? Como?
12. Quais os desafios considera importante para os atingidos?

APÊNDICE7: Roteiro de entrevista para governo distrital

1. Nome
2. Departamento a que pertence
3. Informação sobre as mineradoras
 - Número (operando e que vão operar)
 - Área ocupada
 - População atingida
 - Recurso explorado
 - Ano de funcionamento
4. Informação sobre a obtenção do DUAT?
 - Quem participou desse processo
 - Os estudos sócioeconômicos e culturais
 - O papel dos líderes comunitários e das comunidades
 - Tempo de duração para a obtenção do DUAT
 - Escolha dos locais de reassentamento
 - Envolvimento das comunidades na escolha dos locais de reassentamento
 - Diferenciação e/ou semelhanças entre o processo desenvolvido pela Vale e Riversdale
5. Informação sobre o processo de reassentamento?
 - Atores envolvidos
 - Papel dos líderes comunitários e das comunidades
 - Construção e acompanhamento das construções
 - Condições do local de reassentamento
 - Diferenciação e/ou semelhanças entre o processo desenvolvido pela Vale e Riversdale
 - Inserção das comunidades
 - Desafios das comunidades
6. Informação sobre as manifestações protagonizadas pelas comunidades
 - Quem participou
 - Quais as causas
 - As soluções
7. Quais os benefícios do distrito com o funcionamento das mineradoras
8. Quais as transformações estão ocorrendo no distrito depois da implantação das mineradoras?
9. Quais os desafios do distrito em face do boom mineiro